



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Irménio Ferreira da Silva

**O Acordo de Basileia II e o impacto na gestão de
riscos da banca e no financiamento das empresas**

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Administração

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria do Céu Cortez

Novembro de 2006

DECLARAÇÃO

Nome: IRMÉNIO FERREIRA DA SILVA

Endereço Electrónico: irmenio@sapo.pt

Título da Dissertação de Mestrado:

O Acordo de Basileia II e o impacto na gestão de riscos da banca e no financiamento das empresas

Orientador:

Professora Doutora Maria do Céu Cortez

Ano de Conclusão: 2006

Designação do Mestrado:

Contabilidade e Administração

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO.

Universidade do Minho, 2006/11/27

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

É com um sentimento de gratidão que dirijo estas palavras a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste momento.

Manifesto à minha orientadora Professora Doutora Maria do Céu Cortez que, dentro das limitações de tempo a que se viu obrigada pela participação nos trabalhos inerentes ao Acordo de Bolonha, desde o início mostrou total disponibilidade para conduzir a orientação desta dissertação, a qual aumentou inequivocamente a minha atenção sobre a área das Finanças relativa à gestão do risco.

Reitero ainda toda a disponibilidade demonstrada pela Escola de Economia e Gestão, disponibilizando os elementos considerados necessários para o apoio a esta investigação.

Pela disponibilidade em trocar impressões sobre a gestão do risco, agradeço o apoio do Sr. Dr. Rui Martins dos Santos, Administrador do BPI.

De igual modo agradeço aos Srs. Drs. Jorge Boavida da Direcção de Riscos da CGD, Vasco Martins do Departamento de Riscos do BES, Fausto Reis da CCAM e meu colega de Mestrado, Carlos Cabecinha do Fortis Bank, Jorge Barros Luís do Montepio Geral, João Coutinho Administrador do Barclays, bem como aos Srs. Joaquim Cardoso, Administrador do Finibanco e Felizardo Cota, do Banco Privado, pelo esforço desenvolvido nas respostas aos questionários. Quero deixar ainda a minha gratidão para com a administração da instituição BCP, pela disponibilidade e brevidade na resposta. Por último, agradeço ao Dr. Carlos Rafael Branco da Divisão de Supervisão Bancária do Banco de Portugal, pelas sugestões dadas em relação ao projecto de questionário.

Reitero um sentimento de gratidão especial às empresas que responderam ao questionário, nas pessoas dos seus administradores e colaboradores, cujo contributo foi imprescindível na elaboração do trabalho, sabendo das limitações temporais inerentes aos responsáveis das organizações.

Testemunho ainda o meu agradecimento ao Semanário Económico e Diário Económico, na pessoa de Cristina Bernardo pelas informações facultadas em relação a artigos sobre o tema, bem como a José António Martins e Sandra Ribeiro, do Gabinete da UE, em particular pelas orientações em relação ao modo de pesquisa de informação.

Agradeço o contributo meritório dos colegas de Mestrado Srs. Drs. Jorge Simões e Miguel Gonçalves, pelo incentivo e apoio dado nesta dissertação cientes da escassez de tempo que possuo face às minhas atribuições profissionais.

Finalmente, o agradecimento incondicional à Paula e filhas, pelo alerta e incentivo para a conclusão deste projecto.

Irménio Ferreira da Silva
Pombal, Novembro de 2006

RESUMO

Com a divulgação recente do Novo Acordo de Basileia, diversos países, entre os quais Portugal, estão a ultimar esforços para aprimorar as metodologias e tecnologias de gestão de riscos. O presente estudo visa, por um lado, verificar as implicações e o nível de desenvolvimento dos bancos nacionais face às exigências do Novo Acordo e, por outro, mediante a análise de variáveis qualitativas condicionadoras da relação das empresas com o sistema financeiro, como a sua situação estratégica e de negócio, inferir sobre as possibilidades destas virem a ser penalizadas em termos de notação de *rating* e consequente concessão de crédito, contribuindo deste modo para discussão sobre o tema. Para o efeito, inquirimos directamente bancos representativos de uma quota de mercado elevada, bem como as empresas. Foram remetidos questionários a 28 instituições bancárias, parte integrante da lista do site do Banco de Portugal, tendo-se obtido 10 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 35,7%. De igual modo, enviámos questionários a 560 empresas de um total de 600 constantes da edição da edição conjunta da revista do Semanário Económico n.º 934 e do Diário Económico n.º 3761 de 2005, tendo-se obtido 108 respostas válidas o que corresponde a uma taxa de resposta de 19,3% e a 18% do total da amostra.

Os resultados permitem concluir que os bancos portugueses utilizarão, na sua maioria, o método *standard*; a dimensão e nível de sofisticação (e.g. utilização de metodologias avançadas) cria barreiras à entrada; serão segmentadas as margens em função do risco; a maior parte das despesas com Basileia II é inerente a custos com sistemas de informação; deverão existir poupanças de fundos próprios com redução de *pricing* e a atribuição de *rating* influenciará a especialização, não sendo de prever, em termos macroeconómicos, uma acentuada ciclicidade do Acordo. No caso das empresas, os resultados sugerem que existe uma adequada gestão comercial, com necessidade de reforçar a componente exportação, de modo a manter níveis de desempenho do negócio adequados. As GE apresentam uma situação mais consistente do que as PME, em termos de cumprimento dos requisitos de um adequado relacionamento com o banqueiro.

ABSTRACT

With the recent disclosure of the New Basel Accord, many countries, among which Portugal, are concluding efforts to improve the risk management methodologies and risk management technologies. The objective of this study is twofold on the one hand, we intend to verify the implications as well as the level of development in national banks in relation to the demands of the New Accord. On the other hand, depending on the analysis of the qualitative variables that condition the relation between the enterprises and the financial system as well as its strategic and business situation, we will infer on the possibility of these eventually being penalized with regards to their *rating* notation and consequently their credit concession. Therefore we thus contribute, to the discussion on this pertinent issue. In our empirical investigation, direct enquiries were made to a sample of the banks, which are representative of a high market share, as well as to enterprises. Questionnaires were sent to 28 banking institutions taken from the list on the Bank of Portugal's site. We have obtained 10 valid replies, which correspond to a 35.7% response rate. In the same way, questionnaires were sent to 560 enterprises of a total of 600 appearing in the joint edition of the magazine *Semanário Económico* nº 934 and the *Diário Económico* nº 3761 of 2005, having obtained 108 valid replies which correspond to a 19.3% response rate and 18% of the total sample.

The results allow us to conclude that the Portuguese banks, in general, will use the *standard* method; the dimension and level of sophistication (eg. use of advanced methodologies) creates barriers at entry; the margins will be segmented based on risk; most of the expenses with Basel II are inherent to information technology costs; there should be savings in proper funds with a reduction in *pricing*, and the *rating* attribution will influence the specialization, not predicting an accentuated *cyclicality* of the Accord, in macroeconomics terms. In the case of the enterprises, the results suggest that there is an adequate commercial management, with the need to reinforce the exportation component so as to maintain good levels of business performance. The large enterprises reveal a more consistent situation than the small and medium enterprises in terms of the compliance requisite towards an adequate relation with the banker.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
GLOSSÁRIO.....	xvii
CAPÍTULO I.....	1
1. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA E OBJECTIVOS DO TRABALHO	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Objectivos.....	4
1.3. Plano de apresentação.....	5
CAPÍTULO II.....	6
2. REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1. Introdução.....	6
2.2. O risco na perspectiva da banca	6
2.3. Capital Regulamentar e Capital Económico.....	10
2.4. Basileia II – Implementação e Objectivos.....	12
2.4.1. Contexto e evolução histórica de Basileia II	12
2.4.2. Dificuldades na adopção do Novo Acordo.....	16
2.5. Estrutura básica de Basileia II	17
2.5.1. Enquadramento	17
2.5.2. Os Fundos Próprios	17
2.5.3. Os três Pilares	19
2.5.4. Pilar I – Requisitos Mínimos de Capital.....	20
2.5.4.1. Risco de Crédito	20
2.5.4.2. Três alternativas para o cálculo dos requisitos de capital.....	20
a) Capital mínimo	20
b) Abordagens de Basileia II	22
2.5.4.3. Ponderações de risco no Actual Acordo.....	22
2.5.4.4. Ponderações de risco segundo o Método <i>Standard</i>	24
2.5.4.5. O Método IRB (<i>ratings</i> internos)	29
a) Enquadramento	29
b) Requisitos para a adopção do IRB.....	29
c) Componentes de risco.....	31
d) Fases no cálculo dos ponderadores de risco	37
e) Mitigação do risco de crédito	39
2.5.4.6. Provisões no Novo Acordo.....	43
a) Âmbito.....	43
b) Sistema de Provisionamento.....	43
2.5.4.7. Estudos sobre o impacto da aplicação de Basileia II.....	44

a) Comité de Basileia e Comissão Europeia.....	44
b) Outros estudos internacionais.....	48
c) Estudo sobre o impacto no <i>pricing</i> das operações.....	53
2.5.4.8. O <i>rating</i> e as categorias das exposições	54
a) Âmbito	54
b) Abordagens de um modelo de <i>rating</i>	58
2.5.4.9 Operações de titularização.....	63
2.5.4.10. Risco de Mercado	64
a) Âmbito	64
b) Abordagens de medição dos riscos de mercado (Basileia II).....	65
c) Principais alterações introduzidas pelo Novo Acordo.....	65
2.5.4.11. Risco Operacional	67
a) Enquadramento	67
b) Gestão do risco operacional.....	68
c) Métodos de cálculo dos requisitos de capital	70
d) Mitigação do risco operacional.....	76
2.5.4.12. Regras de transição.....	77
2.5.5. Pilar II – Revisão do Processo de Regulação e de Supervisão.....	78
2.5.5.1. Objectivos essenciais de Basileia II face à supervisão	78
2.5.5.2. Interação entre a regulação e o ciclo económico	80
2.5.5.3. Efeito do ciclo económico sobre o risco de crédito.....	81
2.5.6. Pilar III – Disciplina de Mercado	82
2.5.6.1. Âmbito e referências históricas	82
2.5.6.2. Necessidade de disciplina de mercado	83
2.6. Conclusões.....	85
CAPÍTULO III	87
3. METODOLOGIA.....	87
3.1. Introdução.....	87
3.2. Análise preliminar	87
3.3. A construção dos questionários: as empresas e os bancos como unidades de análise	88
3.4. População, Amostra e Método de amostragem	89
3.5. Caracterização da amostra	96
3.5.1. Caracterização das empresas	96
3.5.2. Caracterização dos bancos.....	99
3.6. Conclusões.....	101
CAPÍTULO IV	102
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	102
4.1. Introdução.....	102
4.2. As empresas face a Basileia II.....	103
4.2.1. Gestão do negócio e estrutura organizacional	103
4.2.2. Sector, produto, clientes e concorrentes	105
4.2.2.1. Mercado	105
4.2.2.2. Clientes	107
4.2.2.3. Produto, concorrência, tecnologia e capacidade de serviço	110
4.2.3. Critérios de avaliação dos bancos na concessão de crédito.....	114

4.2.3.1. Informação económico-financeira.....	115
4.2.3.2. Gestão corrente empresa / banco.....	115
4.2.3.3. Análise da capacidade do negócio.....	118
4.2.3.4. Estratégia de produtos e mercados.....	119
4.2.3.5. Critérios de avaliação dos bancos.....	125
4.2.4. Controlo interno e informação das PME.....	127
4.3. A banca face a Basileia II.....	130
4.3.1. Risco de Crédito.....	130
4.3.2. Vertentes: estratégica, rendibilidade, operacional.....	136
4.3.2.1. Estratégia e rendibilidade.....	136
4.3.2.2. Risco operacional.....	142
4.3.3. Bases de dados na área de crédito.....	144
4.3.4. Processo de Revisão de Supervisão.....	147
4.3.5. Disciplina de mercado e divulgação da informação.....	149
4.4. Estudo de caso.....	152
4.4.1. Cálculo do consumo de capital (PME).....	152
4.4.2. As variações das PD e o impacto no nível de preços.....	153
4.5. Conclusões.....	156
CAPÍTULO V.....	158
5. DISCUSSÃO, CONCLUSÕES, E SUGESTÕES PARA FUTURA	
INVESTIGAÇÃO.....	158
5.1. Síntese dos principais resultados.....	158
5.1.1. Empresas.....	158
5.1.2. Bancos.....	162
5.1.2.1. Implicações de carácter microeconómico.....	163
5.1.2.2. Implicações de carácter macroeconómico.....	167
5.2. Contribuições e implicações.....	168
5.3. Limitações do estudo e sugestões para investigação futura.....	170
5.4. Considerações finais.....	172
ANEXOS.....	173
ANEXO 1 – Questionário – Bancos.....	173
ANEXO 2 – Questionário – Empresas.....	186
ANEXO 3 - Carta – Bancos.....	197
ANEXO 4 - Carta – Empresas.....	198
BIBLIOGRAFIA.....	199

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Categorias de riscos.....	7
Figura 2.2 – Categorias de risco financeiro.....	8
Figura 2.3 – Os três Pilares de Basileia II.....	19
Figura 2.4 – Capital regulatório mínimo Basileia I	21
Figura 2.5 – Capital regulatório mínimo Basileia II.....	21
Figura 2.6 – Pilar I (os três tipos de risco tipificados em Basileia II).....	22
Figura 2.7 – <i>Rating</i> e a perda esperada.....	33
Figura 2.8 – Perda esperada.....	34
Figura 2.9 – Origem das fontes de sucesso empresarial.....	61
Figura 2.10 – Evolução histórica.....	67
Figura 2.11 – Frequência das perdas esperadas.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Avaliação do valor das garantias.....	42
Gráfico 2.2 – Expectativas de alteração no capital regulador (por país).....	48
Gráfico 2.3 – Redução no capital regulador para risco de crédito (GE).....	49
Gráfico 2.4 – Redução no capital regulador para risco de crédito (PME).....	49
Gráfico 2.5 – ROE e o COE.....	53
Gráfico 2.6 – Ambiente típico de incumprimento das PME.....	55
Gráfico 4.1 – Grupo empresarial e volume de negócios.....	103
Gráfico 4.2 – Gestão do negócio.....	103
Gráfico 4.3 – Controlo interno reportando à administração / gerência.....	104
Gráfico 4.4 – Tomada de decisão sobre novos clientes / mercados.....	107
Gráfico 4.5 – Peso dos melhores clientes no volume de negócios.....	110
Gráfico 4.6 _A – Desenvolvimento de produto e serviços.....	112
Gráfico 4.6 _B – Análise à matriz de produtos e mercados.....	112
Gráfico 4.7 – Produtos respeitam padrões de qualidade internacionais.....	113
Gráfico 4.8 – Exposição dos produtos à concorrência externa.....	113
Gráfico 4.9 – Flexibilidade do processo produtivo / tecnologia.....	114
Gráfico 4.10 – Apresentação da informação económico-financeira.....	115
Gráfico 4.11 – Garantias de crédito.....	116
Gráfico 4.12 – Áreas centrais da actividade.....	119
Gráfico 4.13 – Avaliação da empresa do meio envolvente.....	121
Gráfico 4.14 – Atractividade do produto e serviço face ao mercado.....	123
Gráfico 4.15 – Produto e serviço e sua contribuição para os proveitos.....	124
Gráfica 4.16 – Modo como as melhorias introduzidas são geridas.....	124
Gráfico 4.17 – Recursos aplicados nas melhorias e mudanças.....	124
Gráfico 4.18 – Conteúdo da proposta de financiamento.....	125
Gráfico 4.19 – Adequação do <i>cash-flow</i> ao reembolso do crédito.....	126
Gráfico 4.20 – Medidas correctivas face a indicadores negativos.....	127
Gráfico 4.21 – Registo de stocks (N=106).....	128
Gráfico 4.22 – Existência de sistemas de informação (N=107).....	129
Gráfico 4.23 – Existência de práticas de gestão inovadoras e de sistemas de informação e controlo interno (N=106).....	129
Gráfico 4.24 – Utilização de <i>rating</i> externo.....	131

Gráfico 4.25 – Custo de implementação do Acordo de Basileia II.....	137
Gráfico 4.26 – Existência de poupança de Fundos Próprios.....	139
Gráfico 4.27 – Método de cálculo dos requisitos de capital.....	143
Gráfico 4.28 – AMA (tipo de informação utilizada).....	143
Gráfico 4.29 – Existência de processo de avaliação de FP/Objectivos de Capital..	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Evolução histórica do Acordo de Basileia II.....	15
Tabela 2.2 – Basileia I versus Basileia II.....	16
Tabela 2.3 – Fundos Próprios.....	18
Tabela 2.4 – Acordo Actual (Basileia I).....	23
Tabela 2.5 – Basileia I (Risco de Crédito – Grelha de Ponderadores).....	23
Tabela 2.6 – Grelha de Ponderadores (Basileia I).....	24
Tabela 2.7 _A – Ponderadores (Crédito a administrações, bancos centrais e outros organismos, BDM)	25
Tabela 2.7 _B – Ponderadores (Crédito a administrações, bancos centrais e outros organismos, BDM)	26
Tabela 2.8 – Ponderadores (crédito a retalho e hipotecário).....	27
Tabela 2.9 – Ponderação para crédito vencido e restantes activos.....	28
Tabela 2.10 – Acordo de Basileia II – <i>Standard</i>	29
Tabela 2.11 – Nível de sofisticação das três abordagens.....	31
Tabela 2.12 – Parâmetros de risco necessários no Novo Acordo.....	32
Tabela 2.13 – As abordagens e os parâmetros de risco.....	33
Tabela 2.14 – Cálculo da LGD.....	35
Tabela 2.15 – Cálculo da EAD.....	36
Tabela 2.16 – Cálculo de M (<i>Maturity</i>).....	37
Tabela 2.17 – Acordo de Basileia II – Modelos internos (<i>Foundation e Advanced</i>)	37
Tabela 2.18 – Colaterais elegíveis e garantias permitidas	41
Tabela 2.19 – Média de alterações nos requisitos de capital (UE) e (UE+6).....	45
Tabela 2.20 – Alteração do nível de capital por categoria de activos na (UE).....	47
Tabela 2.21 – Variação dos <i>spreads</i> face à variação dos requisitos mínimos de capital	54
Tabela 2.22 – Notações de <i>rating</i> da Standard & Poor (S&P) e Moody's.....	56
Tabela 2.23 – <i>Rating</i> (S&P) das Obrigações equivalente ao <i>Z-score</i>	59
Tabela 2.24 – Abordagens previstas.....	71
Tabela 2.25 – Requisitos mínimos para a adopção de cada abordagem.....	72
Tabela 2.26 – Requisitos de capital (exemplo).....	73
Tabela 2.27 – Requisitos de capital de acordo com o método básico.....	74

Tabela 2.28 – Regras de transição.....	77
Tabela 3.1 – Caracterização das 600 empresas do universo de 1000.....	91
Tabela 3.2 – Síntese das 600 empresas do universo de 1000.....	92
Tabela 3.3 – Amostra de 10 empresas (milhões de euros).....	93
Tabela 3.4 – Sistema bancário e equiparado.....	94
Tabela 3.5 – Quota de mercado dos bancos em 30-Junho-05 (com contas IAS).....	95
Tabela 3.6 – Empresas que pertencem a grupos empresariais.....	96
Tabela 3.7 – Função do respondente na empresa.....	97
Tabela 3.8 – Habilitações académicas.....	97
Tabela 3.9 – Sector de Actividade.....	98
Tabela 3.10 – Dimensão das empresas.....	98
Tabela 3.11 – Negócios com o mercado externo.....	98
Tabela 3.12 – Banco faz parte de um grupo empresarial.....	99
Tabela 3.13 – Função na instituição.....	99
Tabela 3.14 – Habilitações académicas.....	100
Tabela 3.15 – Função / Habilitações académicas.....	100
Tabela 3.16 – Volume de activos do banco ou grupo financeiro.....	101
Tabela 4.1 – Habilitações académicas e o volume de negócios.....	104
Tabela 4.2 – Negócio com o mercado externo (análise sectorial).....	105
Tabela 4.3 – Planos de recuperação face à redução de vendas nos últimos anos....	106
Tabela 4.4 – Visitas regulares a feiras internacionais.....	106
Tabela 4.5 – Peso dos clientes no negócio da empresa de acordo com a actividade.....	108
Tabela 4.6 – Peso dos clientes no negócio da empresa de acordo com o VN.....	109
Tabela 4.7 – Matriz de produtos e mercados /Desenvolvimento de produto.....	111
Tabela 4.8 – Importância atribuída ao relacionamento corrente com a banca.....	116
Tabela 4.9 – Garantias solicitadas pelos bancos (1).....	117
Tabela 4.10 – Garantias solicitadas pelos bancos (2).....	117
Tabela 4.11 – Introdução do risco e produtos derivados.....	118
Tabela 4.12 – Avaliação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.....	120
Tabela 4.13 – Correção dos objectivos do negócio face ao produto / mercado.....	122
Tabela 4.14 – Produto, proveitos e o plano de negócios.....	123
Tabela 4.15 – Conteúdo da proposta por volume de negócios (N=107).....	125

Tabela 4.16 – Aplicação dos recursos financeiros.....	126
Tabela 4.17 – Tipo de gestão.....	127
Tabela 4.18 – Visibilidade do Novo Acordo no processo de crédito.....	130
Tabela 4.19 – Método utilizado na ponderação dos activos.....	130
Tabela 4.19 _A – A utilização dos métodos e a dimensão dos bancos.....	131
Tabela 4.20 – Cálculo da PD.....	132
Tabela 4.21 – Cálculo da PD, LGD, EAD, M (todos).....	132
Tabela 4.22 – Cumprimento das condições para a utilização do método IRB (N=10).....	133
Tabela 4.23 – Cumprimento das condições para a utilização do método IRB (N=9).....	134
Tabela 4.24 – Recurso a consultores externos para desenvolver metodologias.....	134
Tabela 4.25 – Escolha do fornecedor certificado de <i>software</i> de Basileia.....	135
Tabela 4.26 – Estratégia de gestão de clientes / direcções de risco de crédito.....	136
Tabela 4.27 – Implicações de Basileia II.....	137
Tabela 4.28 – Custo / Dimensão das instituições.....	139
Tabela 4.29 – Poupanças de capital e <i>pricing</i>	140
Tabela 4.30 – Ciclos económicos.....	141
Tabela 4.31 – Requisitos de Risco Operacional.....	142
Tabela 4.32 – AMA e o Risco Operacional.....	144
Tabela 4.33 – Bases de dados associadas ao crédito.....	144
Tabela 4.33 _A – Bases de dados sobre transacções.....	145
Tabela 4.33 _B – Bases de dados históricas.....	145
Tabela 4.33 _C – Bases de dados sobre cálculos.....	146
Tabela 4.33 _D – Bases de dados sobre divulgação e reporte.....	146
Tabela 4.34 – Introdução dos métodos de mediação do Risco de Mercado.....	147
Tabela 4.35 – Reporte à administração sobre perfis de risco e necessidades de FP.....	148
Tabela 4.36 – Revisão do processo de controlo interno.....	148
Tabela 4.37 – A auditoria externa e o nível de capital.....	149
Tabela 4.38 – Divulgação da informação.....	150
Tabela 4.39 – Âmbito da informação.....	150
Tabela 4.40 – Composição da informação sobre políticas de gestão de risco.....	151
Tabela 4.41 – Nível de capitalização e riscos / prémios de risco.....	151

Tabela 4.42 – Consumo de capital (VN=5 milhões de euros).....	153
Tabela 4.43 – Consumo de capital (VN=50 milhões de euros).....	153
Tabela 4.44 – Basileia I e o método <i>Standard</i>	153
Tabela 4.45 – Variáveis de modelo de <i>rating</i> do Banco X.....	154
Tabela 4.46 – Variáveis explicativas da variação do <i>spread</i> de taxa de juro.....	156

GLOSSÁRIO

AIRB – Advanced IRB
APB – Associação Portuguesa de Bancos
BCBS – Basel Committee on Banking Supervision
BDM – Banco de desenvolvimento multilateral
BEI – Banco Europeu de Investimento
BIS - Bank for International Settlements
CGD – Caixa Geral de Depósitos
CP3 – Third Consultive Paper
DF – Demonstrações Financeiras
EAD – Exposure at Default
EUA – Estados Unidos da América
FASB – Financial Accounting Standards Board
FIRB – Foundation IRB
FMI – Fundo Monetário Internacional
FP – Fundos Próprios
GE – Grandes Empresas
IAS - International Accounting Standards
IASB – International Accounting Standards Board
IC – Instituições de Crédito
IOSCO – International Organization Of Securities Commissions
IRB = Internal Ratings Based Approach
LGD – Loss Given Default
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIF – Outras Instituições Financeiras
PD – Probability Default
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
RC – Risco de Crédito
RM – Risco de Mercado
RO – Risco Operacional
ROC – Revisor Oficial de Contas
ROE – Return on Equity
SI – Sistemas de Informação
UE – União Europeia
VaR – Value at risk

CAPITULO I

1. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA E OBJECTIVOS DO TRABALHO

1.1. Introdução

“Num mundo de pressão e competição constantes, é essencial para as instituições financeiras a identificação, quantificação e controlo das suas exposições aos riscos, de modo a minimizarem as perdas, sobreviverem e ultrapassarem os seus concorrentes”, Ferreira (2004).

Como refere Pereira (2005), a incerteza financeira que se estabeleceu com o abandono do sistema de *Bretton Woods* e a crise sistémica de 1970 com incidência em 93 países, o *crash* de 1987, bem como as crises do yen/dollar em 1988 (Danielsson, 2003; Rodríguez, 2003:119), com repercussões a nível global e em particular no sistema financeiro, forçou os bancos centrais dos países desenvolvidos que integram o G-10¹ a criar mecanismos que assegurassem a estabilidade do sistema, visando fortalecer os bancos participantes e proteger os depositantes, culminando com um Acordo de Basileia I firmado em 1988 (Goodhart, Hofman e Segoviano, 2004:596).

Após ter sido estabelecido em 1974 pelos governadores de bancos centrais de um grupo de dez países, o **Comité de Supervisão Bancária de Basileia** passou a apresentar treze membros, a saber a Bélgica, o Canadá, a França, a Alemanha, a Itália, o Japão, o Luxemburgo, a Holanda, a Espanha, a Suécia, a Suíça, o Reino Unido e os Estados Unidos da América (Engelen, 2002). Os países estão representados pelos supervisores dos bancos centrais ou pelas autoridades com responsabilidades pela supervisão. Em 1988, o Comité introduz regras de cálculo de capital regulamentar, conforme definido no Acordo de Basileia I, ou Velho Acordo, exigindo que o capital mínimo passe a ser de 8% até ao final de 1992. Este Acordo, adoptado não só pelos membros, mas sim por mais de 100 países, recomenda requisitos mínimos de capital para fazer face à evidente

¹ G10 – o “Grupo dos 10”, é composto de facto de 11 países: EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá, Suécia, Holanda, Bélgica e Suíça.

deterioração dos índices de capital dos bancos internacionais na década de 80. A sua essência reside na ponderação dos activos de acordo com o risco de incumprimento das obrigações da contraparte, ou seja, o risco de crédito. Exige também, as melhores práticas e *standards* de supervisão, cabendo às autoridades dos países membros a sua implementação.

Pereira (2005) refere que, não obstante Basileia I ter reforçado a estabilidade financeira, não impediu que algumas crises, susceptíveis de abalar a confiança no sistema, tivessem ocorrido, em especial nos chamados mercados emergentes. Atente-se nas crises da Ásia de 1997 a 1998, da Rússia no Verão de 1998 e da Argentina em 2002 (Rodríguez, 2003: 120). Pereira (2005) refere ainda que, por iniciativa do BIS, iniciou-se o delinear de um conjunto de regras de harmonização da supervisão bancária muito incentivada desde a crise asiática referida.

Gallo e Nicolli (2002), citados por Pereira (2005), justificam que, face às novas pressões de mercado e aos escândalos financeiros verificados nos últimos anos, tornou-se necessário convencer os bancos, a nível global, a possuírem um sistema de informação na área de risco, de forma a geri-lo eficazmente. De acordo com Pereira (2005) e Rodríguez (2003: 121), o BIS, como entidade responsável por essa função a nível mundial, formulou uma proposta para definir um acordo de capitais que permitisse aos bancos e aos supervisores avaliarem correctamente os vários riscos do sector. Assim, a estrutura do Novo Acordo de capitais apoia-se em **três pilares**: o primeiro pilar refere-se aos requisitos e exigências de capital dos bancos, que são função dos riscos de crédito assumidos; o segundo pilar trata do processo de exame e supervisão bancária; e o terceiro e último pilar cuida da disciplina do mercado financeiro e exigências de informação. Na prática, essas recomendações pretendem impor parâmetros às instituições bancárias, para que sejam mais selectivas na concessão de créditos. Caso contrário, ser-lhes-á exigido capital adicional para cobrir os riscos assumidos.

Colocado em discussão e em prática por iniciativa do BIS, o Acordo de Basileia II corresponde a um conjunto de regras de harmonização da supervisão bancária.

Ainda segundo Pereira (2005), para além de mudanças para apurar a gestão do risco de crédito, procura-se introduzir no Acordo o conceito de risco operacional, que prevê a

alocação de recursos para fraudes, roubos ou falhas processuais, que podem estar presentes em qualquer ponto da organização e, por isso, são mais difíceis de controlar. Elaborado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia com o propósito de dar uma maior transparência e disciplina aos mercados, o Novo Acordo de capitais propõe levar a efeito uma análise mais rigorosa na concessão de crédito, defendendo a implementação de sistemas mais evoluídos para o controlo de risco na banca. Como consequência dessas recomendações, os bancos enfrentam um novo desafio: estruturar os seus sistemas de informação operacionais de acordo com os requisitos do Acordo de Basileia II, aprofundando ainda mais as características analíticas deste tipo de sistemas. “Sem existir a pretensão de esgotar a análise dos critérios técnicos propostos no acordo, poder-se-á argumentar que a essência das recomendações contidas no texto está em definir uma maior supervisão sobre a actuação dos intermediários financeiros internacionais, através do constante acompanhamento dos riscos e da adequação do capital destas instituições às suas operações no mercado” Pereira (2005: 1-3).

Segundo Blount (2003), é possível afirmar que a sua aplicação a nível global será em 2006. Contudo, este autor alerta para o facto de serem necessárias reformas, não tendo estas (e.g., nos EUA) ganho ainda suficiente suporte, o que leva a pensar que poderá não existir uma aplicação homogénea neste país. Não obstante esta afirmação, a aplicação efectiva do Acordo será concretizada no início de 2007. Segundo Roldán (2006: 2), a adopção nos EUA das abordagens avançadas ocorrerá apenas em Janeiro de 2008.

Em Portugal, não existem estudos que permitam inferir acerca do impacto das regras de Basileia II em termos de acessibilidade ao crédito por parte das empresas, quando se constata que este acesso é grandemente determinado pela notação de *rating* obtida, a qual resulta da sua situação económico-financeira, e esta, em último caso, do seu posicionamento face ao mercado e competitividade.

No tocante aos bancos, é do nosso conhecimento que em Portugal foi levado a efeito um estudo académico por Freitas (2005), o qual procurou pela via das PD (probabilidades de incumprimento) relacionar o nível de requisitos de fundos próprios com os custos adicionais para as empresas, verificando deste modo o impacto no nível de preços a praticar pelo sistema financeiro neste segmento de negócio. A nível internacional, o QIS

3 – Third Quantitative Impact Study (2003), apresenta o nível de requisitos por tipo de bancos e segmentos de negócio, bem como os métodos de avaliação de riscos de crédito previstos para os diversos países da UE. Barfield (2004) alude a um estudo realizado pela PricewaterhouseCoopers a pedido da Comissão Europeia, onde é dada ênfase aos requisitos de capital por país e por segmento de empresas (PME e GE), bem como ao retorno de capital face ao seu custo. No Brasil procurou-se aferir das exigências de capital para risco de crédito e operacional (Carneiro, Vivan e Krause, 2005).

Considerando a escassez de estudos na área, a motivação para o presente trabalho é pertinente, e a fase de elaboração apropriada, na medida em que o Novo Acordo entra em vigor em Janeiro de 2007, interessando conhecer a adaptação dos bancos e o que pensam os seus responsáveis sobre as implicações de Basileia. De modo análogo, interessa inferir as implicações da situação das empresas no seu *rating*, partindo de um leque de factores pré-estabelecidos.

1.2. Objectivos

O presente estudo foi desenvolvido visando dois objectivos essenciais: o **primeiro** pretende evidenciar o impacto do Novo Acordo de Basileia II na gestão de riscos do sector bancário, em particular ao nível do risco de crédito, procurando avaliar a dimensão dos recursos investidos, o grau de preparação da banca em termos da adopção das novas metodologias de gestão dos riscos e o cumprimento dos prazos, comparando tais efeitos com as premissas focadas em estudos exploratórios. O **segundo**, visa avaliar a capacidade de adaptação do tecido empresarial português face às exigências das novas metodologias de gestão de riscos utilizadas em Basileia II, nomeadamente na determinação do *rating* como factor decisivo na fixação do *pricing* das operações de crédito. O conhecimento dessa capacidade será acompanhado de sugestões tendentes a melhorar os dados apresentados pelas empresas quando se dirigem a uma instituição financeira no sentido da captação de capitais para os seus negócios.

Pretende-se atingir estes objectivos com recurso a questionários realizados quer junto da banca quer das empresas. Em complemento da análise anterior, realizou-se um estudo de caso visando relacionar o nível de risco, o *pricing* e a rendibilidade.

1.3. Plano de apresentação

A presente dissertação encontra-se disposta em **cinco capítulos**. Após esta **apresentação** enquadramos no segundo capítulo a **revisão da literatura**, pretendendo-se, de modo sucinto, resumir os estudos empíricos, as ideias e os trabalhos já desenvolvidos alusivos ao tema, não se pretendendo apresentar toda a complexidade inerente às metodologias que suportam o referido Acordo. Com base na evidência de estudos, opiniões e *case-studies* prévios, procura-se discutir as componentes essenciais do Acordo. A primeira parte da revisão da literatura incide sobre a identificação dos riscos e a regulação do sistema financeiro aludindo ao capital económico e regulamentar. A segunda, apresenta as suas partes integrantes, procurando identificar as variáveis já abordadas em estudos anteriores, referindo-se ainda às suas implicações económicas. No **terceiro capítulo**, referente à metodologia, pretende-se apresentar o método inerente à definição da amostra objecto dos questionários bem como a metodologia de análise dos dados. O **quarto capítulo** é dedicado à análise e discussão dos resultados. O **quinto** e último corresponde às conclusões, as quais resumem os principais resultados, as limitações da investigação, as recomendações e as sugestões para futura pesquisa.

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Introdução

No presente capítulo, pretende-se apresentar a literatura mais relevante relativa ao Acordo de Basileia II, salientando-se os aspectos considerados essenciais para a compreensão do tema em discussão.

Para o efeito, inicia-se a revisão com a definição dos riscos mais relevantes inerentes à indústria financeira, caracterizando posteriormente a estrutura do Novo Acordo, incluindo os novos métodos de gestão de riscos, nomeadamente de crédito e operacional.

Tendo presente que, no âmbito do presente trabalho, se procura avaliar os impactos de Basileia II no sistema financeiro português e nas empresas, dedicamos um sub-capítulo a este tema, baseando-nos na literatura de índole teórica e empírica disponível. No que concerne aos bancos, analisamos as implicações em termos de poupança ou consumo de fundos próprios, de custos com a introdução das novas metodologias e da relação risco e *pricing* das operações de crédito. No tocante às empresas, colocamos em evidência aspectos condicionadores do sucesso empresarial e consequente acesso ao crédito, com implicações na atribuição do *rating*.

Dedicamos ainda a nossa atenção à importância do regulador (banco central), em matéria de supervisão bancária, a qual tem evoluído em termos de competências. Deixamos igualmente um espaço para a disciplina de mercado, como orientadora dos requisitos de informação dos bancos ao exterior.

Por fim, sintetizamos os aspectos mais relevantes inerentes ao tema tratado.

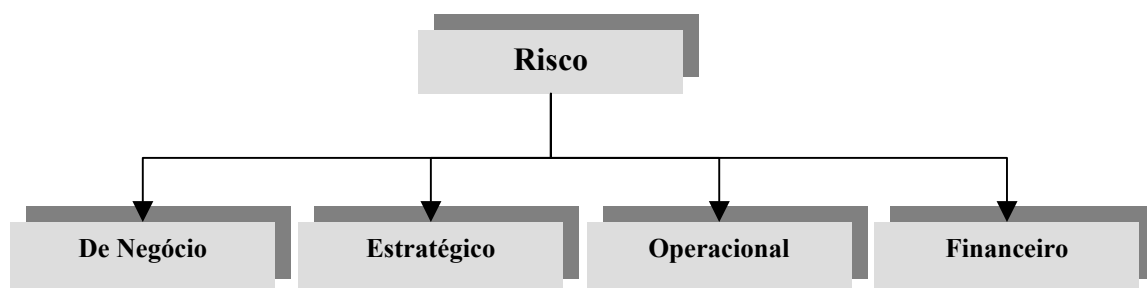
2.2. O risco na perspectiva da banca

A actividade de intermediação bancária existe porque os bancos têm capacidade para reduzir os custos de transacção e de informação, o que não sucederia se os aforradores ou investidores contratassem directamente com os tomadores de crédito.

Trata-se de uma actividade que envolve riscos. O risco é inerente a qualquer situação que implique a tomada de decisões cujos resultados tenham lugar no futuro, podendo implicar que estes venham a diferir do esperado. É, pois, esta volatilidade nos resultados a essência do risco (Ferreira, 2004: 1-13; González e Pascual, 2001: 217-233).

As empresas, em geral, enfrentam uma diversidade de riscos, conforme apresentado na Figura 2.1., sendo particularmente relevante para a banca o risco financeiro.

Figura 2.1 – Categorias de riscos



Fonte: adaptado de (Ferreira, 2004:2)

Por **risco de negócio** entende-se aquele que se assume para criar uma vantagem competitiva e acrescentar valor para os accionistas, decorrendo da ligação ao mercado. Inclui-se nele as inovações tecnológicas, o *design* de produtos, o marketing, entre outros.

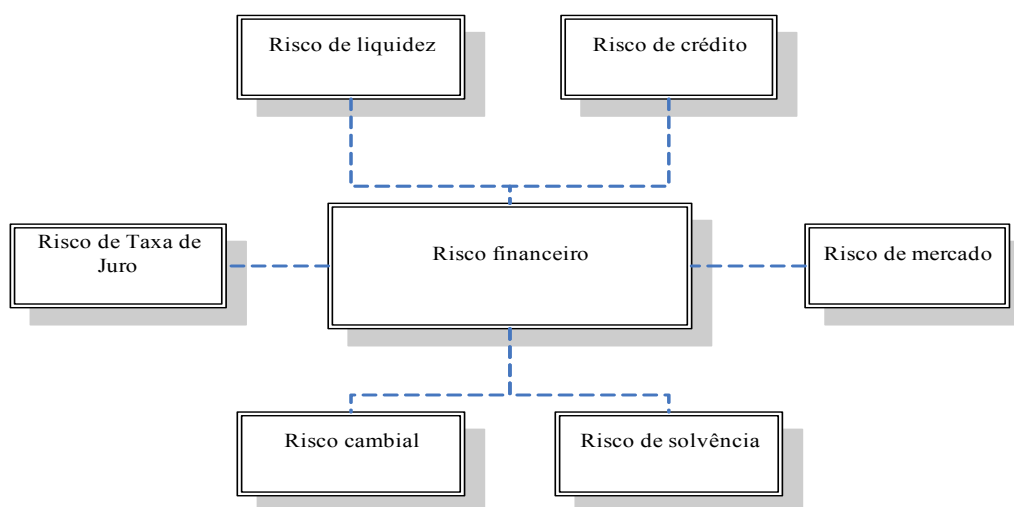
O **risco estratégico** decorre de alterações no enquadramento económico e político da empresa (e.g. as expropriações e nacionalizações ocorridas em Portugal na década de setenta).

O **risco operativo, operacional ou técnico**, é inerente a factores como as falhas humanas nos sistemas de informação, nos sistemas de *reporting*, nos processos operativos ou em insuficiências dos mecanismos de controlo. No sector bancário este risco está intrinsecamente relacionado com erros nas instruções de pagamento ao liquidar transacções ou falhas humanas, estando a falta de controlo interno na maior parte dos casos na origem destes problemas, nomeadamente porque a gestão não tomou as medidas e as políticas adequadas de supervisão dos empregados que poderão expor o banco a perdas. Este tipo de risco poderá ser visível a dois níveis: o técnico, que ocorre quando os sistemas de informação ou as medidas do risco são insuficientes, ou a nível

organizacional, quando as regras ao nível de *reporting* e de acompanhamento do risco são insuficientes ou mesmo inexistentes (Ferreira, 2004:2-3; González & Pascual, 2001:217-233).

A Figura 2.2 indica as categorias de **risco financeiro** a que se encontram sujeitas as instituições financeiras, cuja definição serve de base para a medição de cada uma delas e para a implementação de metodologias para a sua gestão. Com o decurso dos anos as definições de cada uma foram ganhando precisão, tendo este processo sido largamente ajudado pelas regulações que definiram os princípios e regras básicas a serem aplicados aos vários riscos, designadamente a partir de 1988, com o Acordo de Basileia I, e a partir de 2007 com Basileia II. Daremos como é natural particular importância neste trabalho ao risco de crédito e de mercado (Ferreira, 2004; González & Pascual, 2001:217-237).

Figura 2.2 – Categorias de risco financeiro



Fonte: adaptado de (Ferreira, 2004: 4)

O risco tem subjacente a incerteza nos rendimentos futuros, daí que se divida o risco financeiro em seis categorias principais, consoante as variáveis financeiras, cujas eventuais alterações são fonte de incerteza quanto aos rendimentos futuros.

O **risco de crédito** encontra-se estritamente associado à PD dos clientes em relação ao reembolso dos créditos, originando a perda total ou parcial destes. Este risco refere-se

ainda à possibilidade de redução da capacidade creditícia e de reputação dos clientes. Os mercados financeiros penalizam a redução da capacidade de reembolso de um mutuário, quer pela via do aumento das taxas de juro, quer através da redução do valor das cotações das acções, ou ainda pela alteração da notação de *rating*. Trata-se do principal risco enfrentado pelos bancos, sendo decorrente de transacções que originam direitos, contingentes ou potenciais contra uma contraparte (Banco Itaú, 2003). O risco de crédito pode ser dividido em:

- De incumprimento, quando o devedor não cumpre com uma determinada cláusula contratual;
- País ou soberano, que se verifica quando um país não honra uma dívida por questões económicas ou políticas, ou um conjunto de entidades de um país serem incapazes de pagar os empréstimos nas datas contratadas. Pode ser considerado em primeiro lugar como soberano quando o devedor é uma entidade estatal ou entidades por ele garantidas, podendo ser ineficazes as acções legais para o cumprimento atempado da obrigação alegando razões de soberania. Em segundo lugar, como de transferência, quando os devedores residentes apresentam uma incapacidade generalizada de liquidar as suas obrigações, nomeadamente face à incapacidade de aceder a divisas para o efeito;
- De liquidação (ou de *clearing*), quando a troca efectiva de fundos ou outro activo é inviabilizada.

O **risco de liquidez**, poderá consubstanciar-se “no risco de que as reservas e disponibilidades do banco não sejam suficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorrem, cujo desequilíbrio nos fluxos de caixa gera incapacidade de cumprir com os compromissos” (Banco Itaú, 2003). Este tipo de risco, como referem Carneiro, Vivan e Krause (2005: 6), também faz parte das recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, o qual, em Fevereiro de 2000, divulgou um novo texto com disposições para a sua correcta gestão, tendo sido estabelecidos 14 princípios para adequar essa gestão pelos bancos.

O **risco de mercado** representa a possibilidade de perda que a empresa poderá sofrer, num determinado período de tempo, devido a movimentos aleatórios nas taxas de juro, nas taxas de câmbio, nos preços dos activos financeiros e nas *commodities*, e a

mudanças na correlação (interacção) entre eles e nas suas volatilidades (Banco Itaú, 2003).

O **risco de taxa de juro** está associado à possibilidade de declínio dos lucros devido a movimentos adversos das taxas de juro activas e passivas e à não coincidência de prazos de *repricing* dos activos e passivos.

O **risco cambial** decorre de variações nos proveitos causadas pela indexação de custos e proveitos a taxas de câmbio ou pela denominação de activos e/ou passivos em moeda estrangeira.

Por **risco de solvência** corresponde à possibilidade de falência da organização, pela incapacidade de proceder à cobertura, com capital disponível, das perdas geradas pelos riscos anteriormente referidos.

2.3. Capital Regulamentar e Capital Económico

O capital é seguramente uma das mais importantes matérias para os reguladores, accionistas ou investidores dum banco, limitando a actividade de um banco. O capital está ligado à capacidade para emprestar aos clientes, para fazer aquisições e para remunerar os accionistas através dos dividendos. Por outro lado, do ponto de vista estratégico, as exigências de capital, impostas pelo regulador, influenciam a composição do *mix* de produtos dum banco, na medida em que umas linhas de negócio "consomem" mais capital do que outras.

Para além dos aspectos referidos, a existência de uma adequada capitalização dos bancos é absolutamente essencial para evitar o denominado risco sistémico, i.e., quando uma empresa industrial ou de serviços entra em *default*, esse facto não se propaga a toda a economia. Ao contrário, num banco há o risco do seu incumprimento se repercutir em todo o sistema (risco sistémico), com efeitos do tipo dominó (Danielsson, 2003: 158).

O **capital regulamentar** de um banco é o capital mínimo imposto pelo regulador, sendo usado pelas autoridades reguladoras para supervisão (e.g. adequação de capital). Sob Basileia I, para o cálculo de capital regulamentar, há quatro categorias de risco, cada uma delas com um ponderador pré-determinado (*RWA – Risk Weighting Assets*), 0%,

10%, 20%, 50% e 100%, sendo aplicado 8% a 100% dos activos ponderados. Por exemplo, um banco da OCDE possui um activo que apresenta uma ponderação de risco de 20%. Neste caso existe um “consumo” de capital 1,6%, (i.e., 20% de 8%), o que faz com que o regime regulador seja insensível à qualidade de cada activo. Este facto incentiva os bancos a procurar activos das classes de risco baixo definidas por Basileia I, onde o ponderador é baixo, pelo que o "consumo" de capital também será reduzido, afastando-se dos activos (e.g., clientes inseridos em classes de risco classificadas como altas).

Em Basileia I, o crédito concedido a uma empresa (e.g., de bom ou mau risco) será mais "consumidor" de capital do que um crédito hipotecário, mesmo que o valor de realização da hipoteca seja problemático. Esta realidade não tem em consideração a essência económica do risco de crédito, segmentando cegamente os activos em classes de risco, sem atender à qualidade (risco) de cada activo (Odenbach, 2002: 53; Amaral, 2003; Tanaka, 2003: 218).

Por **capital económico** de um banco entende-se aquele que permite fazer face às perdas não esperadas, i.e., aquelas perdas que têm uma muito pequena (mas definida) hipótese de ocorrerem. Perdas esperadas são, como a expressão indica, as que se espera acontecerem num curto período de tempo com uma certa probabilidade, enquanto as perdas não esperadas traduzem a volatilidade das perdas esperadas, ou seja, as perdas em que se poderá incorrer para além das perdas esperadas. Para se compreender a diferença entre perdas esperadas e não esperadas, vejamos o exemplo das classes de risco (*ratings*) na carteira de crédito de um banco. Os bancos que têm sistemas de *rating* dividem os clientes em classes de "risco", sendo atribuída a cada classe uma certa probabilidade de incumprimento. O que caracteriza uma classe de risco é a frequência esperada de incumprimento nessa classe, sendo ainda necessário uma estimativa de perda de incumprimento. De notar, no entanto, que em cada classe está já incorporado o *spread* que os clientes deverão pagar e a PD, o que significa que, em princípio, as perdas em que o banco incorre nessa classe de risco já são esperadas e irão ser pagas pelos clientes da classe que não entram em *default*. Por isso, o capital económico não está ligado a essas perdas esperadas, as quais são suportadas pela própria classe de risco, ou seja, pelo próprio mercado (Amaral, 2003; Bruggink e Buck, 2002).

Por outro lado, poderá afirmar-se que, enquanto os clientes das várias classes de risco incorporam nos *spreads* as perdas esperadas, deverá também ser garantida a responsabilidade pelas perdas não esperadas em que o banco incorre *ex-post*. Tal garantia deverá ser assegurada através do capital do banco, que funciona como caução contra essas perdas. Existindo esse capital, o regulador não actuará, pois não haverá risco para o sistema decorrente das perdas não esperadas (Hasan e Zazzara, 2006).

É evidente que, se um banco não tiver este sistema de *rating*, no limite não há distinção entre perdas esperadas e não esperadas, são todas não esperadas (Amaral, 2003). Basileia II visa aproximar o capital económico do capital regulamentar, motivando os bancos a aprimorar as técnicas de gestão de risco de modo a optimizarem o capital regulamentar, aproximando-o do capital económico.

Tal significa que os bancos deverão possuir um capital mínimo que sirva de caução e responda pelas perdas esperadas e não esperadas. Deverão ser tidos em conta no capital económico, para além destes riscos de crédito, ainda os riscos operacionais, a abordar na secção 2.5.

2.4. Basileia II – Implementação e Objectivos

Com Basileia II, não está apenas em questão uma simples norma de proporções contabilísticas a aplicar pelos Bancos, mas, sobretudo, de instrumentos de gestão e de competitividade, estando em causa:

- Análise da exposição aos riscos;
- Capacidade de definição e execução de estratégias de gestão de riscos;
- Capacidade de fixação e vigilância de limites de risco adequados;
- Capacidade e consistência na análise de performance;
- Controlo e supervisão.

2.4.1. Contexto e evolução histórica de Basileia II

De acordo com Goodhart, Hofman e Segoviano (2004: 596), a liberalização dos mercados financeiros conduziu a um aumento da competição e à redução das margens de lucro. A inexperiência na gestão do risco e a entrada em novos mercados e clientes, assim como a concessão de empréstimos de forma inapropriada, aumentaram o risco da

carteira de crédito dos bancos e os *write-offs* (crédito abatido ao activo). Tal situação conduziu a uma redução do rácio de capital e à fragilidade do sistema financeiro. A génese de Basileia I estará na crise dos anos setenta, mas também, conforme refere Lastra (2004:228), poderá ser encontrada após a crise de dívida posterior à suspensão dos pagamentos do México em 1982. Daí que, aliado ao desenvolvimento dos mercados e dos fluxos financeiros, o grupo dos G10 (dez países mais desenvolvidos em termos de mercados), levaram a cabo uma estrutura de medição de risco de crédito, que impunha uma reserva mínima de capital de 8% até ao final de 1992. De facto, em 1988, os reguladores dos principais países industrializados desenvolveram o Acordo de Basileia (BIS I) depois de várias falências no sector bancário. O BIS I introduziu requisitos mínimos de capital para todos os bancos, correspondentes a cerca de 8% dos activos ponderados por risco de crédito. O risco de crédito era determinado, essencialmente, através de ponderadores *standard* de acordo com o tipo de contraparte e de garantia.

Em Janeiro de 1996, foi publicado o “*Amendment to the Capital Accord to Incorporate Market Risks*”, primeira adenda ao acordo original, alargando os requerimentos de capital também ao **risco de mercado**, abrindo caminho para uma revisão mais ampla do acordo de 1988 (Carneiro, Vivan e Krause, 2005: 6; Hall, 2006).

O velho Acordo, apesar de ter sido adoptado em mais de 100 países, não conseguiu alcançar o objectivo principal, o de conseguir tornar todo o sistema financeiro estável. Atente-se na crise asiática de 1997-1998 em que os bancos apresentavam uma grande concentração em empréstimos de curto prazo (e.g. maturidade igual ou inferior a um ano) dado que ponderavam a 20%. A liberalização dos mercados financeiros conduziu a uma maior variação do preço dos activos. Por outro lado a competição induziu à redução das margens e do ROE.

O incremento da competição devido aos desafios da globalização, a consolidação industrial que motivou as empresas a mudanças contínuas quer nas suas relações externas quer nas operações internas, a volatilidade dos mercados implicando a redução dos proveitos e aumento dos riscos, acompanhados do aumento da sofisticação dos consumidores, aumentando as expectativas destes em relação às ofertas dos fornecedores de serviços, conduziu o sistema financeiro à adopção de melhores práticas (Anonymous, 2003)

De salientar que a ponderação de risco em Basileia I para empréstimos a soberanos e empresas da OCDE, é respectivamente de 0 e de 100, ou seja, este Acordo não diferencia os bancos e mutuários e apresenta-se pouco sensível ao risco, daí a necessidade de se ter avançado para um Novo Acordo (Tanaka, 2003: 219).

No seguimento do dito anteriormente, de referir que em Junho de 1999, na primeira versão do documento de consulta sobre o Novo Acordo, é feita pela primeira vez alusão ao risco operacional, que, com a implementação definitiva do Acordo, passaria a ser considerado no cálculo dos requisitos de capital.

O *Chairman* do Basel Committee on Banking Supervision, referiu que a complexidade do Novo Acordo é uma consequência natural dos avanços e inovações dos mercados financeiros, sendo que as actividades e gestão das organizações bancárias estão mais complexas do que na data da implementação de Basileia I, consistindo Basileia II na necessidade da existência de uma base mais atenta ao risco (Rodríguez, 2003:122).

Contemplando o Novo Acordo, um rigor acrescido nas práticas de gestão de riscos, convém referir que uma abordagem demasiado regrada pode dificultar a inovação e a prática de gestão (Rodríguez, 2003:122).

A versão final do Acordo de Basileia II foi publicada em 26 de Junho de 2004, apresentada à Comissão Europeia posteriormente uma proposta de Directiva (CAD 3), visando a sua aplicação a todos os Estados membros a partir de 01 de Janeiro de 2007 (Barfield, 2004: 83). De salientar que o processo de Basileia nem sempre decorreu em paralelo com Bruxelas (UE), sendo exemplo disso a implementação do VaR em 1998, quando este havia sido proposto em 1996.

A Tabela 2.1 evidencia as fases mais relevantes da evolução conducente ao Acordo de Basileia II.

Tabela 2.1 – Evolução histórica do Acordo de Basileia II

Datas	Descrição	Observações
Julho de 1988	Publicação de Basileia I	Com limite de implementação até 1992
Novembro de 1991	Amendment of the Basel I, in respect of the inclusion of general provisions/general in capital	Inclui as provisões para riscos gerais de crédito na (Tier I)
Julho de 1994	The treatment of the credit risk associated with certain off-balance-sheet items	Operações extrapatrimoniais
Abril de 2003	Consultive proposal by the Basel Committee on Banking Supervision	Risco de taxa de juro
Janeiro de 1996	“Overview of the amendment to the Capital Accord to incorporate market risks”	Risco de mercado
1998	CAD II	VaR, para riscos de mercado
Junho de 1999	Início das consultas para a revisão do Acordo	CP1
Setembro de 2001	Working paper on the regulatory treatment of operational risk	Risco operacional
Dezembro de 2002	Supervisores respondem às consultas	
Maio de 2003	Publicação do QIS3 (Third quantitative impact study)	Teste das abordagens do CP3 (the third consultive paper)
11 de Maio de 2004	Consenso em relação ao texto do Acordo	
Junho de 2004	Publicação do novo Acordo de Capital	
1 Janeiro de 2007	Implementação do novo Acordo	

Fonte: elaboração própria com consulta a Engelen (2002), Lastra (2004: 230,236) Hall (2006).

A Tabela 2.2 permite pôr em evidência as principais diferenças entre as duas versões do acordo.

Tabela 2.2 – Basileia I versus Basileia II

Acordo de Basileia I	Acordo de Basileia II
Modelo único para o cálculo dos requisitos de capital inerentes a todas as instituições financeiras (apenas uma abordagem).	Modelo flexível, conduzindo a abordagens alternativas na medição de vários tipos de risco (três Pilares).
Para a determinação dos requisitos de capital, o supervisor fixa uma percentagem sobre o valor dos activos.	Os bancos poderão usar sistemas de informação interna para determinar o risco de um activo, reportando a informação ao supervisor.
Baseia-se numa medida única para a cobertura do risco de crédito.	Utiliza métodos desenvolvidos internamente, validados pelo Banco Central, com disponibilização de informação para o mercado.
Reduzida sensibilidade ao risco. Considerando apenas o risco de crédito e de mercado.	Acrescida sensibilidade ao risco. A que acresce a cobertura do risco operacional.

Fonte: Rodríguez, 2003:115-126; Tanaka, 2003:219-223; Prescott, 2004:47

2.4.2. Dificuldades na adopção do Novo Acordo

A implementação do Novo Acordo não é pacífica, nomeadamente no tocante aos países mais industrializados, onde a complexidade e dimensão do sistema financeiro motivam um alargamento do período de adopção. A Associação de Bancos Britânicos (BBA) e a de Bancos de Investimento de Londres (Liba) solicitaram à comissão responsável pelo desenvolvimento de Basileia II permissão para operar até 2010 com as regras actuais. Salientam ainda que sendo este um Acordo complexo seria de considerar uma abordagem mais baseada nos princípios do que nas regras (Esteves, 2003; Barroso, 2003). Outra das dificuldades inerentes à adopção do Acordo prende-se com os custos da sua implementação. A consultora Mercer Olivier Wyman estima que os bancos portugueses necessitam de efectuar investimentos de cerca de 400 milhões de euros, o que significa um aumento médio de 14% nos requisitos de capital, equivalente a um agravamento dos rácios de solvabilidade (Esteves, 2003). O Credit Suisse, estima que só para a implementação de sistemas o custo ascenderá a 100 milhões de dólares, levando entre 18 meses a 3 anos a implementar (Lastra, 2004: 233).

2.5. Estrutura básica de Basileia II

2.5.1. Enquadramento

Basileia II é baseado em três Pilares: requisitos de capital, revisão da supervisão e disciplina de mercado. No Novo Acordo é dada relevância ao risco operacional, permitindo-se aos bancos calcular, através de modelos, os custos do capital. O risco de crédito e os requerimentos de capital continuam a ter o maior enfoque, sendo dada aos bancos a possibilidade de efectuarem as suas próprias estimativas internas de requisitos de capital associados a um determinado activo através da abordagem IRB (vd. 2.5.4.5. alínea c).

Com base num estudo do Comité de Basileia esta opção do regulador não é de fácil aceitação, senão vejamos: em primeiro lugar, ao ser dada a opção aos bancos de avaliarem os seus riscos cria-se também um hipotético conflito de interesses perante os governos, dado caber a estes o papel de garantia dos depósitos. Por outro lado, será que os bancos não vão subestimar o risco dos seus activos de modo a baixar o nível de capital regulamentar? Ou será que os bancos irão usar uma das metodologias IRB, para mais tarde descobrirem que o nível de capital alocado é superior ao da utilização da metodologia *standard*? Não ficará mais caro implementar a IRB não apenas para os bancos como também para o regulador, que tem de verificar se os sistemas dos bancos estão adequados? Outra questão colocada é a seguinte: será que a exigência de menores requisitos de capital com a utilização da IRB justificam os custos com a implementação destes sistemas (Rodríguez, 2003: 121)?

Rodríguez (2003), citando Ferguson, vice-presidente da Reserva Federal norte-americana, refere que os reguladores já haviam informado de que só os dez maiores bancos americanos iriam regular-se por Basileia II e utilizar a abordagem (IRB) para o risco de crédito e o método avançado AMA para o operacional.

2.5.2. Os Fundos Próprios

Os fundos próprios (Tabela 2.3) constituem um conforto capaz de, em situações extraordinárias como perdas avultadas, permitir uma reacção temporal, como por

exemplo proceder a um aumento de capital social, continuando a desenvolver a actividade sem colocar em causa a sua solvabilidade.

Tabela 2.3 – Fundos Próprios

Fundos próprios de base elegíveis – designados por Tier I
Capital realizado, prémios de emissão, reservas, lucros, fundo para riscos bancários gerais e diferenças negativas de primeira consolidação e reavaliação (equivalência patrimonial) e insuficiências de provisões para encargos com reformas.
(+) Fundos Próprios Complementares elegíveis – designados por Tier II
Passivos subordinados com vencimento indeterminado, reservas de reavaliação, títulos de participação e acções preferenciais remíveis. Títulos de participação, empréstimos subordinados (maturidade superior a 5 anos e não exceda 50% da Tier I), acções preferenciais. Provisões para riscos gerais de crédito, com o limite de 1,25% do total dos activos ponderados pelo risco.
(-) Dedução aos fundos próprios
Activos sem valor de realização autónomo. Interesses em outras instituições de crédito e financeiras. Outros excedentes.
(+) Fundos próprios suplementares (Tier III)
Lucros líquidos da carteira de negociação ² e empréstimos subordinados de curto prazo ³

Fonte: elaboração própria com consulta a (González e Pascual, 2001:196; Hagen e Holter, 2002; Lastra, 2004; Whalen, 2004; Handorf e Suriray, 2006)

De referir que quanto maior for o valor dos fundos próprios, menor é o risco assumido pelas entidades com ele relacionadas – investidores, depositantes, entre outros.

No entanto, existindo capital em excesso, a gestão poderá desdobrá-lo criando valor para os accionistas. Esta criação de valor, poderá passar, por exemplo, pela redução do capital, de modo a pagar um maior nível de dividendos. Contudo, a redução de capital aumenta o risco dos empréstimos ao banco e a probabilidade de aquisição pelos concorrentes (Handorf e Suriray, 2006: 11).

² Exclusivamente destinados à cobertura dos riscos de mercado imputados a esta mesma carteira, incluindo o risco cambial e *commodities risk*, ficando esta possibilidade como complemento a Basileia I ao critério da autoridade de supervisão.

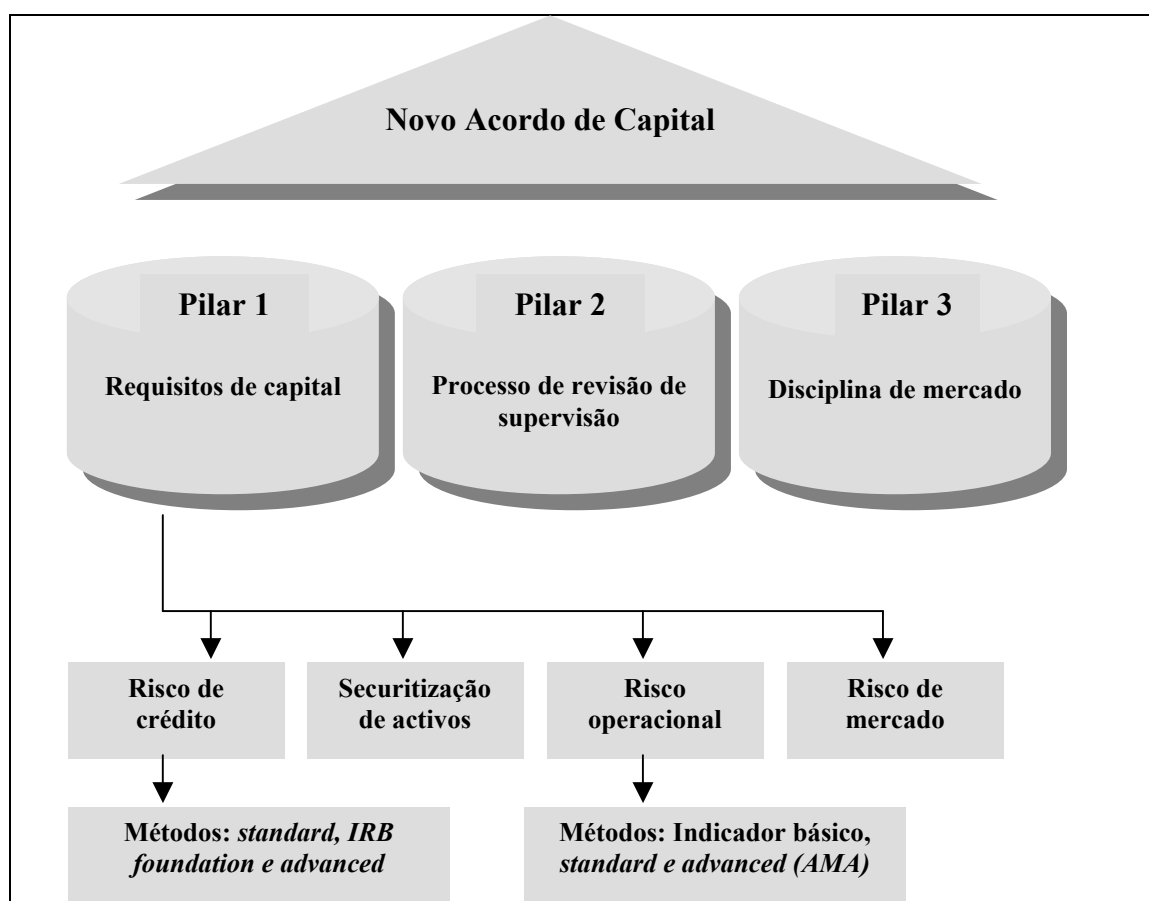
³ Com características de capitais permanentes, capaz de absorver explicitamente as perdas decorrentes da actividade de *trading*.

Salientamos que a definição de capital regulamentar, conforme descrito no Acordo de 1988 e transcrito no *press release* de 27 de Outubro de 1998 em "*Instruments eligible for inclusion in Tier 1 capital*", permanece em vigor, exceptuando algumas alterações, nomeadamente as constantes dos parágrafos 37 a 39 e 43 do BIS (2004).

2.5.3. Os três Pilares

Sendo o grande objectivo do Novo Acordo promover a segurança e a transparência do sistema financeiro através de uma alocação de capital que reflecta o verdadeiro risco assumido, o Acordo assenta em três dimensões (Figura 2.3) interdependentes conhecidas como pilares (Lastra, 2004:231).

Figura 2.3 – Os três Pilares de Basileia II



Fonte: elaboração própria, com consulta a Hall (2006).

2.5.4. Pilar I – Requisitos Mínimos de Capital

2.5.4.1. Risco de Crédito

A progressiva sofisticação da análise de risco de crédito é incentivada em Basileia II pela ampliação dos métodos disponíveis. Prevê-se um incremento de capital em carteiras de risco elevado ou muito concentradas, sendo natural que a redução se faça sentir nas que sejam maioritariamente compostas por hipotecas e créditos *investment grade* (com melhor classificação de risco).

Os requisitos de adequação de capital implicam que se examinem internamente os riscos de crédito individuais e a estrutura detalhada dos sistemas de *rating* interno mediante a introdução de técnicas de medição de riscos (Hagen e Holter, 2002). Terão um “incentivo em termos de redução de capital que poderá ser aplicado em novos negócios, os bancos que invistam na gestão de riscos e em novas tecnologias e modelos” (Lastra, 2004:233).

Constituindo a actividade creditícia a principal fonte de proveitos para um banco, pode o capital não reembolsado no prazo previsto, cujo indicador corresponde aos (Activos duvidosos/Risco total) para o banco originar (e.g. devido ao estado geral da economia) o declínio daquele. Daí que a experiência demonstre que um bom sistema de análise de risco torna-se um factor crítico de sucesso para a gestão, devendo-se não olhar apenas para um cliente individual mas sim numa óptica mais ampla de gestão de carteiras (González & Pascual, 2001: 221-222; Barfield, 2004).

2.5.4.2. Três alternativas para o cálculo dos requisitos de capital

a) Capital mínimo

A adequação de Fundos Próprios está relacionada com a Gestão do Risco, de que modo? De acordo com Saunders (2002), a necessidade de fundos próprios (vd., tabela 2.4) é calculada com base no risco ponderado dos activos, tal como protagonizada no primeiro acordo de Basileia, em Janeiro de 1993, referindo o autor que: “To be

adequately capitalized, a bank has to hold a minimum total capital (Tier I core capital plus Tier II supplementary capital) to risk-adjusted assets ratio of 8 percent: that is total risk-based capital ratio= [Capital (Tier I + Tier II) / Risk-adjusted assets] \geq 8%” (Saunders, 2002: 254). Como refere Whalen (2004), ir-se-á manter em Basileia II o nível de capital mínimo de 8% do total dos activos, e o capital central, denominado de Tier I, ou Fundos Próprios de Base de 4% (vd., Figura 2.4 e Figura 2.5).


Figura 2.4 – Capital regulatório mínimo Basileia I

Basileia I		Total capital (Tier I + Tier II)	
Capital mínimo	=	$\frac{\text{Total capital (Tier I + Tier II)}}{\text{Risco de crédito e de mercado}}$	$\geq 8\%$

Fonte: elaboração própria, com consulta a Saunders (2002:454)

Figura 2.5 – Capital regulatório mínimo Basileia II

Basileia II		Total capital (Tier I + Tier II)	
Capital mínimo	=	$\frac{\text{Total capital (Tier I + Tier II)}}{\text{Risco de crédito + mercado + operacional}}$	$\geq 8\%$



Activo x ponderação de risco,
segundo os três métodos
alternativos

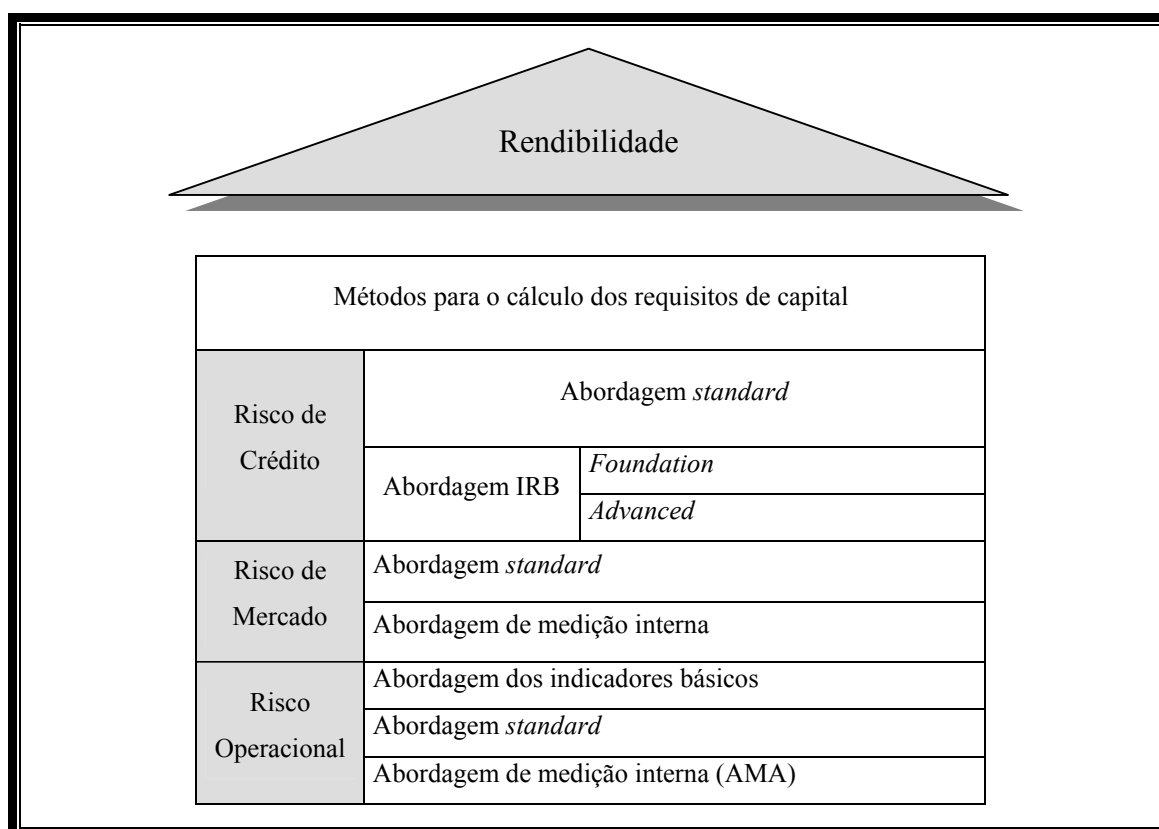
Fonte: elaboração própria com consulta a BIS (2004:12).

De acordo com a expressão referida poder-se-á inferir que no controlo do risco de crédito ter-se-á como referência o rácio de solvabilidade, determinado pela relação entre os fundos próprios e os activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

b) Abordagens de Basileia II

Poderemos identificar na Figura 2.6 três tipos de risco fundamentais: o risco de crédito e de mercado já constantes do Antigo Acordo, a que acresce o operacional. Basileia II introduz três métodos para calcular o risco de crédito: o método *standard* e o método dos *ratings* internos versão simplificada (*foundation*) e avançada (*advanced*).

Figura 2.6 – Pilar I (os três tipos de risco tipificados em Basileia II)



Fonte: adaptado de Lastra (2004: 228-229), González & Pascual (2001, p. 221), com consulta a BIS (2004: 15-112).

2.5.4.3. Ponderações de risco no Actual Acordo

Cada activo no balanço e nas contas extrapatrimoniais de um banco, e para membros da OCDE, é ponderado de acordo com o seu risco, obtendo-se deste modo o valor total dos activos ponderados pelo risco (vd. Tabela 2.4). Uma ponderação de 100% significa que essa exposição, numa óptica de risco, tem uma contribuição total para a determinação do requisito mínimo de capital, ou seja de 8%. De modo análogo, um ponderador de 50% dará origem a um requisito de capital de 4%. De salientar que no âmbito do actual

Acordo, aos soberanos (risco Estado) corresponde uma ponderação de 0%, esta no entanto para não membros da OCDE é de 100%.

Tabela 2.4 – Acordo Actual (Basileia I)

Soberanos	0%						
Instituições Financeiras	x	20%	=	ΣAPR^4	x	8%	=
Crédito Hipotecário		50%					Capital alocado para risco de crédito
Outros		100%					

Fonte: elaboração própria, com consulta a Reisen (2000).

No Actual Acordo, os ponderadores dependem do tipo de contraparte (e.g. uma empresa, uma administração central, um banco) e do tipo de operação (e.g. garantia bancária prestada ou crédito documentário aberto). Para os restantes elementos do activo sujeitos a risco de crédito (Tabela 2.5), exceptuando os que forem directamente deduzidos aos fundos próprios, será aplicado um coeficiente de ponderação de 100%.

Tabela 2.5 – Basileia I (Risco de Crédito – Grelha de Ponderadores)

Activos Patrimoniais	Ponderadores
Caixa e dívida soberana da Zona A ⁵ .	0%
Crédito a bancos e administração local de países da zona A e da zona B ⁶ , com maturidade inferior ou igual a 1 ano.	20%
Crédito hipotecário (habitação própria desde que o crédito não ultrapasse 75% do valor do imóvel) e locação financeira imobiliária.	50%
Restantes elementos do activo.	100%

Fonte: elaboração própria

No caso das responsabilidades extrapatrimoniais, em primeiro lugar ponderam-se os activos consoante o tipo de risco inerente a cada operação e, de seguida, procede-se ao cálculo do produto dos valores obtidos pelos ponderadores de risco das respectivas contrapartes (Tabela 2.6).

⁴ APR – activos ponderados pelo risco

⁵ Países da Zona A – Estados membros da UE, países da OCDE, bem como os estados que celebraram acordos com o FMI

⁶ Países da Zona B – os restantes.

Tabela 2.6 – Grelha de Ponderadores (Basileia I)

Activos Extrapatrimoniais	Ponderadores	
	1ª etapa Risco da Operação	2ª etapa Risco de contraparte
Garantias e cartas de crédito irrevogáveis <i>stand by</i> substitutos de crédito.	100%	(0%, 20%, 50%, 100%)
Garantias e cartas de crédito irrevogáveis <i>stand by</i> ⁷ .	50%	
Linhas de Crédito não utilizadas com prazo de vencimento inicial superior a 1 ano.	50%	
Créditos documentários com documento de embarque como garantia.	20%	
Linhas de crédito não utilizadas com prazo de vencimento inferior ou igual a um ano ou revogáveis.	20%	

Fonte: elaboração própria

2.5.4.4. Ponderações de risco segundo o Método *Standard*

O método *standard* é aceite como o mais simples de implementar, sendo semelhante ao estabelecido no Acordo de capital de Basileia I. A diferença reside no facto deste acrescentar uma maior sensibilidade ao risco dos activos de crédito, mediante a introdução de ponderações de risco mais diferenciadas através de recurso ao *rating* de agências de notação reconhecidas.

De facto, como referem Boechat e Bertolossi (2001: 1), operações que anteriormente teriam uma única ponderação predefinida poderão ser classificadas dentro das faixas

⁷ Sem a natureza de substitutos de crédito, como por exemplo garantias de boa execução de contratos, aduaneiros e fiscais.

indicadas pelas agências de classificação de *rating*⁸ (e.g. Moody's, S&P ou Fitch-IBCA).

Nesta abordagem, aos créditos que se encontrem em situação de incumprimento (*default*), será aplicado um ponderador de risco de 150%, a não ser que o crédito esteja já provisionado. Atendendo a que a maior parte do tecido empresarial português é caracterizado por PME, não dispondo, na sua maioria, de notação de *rating*, o ponderador a atribuir segundo o Novo Acordo é de 100%, idêntico ao actual. Na abordagem *standard*, o crédito a retalho é sujeito a um tratamento específico, e os ponderadores aplicáveis ao crédito hipotecário de natureza residencial, como o de habitação, são inferiores ao Acordo Actual. Os ponderadores de risco de crédito, dependem do tipo de contraparte do *rating* atribuído.

As Tabelas 2.7_A e 2.7_B e 2.8 comparam os ponderadores utilizados no Acordo Actual e no Novo no âmbito do método *standard*.

Tabela 2.7_A – Ponderadores (crédito a administrações, bancos centrais e BDM)

Acordo de Basileia I			
	Países da Zona A		Países da Zona B (restantes países)
Administrações públicas e bancos centrais	0%		100%
Administrações regionais, locais	0%		100%
Bancos	20%		Se ≤ 1 ano = 20% 100%
Empresas	100%		100%
BDM (e.g. BEI, BIS, FMI)	20%		20%

Fonte: Banco de Espanha, consultado em Boechat e Bertolossi (2001); BIS (2004: 15-19).

⁸ A notação de *rating* corresponde à opinião emitida por uma entidade independente (geralmente uma agência de *rating*) sobre a capacidade de cumprimento de um devedor relativamente às obrigações assumidas por este, atendendo à sua situação financeira.

Tabela 2.7_B – Ponderadores (crédito a administrações, bancos centrais e BDM)

Acordo de Basileia II (método <i>standard</i>)								
	AAA a AA-	A+ a A-	BBB+ a BBB-	BB+ a BB -	B+ a B-	Inferior a B-	Sem <i>rating</i>	
Admin. públicas e bancos centrais	0%	20%	50%	100%	100%	150%	100%	
Administrações regionais e locais	0%	20%	50%	100%	100%	150%	100%	
Bancos	Opção 1 ⁹	20%	50%	100%	100%	100%	150%	100%
	Opção 2 ¹⁰	20%	50%	50%	100%	100%	150%	50%
Empresas ¹¹	20%	50%	100%	100%	150%	150%	100%	
BDM (e.g. BEI, BIS, FMI)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	

Fonte: Banco de Espanha, consultado em Boechat e Bertolossi (2001); BIS (2004: 15-19); Hall (2006: 7-9).

⁹ Ponderador de nível imediatamente superior ao da respectiva administração central, sendo de salientar que quando a dívida soberana de um país tiver a classificação BB + a B -, os bancos serão ponderados a 100%, quando não existir notação a ponderação é de 100% (BIS, 2004: parág. 61).

¹⁰ Consoante a notação atribuída por agência de *rating* reconhecida, havendo lugar a uma ponderação de 50% caso não exista notação; existe um tratamento preferencial às exposições interbancárias com maturidade superior a 3 meses (BIS, 2004: parág.62); nesta opção, para operações com vencimento inicial ≤ 3 meses as ponderações são: 20%, 20%, 20%, 50%, 150%, 20%.

¹¹ Poderá ser aplicado 100%, desde que autorizado pelo supervisor.

Tabela 2.8 – Ponderadores (crédito a retalho e hipotecário)

Contrapartes	Método <i>Standard</i>	Acordo Actual
Retalho	75% desde que obedeça aos seguintes critérios: a) créditos a indivíduos ou a pequenos negócios; b) créditos pessoais, crédito automóvel, descobertos e cartões de crédito (<i>revolving</i>); c) pertencente a carteira de crédito diversificada – definida pelo banco central, em que cada crédito não pode exceder 0,2% da carteira de retalho; d) montante máximo dos créditos por contraparte inferior ou igual a 1 milhão de euros; e) carteira diversificada	100%
Habitação própria – com garantia real	35%	50% desde que a relação financiamento / garantia seja menor ou igual a 75%
Imóveis comerciais – com garantia real	100%, com algumas excepções em que se aceita um ponderador de 50%	100%

Fonte: elaboração própria, com consulta ao BIS (2004: 19-20).

A tabela 2.9 indica as ponderações a considerar para o crédito vencido superior a 90 dias, bem como de outros activos.

Tabela 2.9 – Ponderação para crédito vencido e restantes activos

Contrapartes	Método <i>Standard</i>	Acordo Actual
Crédito vencido excepto hipotecário residencial	150%, quando a parte não coberta por provisões específicas for > 80% da dívida; 100%, quando a parte não coberta por provisões específicas for < 80% da dívida	100%
Crédito vencido hipotecário residencial	Com duas opções: primeira: 100%, líquido de provisões específicas; segunda – 50%, no caso das provisões específicas não serem inferiores a 20% do seu valor em aberto (sujeito a aprovação da autoridade de supervisão)	50%
Restantes activos (excepto os de elevado risco)	100% (150%)	100%

Fonte: elaboração própria, com consulta ao BIS (2004: 21)

No tocante aos activos extrapatrimoniais e aos ponderadores de linhas de crédito não utilizadas (responsabilidades potenciais registadas fora do balanço), as principais diferenças face ao Actual Acordo consistem no seu tratamento diferenciado através da utilização de factores de conversão (CCF – *Credit Conversion Factors*).

Os avanços do método *standard* em relação a Basileia I contemplam: a) um maior número de categorias de activos; b) ponderações de risco de crédito mais diferenciadas através do recurso ao *rating* de agências reconhecidas a nível internacional; c) coeficientes de ponderação mais adaptados à natureza das exposições; d) redução do ponderador de risco dos créditos hipotecários à habitação de 50% para 35%; e) manutenção da ponderação dos riscos de 100% sobre empresas não financeiras sem notação; f) linhas de crédito não utilizadas com maturidades inferiores a 1 ano, ponderadas em 20% (actualmente de 50%) se não forem unilateralmente denunciáveis; g) alargamento dos garantes, prestadores de protecção e colaterais financeiros elegíveis e sofisticação nas metodologias de ponderação dos riscos das exposições cobertas (vd., mitigação de riscos); h) reconhecimento da atenuação parcial do risco mediante a introdução de instrumentos de cobertura elegíveis.

A Tabela 2.10 indica a forma de cálculo dos requisitos de capital segundo o método *standard*.

Tabela 2.10 – Acordo de Basileia II – *Standard*

Soberanos	$f(RE)^{12}$								
Instituições Financeiras	$f(RE)$								Capital alocado
Empresas	$x \quad f(RE)$	x	Mitigantes	$=$	Σ				
Crédito à Habitação	35%				APR^{13}	x	8%	$=$	para risco de
Outros / Particulares	75%								crédito

Fonte: elaboração própria

2.5.4.5. O Método IRB (*ratings* internos)

a) Enquadramento

O método de *rating* interno, na versão *foundation* (FIRB) e *advanced* (AIRB), é inovador, na medida em que permite, em certas condições, e sob vigilância das entidades de supervisão, que sejam os próprios bancos a classificar os seus clientes de acordo com o risco de crédito que representam. Concede, desta forma, alguma margem de manobra à alocação de fundos próprios, permitindo assim, a obtenção de potenciais poupanças, que poderão na mudança do método *standard* para o IRB *foundation* atingir 8%, como referem Boechat e Bertolossi (2001: 2).

b) Requisitos para a adopção do IRB

O Comité de Basileia define alguns critérios para a utilização do IRB, nomeadamente (Cornford, 2004: 30; Lambrecht, 2005: 21; BIS, 2004: 81-82; Hall, 2006): a) aplicação em paralelo com o Acordo Actual, um ano antes da implementação de Basileia II; b) os requisitos de fundos próprios para a cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional não podem ser inferiores a 90% e 80% dos requisitos segundo o Acordo Actual, a partir do ano de 2007 e do final de 2008 respectivamente (BIS, 2004: 13); c) reconhecimento pelo supervisor dos métodos e processos internos de atribuição de

¹² $f(RE)$ - função do rating externo

¹³ APR - activos ponderados pelo risco

rating e de quantificação do risco de crédito (BIS, 2004: 62, 86, 92, 94-95), d) os bancos têm de demonstrar que estão a usar sistemas de crédito durante, pelo menos, os três anos anteriores à adopção do IRB; e) o desenho do sistema de *rating* deverá estar devidamente documentado (incluindo a indicação da periodicidade das revisões de *rating* atribuído); f) o período de dados usados para estimar a PD deve ser de, pelo menos, cinco anos (Cornford, 2004:30; Klopfer, 2002: 24, relacionando a PD e a notação de risco BBB por país); g) existência de registos históricos das notações atribuídas a soberanos, bancos e empresas; h) avaliação independente da atribuição de *rating*, realizada no mínimo anualmente, mesmo que efectuada internamente pelo banco; i) implementação de procedimentos de simulação da adequação de capital face a situações limite (*stress tests*), como cenários de crise económica, sectorial entre outras (BIS, 2004: 89).

O Acordo permite, mediante autorização do supervisor, que uma instituição utilize uma abordagem para um conjunto de carteiras de crédito e uma abordagem diferente para outras, devendo no entanto evoluir para a utilização generalizada da abordagem mais avançada. É esperado que um banco adopte o método IRB a todo o grupo e não só a parte dos seus investimentos. No entanto, a sua introdução poderá ser efectuada de forma faseada (BIS, 2004: 57). Entende-se que esta medida permite assegurar que as necessidades mínimas de capital efectuem a cobertura do grupo bancário independentemente da sua localização geográfica, impedindo motivações para a escolha da melhor arbitragem regulamentar durante o processo de transição do método *standard* para o IRB nas diversas instituições de um mesmo grupo.

A adopção do método IRB tem um carácter de continuidade, pelo que o retorno ao *standard* apenas é autorizado em situações como o desinvestimento num conjunto significativo de negócios inerentes ao crédito, mediante autorização do supervisor (BIS, 2004: 57).

Em relação à **classificação do risco crédito**, é de referir que as exposições de retalho devem ser orientadas para o risco do tomador e da transacção, devendo os bancos demonstrar que o processo fornece uma diferenciação significativa do risco mediante um grupo de exposições homogéneas (BIS, 2004: 83-84). No que concerne ao segmento de empresas, soberanos e bancos, deverá existir uma classificação separada para os mutuários e garantes (e.g. avalistas), e cada exposição terá inerente uma linha de crédito

específica. As revisões da classificação devem ser aprovadas por entidades internas que não beneficiem directamente da concessão do crédito, e revistas pelo supervisor (BIS, 2004: 87). Os clientes deverão ter as suas classificações e características de incumprimento actualizadas no mínimo anualmente, informação relevante sobre a situação financeira das contrapartes, linhas de crédito e cauções inerentes às LGD e EAD (BIS, 2004: 87). A Tabela 2.11 permite comparar os três métodos de acordo com o seu grau de sofisticação e de sensibilidade ao risco.

Tabela 2.11 – Nível de sofisticação das três abordagens

<i>Standard</i>	<i>Foundation</i>	<i>Advanced</i>
Simple	⇒	Sofisticada
Baixo nível de detalhe	⇒	Elevado nível de detalhe
Pouca sensibilidade ao risco	⇒	Elevada sensibilidade ao risco

Fonte: elaboração própria

Como vantagens pela utilização do método avançado temos: a) diferenciação entre as instituições em função do rigor dos seus sistemas internos de gestão e controlo de risco das contrapartes; b) maior aproximação entre os fundos próprios e o capital económico; c) maior correlação com o perfil de risco efectivo das carteiras de crédito.

c) Componentes de risco

Na abordagem **FIRB** o banco deve estimar internamente a PD associada ao cliente (independentemente do tipo de operação) e considerar as regras do órgão de regulação para estimar as outras componentes de risco. São fornecidas aos bancos funções contínuas que “transformam” as probabilidades de incumprimento (PD) por si calculadas em ponderações a aplicar aos activos no cálculo de fundos próprios.

Na **AIRB**, além da PD estimada, o banco deve calcular internamente os outros três parâmetros: EAD, LGD e M (vd. Tabela 2.13 e Tabela 2.14). Utilizará algoritmos próprios da própria instituição para o efeito, sendo estes baseados na probabilidade de incumprimento, por categoria de contraparte (e.g., número de entidades de uma mesma categoria que entraram em incumprimento num determinado período de tempo, geralmente um ano). De salientar que alguns bancos centrais poderão calcular a M.

No que concerne à rendibilidade, quanto mais sofisticado o modelo de cálculo do capital alocado, maior será o retorno previsto dos activos (ROA) devido à menor alocação de capital para o mesmo volume de operações (Hagen e Holter, 2002; PwC, 2006: 33).

A Tabela 2.12 apresenta a definição dos parâmetros de risco, e a Tabela 2.13 a sua utilização de acordo com os métodos adoptados.

Tabela 2.12 – Parâmetros de risco necessários no Novo Acordo

Parâmetros	Descrição
PD (probabilidade de incumprimento)	Probabilidade de incumprimento de um mutuário calculada para um horizonte temporal de um ano.
LGD (Perda em caso de incumprimento)	Medida da perda esperada, no caso de se verificar incumprimento. Pode atingir 100%, caso não existam instrumentos redutores do risco.
EAD (Exposição no momento do incumprimento)	Valor total da exposição em euros no momento da declaração do incumprimento para cada tipo de crédito.
M (Maturidade)	Medida da maturidade ¹⁴ efectiva do crédito (média ponderada da vida da operação de crédito – percentagem de capital pago em cada ano ponderada pelo ano a que diz respeito)

Fonte: elaboração própria, com consulta a BIS (2004)

¹⁴ Exemplo: um crédito de 300 milhões de euros, a liquidar em dois anos, 150 milhões em cada ano, a maturidade será igual: $M = (1 \times (150/300)) + (2 \times (150/300)) = 1,5$ anos.

Tabela 2.13 – As abordagens e os parâmetros de risco

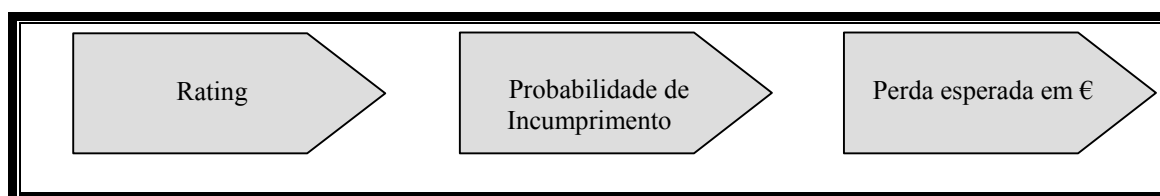
EL	=	PD	X	LGD	x	EAD
<i>Standard</i>	=	<i>Rating</i> externo	X	Imposto pelo regulador	x	Imposto pelo regulador
IRB <i>Foundation</i>	=	Cálculo interno	X	Imposto pelo regulador	x	Imposto pelo regulador
IRB <i>Advanced</i>	=	Cálculo interno	X	Cálculo interno	x	Definido pelo banco

Fonte: elaboração própria

As Figuras 2.7 e 2.8 procuram evidenciar que um banco, ao atribuir uma notação de *rating* a um cliente, está a associar-lhe uma determinada perda potencial, que deverá estar coberta pelos requisitos de fundos próprios. Segundo a consultora Oliver, Wyman & Company, a perda esperada será dada pela expressão: EL (euros) = PD (%) x LGD (%) x EAD (euros), no entanto a perda esperada depende também do M (Hagen & Holter, 2002: 36).

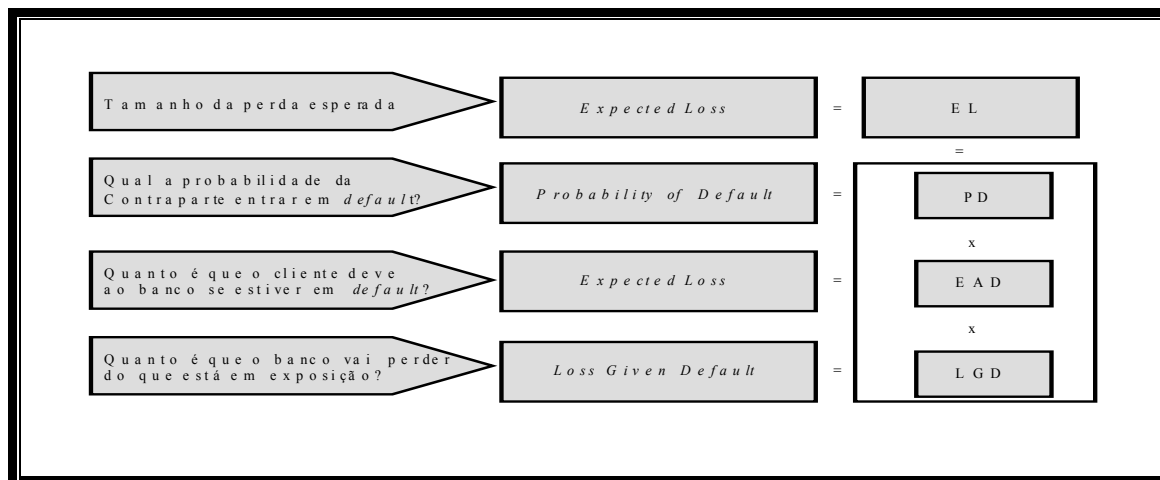
No caso de operações em incumprimento, as perdas esperadas correspondem, regra geral, a LGD x EAD.

Figura 2.7 – Rating e a perda esperada



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2.8 – Perda esperada



Fonte: adaptado de (Odenbach, 2002: 52-62; Hagen e Holter, 2002: 36)

Analisando em detalhe cada um dos parâmetros de risco, começaremos por referir que a PD é entendida como a probabilidade de entrada em incumprimento no espaço de um ano. Por incumprimento define-se o crédito vencido há mais de 90 dias (BIS: 92), pese embora os supervisores possam autorizar prazos até 180 dias (e.g. para devedores do sector público).

Enquanto a PD de um dado devedor não depende das características de cada operação específica, a LGD é específica de cada operação em incumprimento, dependendo das características da operação e da forma como a mesma está garantida (com uma caução no caso do crédito e subordinação no caso de uma participação financeira).

A Tabela 2.14, mostra as duas formas alternativas de calcular a LGD, sendo que é provável que esta medida, no âmbito do IRB, venha a sofrer ajustamentos face a eventuais alterações do ciclo económico, nomeadamente nos períodos de recessão em que as perdas resultantes de um incumprimento serão superiores às verificadas num contexto de expansão para uma mesma PD. Segundo o BIS (2004: 63), no método básico, considerando a LGD como a exposição não garantida antes do reconhecimento da caução, sendo E o valor actual da exposição, E* o valor da exposição após a redução do risco, obtém-se a LGD* como a perda associada a uma operação de crédito caucionada: $LGD^* = LGD \times (E^* / E)$.

Tabela 2.14 – Cálculo da LGD

FIRB	AIRB
Nesta abordagem são usados os valores de LGD facultados pelo supervisor.	As estimativas de LGD devem ser calculadas pela própria instituição , validadas pelo supervisor, sendo baseadas em dados históricos e têm de ser calculadas numa óptica económica, não contabilística.
Parte da exposição não coberta por colaterais: a) dívida sénior – LGD = 45%; b) dívida subordinada – LGD = 75%.	Perdas numa óptica económica devem considerar: a) o efeito temporal entre a entrada em incumprimento e a recuperação de valores - desconto dos fluxos monetários; b) os custos directos associados à recuperação - salários, custas judiciais; c) os custos indirectos - custos operacionais associados à actividade de recuperação de crédito (e.g. água e luz, renda de espaço ocupado, etc.).
Parte da exposição coberta por colaterais: a) colateral Financeiro – LGD = 0%; b) hipoteca – LGD = 35% (apenas se o valor de mercado da hipoteca for 140% da exposição).	

Fonte: adaptado de BIS, (2004: 62-66, 96-97), com consulta a Hagen e Holter (2002: 37-40) e a Handorf (2006).

Hagen e Holter (2002) apresentam o estudo efectuado pela Associação Alemã de Bancos (VDH) em 1996, identificando as fases de implementação da LGD.

A EAD determina qual o montante em dívida (Tabela 2.15), sendo específica de cada operação. De referir que esta corresponde ao valor nominal da operação, mas para determinadas operações, nomeadamente as que representam crédito potencial, como por exemplo linhas de crédito por utilizar, o seu valor implicará uma estimativa da exposição futura do devedor no momento imediatamente anterior àquele em que se verificar o incumprimento. Para as responsabilidades potenciais de índole extrapatrimonial, a exposição potencial no momento do incumprimento é calculada a partir da afectação de um CCF (factores de conversão que transformam exposições contingenciais em equivalentes de crédito) à responsabilidade potencial assumida pelo banco. O valor dessa exposição é calculado multiplicando o valor acordado com o cliente mas não utilizado pelo CCF (BIS, 2004: 66-67, 97-98).

Tabela 2.15 – Cálculo da EAD

Método <i>standard</i>	IRB
<p>Items em balanço: a) valores legais em dívida (capital, juros, comissões) – brutos de provisões ou <i>write-offs</i>; b) poder-se-á efectuar a compensação de posições em certas circunstâncias; c) sempre que: os produtos utilizados na compensação apresentam a mesma maturidade; o banco consiga, a qualquer momento, determinar e controlar os riscos associados às posições do acordo de compensação.</p> <p>Items fora de balanço - extrapatrimoniais: a) credit conversion factors (CCF) – são ponderadores que permitem transformar os itens extrapatrimoniais em exposições de crédito equivalentes; b) CCF= 0%, 20%, 50%, ou 100%; os CCF são fornecidos pelo supervisor.</p>	<p>Os bancos têm de fazer estimativas próprias para cada operação, desde que a exposição não esteja sujeita a um CCF de 100% no método básico;</p> <p>Estimativas baseadas na média ponderada histórica de EADs para empréstimos e clientes semelhantes, cobrindo um ciclo económico, não sendo inferiores a um período de sete anos;</p> <p>Se a EAD se revelar dependente da fase de ciclo económico, poderá ser necessária uma margem conservadora adicional.</p>

Fonte: elaboração própria, com consulta a BIS (2004: 66-71).

O parâmetro de risco M (Tabela 2.16), será calculado a partir do prazo contratual efectivo da exposição e dos fluxos financeiros gerados pela mesma. No que concerne à abordagem *foundation* no crédito a empresas será de utilizar uma maturidade definida pelo Novo Acordo de dois anos e meio, exceptuando transacções de recompra. Em todos os casos o M nunca será superior a cinco anos. Para um instrumento sujeito a fluxos de caixa, o vencimento efectivo será dado pela expressão $M = \sum t \cdot CF / \sum CF_t$, em que CF_t corresponde aos fluxos de caixa (reembolsos de capital, juros e taxas) no período t.

Tabela 2.16 - Cálculo de M (*Maturity*)

Abordagem <i>Foundation</i>	Abordagem <i>Advanced</i>
M = 2,5 anos	M – ponderada pelos <i>cash-flows</i> futuros

Fonte: elaboração própria, com consulta a BIS (2004: 68-69)

A Tabela 2.17 permite verificar a forma de cálculo dos requisitos de capital segundo as duas abordagens.

Tabela 2.17 – Acordo de Basileia II – Modelos internos (*Foundation e Advanced*)

Soberanos	APR = f (pd, ead, lgd, m)	
Instituições Financeiras	APR = f (pd, ead, lgd, m)	
Empresas	⇒ APR = f (pd, ead, lgd, m)	Capital alocado para risco de crédito
Crédito à Habitação	APR = f (pd, ead, lgd)	
Outros / Particulares	APR = f (pd, ead, lgd)	
		$= \Sigma (APR) \times 8\% =$

Fonte: elaboração própria

d) Fases no cálculo dos ponderadores de risco

Com base no BIS (2004: 272-273), e no que respeita aos riscos soberanos, bancos e grandes empresas, iremos definir três fases.

- i.** É calculado um coeficiente de correlação entre créditos do respectivo segmento:

$$\text{Correlação } R = 0,12 \times (1 - \text{EXP}(-50 \times \text{PD})) / (1 - \text{EXP}(-50)) + 0,24 \times [1 - (1 - \text{EXP}(-50 \times \text{PD})) / (1 - \text{EXP}(-50))].$$
- ii.** Determina-se um factor de ajustamento (b) de acordo com a maturidade da exposição: $b = (0,11852 - 0,05478 \times \text{Ln}(\text{PD}))^2$.

- iii. Calcula-se o requisito de capital (K), com base nos indicadores calculados anteriormente, acrescentando-se os parâmetros de risco PD, LGD, EAD e M.

O produto do requisito de capital necessário pela perda esperada em caso de incumprimento (EAD) ponderado pelo rácio de solvabilidade (1/8%, ou seja 12,5) dará o ponderador de risco do activo (RWA).

O requisito de capital é dado por **K**: $[LGD \times N [(1 - R)^{-0,5} \times G(PD) + R/(1 - R)]^{0,5} \times G(0,999)] - (PD \times LGD) \times (1 - 1,5 \times b)^{-1} \times [1 + (M - 2,5) \times b]$; se o K for negativo aplica-se $K = 0$ e o ponderador de risco **RWA** por $K \times 12,5 \times EAD$

No que concerne ao segmento de PME, deverá ser efectuado um ajustamento na primeira fase da fórmula anterior, significando (S) o volume de negócios da empresa ou do grupo a que pertence (entre 5 a 50 milhões de euros). Para vendas inferiores a 5 milhões de euros, a variável (S) será igual a 5 milhões de euros:

Correlação $R = 0,12 \times (1 - \text{EXP}(-50 \times PD)) / (1 - \text{EXP}(-50)) + 0,24 \times [1 - (1 - \text{EXP}(-50 \times PD)) / (1 - \text{EXP}(-50))] - 0,04 \times (1 - (S - 5)/45)$, onde:

PD = probabilidade em caso de incumprimento (em decimais); LGD = perda em caso de incumprimento (proporção em decimais do valor total da exposição). A LGD é geralmente de 0,45 nos termos da FIRB (vd. Tabela 2.15); $N(x)$ = função de distribuição cumulativa para uma variável aleatória com distribuição normal (i.e., a probabilidade de uma variável aleatória, com média igual a zero e variância igual a um, ser menor ou igual a x); $G(z)$ = função de distribuição cumulativa inversa para uma variável aleatória com distribuição normal (i.e., valor de x tal que $N(x) = z$); M = maturidade efectiva, fixa nos termos da FIRB em 2,5 anos.

Ao analisar a fórmula, verifica-se que os requisitos de fundos próprios são função da perda em caso de incumprimento ponderada pelo risco de incumprimento, pela correlação entre activos e pela maturidade dos mesmos. Todos estes factores concorrem para o aumento dos requisitos mínimos de capital. Clarificando a expressão $RWA = K \times 12,5 \times EAD$, salientamos que os requisitos mínimos de fundos próprios representam sempre 8% dos activos ponderados pelo risco, ou seja, os activos ponderados pelo risco correspondem a um valor igual a 12,5 multiplicado pelo valor dos requisitos mínimos de fundos próprios.

No que respeita a exposições de retalho, a determinação dos requisitos de capital é efectuada utilizando funções específicas em que os parâmetros de risco são estimados para um conjunto de carteiras de crédito com características semelhantes. Em relação às exposições extrapatrimoniais, o parâmetro EAD será ajustado de factores CCF (*credit conversion factor*), em que o valor da exposição não utilizada da linha de crédito aberta é multiplicado por um CCF para se obter uma posição de crédito equivalente. É seguido o método descrito, em que (K) é determinado de acordo com o segmento a que corresponde a contraparte. Os CCF no FIRB correspondem a 20% para linhas de crédito não utilizadas com maturidade até 1 ano, a 50% para linhas de crédito não utilizadas, a 0% para linhas de crédito não utilizadas e unilateralmente denunciáveis e 20% para créditos documentários de curto prazo com documentos de embarque como garantia. Na AIRB os CCF são estimados pelos próprios bancos.

e) Mitigação do risco de crédito

No Acordo Actual, muitas das garantias não são reconhecidas para efeitos de redução dos requisitos de fundos próprios. São garantias elegíveis e ponderadas em 50% as referentes a empréstimos garantidos por hipoteca sobre imóveis destinados à habitação do mutuário até 75% do seu valor, e a títulos garantidos por créditos hipotecários até ao montante de 75% do valor dos imóveis hipotecados. No tocante às exposições extrapatrimoniais, exceptuando alguns contratos derivados, o seu valor ponderado é obtido em duas etapas, mediante a classificação de acordo com o risco inerente ao tipo de operação (e.g. ponderadores de 0%, 20%, 50% ou 100%), sendo os valores obtidos multiplicados pelos coeficientes de ponderação atribuídos às contrapartes.

As colaterais elegíveis ponderam a 0% quando constituídas por títulos emitidos pelas administrações centrais e bancos centrais de países da zona A e comunidade europeia, assim como de depósitos junto do próprio banco. Ponderam a 20% os elementos do activo totalmente contragarantidos por garantias avaliadas constituídas por títulos emitidos pelo BEI e pelos BDM, pelas autoridades regionais ou locais da zona A, e títulos negociáveis representativos de responsabilidades emitidos por bancos da zona A. Poderá verificar-se em alguns casos o efeito de substituição, que consiste em substituir o ponderador do mutuário original pelo ponderador da colateral exigível.

O Novo Acordo contempla a utilização de uma base mais alargada de instrumentos de redução ou de mitigação de risco de crédito, CRM-*Credit Risk Mitigation* (Lambrecht, 2005:15; Hall, 2006: 8). Esta filosofia corresponde a três divisões:

Colaterais, cauções e garantias de terceiros

As primeiras correspondem a activos de natureza financeira, como um penhor de depósito a prazo ou uma hipoteca (BIS, 2004: 28). Contempla também, além da possibilidade de existirem garantias parciais (BIS, 2004: 28), os desfasamentos temporais existentes entre a maturidade da exposição e a colateral e entre a moeda de denominação da exposição e a da cobertura (i.e. risco residual).

Para que as garantias sejam elegíveis em Basileia II, deverão ser observados, entre outros, alguns princípios (BIS: 27,30). De modo análogo às garantias, também as colaterais possuem requisitos que as elegem como instrumento de redução do risco de crédito em termos de Basileia II (BIS, 2004: 28,30).

O Novo Acordo apresenta dois métodos para o tratamento das exposições garantidas com colaterais financeiros (BIS, 2004: 28,32).

Dado que a redução do risco de crédito poderá ocorrer em qualquer um dos três métodos de tratamento do risco, *Standard*, FIRB ou AIRB, os instrumentos elegíveis considerando cada um dos três são indicados na Tabela 2.18.

Tabela 2.18 – Colaterais elegíveis e garantias permitidas

<p>Abordagem <i>standard</i></p> <p>Método simples</p> <p>Colateral financeiro elegível: Depósitos, ou instrumentos assimiláveis, detidos pela instituição sujeita a risco; Ouro; Acções incluídas num índice relevante; Obrigações com <i>rating</i> superior a BB- emitidas por soberanos e equivalentes; Unidades de participação em fundos de investimento, cotadas e representativas de uma carteira apenas composta por activos elegíveis; Obrigações de bancos com <i>rating</i> superior a BBB-; Obrigações sem <i>rating</i> mas sujeitas a determinadas condições (emitidas por instituições de crédito ou empresas de investimento, cotadas em mercado regulamentado conhecido, etc.). Garantias: emitidas por terceiros. Derivados de crédito: <i>Credit default swaps</i>; <i>Total return swap</i>.</p>
<p>Abordagem <i>standard</i> / IRB <i>Foundation</i></p> <p>Método completo</p> <p>Todos os instrumentos de mitigação do método simples; Acções não incluídas num índice relevante mas negociáveis em mercado regulamentado e reconhecido; Unidades de participação em fundos de investimento que incluam essas acções.</p> <hr/> <p>Abordagem IRB <i>Foundation</i> (adicionando ao referido acima)</p> <p>Colaterais (o ajustamento processa-se através do parâmetro LGD): Adicionando ao referido acima; Valores a receber; Hipotecas de imóveis destinadas à habitação ou a finalidades comerciais; Outras colaterais com existência física. Garantias: emitidas por terceiros</p>
<p>Abordagem IRB <i>Advanced</i></p> <p>Método completo</p> <p>Todos os instrumentos de redução do risco de crédito são passíveis de serem aceites como mitigadores de risco desde que cumpram os requisitos do Novo Acordo; Os bancos poderão reflectir o efeito da redução do risco de crédito quer na PD quer na LGD.</p>

Fonte: elaboração própria, com consulta a Lambrecht (2005: 16).

Acordos bilaterais de compensação ou *netting*

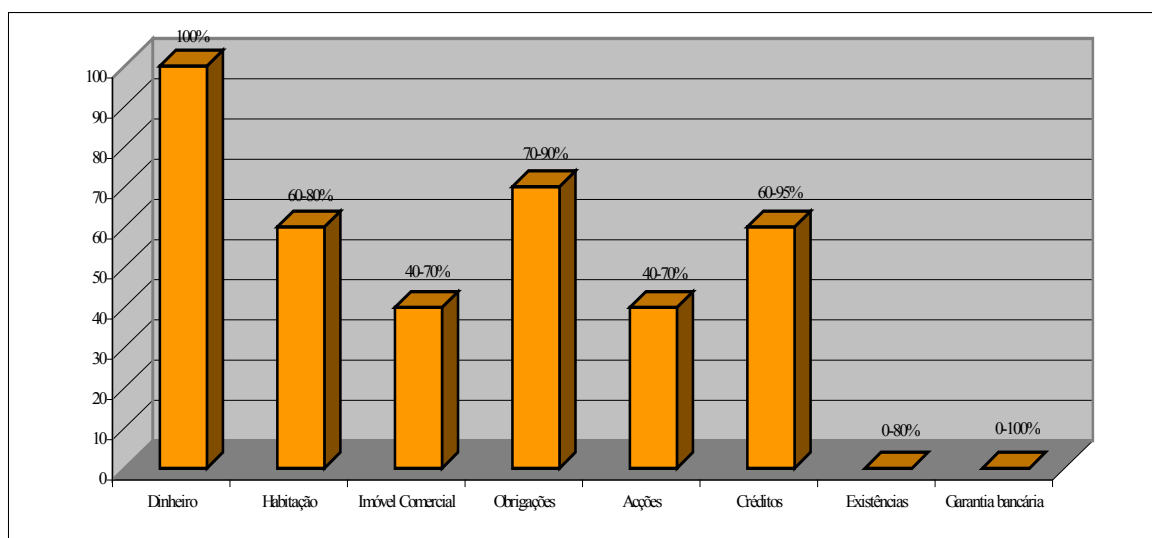
Trata-se de acordos estabelecidos com contrapartes de operações de crédito, compensando operações activas e passivas envolvendo a mesma contraparte, para efeitos de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios. Mantém-se o espírito do Actual Acordo, no qual em 1988 foi admitida esta possibilidade de “liquidação por compensação”. A novidade passa pela possibilidade de aceitação para efeitos de requisitos, de depósitos efectuados em outros bancos, desde que sujeitos a algumas condições.

Derivados de crédito

Derivados de crédito são contratos que poderão ser adquiridos pelos bancos visando a protecção contra o incumprimento total ou parcial de uma operação de crédito. De facto estes permitem transferir o risco e o retorno de activos creditícios de uma contraparte para outra sem a transferência do activo subjacente (Cornford, 2004). A título de exemplo apresentamos os dois tipos de *swaps* mais utilizados na cobertura do risco de crédito: no primeiro, *Credit default swaps* (Cds), o banco transfere o risco do incumprimento numa operação de crédito para outra entidade que assume esse risco, contra o pagamento de um determinado valor; no segundo, *Total return swap* (Trswap), é transferido para outra entidade o risco inerente ao recebimento do retorno total de uma operação de crédito, como sejam os juros, capital, e mais/menos valias, contra o pagamento de uma prestação pré-fixada fixa ou variável (Bouhours e Bourdin, 2003; Blount, 2002a, 2002b).

O Acordo indica as entidades cujas garantias são aceites para mitigação do risco, muito mais abrangente do que no Actual Acordo (que limita o universo de entidades aos governos de países membros da OCDE), a entidades do sector público e instituições de crédito incorporadas nesses países. A McKinsey & Company, Inc., e a Consulting Network S.r.l., adiante designados de (M & C), revelam o valor percentual de reposição no mercado dos tipos de garantias usuais (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 – Avaliação do valor das garantias



Fonte: M & C

2.5.4.6. Provisões no Novo Acordo

a) Âmbito

O conceito de provisões (vd. Cornford, 2004: 29-30), no Acordo de Basileia II, nomeadamente no que se refere à metodologia IRB, incorpora uma clara distinção entre os conceitos de perda esperada EL (*expected losses*) e de perda não esperada UL (*unexpected losses*). Sendo as EL perdas estimáveis mas ainda não ocorridas, as UL correspondem a perdas dificilmente determináveis, pouco frequentes, mas cujo grau de severidade pode ser elevado. Para um determinado crédito concedido, poderemos então determinar uma EL, obtida do seguinte modo: $EL = EAD \times PD \times LGD$, (vd. Pritchard, 2004: 244). Na literatura de gestão bancária, enquanto que as EL são tratadas como custos do negócio, sendo por isso cobertas por reservas ou provisões, as UL são suportadas pelo capital.

Larsen e Bjerkeland (2005) apresentam os resultados de um estudo efectuado junto do sistema financeiro da Noruega, utilizando o método *bankruptcy probability* (Sebra), concluindo-se que, no período de 1988 a 2000, as EL são superiores nas PME (cujo volume de negócios considerado foi inferior a 10 milhões de euros) do que nas GE (volume de negócios superior ou igual a 10 milhões de euros). Em relação às UL, para o mesmo período constata-se que estas são superiores nas PME nos períodos de 1990 a 1991 devido às crises bancárias, e que o nível de capital alocado para UL nas PME é sempre superior ao alocado às GE, pese embora existam períodos onde as UL são superiores nas GE (e.g., de 1998 a 2000).

b) Sistema de Provisionamento

No método actual, o regime de provisões segue o estabelecido no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e respectivas actualizações. Este normativo fixa o tipo de provisões a constituir, bem como as percentagens aplicáveis. Neste método as percentagens são as mínimas, ou seja, as suficientes para cobrir as perdas esperadas no crédito, pelo que numa situação normal não é exigida a afectação de capital adicional. No entanto, a acontecer uma insuficiência de provisões, a mesma poderá originar uma dedução aos

fundos próprios de base. Neste método, os requisitos de capital são calculados a partir das exposições líquidas de provisões específicas.

No método *standard* do Novo Acordo, é aplicável o regime acima descrito. Relativamente às provisões gerais para riscos de crédito, aos bancos que adoptarem este método é permitido incluir na Tier II (vd. 2.5.3.) o valor das provisões (genéricas), mas com um limite de 1,25% do total dos activos ponderados pelo risco (BIS, 2004: 12,80). Caso se verifique que um banco adopta o método *standard* e o *foundation* para segmentos distintos da carteira, o valor das provisões para riscos gerais de crédito deverá ser afectado numa base proporcional relativamente ao valor dos activos ponderados pelo risco afectos a cada um dos métodos. No método IRB, o cálculo de (EL), BIS, deverá ser efectuado para as várias categorias de activos (vd. BIS, 2004: 12) e o valor comparado com o total de provisões constituídas para risco de crédito (provisões específicas e genéricas), sendo que: a) se as perdas esperadas excederem o total de provisões, a diferença (insuficiência de provisões) deverá ser deduzida aos fundos próprios da seguinte forma: 50% à Tier I e 50% à Tier II (Carneiro, Vivan e Krause, 2005); se as perdas esperadas forem inferiores ao total de provisões, a diferença (excesso de provisões) poderá ser adicionada à Tier II até ao máximo de 0,6% do valor dos activos ponderados pelo risco, devendo no entanto ser respeitada a regra, Tier II \leq Tier I (Carneiro, Vivan e Krause, 2005).

2.5.4.7. Estudos sobre o impacto da aplicação de Basileia II

a) Comité de Basileia e Comissão Europeia

O âmbito das alterações ao quadro regulamentar inerente aos requisitos de fundos próprios culminou com o estudo preliminar de impacto realizado pelo Comité de Basileia, o *Quantitative Impact Study* (QIS3, 2003), envolvendo diferentes bancos de 40 países. Este estudo (antecedente do Acordo definitivo publicado em Junho de 2004, o qual contempla algumas alterações ao QIS3), que pretendeu testar as denominadas *Technical Guidelines* (TG), teve início em 1 de Outubro de 2002 e terminou em Maio de 2003, com a publicação dos efeitos das alterações patentes no *Basel Committee's Third Consultive Paper* (BC-CP3). Nele participaram 365 instituições financeiras de 43

países¹⁵. A Comissão Europeia, assistiu o Comité de Basileia, verificando o impacto nos seus membros (15) e na U.E. + (6). Os bancos foram divididos em dois grupos: o grupo 1 (G1) corresponde às instituições com grande presença internacional e cuja Tier I é superior a 3 mil milhões de euros, e o grupo 2 (G2) aos pequenos bancos, de menor complexidade e não internacionalmente activos.

Os resultados reflectem as alterações nos requisitos mínimos de capital nos termos do Acordo Actual e de cada uma das três abordagens de Basileia II, bem como as contribuições das diferentes linhas de negócio (portfólios) face à utilização dos diferentes métodos de cálculo desses requisitos.

Tabela 2.19 – Média de alterações nos requisitos de capital (UE) e (UE+6)

	<i>Standard</i>	FIRB	AIRB
(UE-G1)	5,65% (cerca de +6%)	-3,69% (cerca de -4%)	-5,74% (cerca de -6%)
(UE-G2)	0,82% (cerca de +1%)	-20,18% (cerca de -20%)	-22,45%
(UE+6 G2)	3,09%		
Todos (UE)		-5,31% (cerca de -5%)	
(UE-por abordagem)	1,92%	-6,86%	-8,74%

Fonte: QIS 3 (2003); Hall (2006)

Os dados da Tabela 2.19 reflectem o impacto do Acordo na banca europeia. O estudo mostra que, as novas regras, em geral, reduzem os requisitos de capital em cerca de 5% quando comparado com os níveis actuais. Adicionalmente:

- Conclui-se que as novas regras criam incentivos para a adopção das metodologias mais sofisticadas;
- Verifica-se que a implementação da abordagem *standard* conduz a reduções de capital nos bancos domésticos ou pequenos bancos (G2);
- Os bancos internacionalmente activos (G1), adoptando a abordagem FIRB, apresentam alterações relevantes nos requisitos de capital;
- Pequenos bancos especializados e sofisticados da UE pertencentes ao (G2), utilizando a FIRB, conseguem substanciais reduções nos requerimentos de capital face ao Actual Acordo;

¹⁵ Todos os membros da UE, a que acresceram seis países, incluindo os cinco novos Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia participaram no estudo.

- Os resultados indicam requisitos de capital mais reduzidos para a abordagem *standard* e FIRB para o (G2) do que para o (G1). A explicação estará no facto de que o (G1) está menos orientado para o negócio de retalho que o (G2), área que oferece significativas reduções de capital. Estas reduções de capital poderão residir no facto de que, historicamente, os créditos a elas inerentes apresentam uma acentuada taxa de recuperação. Por outro lado o (G1) está em desvantagem relativamente ao (G2) na obtenção de instrumentos de mitigação;
- No caso da FIRB, espera-se uma diminuição de 4% no (G1) e de 20% no (G2);
- Os resultados mostram, no entanto, os incentivos na adopção das abordagens avançadas AIRB por parte do (G1), verificando uma redução de cerca de 6% no consumo de capital em relação à FIRB;
- O aumento da carga de capital verificada no (UE+6) resulta do facto de que os seis países estarão a registar acréscimos de requisitos;
- Em todas as abordagens (exceptuando a *standard*), verifica-se uma redução dos requisitos de fundos próprios associados ao risco de crédito, sendo que quanto maior a sofisticação da abordagem, maior a redução desses requisitos. Existe deste modo um incentivo claro à adopção de métodos de avaliação de risco mais sofisticados, em função da redução dos fundos próprios regulamentares.

A maior fonte de redução verifica-se no segmento de retalho, incluindo o crédito à habitação (Tabela 2.20), tendo o presente estudo considerado neste segmento as exposições de crédito inferiores a 1 milhão de euros.

Os resultados revelados são relevantes, na medida em que estão em causa menores obrigações de fundos próprios regulamentares para os bancos associados ao crédito às empresas e, em particular, ao crédito às PME. Estas representam 70% do PIB português, são 3 em cada 4 trabalhadores e constituem 99% das empresas nacionais, como afirma Joaquim Cunha, presidente da PME-Portugal, citado por Graça (2006).

Tabela 2.20 – Alteração do nível de capital por categoria de activos na (UE)

Activos	<i>Standard</i>		FIRB		AIRB	
	G1	G2	G1	G2	G1	G2
GE	-1%	-1%	-5%	-5%	-4%	-10%
Soberanos	0%	0%	2%	1%	1%	2%
Instituições financeiras	2%	1%	2%	-1%	-1%	2%
Retalho	-5%	-7%	-9%	-18%	-9%	-14%
PME	-2%	-2%	-3%	-5%	-4%	-7%
Securitização	1%	0%	0%	-1%	0%	1%
Provisões não específicas	0%	0%	-2%	-2%	-3%	-2%
Outros	2%	-1%	3%	5%	4%	1%
Risco de crédito	-3%	-10%	-13%	-27%	-16%	-27%
Risco operacional	8%	12%	9%	6%	10%	5%
Variação global	+6%	+1%	-4%	-20%	-6%	-22%

Fonte: QIS 3 (2003); Hall (2006)

Se considerarmos a dimensão dos bancos em Portugal, e atendendo aos contactos efectuados com os mesmos, resulta que a maioria dos de maior dimensão utilizarão a abordagem FIRB. Contudo, apenas dois dos grandes bancos nacionais, BCP e CGD¹⁶ deverão possuir TIER I superiores a 3 mil milhões de euros (G1). No que concerne ao peso relativo do crédito a retalho no sistema financeiro português, verifica-se que a percentagem do crédito a particulares no total de crédito a empresas e a particulares ascendia, em 2003, a 51%¹⁷, quando comparado com 45% em média nos países da Zona Euro. Deste modo, o facto do peso da actividade de crédito a retalho ser superior à média dos países daquela Zona, poderá trazer benefícios em termos da exigência de capital regulamentar. Idêntico raciocínio se poderá efectuar para as empresas, ou seja: i) sendo o peso do crédito a empresas em 2003 de cerca de 49% quando comparado com os cerca de 55% no caso da média dos países da Zona Euro; ii) que cerca de 99% do

¹⁶ De salientar que estes dois bancos possuem, de acordo com o Boletim Informativo do Banco de Portugal referente ao 1º semestre de 2005, uma situação líquida de 3,7 mil milhões de euros (BCP) e de 3,6 mil milhões de euros (CGD), representando conjuntamente 46,5% dos activos de crédito do sistema financeiro português (Ver Tabela 3.5).

¹⁷ Dados sobre a evolução dos créditos de 1997 a 2003, obtidos junto de um dos maiores bancos nacionais, tendo como fonte o Banco de Portugal e o BCE. De acordo com o Boletim Informativo do Banco de Portugal referente ao 1º semestre de 2005 (pp.11), o valor referido é de 53% em relação a 2004 e de 54% referente a 2005.

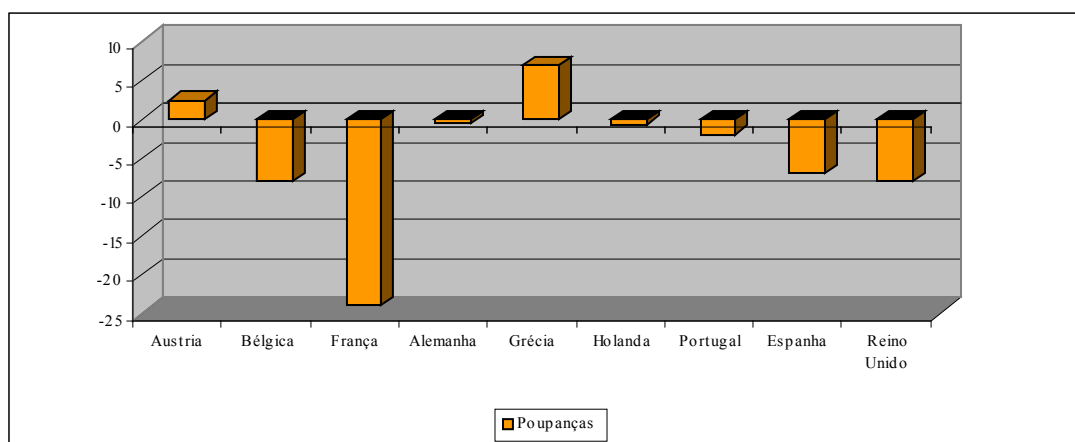
tecido empresarial são na sua maioria PME; iii) que a maioria dos bancos nacionais entram na categoria de G2 face à sua dimensão; iv) e atendendo a que, de acordo com o QIS3, caso a maioria dos bancos utilize o FIRB ou um misto de *Standard* com FIRB, poderemos considerar que o cenário também se apresenta como positivo face ao consumo de fundos próprios, pese embora em magnitude menos favorável em relação à média da zona euro.

b) Outros estudos internacionais

Um estudo da PricewaterhouseCoopers, baseado no QIS3, indica que só na U.E. poderá ser poupado 5% do capital dos bancos, equivalente a 100 mil milhões de euros. No entanto, as poupanças previstas não são equivalentes nos diversos países (Barfield, 2004: 83).

O Gráfico 2.2. mostra as alterações previstas em termos de alocação de capital por país.

Gráfico 2.2 – Expectativas de alteração no capital regulador (por país)

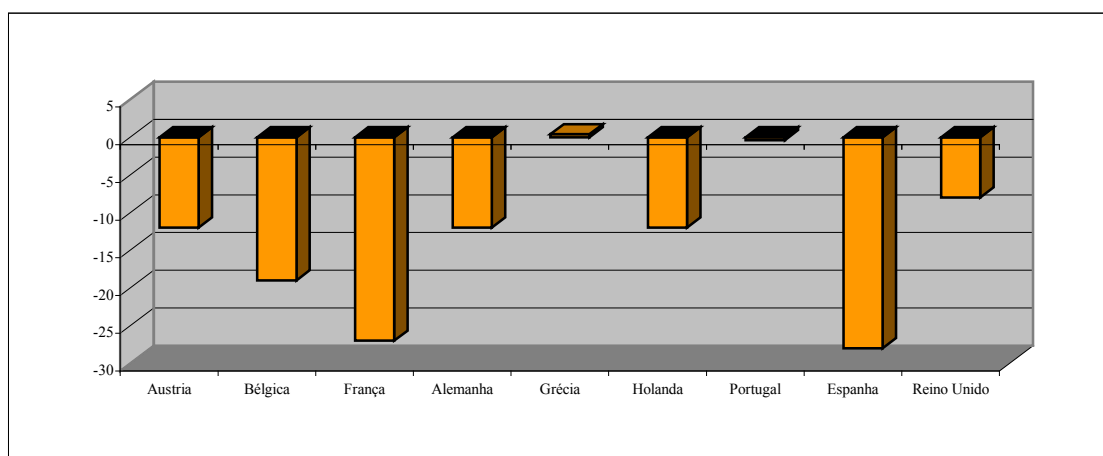


Fonte: adaptado de Barfield (2004: 83)

Como se pode observar, a França é o país que mais beneficiará com as alterações (redução de 24% no capital), a Grécia o mais penalizado (pensamos que pela existência de outras alocações de capital para além do risco de crédito, dado que existem poupanças tanto nas GE como nas PME), sendo que Portugal apresenta uma poupança na ordem dos 2% (Gráfico 2.2).

O Gráfico 2.3. apresenta as reduções de alocação de capital por país a nível do segmento de GE. Como se pode observar, para 20% dos empréstimos a grandes empresas, existe uma expectativa de poupança que varia entre os 5% para a generalidade dos países e aproximadamente 30% para a Espanha e a França. Barfield (2004: 84) ao considerar a média dos valores observados, indica que a poupança se situa entre os 5% e os 15%. Apenas Portugal e a Grécia não conseguem atingir os 5%.

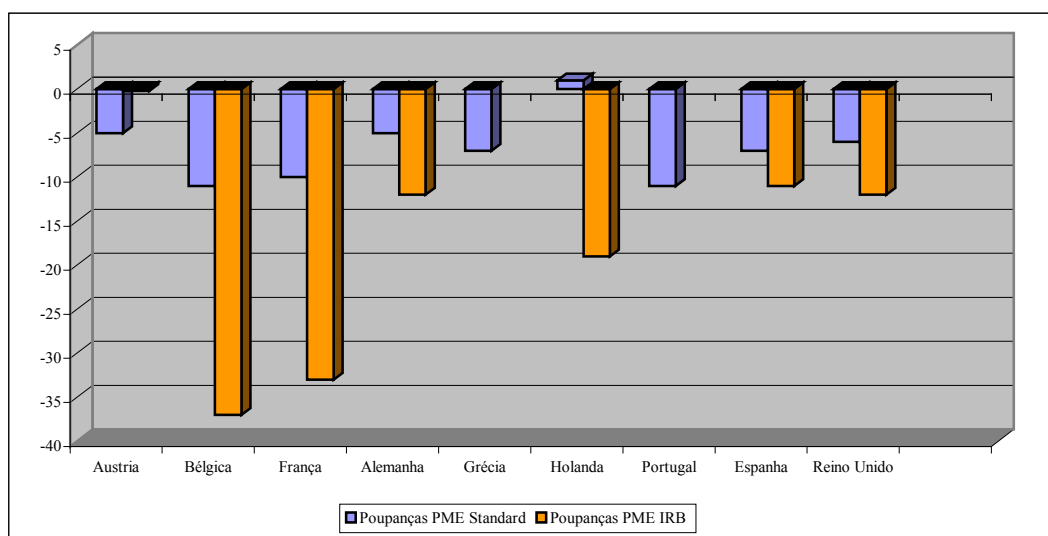
Gráfico 2.3 – Redução no capital regulador para risco de crédito (GE)



Fonte: adaptado de Barfield (2004: 84)

O Gráfico 2.4. revela as reduções de alocação de capital por país a nível do segmento de PME.

Gráfico 2.4 – Redução no capital regulador para risco de crédito (PME)



Fonte: adaptado de Barfield (2004: 84)

A consultora acima referida confirma que a adopção de métodos avançados permite maiores poupanças de capital relativamente a empréstimos a PME (Gráfico 2.4). Estudos efectuados na Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália e Espanha indicam que este tipo de empresas ganha com as alterações que o Acordo traz.

O impacto decorrente do Novo Acordo, parece, assim, relevante em termos de poupanças para os bancos. Segundo um estudo publicado pela McKinsey Quarterly em 1 de Março de 2004, os EUA prevêem reduções importantes no capital regulamentar. Para alguns bancos, essa redução atingirá valores na ordem de 50% no crédito hipotecário residencial. As poupanças de custos, embora não automáticas, também ocorrerão. Por outro lado, estudos de *benchmark* sugerem que existirá um acréscimo dos resultados entre 3 a 6%, decorrentes de menores situações de *default*, reflectindo melhores práticas na avaliação dos riscos. Acresce que o preço baseado no risco conduz a uma auto-disciplina na concessão do crédito. É referido que os resultados poderão ser optimizados entre 1 a 2% devido a esta disciplina, ou seja, mutuários de maior risco implicam maior nível de provisões e de EL e maior alocação de capital. Daí que melhores sistemas de gestão poderão minimizar esta ocorrência. Também melhores sistemas operativos, como um sistema de *rating* comum, poderão reduzir a intervenção humana e levar a um incremento de resultados entre 0,5 e 1%. A melhoria da gestão do risco operacional contribuirá entre 1 a 2%. Ainda em relação a este tipo de risco, e atendendo a que os maiores bancos aderirão a Basileia II, estes prevêem poupanças entre 20 a 25% no capital requerido. Os investimentos previstos para os grandes bancos atingirão em três anos entre 100 a 250 milhões de dólares. Para os bancos regionais, estes situar-se-ão entre 25 a 50 milhões de dólares. Do investimento total com Basileia II, 75% referem-se a sistemas de informação (Kevin, 2004).

João Salgueiro, presidente da APB, citado por Barroso (2006), refere que, de acordo com o quinto estudo de impacto de Basileia II realizado pelo CEBS (Comité das autoridades europeias de supervisão bancária)¹⁸, os bancos pequenos irão poupar até 15,4% no capital, ou seja o dobro das poupanças para os grandes bancos. Na origem

¹⁸ Este estudo considerou dados de 262 bancos de 18 países da UE, dos quais 213 de menor dimensão.

desta constatação poderá estar o facto das grandes instituições efectuarem já hoje as análises de risco mais sofisticadas que as pequenas. Os grandes bancos (e.g., com activos líquidos de pelo menos três mil milhões de euros) pouparão em média 7,7%.

Carneiro, Vivan e Krause (2005) avaliam o impacto das recomendações de Basileia II no contexto dos bancos brasileiros. Estes autores consideram que o nível de capitalização do sistema bancário do Brasil tenderá a manter-se inalterado, pese embora para bancos individualmente analisados esta regra não se verifique. O estudo indica ainda que a adopção da FIRB resultará em poupanças de capital entre 0% e 40% para a maioria dos bancos considerados. Carneiro, Vivan e Krause (2005), salientam também que, é no segmento dos grandes (e mais complexos) bancos, que as exigências de capital para a cobertura do RO são mais elevadas, mesmo utilizando estes, como se prevê, as metodologias avançadas. Os autores aludem a que são os grandes bancos, mediante a utilização da IRB, que apresentarão maiores poupanças de capital. Estas, no entanto, serão superadas pelo acréscimo de requisitos para RO. É de relevar que, ao contrário do referido em Barfield (2004: 84) e QIS 3 (2003), são os bancos de retalho os que apresentam maiores exigências de requisitos de capital tanto para risco de crédito como operacional. No entanto, as provisões para riscos de crédito são próximas da EL, resultando daqui um impacto no capital menor, pelo ajustamento do excesso de provisão. Contudo, neste segmento, e devido a este facto, o índice de Basileia verificará uma redução.

Pereira (2005) afirma que a complexidade das novas normas bem como a utilização de métodos estatísticos e econométricos avançados na modelização dos riscos exigem que os bancos antecipem as mudanças necessárias, nomeadamente o nível da qualificação dos recursos humanos e das técnicas utilizadas de modernização e controlo dos riscos da actividade.

O estudo levado a efeito pela Federação Brasileira de Bancos (vd. Gleizer, 2004) destaca: a) a preocupação em relação ao volume e volatilidade dos capitais nas economias emergentes provocadas por Basileia II; b) que não é possível sustentar a prociclicidade (e.g. que as reservas exigidas aos bancos tendem a aumentar em períodos de retracção económica); c) que é relevante incrementar a utilização de ferramentas qualitativas e quantitativas na gestão do RO; d) face à inexistência de

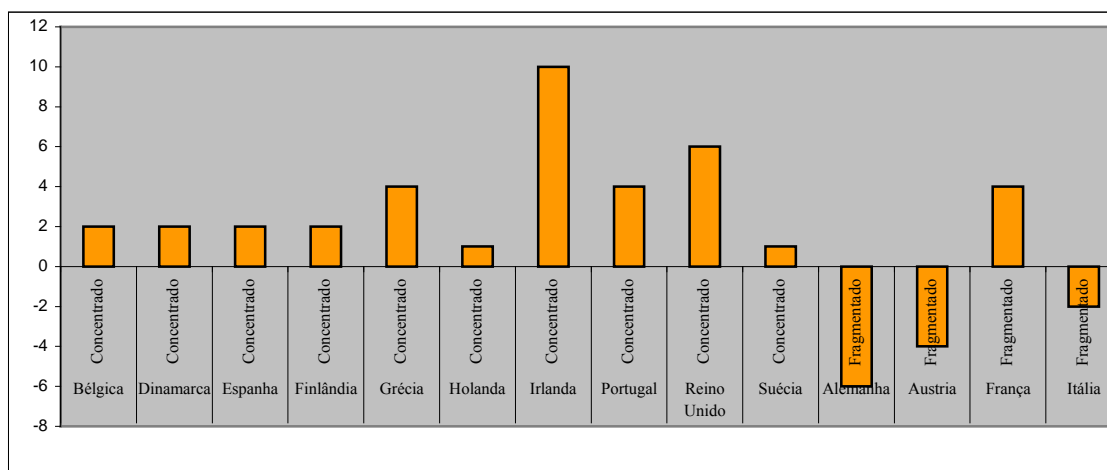
benchmark, as instituições de crédito terão enormes dificuldades em calcular o custo de capital para RO; e) a ênfase dada ao regulador (Pilar II) não será uma prioridade para os bancos; f) que a implementação adequada do Novo Acordo necessita de evoluir no que concerne à produção de informações e análises econométricas; g) a importância para os grandes bancos de minimizar as perdas operacionais, devendo para o efeito ajustar as categorias de eventos de acordo com o Anexo 7 (vd. BIS 2004, 224-225), criando matrizes e inventários de riscos (Gleizer, 2004).

Um estudo da Oliver Wyman & Company refere que Basileia II vai obrigar os bancos mais generalistas a abandonarem as áreas de negócio de menor relevância e a apostarem nos segmentos em que detêm maiores competências centrais. Isto porque a implementação de modelos de risco internos mais avançados apenas compensará se o modelo de negócio não for muito diversificado. Os bancos terão então de rever a sua presença em áreas de negócio pouco relevantes, visto que o custo para avançar com o IRB-*advanced* nestas áreas trará poucos benefícios. A dimensão poderá então ser um factor importante para a libertação de capital, podendo assistir-se à intensificação dos movimentos de concentração. Estes movimentos serão resultado do processo de compra das instituições mais pequenas pelas mais sofisticadas, visando qualificá-las através da libertação de capital resultante da aplicação de metodologias mais avançadas. Em relação a Portugal, pela dimensão relativa dos bancos, é provável que nem todos venham a aderir aos métodos mais sofisticados de avaliação de riscos, atendendo a que nem sempre os benefícios conseguidos em termos de exigência de capital superarão os custos de implementação dos sistemas. Esta consultora estima que o esforço de investimento inerente à implementação dos mecanismos de controlo de riscos atinja em média os 0,05% do total de crédito a clientes (Miranda e Esteves, 2003).

Um estudo da PricewaterhouseCoopers baseado no QIS3, refere que a concentração e competitividade não possuem necessariamente uma correlação negativa. Importa que estas originem benefícios para os accionistas, ou seja, que o ROE (*return on equity*) seja superior ao COE (*cost of equity*).

O Gráfico 2.5 mostra que os mercados mais concentrados apresentam um ROE>COE (e.g., Portugal apresenta uma relação de rentabilidade, ROE>COE, identificada com o peso de 4% (Barfield, 2004: 85).

Gráfico 2.5 – ROE e o COE



Fonte: Barfield (2004: 85)

c) Estudo sobre o impacto no *pricing* das operações

Freitas (2005), baseando-se nas PD, apresentou um modelo teórico de *pricing* das operações de crédito a empresas em função dos requisitos de fundos próprios, que passamos a referir. O modelo incorpora o impacto na margem financeira a aplicar numa operação de crédito em função da alteração dos requisitos mínimos de fundos próprios resultantes da implementação do Novo Acordo. Considerando uma estimativa de fundos próprios em função do valor total do crédito, poder-se-á calcular o custo de capital associado recorrendo a modelos como o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), ou de uma forma mais simples, à rentabilidade dos capitais próprios, pelo que neste caso estaríamos perante o seguinte:

$$Mg = [Re \times re] (1 + m) / [1 - \alpha (1-t)(1+m)]$$

Onde, Mg = margem financeira em percentagem do valor do crédito; Re = requisitos de fundos próprios associados ao risco de crédito (Pilar I); re = custo de capital do banco em percentagem; t = taxa de imposto; α = 15% (parâmetro associado ao risco operacional); m = margem de segurança que permita manter os fundos próprios acima dos requeridos pelo Pilar I.

A Tabela 2.21 revela em estimativa, que tendo em conta o peso do grupo de mutuários analisado (PME e GE) no total de crédito a empresas em Portugal, o impacto da implementação da FIRB em todo o sistema financeiro português resultaria num aumento médio ponderado dos *spreads* em 0,57%, ou 57 pontos base (pb).

Tabela 2.21 – Variação dos *spreads* face à variação dos requisitos mínimos de capital

	Banco Português	Portugal
PME (empresas)	+ 11,7% pb (8,7%)	+ 74,6% pb (12,47%)
PME (retalho)	-46,1% pb (5,24%)	-25,22 pb (6,49%)
GE (grandes empresas)	+ 35,2% pb (10,11%)	+ 101,7 pb (14,09%)

Fonte: Freitas (2005)

Obs: em parênteses, são apresentados os requisitos de fundos próprios associados ao risco de crédito já referidos.

Se para o cálculo do *spread*, além de considerarmos o impacto das alterações dos requisitos de fundos próprios nas operações de crédito, fosse considerada a componente operativa, ou seja, os gastos administrativos, as amortizações e provisões, o modelo seria o seguinte:

$$Mg = \{[Re \times re] (1+m) + [Ca \times (1-t)]\} / [1-\alpha (1-t) (1+m)]$$

Onde, Ca = gastos gerais administrativos e amortizações do exercício em percentagem do valor do crédito.

2.5.4.8. O *rating* e as categorias das exposições

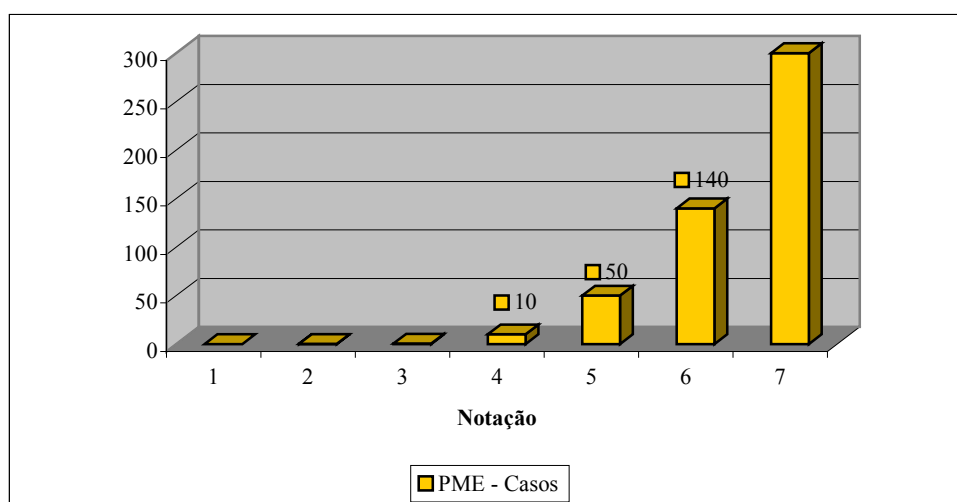
a) Âmbito

Existem dois tipos de notações, as externas, emitidas por agências de notação, e as internas, atribuídas pelos bancos aos seus mutuários. Para a obtenção destas, os bancos recolhem informações dos seus clientes, sendo que muitas são obtidas de agências de crédito privadas (e.g., Sociedade Portuguesa de *Rating*), e utilizadas como elementos para os seus próprios sistemas de notação.

Para a obtenção do *rating*, os bancos recolhem informação sobre as características dos mutuários, por norma junto destes. São comparados factores específicos obtidos junto dos clientes, com dados históricos de incumprimentos, de modo a determinar a frequência com que os mutuários com características semelhantes não reembolsaram os empréstimos no passado. De seguida, são atribuídas notações correspondentes aos novos mutuários – tratando-se de novos clientes.

A M & C, a pedido da Comissão Europeia, estudou o número de incumprimentos verificado em cada 1.000 mutuários, por classe de notação anual (Gráfico 2.6), verificando-se que se um mutuário receber uma notação de quatro, a sua probabilidade de incumprimento será de 1%, de acordo com o número de casos ocorridos com mutuários de notação 4.

Gráfico 2.6 – Ambiente típico de incumprimento das PME



Fonte: adaptação de M & C

A Tabela 2.22 apresenta as notações de *rating* indicadas pela Standard & Poors (S&P) e pela Moody's.

Tabela 2.22 – Notações de *rating* da Standard & Poors (S&P) e Moody's

Notação de <i>Rating</i>		Significado
S & P	Moody's	(Capacidade do devedor cumprir com as suas obrigações)
		<i>Investment grade</i>
AAA	Aaa	É extremamente elevada.
AA +	Aa 1	É elevada, mas com alguma sensibilidade a alterações nas condições económicas envolventes; na S & P, o sinal (+) ou (-) indica a qualidade do mutuário.
AA	Aa 2	
AA-	Aa 3	
A +	A 1	Mantém-se forte, embora inferior às anteriores, e sensível a ciclos na economia doméstica.
A	A 2	
A -	A3	
BBB +	Baa 1	Média, sendo influenciada por alterações nas condições económicas.
BB	Baa 2	
BB -	Baa 3	
		<i>Speculative grade</i>
BB +	Ba 1	Alterações nas condições económico-financeiras do devedor poderão reduzir a sua capacidade de cumprir.
BB	Ba 2	
BB -	Ba 3	
B +	B 1	Grande potencial de incumprimento, muito exposta a alterações nas condições económicas e financeiras.
B	B 2	
B -	B 3	
CCC +	Caa	Sem capacidade de cumprir, existindo um alto perigo de <i>default</i> , requerendo eventuais processos de reestruturação.
CCC	Ca	
CCC -	C	

Fonte: elaboração própria, com consulta a Lambrecht (2005), Reisen (2000), Hagen e Holter (2002), BIS (2004).

Apresentámos o significado das categorias de risco aceites em Basileia II, que se apoia na agência internacional *Standard & Poors*. No entanto, são elaboradas escalas de equivalência para outras duas reconhecidas internacionalmente, a *Moody's* e a *Fitch IBCA* (Tabela 2.22).

O Novo Acordo distingue cinco categorias de exposições passíveis de classificação de *rating*: empresas (grandes empresas, PME, financiamento de projectos e *factoring*), soberanos (administrações públicas centrais e bancos centrais), bancos (BEI, BDM- como o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), retalho (crédito a particulares, correspondente a crédito à habitação e renovável, e a pequenos negócios, cujo volume de negócios é inferior a 1

milhão de euros, quer operando em nome individual ou a nível de pequenas empresas), investimentos financeiros (investimentos a médio e longo prazo, classificados na carteira de investimento). O segmento de empresas prevê ainda a existência de cinco classes para os financiamentos com características especiais (*project finance, object finance, commodities finance, income producing real state e high volatility commercial estate*), os quais envolvem características especiais quanto à contraparte, à capacidade de geração de *cash-flows* para fazer face ao serviço da dívida e ao controlo dos activos adquiridos com o financiamento (Lambrecht, 2005: 13-14).

Interessando-nos essencialmente o segmento de empresas, de referir que o BIS (2004: 273), distingue as PME como entidades com um volume de negócios igual ou inferior a 50 milhões de euros e superior a 5 milhões de euros, sendo que as empresas cujas vendas sejam inferiores a 5 milhões mas superiores a 1 milhão de euros serão tratadas como PME.

À utilização de um modelo de *rating* são normalmente atribuídas as seguintes vantagens:

- Permite o aumento da eficiência, pela redução dos tempos de análise do crédito pelos decisores;
- Aumenta a objectividade em termos de aceitação ou rejeição das propostas apresentadas pelas direcções comerciais dos bancos;
- Um método estatístico reduz a margem de erro humano (Lambrecht, 2005: 98);
- Maior facilidade na percepção e execução de políticas de crédito mais restritivas ou expansionistas;
- Estes modelos permitem também aferir mais facilmente da necessidade de obtenção de garantias reais e/ou pessoais;
- Atribuição mais eficiente e coerente de limites de exposição creditícia, de *pricing*, de fundos próprios e de provisões;
- Permite a obtenção permanente de informação para gerar dados para a gestão global das carteiras (e.g. envolvendo a transferência de risco de contraparte, de titularização, com o fácil reconhecimento da metodologia de risco por entidades externas);
- Possibilidade da aplicação à carteira da abordagem IRB.

b) Abordagens de um modelo de *rating*

As abordagens para um modelo de *rating* poderão ser de natureza quantitativa e qualitativa.

As informações quantitativas são obtidas através dos relatórios financeiros ou das contas anuais, sendo que muitos bancos poderão solicitar planos empresariais ou declarações de impostos. Os principais factores quantitativos retirados correspondem a rácios financeiros e números. Do inquérito efectuado pela M & C, constata-se que:

- 75% dos bancos de média e grande dimensão, consideram o endividamento como sendo de elevada ou muito elevada importância como factor a considerar na notação;
- 50% dão a mesma relevância à liquidez e à rentabilidade.

Esta é definida mediante variáveis explicativas do modelo, que poderão variar de *rater* para *rater*, ou de banco para banco, no entanto os princípios são comuns. Sendo os indicadores de análise financeira a base do modelo, Lambrecht (2005: 87-92), define três níveis: o primeiro inclui indicadores de rentabilidade (mediante a análise dos custos e proveitos) e de balanço (e.g. activos, passivos e capitais próprios); o segundo integra a estrutura financeira (e.g. comparando os activos e terceiros expressos em percentagem do total do balanço), o *cash-flow* (e.g. analisando as entradas e saídas de fundos durante um determinado período), e por último as reservas líquidas (e.g. análise dos meios de pagamento e dos direitos, que permitirão assegurar a solvência mediante a avaliação do nível de reservas líquidas); o terceiro é inerente aos indicadores de *rating* (e.g. análise de rácios), incidindo sobre as principais áreas críticas, como os níveis de capitalização, endividamento, liquidez, rentabilidade, produtividade, *terms of trade* (e.g. num determinado período como se comportam os débitos de fornecedores e os créditos sobre clientes), e endividamento coberto pelo *cash-flow* (Lambrecht, 2005: 92,149).

Interessa mencionar o uso de *Credit Scoring Models*, modelos que visam observar as características dos mutuários, calculando as probabilidades de incumprimento e ordenando aqueles em diferentes classes de risco de incumprimento. Seleccionando diferentes características alusivas à situação económico-financeira dos clientes, são evidenciados os factores de risco avaliada a sua importância, de modo a determinar o preço e a definir com maior clareza as reservas necessárias inerentes às expectativas de

perdas. Os modelos conhecidos são: *Linear Probability Model and Logit Model* e o *Linear Discriminant Model*. Em relação aos primeiros, entra-se em linha com a probabilidade de reembolso, baseada em dados passados, aplicada aos futuros empréstimos. Os segundos visam determinar a probabilidade de *default* dos empréstimos, classificando os mutuários como de baixo ou de alto risco de *default*, de acordo com determinadas características X_j , sendo o indicador Z a medida de risco. Este modelo, denominado de *Z-Score Rating*, foi desenvolvido nos anos sessenta por Edward Altman, professor da New York University, mediante a combinação de cinco rácios. Como todos os modelos, estes possuem algumas limitações, como o facto de a sua utilização ser inflexível para o solicitante de crédito (e.g., *default* ou não *default*). Outro aspecto, de índole qualitativa, reside no facto de que ignoram a reputação do mutuário, a fase do ciclo económico, e não usam informação pública disponível, como o preço no mercado de activos, salientando-se a dívida e os capitais próprios. Poder-se-ão comparar as notações da S&P (*Standard & Poor's*) com o *Z-Score* (vd. Tabela 2.23).

Tabela 2.23 – *Rating* (S&P) das Obrigações equivalente ao *Z-Score*

1995 – 1999	
AAA	5.02
AA	4.30
A	3.60
BBB	2.78
BB	2.45
B	1.67
CCC	0.95

Fonte: adaptado de Lambrecht (2005: 175).

Em termos de abordagem qualitativa, na apresentação de uma proposta de financiamento a empresa deverá ter em atenção dois aspectos essenciais: a informação que o banco espera que esta lhe faculte, e o que lhe poderá ser assegurado de modo a obter o resultado mais favorável.

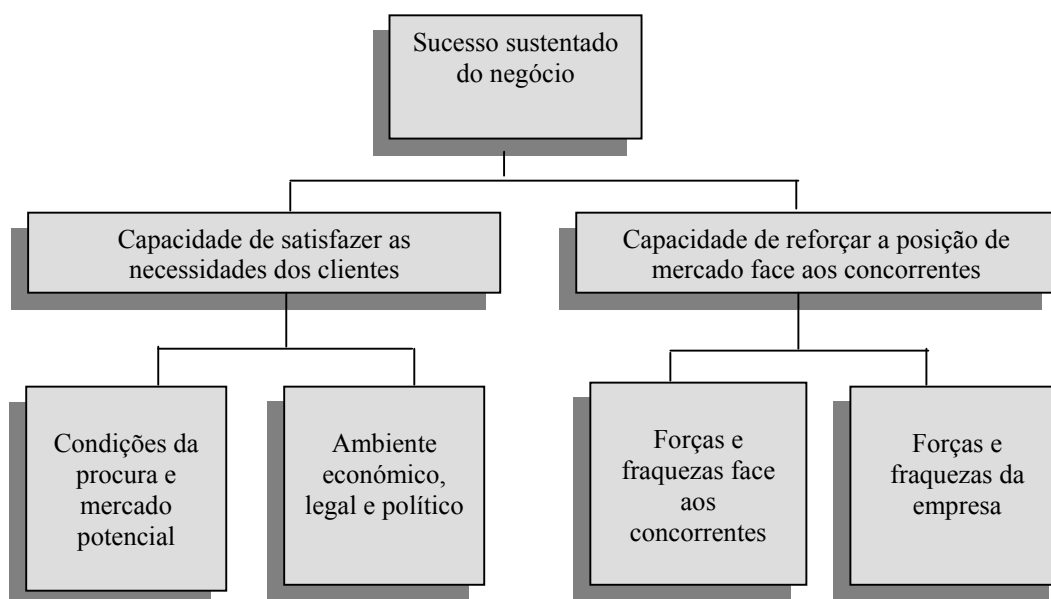
Os bancos deverão ter o máximo de informação possível sobre o solicitante, actualizada, sendo que, quanto menos informação estiver disponível, mais conservadoras devem ser as atribuições de crédito. Pese embora Basileia II não especifique um guia de informação para os executivos das empresas, poderemos inferir pelas indicações

implícitas dadas aos bancos e aos supervisores em relação à gestão do risco, que a informação sobre a qual os bancos terão maior atenção passará necessariamente pela identificação de: a) historial e capacidade projectada do negócio para gerar fundos e fazer face às suas responsabilidades; b) estrutura de capital, a qual deverá ser consistente com o nível de activos e passivos; c) qualidade da informação, que inclui a revisão e auditoria às demonstrações financeiras, bem como a aplicabilidade das IAS; d) nível operacional da empresa, que poderá ter impacto na variação da procura, na rentabilidade e no *cash-flow*; e) flexibilidade financeira, que poderá ter impacto no acesso ao mercado de capitais como fonte adicional de recursos; f) qualidade da gestão, com influência nas respostas às alterações de mercado, escolha dos recursos, o seu grau de agressividade ou conservadorismo; g) posição no sector/indústria e perspectivas futuras; h) características de risco do país, com impacto no solicitante sendo que, quando o mutuário está localizado em outro país, mais difícil se torna a gestão do reembolso dos créditos (Lambrecht, 2005: 18-19; BIS, 2004: 85).

O estudo da M & C, refere ainda que: a) cerca de 50% dos bancos de média e grande dimensão dão uma elevada ou muito elevada importância à qualidade de gestão, em particular no que concerne às PME; b) outros dois factores são relevantes, mas a uma larga distância do anterior, a situação de mercado da empresa e a sua forma jurídica.

A situação de mercado é uma fonte fundamental do sucesso empresarial, cabendo à gestão a adaptação proactiva a esta e ao meio envolvente (Figura 2.9).

Figura 2.9 – Origem das fontes de sucesso empresarial



Fonte: Lambrecht (2005: 34)

Lambrecht (2005: 54,55,57,65) enuncia os factores de sucesso para se ser competitivo no mercado alvo, efectuando *benchmark* de factores de sucesso específicos de uma “empresa tipo” com os competidores. Considerou onze factores, atribuindo um peso a cada um, de acordo com a sua importância, definindo um *ranking* da força competitiva da empresa e dos concorrentes. Os de maior peso são a orientação da procura e a visibilidade no mercado, seguidos de negócio financeiro com os clientes, prazos de entrega, índices de qualidade, confiabilidade dos fornecedores, preços das matérias primas, suporte de marketing para os distribuidores e garantias dadas a estes, imagem de marca e tecnologia de produto.

Do inquérito da M & C (pp. 28), os factores qualitativos têm um peso médio entre 20 a 30% na atribuição das notações. O estudo atrás referido alude ainda a que os factores qualitativos terão maior influência na notação, no caso das empresas de maior dimensão ou de empréstimos de maior montante. No caso de *start-ups* (empresas em fase de arranque), as informações solicitadas são substancialmente diferentes dado que não existem dados financeiros anteriores. Daí que se considere que os factores qualitativos correspondam a 60% da notação, como sejam os planos empresariais, as credenciais de

gestão (e.g. histórico dos gestores em anteriores negócios) e o nível de formação financeira da gestão. É necessário conhecer a documentação exigida pelo banco para o processo de notação de risco, sendo que 2/3 dos bancos irão aumentar a qualidade de informação que recolhem. Prevê-se que 1/3 dos bancos venham a revelar pormenores da notação aos seus clientes. Conhecendo o modo como o banco atribui a notação, e melhorando os factores que a influenciam, poderão ser-lhe oferecidas condições mais favoráveis (M & C, pp. 20). A notação, como indicador da perda esperada, é um elemento fundamental na atribuição do preço do crédito, o qual poderá ser reduzido através da atribuição de garantias. Estas, no entanto, deverão possuir características de liquidez e tipo que permitam, num determinado momento, colocar os activos a elas inerentes no mercado de modo rápido e em condições financeiras aceitáveis. A informação deverá ser apresentada estruturada, actualizada e sem omissões. Informação facultada tardiamente ao banco poderá colocar o cliente numa situação de vigilância “empréstimo problemático”, influenciando a notação (M & C, pp. 22). A notação depende das informações facultadas e da forma como são fornecidas. Embora não seja usual a prestação de serviços aos clientes sobre as notações, o estudo realizado pela M & C (pp. 27,28), refere que até 2007, metade dos bancos oferecerão este serviço. De salientar que os rácios financeiros, de endividamento ou de autonomia financeira, continuarão a ser os factores quantitativos com mais influência nos sistemas de notação, seguidos da liquidez e da rendibilidade. Dos factores qualitativos, a qualidade de gestão e a situação de mercado continuarão os mais relevantes, vindo a ser dada importância acrescida à forma jurídica. Deve ter-se em atenção factores de risco como a dependência acentuada de um cliente em relação aos seus principais clientes ou fornecedores.

No estudo efectuado pela M & C (pp. 15,25) em relação às PME, 85-95% dos bancos revelam que os critérios mais importantes na decisão são a notação de risco e as garantias, com um peso maior da primeira, dado que esta poderá ajudar a decidir sobre a concessão do crédito, sobre as garantias necessárias (vd. mitigação de risco) e a duração máxima do empréstimo. Cerca de 75-85% dão importância à maturidade do crédito e ao relacionamento geral com o cliente, e 60-75% ao volume de crédito a conceder e à existência de convénios. Os convénios, alusivos ao nível máximo permissível de endividamento de uma empresa (e.g. PME), limitado à rendibilidade, *cash-flow* ou liquidez mínima, correspondem a uma forma de monitorização do crédito mais atenta, consubstanciada em cláusulas contratuais que se verificarão caso ocorram determinados acontecimentos (e.g. redução do nível de autonomia financeira abaixo de um

determinado valor, o aumento do rácio Dívida Bancária Líquida/EBITDA). A consequência da sua execução poderá consubstanciar-se no aumento da taxa de juros, na redução das linhas de crédito já existentes e no cancelamento antecipado do empréstimo, podendo mesmo ocorrer o cancelamento de todo o relacionamento comercial com o cliente. Relativamente ao prazo dos empréstimos, de salientar que os bancos tenderão a conceder crédito com maturidade mais longa em situações de notação suficiente. Cerca de 50% dos bancos inquiridos no estudo da M & C, têm em consideração os convénios ao estabelecer o preço do crédito. Prevê-se ainda que os mesmos se tornem mais frequentes nos próximos três anos. Com a monitorização dos créditos, o banco efectua a actualização das notações, observando numa base regular como decorre o desempenho do negócio e a situação económica e financeira, podendo intervir em cada contrato caso se identifiquem problemas (M & C, pp. 28). Na monitorização, é essencial ter presentes as condições de denúncia do contrato e os convénios existentes. Os sinais de aviso mais relevantes são segundo 60 a 90% dos bancos, a descida da notação, os descobertos e a repetição destes para além dos períodos autorizados, a que poderemos acrescentar o reembolso atempado dos créditos. Outros sinais são revelados por 50 a 60% dos bancos, como sejam, a apresentação tardia dos dados de balanço, a diminuição do rácio de capitais próprios, a que poderemos acrescentar o aumento do rácio Dívida Bancária e Equiparada Líquida/EBITDA (M & C, pp. 29). Complementarmente ao desempenho, e caso o sector em que a empresa opera apresentar debilidades, cabe à mesma demonstrar a razão porque não é afectada pelas eventuais fragilidades do sector (M & C, pp. 30).

2.5.4.9 Operações de titularização

Uma operação de titularização de créditos consiste numa transmissão, em grande quantidade, de direitos creditícios de longa duração, geradores de fluxos financeiros periódicos que originará uma emissão de valores mobiliários, constituindo os créditos cedidos uma garantia dos valores mobiliários emitidos (Odenbach, 2002; Conrad, 2003; BIS, 2004: 113-136; Hall, 2006: 6).

A securitização desenvolveu-se essencialmente nos EUA nos anos setenta, de modo a criar um segundo mercado com liquidez. O Acordo de Basileia de 1988, não continha regras específicas, tendo sido as autoridades de supervisão a preencher esta necessidade. Na Alemanha em 19 Março de 1997, foi publicada pelo BAKred a circular 4/97

contemplando as regras a aplicar na securitização, nomeadamente em relação à possibilidade de recurso face ao incumprimento do mutuário original. O contexto destas operações visa a obtenção de liquidez mediante a cedência dos créditos e a redução dos requisitos de fundos próprios (Odenbach, 2002: 53-56).

Dado tratar-se de um tema que envolve normalmente operações de securitização de crédito à habitação, não iremos incrementar a nossa análise, atendendo a que o objectivo da dissertação é alusivo ao crédito a empresas. Referimos apenas que o Novo Acordo insere **duas abordagens** para o cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios: uma abordagem *standard* e outra baseada em **indicadores internos** (BIS, 2004: 126). Os bancos deve sempre consultar o supervisor sobre qual o método a aplicar às exposições de securitização.

2.5.4.10. Risco de Mercado

a) Âmbito

Os bancos sempre enfrentaram riscos de mercado, ou seja, risco de perda de posições registadas quer dentro quer fora do balanço, perdas essas decorrentes de movimentos adversos no mercado. O Acordo de Basileia I não previa explicitamente o cálculo de requisitos de fundos próprios associados ao risco de mercado, nomeadamente os riscos de taxa de juro, de volatilidade de preços de mercado, de taxas de câmbio e de preços de matérias-primas. Em Janeiro de 1996, através do *Amendment to the Capital Accord to Incorporate Market Risks*, um complemento ao Acordo de Basileia I que entrou em vigor em 1998, alargou-se os requisitos de FP destinados à cobertura deste tipo de riscos (Hall, 2006: 3). Deste modo, os riscos que a alteração publicada em 1996 visava acautelar eram: i) os riscos associados a instrumentos financeiros relacionados com taxas de juro e com acções da carteira própria das instituições financeiras; ii) os riscos relacionados com taxas de câmbio e com os preços de matérias-primas (vd. Secção 2.1.1).

Neste modelo, os factores de risco relevantes, referentes ao emitente, à taxa de juro, à maturidade, entre outros, são enquadrados em tabelas de onde derivam os ponderadores

de risco fixados pelo Comité para o cálculo dos requisitos de FP para cobertura dos riscos de mercado.

b) Abordagens de medição dos riscos de mercado (Basileia II)

Existem duas abordagens para a medição deste tipo de riscos, a primeira, *standard*, corresponde a uma abordagem mais normativa, dentro do proposto anteriormente, e a segunda, dos **modelos internos**, é baseada no conceito de VaR-Value at Risk (Saunders, 2002), sendo permitido aos bancos procederem à medição dos riscos de mercado com base em modelos desenvolvidos internamente, desde que sejam cumpridos os requisitos mínimos definidos pelo Comité.

O VaR mede a perda potencial¹⁹ no valor de mercado de uma posição ou carteira de posições, decorrente de uma variação de preços, usando a volatilidade estimada (vd. medida estatística da variância), com base em séries históricas de preços, as correlações entre os diversos tipos de posições que integram a carteira (acções, obrigações, etc.), dando assim a indicação de como os preços e as taxas se movimentam uns relativamente aos outros e sobre o seu impacto final no valor de mercado da carteira de um banco.

Fegahli (2005: 56-58) considera que o VaR é um indicador que acumula vários inconvenientes teóricos, que lhe conferem uma certa instabilidade. Daí que, tendo em conta a insuficiência nas capacidades preditivas do modelo VaR, o Comité decidiu agravar, por uma questão de prudência regulamentar, a medida do risco de mercado calculado pelos bancos (VaR), para as carteiras de negociação, ficando no entanto esse agravamento ao critério da autoridade de supervisão.

c) Principais alterações introduzidas pelo Novo Acordo

O Novo Acordo, no Pilar I, integra os riscos de mercado, tendo apenas procedido às seguintes alterações:

1. Definição de *trading book* (carteira de negociação): deverá corresponder a instrumentos financeiros e *commodities* com intenção de negociação a curto prazo.

¹⁹ Exemplo: um VaR de 100 u.m. para um nível de confiança de 5%, significa que a probabilidade de que as perdas futuras relativamente a um dado horizonte temporal venham a ultrapassar 100 u.m. é de 5%.

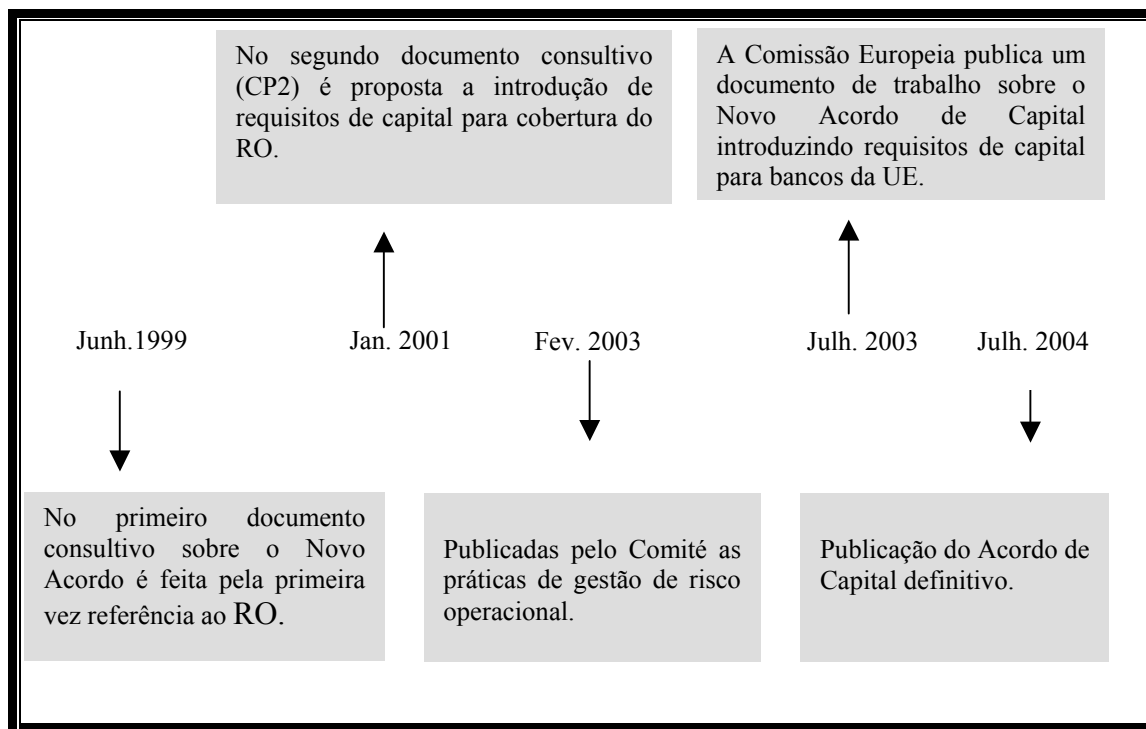
2. Princípios a que deve obedecer a avaliação das posições no *trading book*: É particularmente relevante o facto de que todas as posições deverão ser objecto de avaliação a valores de mercado que reflectam o seu valor real segundo regras uniformes, cujos princípios a ser seguidos são: a) sistemas e controlos que permitam a sua integração com outros sistemas de gestão de risco (e.g., de risco de crédito); b) metodologias de avaliação, sendo de relevar a utilização do *marking to market*, o *marking to model* e a verificação periódica dos preços; c) ajustamentos e reservas decorrentes da avaliação, em que caso exista a necessidade de ajustar os valores das posições, o supervisor poderá exigir a constituição de reservas específicas face à eventual reduzida liquidez de uma posição, sendo que ajustamentos decorrentes deste processo deverão ser reflectidos no capital regulamentar, sobretudo se reflectirem perdas potenciais; d) tratamento do risco de crédito de contraparte no *trading book*; os bancos deverão calcular em separado um requisito de capital a alocar ao risco de contraparte, cujos ponderadores são idênticos aos utilizados na carteira de crédito (*standard* ou IRB); e) cálculo dos requisitos de capital; quer seja utilizado o método *standard* ou os modelos internos, os riscos de mercado poderão ser classificados em riscos gerais ou riscos específicos. Os primeiros visam captar o risco de uma carteira face à evolução do mercado e os segundos respeitam aos riscos de posições individuais (e.g., um determinado emitente) poderem evoluir de modo diferenciado do mercado, podendo inclusivé entrar em *default*.

Outro aspecto a ter em conta reside no facto de o Comité de Basileia reconhecer que o risco de taxa de juro para alguns bancos representa um factor relevante, podendo justificar a cobertura por fundos próprios. Exemplos disso residem nos casos de créditos a taxa fixa, nos financiamentos à habitação e nos créditos sem vencimento determinado, devendo o modelo entrar em linha de conta com as maturidades finais das operações e com todas as datas contratuais de refixação de taxas das posições registadas no balanço (*repricing*). A divulgação está definida no BIS (2004: 188-189).

2.5.4.11. Risco Operacional

Cronologicamente, o tratamento do risco operacional está sintetizado na Figura 2.10.

Figura 2.10 – Evolução histórica



Fonte: consulta a (Bielski, 2003a; Ripault e Look, 2003: 62; BIS, 2004: 137-149)

a) Enquadramento

Trata-se do risco que decorre das perdas de processos operativos desajustados ou de falhas humanas, legais ou informáticas, da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos ou decorrentes de causas exteriores (vd capítulo 2.1.). É aplicável a perdas mensuráveis e, como referem Ripault e Look (2003: 64), inclui o risco legal como a exposição a indemnizações, multas e outras penalizações do supervisor ou de outras entidades, e o risco regulamentar, mas exclui o risco estratégico, de imagem e sistémico. Segundo Lastra (2004: 235), poderá representar entre 10 a 15% do total do capital mínimo regulamentar.

Segundo Bielski (2003b) e BIS (2004: 137-149), o risco operacional caracteriza-se segundo o tipo e categoria em: fraude interna (actividades não autorizadas, roubo e fraude); fraude externa (roubo e fraude externa, segurança de sistemas); relações laborais (práticas de emprego e de segurança no local de trabalho); práticas comerciais (adequação, confiabilidade e divulgação de informações, práticas comerciais

inadequadas, falhas nos produtos, selecção de clientes e aconselhamento); danos em activos físicos (desastres e outros eventos); interrupção da actividade (falha nos sistemas); execução, concretização e gestão de processos (execução e manutenção de transacções, monitorização e reporte, gestão de contas de clientes, gestão da documentação, fornecedores e terceiros (e.g. *outsourcing*)).

Podemos considerar, segundo Garcia e Duarte (2004) que, historicamente, os maiores recursos foram sempre orientados para a gestão dos riscos financeiros (e.g. crédito, mercado, liquidez). Por outro lado, não existem ferramentas universalmente aceites para a gestão de riscos operacionais sendo que, só em circunstâncias relevantes (e.g. perdas significativas), este tipo de risco é visível para as unidades de negócio, clientes ou accionistas, visto que nas outras situações acaba por ser incorporado nos custos das operações gerais. Estima-se que desde 1980 as entidades financeiras perderam mais de 200 biliões de dólares para risco operacional, sendo de salientar que só em 2002, os 89 bancos que participaram nos trabalhos do BIS efectuaram o reporte de perdas que totalizaram 7,7 biliões de euros.

O mesmo autor apresenta as principais áreas de risco, elegendo a execução e gestão de processos a nível das áreas de *Trading & Sales*, de *Retail* e *Comercial Banking*, bem como de danos nos activos a nível do *Retail Brokerage*, como as mais sensíveis ao risco.

b) Gestão do risco operacional

Na gestão deste tipo de risco dever-se-á ter em atenção três particularidades: a primeira respeita ao controlo e mitigação dos factores que conduzam a perdas; a segunda tem em conta que é essencial a definição dos eventos de modo a determinar a sua ocorrência e significado, ou seja deve-se considerar: a) a probabilidade de ocorrência num determinado período de tempo, b) o impacto da perda se esse evento ocorre, c) a complexidade do evento, d) a forma como ocorre no tempo, e) o grau de incerteza na previsão da ocorrência do evento. Por último, é essencial seleccionar e criar prioridades em relação a estes eventos (BIS, 2004: 30-32; Derrien e Goldenberg, 2003).

Segundo Rodríguez (2003: 122), o acordo de Basileia II é vago em relação à forma de gerir o risco operacional, risco este correspondendo a eventos com fraca probabilidade de ocorrer, no entanto quando ocorrem pode originar perdas avultadas. Daí que a

realização de uma cartografia de riscos operacionais, contribuirá para identificar e quantificar o risco potencial por processos (Ripault e Look, 2003: 63). Estes autores referem que no caso dos *brokers*, a flexibilidade oferecida pela tecnologia constitui uma vantagem competitiva. No entanto, estes autores alertam para o facto de que a complexidade dos processos e a multiplicação de canais de captação de ordens traduz-se numa variedade de tipos e de zonas de risco a saber: a) tecnológicos, referentes à fiabilidade dos novos sistemas, os quais são instituídos visando a redução das falhas humanas, b) humanos, face à existência de pessoal competente e flexível, c) de processos, os quais impõem a definição da evolução das organizações e das tarefas e d) de procedimentos de controlo, devendo estar adaptados aos processos, para acompanhar a sua automatização.

A introdução do risco operacional resulta: a) de se pretender tornar o Novo Acordo mais sensível ao risco; b) da tomada de consciência de que outros tipo de risco, que não só o de crédito e de mercado, podem ser relevantes; c) do desenvolvimento de novas práticas bancárias, como o aumento da sofisticação dos produtos financeiros, o recurso a *outsourcing* de actividades não geradoras de valor, a globalização dos produtos financeiros e o acesso à banca electrónica.

Um projecto de gestão do risco operacional, além dos aspectos regulamentares, permite: a) conhecer os riscos, definindo os índices dos riscos chave e agir para diminuir os factores de risco, reduzindo assim as perdas (Bielski, 2003a: 62); b) criar uma cultura de controlo e métrica, analisando a performance (rentabilidade e risco) das actividades; c) proteger o património líquido, através de uma análise quantitativa e qualitativa dos riscos.

Os desafios do Risco Operacional residem numa abordagem de gestão que auxilia a direcção de topo a definir as diferentes categorias de risco operacional a considerar em cada uma das linhas de negócio. Complementarmente, deverá ser criada uma estrutura interna de supervisão e de organização deste tipo de risco, que conjuntamente, definirão a função de gestão do risco operacional onde se inclui o papel de cada parte envolvida e de como cada função interage dentro do banco, tais como a auditoria interna e outras funções de suporte.

De acordo com os princípios instituídos pelo Comité de Supervisão de Basileia, as instituições financeiras devem, segundo Derrien e Goldenberg (2003):

- Possuir um ambiente adequado de gestão de risco que contemple a identificação, avaliação, monitorização e controlo e mitigação;
- Estabelecer planos de contingência;
- Estabelecer políticas de gestão de risco operacional e efectuar a sua avaliação regular, competindo ao supervisor a realização de acções de inspecção periódicas que abranjam este risco, assegurando que os bancos estabelecem e avaliam essas políticas;
- Documentar e divulgar internamente os processos e controlos de gestão do risco operacional;
- Aprovar e realizar uma revisão periódica pelo órgão da administração, da estratégia de gestão deste risco, que inclua uma definição institucional de risco operacional;
- Submeter a estratégia de gestão de risco operacional, desenvolvida no banco, a uma auditoria interna conduzida por pessoal habilitado e independente;
- Executar a nível dos órgãos operacionais responsáveis, uma estratégia de gestão de risco operacional, acompanhada de uma auditoria interna conduzida por pessoal habilitado e independente;
- Empreender a nível dos órgãos operacionais responsáveis, uma estratégia de gestão de risco aprovada pela administração que contemple o desenvolvimento de políticas e procedimentos específicos de gestão de risco operacional;
- Identificar e avaliar o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas, definindo um mínimo de perda, que segundo Larenty e Rivière (2003) será de 10.000euros;
- Desenvolver processos de acompanhamento periódico do perfil de risco e exposição a perdas significativas, passando pelo reporte ao órgão de gestão de topo e ao regulador;
- Estabelecer práticas de controlo e de mitigação de risco operacional.

c) Métodos de cálculo dos requisitos de capital

As abordagens previstas para a gestão deste tipo de risco (Tabela 2.24) são as do Indicador Básico, a *Standard* e a avançada (AMA). O cálculo dos requerimentos de

capital é efectuado do seguinte modo: no caso da abordagem do indicador básico é aplicada a percentagem (α) sobre o indicador de exposição; no tocante à *standard*, o banco deverá dividir as actividades por linhas de negócio, correspondendo a cada uma um indicador de exposição, o qual será multiplicado por um factor de risco (β) que reflecte as perdas operacionais; no que concerne à *advanced*, é reconhecida aos bancos capacidade para o uso de medidas internas de gestão de risco operacional permitindo o cálculo das necessidades de capital mediante aceitação casuística pelo supervisor (CP3 – EC, 2003: artº. 108, 109 e 110; Cornford, 2004: 30-31; Milligan, 2004: 64). Este último autor evidencia que nos EUA os bancos devem desenvolver as suas metodologias segundo a abordagem AMA, alocando capital para este tipo de risco para proceder à cobertura de eventos pouco frequentes mas que podem provocar perdas potenciais relevantes ou muito frequentes mas de valor individual reduzido. Em teoria, e de acordo com Pritchard (2004: 242-243), o desenvolvimento dos modelos de risco operacional permite produzir estimativas de perdas e informação suplementar sobre eventuais ajustamentos de capital exigidos pelo supervisor.

Tabela 2.24 – Abordagens previstas para a gestão de risco operacional

	Indicador de exposição	Factor
Básico	Média anual das receitas brutas dos últimos três anos	α Percentagem fixa (determinada pelos reguladores)
<i>Standard</i>	Média anual das receitas brutas, nos últimos três anos, por linha de negócio (oito linhas de negócio)	β Factor estimado por linha de negócio (determinada pelos reguladores)
<i>Advanced Measurement Approaches (AMA)</i>	<i>Loss distribution scenario analysis risk drivers & control assessment</i>	Métodos desenvolvidos pelos bancos e sujeitos à aprovação do supervisor

Fonte: elaboração própria com consulta a (CP3 – EC, 2003: artº. 108, 109 e 110; Cornford, 2004: 30; Milligan, 2004: 64).

A Tabela 2.25 indica alguns requisitos essenciais à adopção de cada abordagem.

Tabela 2.25 – Requisitos mínimos para a adopção de cada abordagem

Aspectos qualitativos	Ind. Básico	Standard	AMA
Cumprimento das “ <i>Operational Sound Practices</i> ”.	■	■	■
Independência entre as funções de gestão de risco operacional e a auditoria interna.		■	■
Uso efectivo de sistemas de reporte.		■	■
Envolvimento da alta administração.		■	■
Documentação dos sistemas de gestão de risco operacional.		■	■
Função de gestão de risco operacional independente dos processos de controlo.		■	■
Técnicas de consolidação de dados de incidentes ocorridos.		■	■
Definição de eventos de perda por linhas de negócio.		■	■
Registo de perdas por evento.		■	■
A administração/órgão funcional envolvidos na supervisão do quadro conceptual.		■	■
Infra-estrutura assegurando as base de dados de perdas e dos relatórios de gestão.			■
Realização de “ <i>back testing</i> ” e “ <i>stress testing</i> ”.			■
Bases de dados históricas com o mínimo de três anos.			■
Procedimentos de avaliação da adequação de dados externos.			■
Documentação suficiente dos processos de RO para uma revisão independente.			■
Os seguros para mitigação exigem a existência de pré-requisitos pela seguradora.			■

Fonte: elaboração própria com consulta a (BIS, 2004: 137-149)

Os métodos de cálculo do Risco Operacional são os seguintes:

Método do indicador básico (IB)

Segundo BIS (2004: 137), Cornford (2004:30) e Lastra (2004: 235), os requisitos de capital baseiam-se num indicador definido como relevante, o qual é multiplicado por uma percentagem fixa (α) fixada em 15%. O mesmo resulta da média dos últimos três anos das receitas brutas, as quais são calculadas do seguinte modo: $(\text{Receitas Brutas}_{\text{RB}}) = \text{Margem Financeira} + \text{Comissões Líquidas} + \text{Resultados em Operações Financeiras} + \text{Outros Proveitos}$). Este indicador poderá ser definido pelas autoridades de supervisão, não devendo contudo incluir provisões e resultados extraordinários. Os requisitos de capital serão então dados pela seguinte expressão: $\text{RO}_{\text{IB}} = R \times \alpha$. Trata-se de um método sem critérios de elegibilidade, sendo os bancos condicionados a cumprir os princípios de Risco Operacional consagrados no documento técnico do Comité – *Sound Practices*

for the Management and Supervision of Operational Risk (Fevereiro de 2003). No exemplo da Tabela 2.26 os requisitos de capital em unidades monetárias ascendem a 157,5.

Tabela 2.26 – Requisitos de capital (exemplo)

	Receitas	
Ano t	800	
Ano $t+1$	1.100	
Ano $t+2$	1.250	
Média _{RB}	1.050	
$RO_{IB} = Média_{RB} \times (\alpha)$	$1.050 \times 15\%$	$RO_{IB} = 157,5$

Fonte: elaboração própria.

Método *Standard*

Neste método, os bancos classificam as suas actividades em linhas de negócio específicas. O cálculo dos requisitos de capital é obtido mediante a multiplicação de um indicador relevante correspondente a essa linha (e.g. receita bruta média dos últimos três anos) por um factor pré-estabelecido (β) o qual reflecte a experiência histórica de perdas em risco operacional inerente a cada linha de actividade. Os requisitos de capital correspondem ao somatório dos requisitos de cada uma das áreas de negócio.

Os factores (β) definidos são identificados no exemplo constante da Tabela 2.27 onde os requisitos para cobertura do Risco Operacional ascendem a 145 unidades monetárias (BIS, 2004: 139; Cornford, 2004: 30):

Tabela 2.27 – Requisitos de capital de acordo com o método básico

Linhas de Negócio	Ano t	Ano $t+1$	Ano $t+2$	Média		(β)		RO _B
<i>Corporate finance</i>	45	50	65	53	X	18%	=	10
<i>Trading and sales</i>	55	65	90	70	X	18%	=	13
<i>Retail banking</i>	450	510	565	508	X	12%	=	61
<i>Comercial banking</i>	220	250	260	243	X	15%	=	37
<i>Payment/and settlement</i>	40	38	51	43	X	18%	=	8
<i>Agency services</i>	35	40	25	33	X	15%	=	5
<i>Asset management</i>	70	75	60	68	X	12%	=	8
<i>Retail brokerage</i>	20	25	30	25	X	12%	=	3
Total	935	1053	1146					145

Fonte: adaptação de (Garcia e Duarte, 2004; Ripault e Look, 2003: 62).

Método *Standard* Alternativo

Trata-se de um método análogo ao *standard*, no entanto é dado um tratamento de excepção às linhas de negócio de retalho e banca comercial. A sua elaboração resulta do facto de que os bancos oriundos de países que entraram recentemente na UE apresentam um produto bancário com margens maiores, estando por conseguinte mais protegidos. (BIS, 2004: 139).

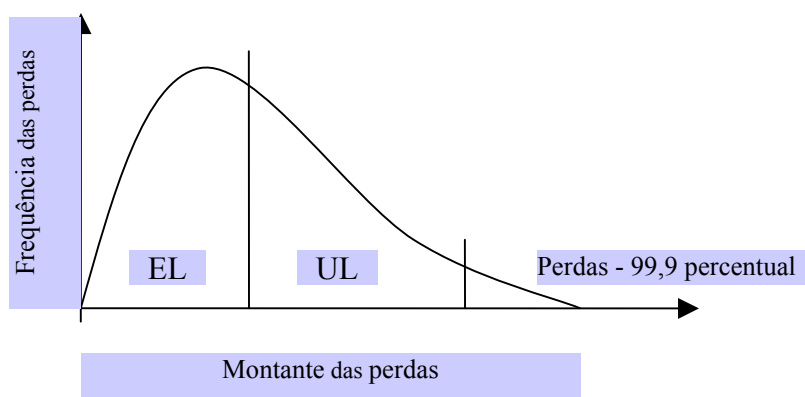
Método de medição avançada (AMA)

De acordo com esta metodologia, os bancos encontram-se autorizados pelo supervisor a utilizar os seus próprios sistemas de cálculo dos requisitos de capital para risco

operacional (Milligan, 2004: 62-66). Os bancos que utilizem este método deverão calcular os requisitos em simultâneo com o Acordo Actual, um ano antes da entrada em vigor de Basileia II (BIS, 2004: 140-149).

O Acordo estipula ainda que os bancos devem demonstrar que os métodos utilizados captam eventos de perda potencialmente gravosos, de reduzida probabilidade de ocorrência, mas cujas perdas, caso ocorram, são elevadas e geradoras de medidas de risco operacional com um nível de relevância significativo similar à do método IRB, e.g. estatisticamente comparável a uma medida temporal de um ano com um intervalo de confiança de 99,9% (Figura 2.11), conclui-se deste modo que se está perante a quase certeza, desde que sejam incorporadas no modelo as perdas não esperadas. À semelhança do que sucede no risco de crédito, também a utilização de metodologias avançadas são um incentivo para um menor consumo de capital (Caruana, 2003: 301). De acordo com Cornford (2004: 31), um dos avanços do terceiro documento consultivo em relação ao segundo passa pela possibilidade dos bancos poderem utilizar o AMA em relação a partes da organização e a abordagem básica ou *standard* em relação ao resto. A Ernst & Young analisou os bancos da Ásia-Pacífico, concluindo que 26% destes irão utilizar o método do indicador básico e 39% o *standard*, esperando que até 2010 seja adoptado o AMA (Hansen, 2005). A utilização de metodologias mais avançadas conduzirá, face à sua sofisticação, a um nível de capital mais reduzido (Lastra, 2004: 232).

Figura 2.11 – Frequência das perdas esperadas



Fonte: elaboração própria com base em dados facultados pelo Banco de Portugal.

A Figura 2.11 evidencia a distribuição estatística das perdas verificadas na consequência do risco operacional. A maior frequência de perdas, corresponde às de montante reduzido e esperadas (EL), as quais são absorvidas como custo operacional via provisões, incluindo-se no preço dos serviços bancários.

Em relação às perdas não esperadas (UL), deveremos considerar que no diagrama da Figura 2.11 a área (UL) refere-se a um menor número de perdas não esperadas, cujo valor unitário não é significativo, vindo a ser suportadas por capital e reservas e absorvidas como custo operacional via provisões.

A terceira área do diagrama, corresponde a eventos menos frequentes (UL) mas cujo prejuízo é potencialmente catastrófico e inaceitável. Estas perdas, não cobertas por provisões, poderão causar danos na reputação da instituição, e eventualmente comprometer a continuidade dos seus negócios.

Os bancos, para que o seu sistema de medição do risco operacional possa ser reconhecido, além de terem de demonstrar que as perdas esperadas estão adequadamente provisionadas, situação em que os requisitos de capital regulamentar correspondem apenas ao capital necessário para a cobertura das perdas não esperadas, deverão também apresentar outros atributos como: a disponibilidade de dados internos e externos e o desenvolvimento de análise de cenários, bem como estarem contemplados no sistema de factores ambientais de actividade e de controlo interno.

d) Mitigação do risco operacional

Tal como referido pelo BIS (2004: 148), a externalização do risco é uma das técnicas com maior potencial de aplicação (e.g. contratos de seguros). Como complemento o recurso ao *outsourcing* ou a criação de unidades de serviços partilhados para *back-office* (*co-sourcing*), constituem alternativas válidas baseadas em acordos de serviços (*SLA's service level agreements*) com fornecedores de experiência comprovada, sob pena da eventual má qualidade de serviço não compensar a redução do risco operacional obtida por este meio.

Um banco que utilize um método de medição avançada poderá utilizar seguros como instrumentos de redução de risco. O BIS (2004: 148), define os critérios elegíveis para a aceitação deste instrumento.

O reconhecimento dos seguros está limitado a (20%) do requisito de capital para risco operacional, devendo a sua aplicação considerar que: a) a transferência de riscos de um grupo financeiro para outro obriga a uma avaliação de risco mais abrangente; b) a concentração de riscos a nível das seguradoras, entrando em situação de dificuldade, pode originar risco sistémico; c) a tomada de um seguro pode provocar o aparecimento de novos riscos (e.g. contraparte, liquidez e geral).

2.5.4.12. Regras de transição

O Acordo define algumas regras de transição (Tabela 2.28) para assegurar que os bancos terão tempo de implementar e testar os modelos mais sofisticados de cálculo do capital regulamentar. A título de exemplo, os bancos que adoptem o método IRB *foundation* terão de calcular os requisitos de capital em paralelo com o método actual a iniciar a partir do final de 2005, estando prevista a aplicação de factores de ajustamento até ao final de 2009 (BIS, 2004: 12-13).

Tabela 2.28 – Regras de transição

Metodologias	> ano de 2005	> ano de 2006	> ano de 2007	> ano de 2008
IRB <i>foundation</i>	Cálculo paralelo	95%	90%	80%
IRB <i>advanced</i> e/ou AMA para risco operacional	Cálculo paralelo ou estudos de impacto	Cálculo paralelo	90%	80%

Fonte: adaptado de BIS (2004: 13, 58-59).

2.5.5. Pilar II – Revisão do Processo de Regulação e de Supervisão

2.5.5.1. Objectivos essenciais de Basileia II face à supervisão

Por regulação e supervisão bancária entende-se o processo que visa acompanhar e controlar o cumprimento da regulamentação prudencial estabelecida para as instituições de crédito e sociedades financeiras (Handorf e Suriray, 2006; Roldán, 2006).

De acordo com Boechat e Bertolossi (2001: 4), as autoridades de supervisão devem garantir que os bancos possuam sólidos processos internos, destinados a aferir a adequação do seu capital numa base de avaliação completa dos seus riscos. Como diz este autor, o objectivo do Pilar II não é o de substituir o controlo interno dos bancos por supervisão, mas promover uma maior aproximação das áreas de risco aos reguladores, garantindo que as exigências discutidas no âmbito dos métodos mais sofisticados do Pilar I sejam cumpridas pelos bancos de modo efectivo. Para o efeito, o processo de revisão de supervisão de Basileia II inclui quatro princípios fundamentais que deverão orientar os reguladores (BIS, 2004: 159-165).

O primeiro, de maior enfoque para os bancos, recomenda que estes devem ter processos para avaliar o capital em relação ao perfil de risco das suas exposições. Deste modo, as instituições bancárias deverão efectuar um processo de avaliação de adequação de capital (*CAP-Capital Assessment Process*) e, no desenvolvimento deste, ter em consideração a fase do ciclo económico e os resultados da realização de *stress-tests*²⁰ prospectivos, visando identificar possíveis alterações nas condições de mercado que possam desencadear impactos desfavoráveis no nível de fundos próprios.

O segundo refere que os supervisores deverão verificar as avaliações e estratégias de adequação de capital dos bancos, bem como a sua capacidade para garantir o cumprimento dos níveis de capital regulamentar, através de análises de sensibilidade e testes específicos.

²⁰ *Stress Tests* – correspondem a medidas para a avaliação do capital, envolvendo a identificação de possíveis acontecimentos ou alterações nas condições económicas que podem ter efeitos desfavoráveis nas exposições de crédito dos bancos, bem como a capacidade destes para resistir a essas alterações. Como exemplos de cenários a usar, temos: crise num sector de actividade, eventos de risco de mercado, e problemas de liquidez (BIS, 2004: 89).

Com o terceiro, aconselha os bancos a manterem o capital regulamentar acima dos mínimos, devendo ter capacidade para exigir a estes, caso seja necessário, o reforço dos fundos próprios.

O quarto princípio refere que os supervisores devem intervir antecipadamente no sentido de evitar que o capital desça abaixo dos níveis mínimos exigidos e, se tal suceder, exigir aos bancos que aqueles sejam repostos.

Daí que o controlo e a probabilidade de se efectuarem auditorias aumenta com a existência de baixos níveis de capital, pelo que a relação entre a frequência de auditorias e os requerimentos de fundos próprios, depende do nível de penalização a que os bancos poderão estar sujeitos, dos custos de auditoria, dos custos de capital, e da distribuição dos tipos de riscos dos bancos (Prescott, 2004: 58-60).

Há três áreas relevantes a enquadrar no processo de revisão de supervisão. A primeira corresponde aos riscos não considerados no Pilar I (e.g. risco de taxa de juro do *Banking Book* - carteira bancária, risco de liquidez, *déficits* de fundos de pensões, *private equity*, reputação, estratégico). A segunda refere-se aos riscos considerados no Pilar I, mas não totalmente capturados, como o são a concentração de riscos. Esta matéria não é especificamente contemplada no Acordo. Destaca-se aqui: a) *stress-tests* no método IRB; b) a definição de incumprimento (e.g. atraso de 90 dias no pagamento por parte do mutuário); c) risco residual (e.g. incapacidade de executar em tempo útil uma caução recebida, recusa ou protelamento do pagamento por parte do garante, ineffectividade da documentação, moeda de garantia diferente da moeda de exposição); d) concentração de riscos, matéria não especificamente contemplada no Acordo, e que existe quando uma exposição ou grupo tem potencial para gerar perdas suficientes para colocar em causa a instituição. Na concentração de crédito é dada particular atenção aos grandes riscos, conhecidos como o nível de exposição a um cliente ou a um grupo de clientes ligados entre si que represente mais de 10% dos fundos próprios da instituição. Por conseguinte, deverão ser definidas políticas limitadoras da concentração de riscos perante clientes, sectores económicos e países, devendo a administração exigir a realização de *stress-tests* periódicos sobre as principais concentrações de risco de crédito, para verificar o possível impacto desfavorável do desempenho do banco face a condições de mercado adversas, visando operar acima dos mínimos exigíveis por Basileia II; e) risco operacional onde, a exposição a este tipo de risco tem por base a aplicação nos métodos básico e *standard* de um factor pelo *gross income* (produto bancário), razão porque no

caso de instituições que operem com margens reduzidas, o indicador pode subestimar as necessidades de fundos próprios inerente a este tipo de risco (BIS, 2004: 165-168).

Outro aspecto a considerar é a transparência e responsabilização e o reforço transfronteiriço. Pretendendo-se uma aproximação das regras entre os países, os supervisores devem tornar públicos os critérios utilizados pelos bancos na revisão do processo de avaliação de capital, sendo que, quando os limites em determinada instituição forem fixados para além dos mínimos, as autoridades deverão transmitir aos bancos as características de risco que justificam tal agravamento (BIS, 2004: 168-169; Lastra, 2004: 232).

2.5.5.2. Interacção entre a regulação e o ciclo económico

O ciclo económico é um factor comum que afecta um número elevado de bancos. No entanto, se considerarmos que, além deste, um número significativo de factores poderão pontualmente agravar a situação das empresas financeiras, torna-se pertinente a necessidade de uma adequada gestão de riscos. Em 2002 a *UK Life Insurance* (LI) debateu-se com a falência da *Dot-Com*. Quando se verificou este problema, a seguradora teve de garantir aos accionistas que conseguia suportar as suas perdas, implicando uma exigência adicional em relação aos rácios de capital. Isto tornou-se mais grave porque assistia-se a uma fase de abrandamento económico, tendo a (LI) de incorporar um custo adicional correspondente a 25% das perdas. Uma forma de contornar esta situação passaria por fazer corresponder a maturidade dos activos com a mesma duração e a maturidade dos pagamentos. No entanto, a redução do valor de mercado em conjunto com os requerimentos prudenciais obrigou a (LI) a vender activos com o mercado em declínio (Goodhart, Hofman e Segoviano, 2004: 597-598).

Ao nível da supervisão, é possível antever os problemas de liquidez e de solvabilidade que um banco poderá ter no sistema financeiro através de dois factores: a existência de levantamentos de fundos de forma anormal e o declínio do preço dos activos. Considera-se que os factores que mais afectam a banca são as flutuações dos ciclos económicos, daí dizer-se que a actuação da regulação é procíclica. Nas fases de *booms*, os bancos obtêm maiores proveitos, conduzindo a um acréscimo de capitalização e a um aumento dos preços dos activos. Nos períodos de declínio, os créditos mal concedidos (*non-performing loans*) e os *write-offs* (créditos abatidos ao activo) também aumentam.

Por outro lado, quanto mais precisa for a avaliação de risco de um banco e do valor dos seus activos, tanto maior a prociclicidade do regime prudencial. Esta assumption leva a concluir que os activos dos bancos serão mais vigiados, daí poder-se concluir que Basileia II será mais procíclico do que Basileia I, existindo neste mais métodos *fair-value-accounting*. Esta assumption é confirmada por Goodhart, Hofman e Segoviano (2004: 598).

2.5.5.3. Efeito do ciclo económico sobre o risco de crédito

Torna-se necessário, mediante a intervenção dos reguladores, adequar a utilização de modelos de risco de crédito, evitando situações que conduzam a um processo de decisão demasiado permissivo, assumindo os bancos maiores riscos de crédito, ou restritivo, que penalize a sua competitividade. No caso de exposições *revolving*, os modelos de risco de crédito poderão considerar apenas a informação das contrapartes no momento em que os créditos são concedidos e não a mais recente. Estes modelos, tornar-se-ão então, mais úteis, para calcular o preço das operações de crédito de longo prazo ou para calcular o capital económico, reduzindo os efeitos do ciclo económico sobre a análise de risco. Pelo contrário, modelos que associem a informação mais recente sobre as contrapartes ao desempenho do crédito num dado período de tempo – normalmente um ano, tendem a ser mais ajustados para o cálculo do preço de operações de crédito de curto prazo e do capital regulamentar (Luis, 2003: 11; Danielsson, 2003: 171, 172, 175; Duebel, 2002:5-6; e Lastra, 2004: 235).

Lastra (2004) afirma que o Comité de Basileia, atento ao problema da prociclicidade, tomou medidas para o minimizar, mediante a utilização de *stress tests* para calcular o capital necessário em situação de crise. Foi sugerido ainda um reforço mais dinâmico das provisões nos momentos bons do ciclo económico, criando recursos disponíveis para as fases baixas do ciclo. O Banco de Espanha, em Dezembro de 1999, legislou sobre este tipo de provisões, introduzindo-as em 2000²¹.

²¹ vd. www.bde.es.

2.5.6. Pilar III – Disciplina de Mercado

2.5.6.1. Âmbito e referências históricas

Sabendo que a tendência dos bancos é a de transformar em empréstimos o máximo das quantias dos seus depositantes, torna-se imprescindível que se informe o mercado sobre as suas actividades, de modo a dar confiança aos aforradores evitando-se deste modo que possam ocorrer situações que, no limite, alastrem a todo o sistema (Rodríguez, 2003: 117-118; CP3, 2003: art. 136-141; Lastra, 2004: 232).

Nos EUA, assistiu-se a uma publicitação do nível de capitalização dos bancos, levando a que se verificasse um controlo por parte dos aforradores, na medida em que estes exigiam taxas de juros mais altas para os seus depósitos, caso notassem que os bancos estavam a investir de modo mais arriscado. De igual modo, no séc. XVIII, na Escócia, observou-se que, para evitar o risco de liquidez, existiam cláusulas negativas (*covenants*), que permitiam aos bancos optar por alargar os pagamentos em troca de aumentos das taxas de juros aos seus depositantes. Tal visava evitar o pânico dando tempo às instituições para organizarem os activos normalizando a situação. Nos EUA, o nível de falências bancárias foi mais baixo no período que decorreu entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial, sendo efectuada a distinção entre os bancos que possuíam liquidez positiva e entre estes e os insolventes cujo capital bruto era negativo. Ou seja, os investidores em geral conheciam a situação das empresas financeiras que desenvolviam o negócio bancário (Rodríguez, 2003: 117).

No final da década de setenta até à década de noventa, em Portugal, imperaram restrições sob a forma de limites de crédito atribuídos a cada instituição bancária, controlando-se deste modo a expansão da massa monetária e a inflação. Não existia uma grande motivação comercial, na medida em que parte dos recursos captados eram aplicados no mercado monetário com rendibilidades reduzidas. Sendo o crédito escasso, era dada preferência às grandes empresas, penalizando-se as PME. Em consequência, as margens bancárias eram elevadas, prejudicando a economia real. A evolução operada no sistema financeiro após esta fase foi acompanhada de alguma instabilidade, podendo ser encontradas duas causas: a) problemas de liquidez, face à grande procura dos bancos por parte dos depositantes, b) fraudes na gestão e operações de crédito concedido de má qualidade.

Para um investidor, a informação imperfeita acerca da solvabilidade dos bancos, manter-se-á até ao momento em que o prémio de risco exigido pelos aforradores for demasiado elevado. Poderá ocorrer aqui um efeito de contágio, visto que os investidores não conseguem distinguir os bancos solventes dos não solventes. Em consequência, os investidores rapidamente podem aumentar o prémio de risco exigido a todos os bancos, conduzindo à falência os bancos solventes mas sem liquidez.

A existência destas fontes de instabilidade levou o Comité de Basileia a equacionar a informação ao mercado de um conjunto de requisitos mínimos de informação, nomeadamente com divulgação: a) aumentada no tocante ao nível de capital, às medidas, níveis e aos processos de gestão de risco, b) do nível de sofisticação da gestão de risco, c) do aumento da frequência e quantidade dos reportes, permitindo dar a conhecer os níveis de risco e as suas metodologias, bem como os níveis de capital, permitindo deste modo a comparabilidade entre os operadores financeiros (Milligan, 2004: 62; Lastra, 2004: 231-232; BIS, 2004: 180-181).

A disciplina de mercado consiste então num sistema de incentivos consubstanciado no mercado, na qual os credores das instituições de crédito (e.g. aforradores e obrigacionistas) penalizam aquelas que assumem riscos excessivos. Esta acção poderá ser exercida de modo directo ou indirecto: no primeiro os investidores exigem prémios mais altos, nomeadamente nos passivos mais sensíveis ao risco, como sejam as obrigações, aumentando deste modo o custo do *funding*; no segundo poderemos estar perante uma limitação do livre acesso ao mercado por parte do supervisor, surgindo aqui o poder discricionário do regulador na medida em que, não tendo sido cumprido um determinado critério de mercado, e não sendo alterados os fundos próprios, o supervisor poderá decidir que o banco utilizará novos critérios (e.g. passar do método IRB para *standard*).

2.5.6.2. Necessidade de disciplina de mercado

A razão para a necessidade da disciplina de mercado reside no facto de as instituições financeiras poderem apresentar uma actuação demasiado arriscada na sua actividade de intermediação. A disciplina visa conter a tendência das mesmas para assumirem riscos que contrariam os objectivos dos depositantes. Um dos meios para atingir este objectivo será o de tornar a exposição dessas instituições ao risco excessivo mais dispendiosa,

elevando por exemplo a taxa de rendibilidade exigida, ou reduzindo o volume de *funding* canalizado para essas mesmas instituições (BIS, 2004: 175; Handorf e Suriray, 2006: 9).

Inferindo do BIS (2004: 183), a estabilidade pretendida poderá ser reforçada pelo mercado, na medida em que, se os bancos fornecerem suficiente informação sobre as suas actividades e controlos, os agentes económicos podem incentivá-los a terem um comportamento prudente e eficiente. Estes incentivos poderão revestir a forma negativa e positiva: a primeira surge quando há a percepção de que os bancos estão subcapitalizados, sendo penalizados com prémios de risco mais elevados; a segunda, pelo contrário, corresponde a um prémio face à gestão adequada.

Convém salientar no entanto que os mercados nem sempre se comportarão de modo eficiente, podendo reagir de forma demasiado pessimista a eventos pouco relevantes, ou adoptando uma visão vincadamente excessiva no curto prazo. Daí que os três pilares do acordo se complementem. Por um lado, o Pilar I, que regulamenta os requisitos mínimos de capital, tem uma ligação directa com os supervisores, contendo um conjunto de regras para o cálculo daqueles requisitos. Por seu turno, o Pilar II permite aos bancos e supervisores o exercício de discricionariedade na determinação das necessidades de capital a afectar aos negócios e perfis de risco. No entanto, se os supervisores permitirem ou fixarem diferentes requisitos de capital, de banco para banco, sem razões claras e transparentes, tal poderá deturpar as regras da concorrência. Daí surgir o Pilar III, que reconhece que a disciplina de mercado reforça o Pilar I e o Pilar II, promovendo a segurança e a credibilidade dos sistemas financeiros (BIS, 2004: 175).

De salientar ainda que não basta aos agentes económicos possuírem informação materialmente relevante²², os mesmos deverão conseguir interpretá-la correctamente (e.g. não reagir exageradamente, como já se aludiu, a factos de significância relativa).

Em síntese, o estímulo da disciplina de mercado passa por uma crescente abertura das informações dos bancos (*disclosure*). Esta decorre do incentivo à adopção de modelos internos e sofisticados, tendo como contrapartida uma divulgação abrangente das

²² Uma informação é relevante e material quando, influencia as decisões económicas dos utilizadores e a sua omissão ou erro tem impacto nas suas decisões de índole económica.

metodologias e procedimentos, essenciais para conhecer a relação entre o perfil de risco e o capital das instituições, ou seja, da sua solidez. Embora parte da informação não seja de divulgação obrigatória, quanto mais complexas as metodologias utilizadas, mais rigorosos serão os padrões de supervisão exigidos. Acredita-se deste modo que se aumentará a transparência, beneficiando os bancos bem geridos, investidores, aforradores e os sistemas financeiros em geral (Boechat e Bertolossi, 2001: 7-8; PwC: 2006: 32).

2.6. Conclusões

Neste capítulo foi revista a literatura adequada à realização do estudo empírico, acerca do impacto do Acordo de Basileia II ao nível da banca e das empresas em Portugal.

Para além da apresentação das principais vertentes do Acordo (incluindo o método de cálculo dos requisitos de capital no âmbito da utilização das metodologias avançadas) procurou-se discutir as implicações do referido Acordo para o sector bancário e empresarial.

Constata-se que existe alguma dissemelhança no tocante aos resultados dos estudos observados. Em particular, destaca-se que enquanto o estudo do QIS3 revela poupanças de capital regulamentar no sector do retalho e das PME, o que é animador para os bancos e empresas (Vd o peso destes segmentos no tecido empresarial em Portugal), o estudo de caso para o sector brasileiro apresenta no sector de retalho acréscimos de capital.

Verifica-se ainda que, segundo dados de 2003, o peso do crédito a retalho em Portugal era superior ao da zona euro, o que perspectiva benefícios para o sector bancário, dada a presença significativa de PME e de entidades de retalho. Pese embora a dificuldade em quantificar de modo preciso os valores, tudo indica que poderão existir poupanças de capital, mesmo não sendo utilizadas na generalidade as metodologias avançadas. Contudo, de acordo com o estudo de Freitas (2005), os níveis das PD poderão não permitir essas reduções, influenciando negativamente os níveis de *spread* a aplicar nas operações de crédito. É esperado que surjam movimentos de concentração bancária operados pelos bancos de maior dimensão, bem como a especialização de acordo com as competências centrais de cada instituição, decorrente da gradual utilização de metodologias avançadas.

No tocante às empresas, as notações de *rating* serão cada vez mais condicionantes do acesso ao crédito e factores centrais de Basileia II. Estas, como refere o estudo da M&C, dependem da sua situação económico-financeira, influenciada por aspectos de índole qualitativa. O referido estudo salienta que 50% dos bancos dão grande importância à qualidade de gestão e à situação de mercado, estando em linha com o referido por Lambrecht (2005). Ou seja, o plano financeiro será a tradução da estratégia de negócio em termos financeiros (Lambrecht, 2005: 33-34).

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

3.1. Introdução

Concluída a revisão da literatura, pretende-se agora apresentar a metodologia utilizada para cumprir os objectivos desta dissertação, consistindo estes na avaliação: a) do grau de preparação do sector bancário em Portugal face às exigências do Acordo de Basileia II; b) da situação de mercado e de relacionamento com a banca por parte do tecido empresarial português, face às exigências do referido Acordo.

Procura-se, neste capítulo, justificar as grandes opções inerentes à metodologia utilizada: o instrumento de recolha de dados (o questionário); as variáveis relativas aos agentes em estudo – as empresas e os bancos, e a forma como o questionário foi estruturado; a análise da amostra e do respectivo potencial de representatividade; potencialidades e limitações da análise dos dados. Descreve-se ainda os dados a aplicar num estudo de caso, que se pretende complementar à análise feita com base nos questionários.

3.2. Análise preliminar

Considerando a revisão da literatura bem como os objectivos a prosseguir, o ponto de partida passou por formular **duas grandes questões** essenciais relativamente ao impacto do Acordo de Basileia nas relações Empresas-Banca:

- Qual é a percepção do impacto do Acordo de Basileia no financiamento bancário das empresas?
- Qual é a percepção do impacto do Acordo de Basileia na gestão de riscos por parte da Banca?

Para tal, adoptou-se o inquérito por questionário como método de recolha de dados.

Adicionalmente a estratégia metodológica alicerçou-se na aplicação de dois inquéritos, um primeiro dirigido a empresas e um segundo dirigido à Banca.

No contexto de metodologia adoptada, torna-se pertinente esclarecer alguns conceitos que lhe são inerentes, de forma a melhor fundamentar as opções tomadas.

Gil (1999: 98) identifica universo ou população como sendo um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Como amostra refere o subconjunto do universo ou população, por meio da qual se estimam as características desse universo ou população.

No caso do presente estudo, considera-se então que uma amostra pode corresponder a um determinado conjunto de empresas de um sector específico da actividade económica, ou a um grupo de bancos com uma determinada dimensão. Com efeito, torna-se essencial definir os princípios de amostragem, a abordar adiante, recorrendo a interlocutores privilegiados e a toda a reflexão resultante da revisão da literatura.

Em analogia com o referido por Quivy e Campenhoudt (2003: 15-18), o sucesso de um programa de investigação depende do procedimento seguido, importando acima de tudo que o investigador apresente um método, incluindo o trabalho exploratório. Neste contexto, Quivy e Campenhoudt (2003: 69), referem que as entrevistas exploratórias têm como função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado que o investigador não teria pensado, e assim alargar ou rectificar o campo de investigação das leituras. Deste modo, efectuada a revisão da literatura e definida a pergunta de partida, iniciamos os preparativos tendentes à elaboração dos questionários, trocando impressões sobre o seu conteúdo com directores financeiros de empresas, com as direcções financeiras dos principais bancos a operar em Portugal, bem como com as suas direcções de riscos de crédito, não descurando o contacto com a Associação Portuguesa de Bancos (APB).

3.3. A construção dos questionários: as empresas e os bancos como unidades de análise

A revisão da literatura efectuada tomou como tema central o risco do negócio bancário, consequência da situação dos principais activos dos bancos – o crédito concedido ao tecido empresarial.

Optou-se pela análise qualitativa das empresas, na medida em que a sua situação económico-financeira é o reflexo da estratégia de negócio e organização, aspectos salientados nos inquéritos realizados (Lambrecht, 2005: 33).

Os critérios constantes dos questionários enviados às empresas incidem sobre a gestão do negócio, o relacionamento entre as empresas e os bancos, os aspectos a considerar na apresentação das propostas de financiamento aos bancos, e o papel dos sistemas de controlo interno. Embora se pretenda obter uma ideia o mais fidedigna possível em relação às situações descritas, poderemos não atingir esta meta na perfeição. Tal resulta do facto de que os questionários são genéricos, sendo que a resposta obtida de uma empresa poderá ser diferente da que se obteria se esta estivesse perante uma situação concreta.

No tocante aos bancos, pretende-se ter um retrato da realidade, representativo da adaptação às novas normas de Basileia. Deste modo, o questionário é composto por 6 grupos: o primeiro refere-se à organização, o segundo é relativo ao risco de crédito, o terceiro tem uma vertente estratégica e operacional, o quarto procura verificar a existência de bases de dados adequadas, o quinto alude ao processo de supervisão e o sexto à disciplina de mercado e divulgação da informação ao mercado.

Tanto num como noutro caso, o número de questões e o tipo de informação aposta em cada uma, foi o resultado de um *trade off* entre o objectivo de obter um número de respostas pretendidas e a obtenção de respostas representativas. De qualquer forma, o desenho do questionário (Anexos 1 e 2) foi desenvolvido de forma a possibilitar a recolha de informação acerca das características da empresa/banco bem como da sua percepção acerca do impacto da implementação do Acordo de Basileia II na sua actividade.

3.4. População, Amostra e Método de Amostragem

Hill e Hill (2002), consideram que se deve distinguir entre universo alvo e universo inquirido, ou seja entre o conjunto total dos casos e o do que na prática está disponível para amostragem. É ainda sugerido que se deve escolher um universo pequeno para trabalhar, na medida em que se evitam problemas associados à utilização dos métodos

de amostragem, nomeadamente no que concerne aos recursos disponíveis (e.g., tempo). Adicionalmente, é referido ainda que no tocante à análise de dados quantitativa é razoável escolher um universo com uma dimensão entre 100 e 500 casos. Na abordagem qualitativa é adequado utilizar um universo mais reduzido (e.g. inferior a 100 casos). Face à especificidade da investigação, iremos abordar as empresas por sectores de actividade, retirando de cada um uma amostra, a qual será inquirida. De modo análogo trataremos a informação em relação aos bancos. Pretende-se por isso que a amostra seja representativa da população evidenciando as características específicas desta (D'Oliveira, 2005: 59).

Ir-se-á utilizar o método de amostragem estratificada na medida em que o universo é grande e se pretende obter uma amostra representativa de empresas (Hill e Hill, 2002: 47-44). De acordo com estes autores, o método é eficiente, mais económico em termos de tempo para além de dar resultados com menor probabilidade de erro associada. Em relação aos bancos, a amostra é mais reduzida, também limitada pela dimensão do universo.

Para se obter uma amostra estratificada foram efectuados os seguintes passos:

- As empresas foram seleccionadas por 16 sectores de actividade. Esta pareceu-nos ser a melhor forma de produzir resultados, ao invés de apresentar a amostra por situação geográfica, nem sempre representativa de todos os sectores;
- Procedeu-se à segmentação das mesmas em termos de volume de negócios, cujo critério adoptado incidiu sobre facturação igual ou inferior a 100 milhões de euros, onde se incluem as PME (e.g. volume de negócios inferior a 50 milhões de euros) e superior a 100 milhões de euros;
- Construção de um quadro que caracterize o universo;
- Decisão em relação à dimensão da amostra, sendo utilizada uma fracção de amostragem igual a 0,6, ou seja, a amostra terá um tamanho de 60% dos casos do universo. Considera-se universo, o total das empresas distribuídas por sectores constantes da listagem fornecida pela edição conjunta da revista do Semanário Económico n.º 934 e do Diário Económico n.º 3761 de 18 de Novembro de 2005, com a colaboração da Coface e Mope para atribuição do *ranking* apresentado. Estão representadas por sectores 600 das 1000 maiores empresas do ano de 2005;
- Seleccionar uma amostra aleatória constituída por empresas (casos) em cada um dos estratos do universo, cumprindo com os parâmetros acima referidos.

A Tabela 3.1 apresenta a caracterização da população inerente às empresas, por sector de actividade.

Tabela 3.1 – Caracterização das 600 empresas

Sectores	DIMENSÃO (VOLUME DE NEGÓCIOS) M€ - milhões de euros		Total
	≤ 100M€	> 100M€	
Alimentação, Bebidas e Tabaco	38	12	50
Construção Civil e Obras Públicas	27	23	50
Grossista	-	50	50
Hotelaria, Restauração e Turismo	13	1	14
Indústria e Comércio Automóvel	21	29	50
Indústria Electrónica e de Máquinas	36	9	45
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	31	4	35
Indústria Química	40	6	46
Indústria de Têxteis Vestuário e Calçado	34	-	34
Madeira, Cortiça, Vidro e Artes Gráficas	33	8	41
Produtos Metálicos e de Aço	26	5	31
Retalhistas	32	13	45
Serviços	37	13	50
Telecomunicações	2	8	10
Transportes	39	10	49
	409	191	600

Fonte: elaboração própria.

De forma a sintetizar a informação, as empresas foram classificadas em quatro grupos sectoriais: Indústria Transformadora, Construção, Comércio e Serviços, tal como a Tabela 3.2 mostra.

Tabela 3.2 – Síntese das 600 empresas do universo de 1000

Sectores	DIMENSÃO (VOLUME DE NEGÓCIOS) M€ - milhões de euros		Total
	≤ 100M€	> 100M€	
Indústria transformadora	259	73	332
Construção	27	23	50
Comércio	32	63	95
Serviços	91	32	123
	409	191	600

Fonte: elaboração própria

Visando a realização de um estudo de caso, o qual relaciona o nível de risco e o *pricing* das operações, partiu-se de uma amostra de 10 de empresas de qualidade creditícia e sectores diferenciados, clientes de um dos principais bancos nacionais, procedendo-se à realização de uma simulação de *pricing* decorrente da alteração das PDs (as quais reflectem o nível de risco). Utilizaremos no referido estudo a componente volume de negócios constante da Tabela 3.3.

Este banco irá utilizar o método IRB *foundation* para a maioria das carteiras, estando no entanto, segundo os seus responsáveis, preparado para poder operar com as metodologias avançadas, dado que possui os instrumentos e as séries históricas referentes às probabilidades de incumprimento exigidas.

Por razões de confidencialidade, as empresas estão identificadas com caracteres alfabéticos, estando caracterizadas segundo diversas componentes e indicadores (vd. Tabela 3.3).

Tabela 3.3 – Amostra de 10 empresas (milhões de euros)

Sector	Empresa	Ano	Volume de Negócios	Activo	Capitais Próprios	Crédito Bancário	Cash- Flow
Construção	A	2005	156	180	70	14,0	13,0
Indústria	B	2005	10	10	3	4,0	0,7
Comércio	C	2005	10	3	1	0,6	0,3
Construção	D	2005	17	14	6	4,0	0,8
Ind ^a . Transform.	E	2005	9	11	3	4,0	0,7
Comércio	F	2005	7	9	4	3,8	1,4
Indústria	G	2005	9	16	12	1,4	2,0
Construção	H	2004	16	27	6	3,3	1,3
Ind ^a . Transform.	I	2005	29	17	7	5,2	1,7
Indústria	J	2005	36	29	9	14,2	1,2

Fonte: elaboração própria.

No que respeita ao universo de entidades bancárias, de acordo com o *site* do Banco de Portugal, existem a operar no país 213 entidades ou grupos financeiros. No entanto, de acordo com os dados da Tabela 3.4, constam apenas 189 entidades. A diferença decorre do facto de se ter optado por excluir aquelas que são parte integrante de grupos bancários.

Refira-se também que se considerou o sistema de crédito agrícola mútuo como uma única entidade e apenas a Central de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo como fonte aglutinadora do sistema. O número de bancos, incluindo os de investimento e as sucursais de IC com sede na EU, ascende a setenta e dois, correspondendo a 38% do total das 189 entidades.

Tabela 3.4 – Sistema bancário e equiparado

Sistema bancário e equiparado	Total	%
Bancos	40	21%
Crédito Agrícola Mútuo (CAM)	1	1%
Escritórios de representação de IC da UE	17	9%
Instituições Financeiras de Crédito	6	3%
Outras Sociedades Financeiras	2	1%
Sociedades de <i>Factoring</i>	3	2%
Sociedades de Investimentos	2	1%
Sociedades de Locação Financeira	2	1%
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	3	2%
Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito	2	1%
Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário	23	12%
Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário	9	5%
Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos	4	2%
Sociedades Gestoras de Patrimónios	16	8%
Sociedades Mediadoras dos Mercados Monetário ou de Câmbios	2	1%
Sociedades de Instituições de Crédito com sede em países Terceiros	1	1%
Sucursais de Instituições de Crédito com sede na UE	31	16%
Agências de Câmbios	20	11%
Caixas Económicas	5	3%
	189	100%

Fonte: elaboração própria, com consulta ao site do Banco de Portugal.

Dado que se pretende inquirir uma amostra representativa de grupos bancários relevantes, optou-se por inquirir os 28 bancos constantes da lista de associados da APB (Associação Portuguesa de Bancos), privilegiando-se o envio de questionários a estas entidades. Tal opção justifica-se na medida em que são elas que definem as grandes relações com o mercado empresarial, para além de as mesmas possuírem uma quota de mercado em crédito e recursos de respectivamente de 89% e 83% (vd. Tabela 3.5).

A Tabela 3.5 identifica as 28 principais entidades bancárias a operar em Portugal, bem como a respectiva quota de mercado.

Tabela 3.5 – Quota de mercado dos bancos em 30-Junho-05 (com contas IAS)

Bancos (milhões euros)	Activo		Crédito		Recursos		Capital Próprio		Resultado
	Valor	Ordem	Valor	Quota %	Valor	Quota %	Valor	Ordem	
BRASIL	n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.
INVEST	n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.
C.A.S.SORIA	n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.
BIG	249		37		88		86		273
EFISA	283		204		66		25		0,8
BPP	1.079	10	269	0,12	318	0,2	148	8	4
FINANTIA	1.676		316		593		169		18
C. GALICIA	433		374		57		-17		-1,5
CETEM	374		383		0		48		8
Fortis Bank	468	11	411	0,18	31	0,02	23	11	0,5
BNP PARIBAS	1.147		455		221		5		1,4
CAIXA VIGO	561		499		39		18		1,5
ITAÚ	2.649		648		874		316		19
INTERBANCO	1.036		953		12		39		6
ABN AMRO	3.222		1.020		2.116		-0,2		-0,2
DEUTSCHE	5.053		1.234		3.622		98		1,2
FINIBANCO	2.080	9	1.764	0,8	1.310	0,8	131	9	7
BARCLAYS	4.022	8	2.717	1,22	1.035	0,6	83	10	6
BBVA	4.181		3.451		1.914		217		7
POPULAR	5.205		4.503		2.651		333		21
BANIF/BCA	5.974		5.319		3.340		364		19
CCAM	8.944	7	6.734	3	7.709	4,6	698	6	48
Montepio	13.847	6	12.212	5,5	7.594	4,6	565	7	20
BPI	27.249	5	19.955	9	12.494	7,5	1.312	5	107
BS/TOTTA	34.002	4	25.516	11,5	13.149	7,9	1.924	4	169
BES	46.992	3	30.115	13,5	17.994	10,8	2.708	3	150
CGD	83.000	1	49.508	22,3	45.744	27,5	3.552	2	305
BCP	74.592	2	53.859	24,2	33.996	20,4	3.785	1	303
Total APB			222.456	89%	156.967	83%			

Fonte: elaboração própria com consulta ao Boletim n.º 36 da APB em <http://www.apb.pt> em 07.07.2006.

3.5. Caracterização da amostra

3.5.1. Caracterização das empresas

Tendo em consideração os objectivos da dissertação, e dada a existência de empresas integradas em grupos económicos, foram enviados 560 questionários a empresas (via e-mail e fax), entre Fevereiro de 2006 e Maio de 2006, pertencentes à amostra referida em 3.4²³. Neste período foram reforçados os pedidos aos não respondentes, quer pela via indicada quer por telefone. Foram recebidos 112 questionários e validados 108. Os restantes 4 foram anulados por problemas relacionados com a própria configuração do ficheiro (2 questionários), ou elevado número de não respostas (2 questionários). Tal significa que, da amostra de 600 empresas, obtivemos 18% de respostas válidas. Tendo em conta a dimensão do questionário, podemos considerar a taxa de resposta satisfatória, se compararmos com as de outros estudos académicos²⁴.

As tabelas apresentadas seguidamente (obtidas de informação tratada no sistema SPSS), permitem caracterizar a amostra das empresas respondentes. Salienta-se que a frequência (Freq.) corresponde aos valores absolutos, a (Valid. %) às respostas válidas, que poderão coincidir com a (%) e a (Cum. %) à percentagem acumulada.

Quanto às 108 empresas analisadas (Tabela 3.6), pode-se traçar, antes de mais, uma caracterização geral. Do conjunto de 108 empresas, 86 (representando 80% da amostra) faziam parte de um grupo empresarial.

Tabela 3.6 – Empresas que pertencem a grupos empresariais

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Sim	86	79,6	79,6	79,6
Não	22	20,4	20,4	100,0
Total	108	100,0	100,0	

O questionário procurou recolher informação acerca de questões que permitem aferir do nível de formação e conhecimento do respondente.

²³ Ver em anexo as cartas que acompanharam o envio dos questionários aos bancos e às empresas (Anexos 3 e 4, respectivamente).

²⁴ Por exemplo, um estudo realizado em Portugal há cerca de 7 anos tendo como base a amostra das 500 melhores e maiores empresas constantes da Revista Exame.

Tal como se pode constatar na Tabela 3.7, a maioria dos respondentes (77,8%) pertencia à Direcção Financeira ou seu equivalente e, não sendo sócios ou accionistas, o resultado sugere tratar-se de quadros técnicos bem informados sobre os negócios das entidades que representam. Do mesmo modo, 85% dos respondentes tinham habilitações académicas iguais ou superiores à licenciatura (Tabela 3.8).

Tabela 3.7 – Função do respondente na empresa

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Gerente	6	5,6	5,6	5,6
Administrador	18	16,7	16,7	22,2
Direcção Financeira ou Equivalente	84	77,8	77,8	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Tabela 3.8 – Habilitações académicas

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Secundário	14	13,0	13,0	13,0
Licenciatura	69	63,9	63,9	76,9
Pós-graduação, Mestrado ou Doutoramento	24	22,2	22,2	99,1
NR	1	0,9	0,9	100,0
Total	108	100,0	100,0	

As empresas foram classificadas em três grupos sectoriais, Indústria em Geral, Comércio e Serviços. A Tabela 3.9 permite observar que a proporção de empresas industriais na amostra é superior à dos outros sectores. Incluímos no sector industrial as empresas de construção civil e obras públicas de modo a segmentar claramente dos serviços propriamente ditos (e.g. consultoria entre outros). Uma reduzida percentagem de respondentes apresentam ainda actividades comuns a ambos os sectores. Não obstante algumas organizações apresentarem uma abordagem plural dos vários sectores de actividade, cerca de 67% das empresas analisadas opera exclusivamente ou quase exclusivamente no sector da Indústria.

Tabela 3.9 – Sector de actividade

	Freq.	%	Val. %	Cum. %
Indústria	67	62,0	62,0	62,0
Comércio	20	18,5	18,5	80,6
Serviços	11	10,2	10,2	90,7
Indústria, Comércio e Serviços	3	2,8	2,8	93,5
Comércio e Serviços	4	3,7	3,7	97,2
Indústria e Comércio	2	1,9	1,9	99,1
Indústria e Serviços	1	0,9	0,9	100,0
Total	108	100,0	100,0	

A Tabela 3.10 apresenta dados relativos à dimensão das empresas que constituem a amostra. Sendo empresas de grande relevância e notoriedade, e tendo em consideração a importância dos grupos empresariais nesta amostra, 65,7% das empresas declara um volume de negócios (VN) superior a 50 milhões de euros/ano. Entre 1 milhão e 50 milhões de euros, encontra-se a fatia das PME (cerca de 34,3%), de acordo com Basileia II (Tanaka, 2003: 224).

Tabela 3.10 – Dimensão das empresas

Volume de Negócios (mil €)	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
>1.000	2	1,95	1,9	1,9
<50.000	35	32,4	32,4	34,3
>50.000	71	65,7	65,7	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Relativamente ao mercado a que se dirige, podemos constatar, pela análise da Tabela 3.11 que, no total da amostra, somente 29,6% declara que mais de 50% do seu VN é canalizado para o mercado externo.

Tabela 3.11 – Negócios com o mercado externo

> 50%	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Sim	32	29,6	29,6	29,6
Não	76	70,4	70,4	100,0
Total	108	100,0	100,0	

3.5.2. Caracterização dos bancos

Atendendo aos objectivos da dissertação, foram remetidos 28 questionários a bancos (via e-mail e fax), pertencentes à amostra referida em 3.4., tendo sido recebidos e validados 10. Responderam os maiores bancos nacionais e apenas dois (quota de mercado em crédito de 1,4%) a operar em Portugal mas com sede na UE. Na totalidade, a amostra representa 79,52% dos activos do sistema financeiro português em 30 de Junho de 2005 (vd. Boletim n.º 36 da APB).

As tabelas seguintes (3.12 a 3.16) caracterizam a amostra dos respondentes.

A generalidade dos respondentes (99,0%) integra um grupo empresarial (Tabela 3.12). Por outro lado, pode-se observar na Tabela 3.13 que os questionários foram preenchidos por interlocutores com responsabilidade directa na implementação do Acordo de Basileia II. De facto constata-se que pelas administrações foram remetidas 30,0% das respostas recebidas, pelos directores 60,0% e por outros 10,0%. Resulta daqui que independentemente do respondente, podemos aferir que o mesmo possui um elevado grau de informação e conhecimento relativamente às questões do questionário.

Tabela 3.12 – Banco faz parte de um grupo empresarial

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Sim	9	99,0	99,0	90,0
Não	1	11,0	11,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Tabela 3.13 – Função na instituição

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Administrador	3	30,0	30,0	30,0
Director	6	60,0	60,0	90,0
Outra	1	10,0	10,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Relativamente às habilitações dos respondentes (Tabela 3.14 e 3.15), elas indicam um nível de formação elevado, sendo de assinalar e em particular os 50,0% com pós-graduação, mestrado ou doutoramento, dos quais 60,0% com função directiva.

Tabela 3.14 – Habilitações académicas

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Secundário	1	10,0	10,0	10,0
Licenciatura	3	30,0	30,0	40,0
Pós-graduação, Mestrado ou Doutoramento	6	60,0	60,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Tabela 3.15 – Função / Habilitações académicas

		Habilitações Académicas			Total
		Secundário	Licenciatura	Pós-graduação, Mestrado ou Doutoramento	
Administrador	Freq.	1	1	1	3
	% Função	33,3	33,3	33,3	100,0
	% Habilitações	100,0	33,3	16,7	30,0
	% Total	10,0	10,0	10,0	30,0
Director	Freq.	-	1	5	6
	% Função	0,0	16,7	83,3	100,0
	% Habilitações	0,0	33,3	83,3	60,0
	% Total	0,0	10,0	50,0	60,0
Outra	Freq.	-	1	-	1
	% Função	0,0	100,0	0,0	100,0
	% Habilitações	0,0	33,3	0,0	10,0
	% Total	0,0	10,0	0,0	10,0
Total	Freq.	1	3	6	10
	% Função	10,0	30,0	60,0	100,0
	% Habilitações	100,0	100,0	100,0	100,0
	% Total	10,0	30,0	60,0	100,0

O volume de activos das instituições, indicador de dimensão, está patente na Tabela 3.16. Destacam-se, na amostra, dois bancos pela sua dimensão.

Tabela 3.16 – Volume de activos do banco ou grupo financeiro

Milhões de €	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
< 49.000	5	50,0	50,0	50,0
≥50.000 e ≤ 99.000	3	30,0	30,0	80,0
> 100.000	2	20,0	20,0	100,0
Total	10	100,0		

3.6. Conclusões

Neste capítulo apresentou-se a metodologia subjacente a este trabalho de investigação. Em particular justificou-se a elaboração do questionário como instrumento de recolha de dados: um dirigido às empresas e outro dirigido a entidades bancárias. Concluiu-se que a taxa de respostas das empresas e dos bancos é satisfatória face ao tamanho da amostra e dimensão dos questionários.

De salientar ainda que, os respondentes, pela sua formação e função, são pessoas bem informadas relativamente às questões inerentes aos questionários, dando desta forma consistência à análise dos resultados a desenvolver no capítulo seguinte.

De igual modo procedeu-se à caracterização da amostra, evidenciando a forma como, tanto a nível das empresas como dos bancos, a mesma foi obtida. Tanto as empresas como os bancos, na sua maioria, integram grupos empresariais, o que reforça a sua representatividade. No caso das empresas, estão representados os diversos sectores de actividade (indústria, comércio e serviços), tendo-se agregado na indústria da construção.

A informação recolhida através dos questionários, devidamente tratada, permitiu construir dados agregados os quais são apresentados no capítulo seguinte na abordagem empírica das questões em análise.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. Introdução

Neste capítulo pretende-se apresentar os resultados obtidos com os questionários recebidos.

Pretendendo-se avaliar a situação dos bancos e das empresas na óptica de Basileia II, os questionários apresentam uma estrutura específica. Esta, consiste, no caso dos bancos, em seis grupos, contendo questões sobre a organização, o risco de crédito, a componente estratégica, de rendibilidade, macroeconómica e operacional, as principais bases de dados a constituir na área do crédito, o processo de revisão de supervisão, e por último, a disciplina de mercado e divulgação da informação. No caso das empresas, o questionário estrutura-se em quatro grupos, que incluem questões relativas à gestão do negócio, ao relacionamento entre as empresas e a banca, a aspectos relevantes na apresentação das propostas de financiamento junto dos bancos e, por fim, a alusão ao papel dos sistemas de controlo interno e de informação das empresas face a Basileia II.

A análise de resultados divide-se em dois grupos, correspondentes aos dois objectivos principais do presente estudo. Primeiro, procura-se retratar a situação associada a Basileia II na perspectiva das empresas e, segundo, na perspectiva da banca. Sempre que se justificar, serão apresentadas tabelas com informação tratada através do sistema SPSS, bem como gráficos elaborados a partir dos dados tratados neste programa.

Na fase final deste capítulo será apresentado um estudo de caso, visando justificar que, mediante a fixação de um determinado nível de ROE pelos bancos, e mantendo certas variáveis constantes, as alterações na PD (decorrente do nível de risco das empresas), implicarão variações nos níveis de preços (*spread*) a aplicar nas operações creditícias.

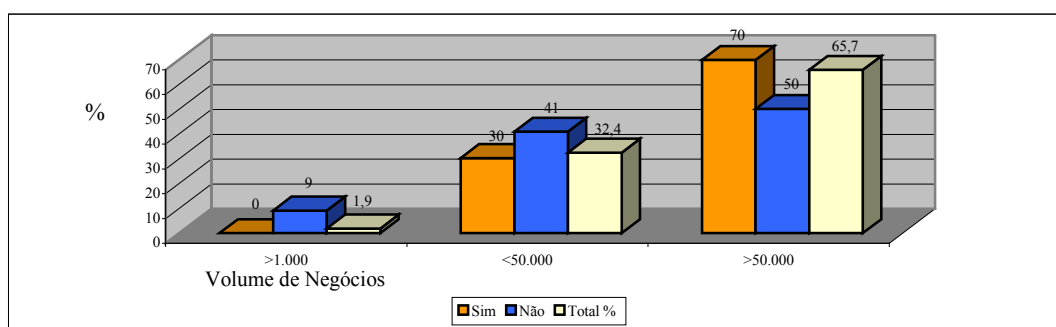
4.2. As empresas face a Basileia II

Baseando-nos no estudo da (M & C), e do processo de *rating* de Lambrecht (2005: 36), iremos inferir acerca do impacto nas empresas das premissas do Acordo de Basileia II inerentes à gestão do risco de crédito, face à situação de negócio apresentado pelas mesmas.

4.2.1. Gestão do negócio e estrutura organizacional

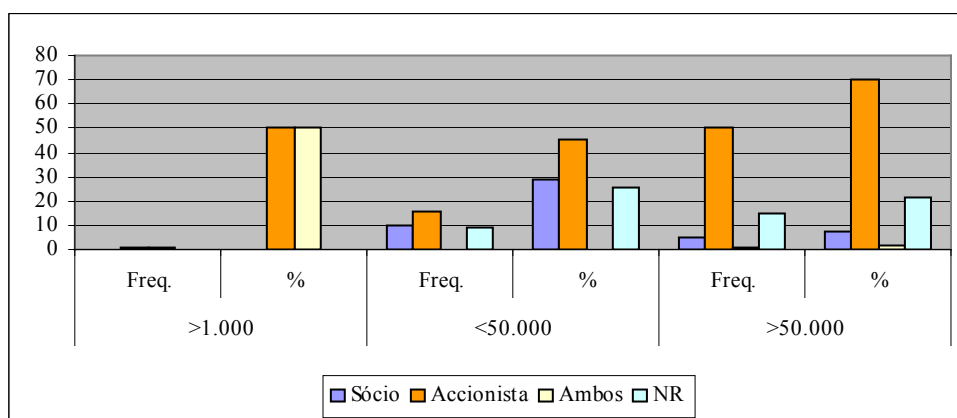
Apresentamos nesta secção os aspectos mais relevantes referentes à gestão das organizações.

Gráfico 4.1 – Grupo empresarial e volume de negócios



Cerca de 70% dos respondentes grandes empresas (adiante designadas por GE) integram um grupo empresarial, o mesmo sucedendo com 30% de PME (vd. Gráfico 4.1).

Gráfico 4.2 – Gestão do negócio



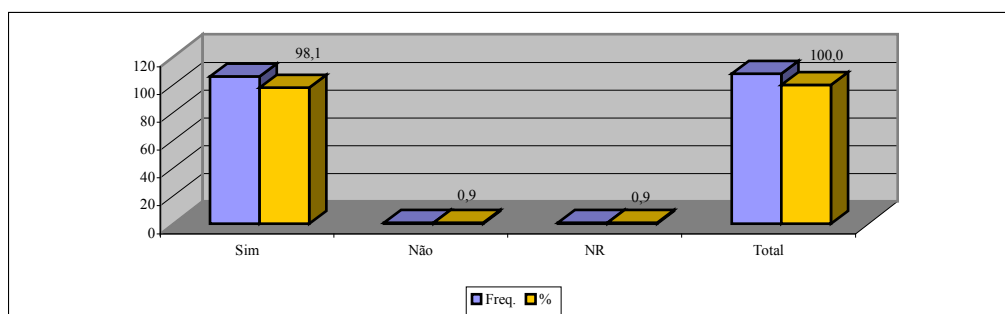
O modo como a gestão do negócio é assegurada é determinante no desempenho económico-financeiro e na continuidade da empresa. De acordo com as respostas obtidas, a gestão concentra-se na figura do sócio ou accionista tanto nas PME como nas GE, sendo que 22% dos respondentes não se pronunciaram sobre esta questão. A presença da figura do sócio é relevante nas empresas de menor dimensão (vd. Gráfico 4.2).

Tabela 4.1 – Habilitações académicas e o volume de negócios

		>1.000	<50.000	>50.000	Total	%
Secundário	Freq.	0	4	10	14	13
	%	0,0	28,6	71,4	100,0	
Licenciatura	Freq.	2	17	50	69	63,9
	%	2,9	24,6	72,5	100,0	
Pós Graduação, Mestrado/Dout.	Freq.	0	13	11	24	22
	%	0,0	54,2	45,8	100,0	
NR	Freq.	0	1	0	1	0,9
	%	0,0	100,0	0,00	100,0	100,0

Lambrecht (2005: 46) atribui grande importância à qualidade da gestão como factor decisivo no futuro das empresas. Os dados apresentados na Tabela 4.1 levam-nos a inferir que é atribuída uma grande importância ao recurso formação, sendo que 86% (63,9%+22%) dos respondentes possuem licenciatura ou grau superior, destacando-se a maior percentagem em grandes empresas e PME. Dos quadros com curso secundário, (que constituem 13% do total de respondentes), 71,4% trabalham em grandes empresas e 28,6% em PME. Este facto poderá estar associado ao factor experiência bem como à ligação de longa data ao negócio ou a relações familiares com os detentores do capital.

Gráfico 4.3 – Controlo interno reportando à administração/gerência



Relativamente ao critério controlo interno (Gráfico 4.3), constata-se que 98,1% das empresas apresentam sistemas de controlo interno que reportam em termos de decisão ao topo da hierarquia da empresa.

4.2.2. Sector, produto, clientes e concorrentes

4.2.2.1. Mercado

A Tabela 4.2 permite-nos observar o número de empresas que têm relações com o mercado externo a nível de exportação de produtos ou de prestação de serviços.

Tabela 4.2 – Negócio com o mercado externo (análise sectorial)

> 50% VN - ME	VN		Indústria	Comércio	Serviços	ICS	CS	IC	IS	Total
Sim	>1.000	Freq.	2		0					2
		%	6,5		0,0					6,3
	<50.000	Freq.	12		1					13
		%	38,7		100,0					40,6
	>50.000	Freq.	17		0					17
		%	54,8		0,0					53,1
	Total	Freq.	31		1					32
		%	100,0		100,0					100,0
Não	<50.000	Freq.	12	5	2	0	3	0	0	22
		%	33,3	25,0	20,0	0,0	75,0	0,0	0,0	29,0
	>50.000	Freq.	24	15	8	3	1	2	1	54
		%	66,7	75,0	80,0	100,0	25,0	100,0	100,0	71,1
	Total	Freq.	36	20	10	3	4	2	1	76
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A Tabela 4.2 mostra que apenas 30% (32/108) das empresas canalizam mais de 50% do seu volume de negócios (VN) para o mercado externo (ME). Das empresas que responderam afirmativamente, 47% (6,3%+40,6%) são PME e 53% grandes empresas, essencialmente ligadas à indústria. A componente exportadora traduz-se num indicador qualitativo favorável de competitividade. Verifica-se, no entanto, que 70,4% (76/108) das empresas não desenvolveram esta componente. A Tabela 4.3 procura verificar se,

tendo existido redução do VN nos últimos anos, foram levadas a cabo acções tendentes a inverter a situação.

Tabela 4.3 – Planos de recuperação face à redução de vendas nos últimos anos

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Sim	37	34,3	34,3	34,3
Não	34	31,5	31,5	65,7
NR	37	34,3	34,3	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Tratando-se de acções relevantes para a retoma da competitividade das empresas, verifica-se pela análise da Tabela 4.3 que apenas 34,3% das empresas implementaram acções tendentes a inverter a redução do VN (e.g. com entrada em novos mercados). Contudo, deve destacar-se o facto de que os não respondentes a esta questão são significativos, limitando o alcance da análise. A Tabela 4.4 permite-nos verificar a percentagem de empresas que visita regularmente feiras internacionais.

Tabela 4.4 – Visitas regulares a feiras internacionais

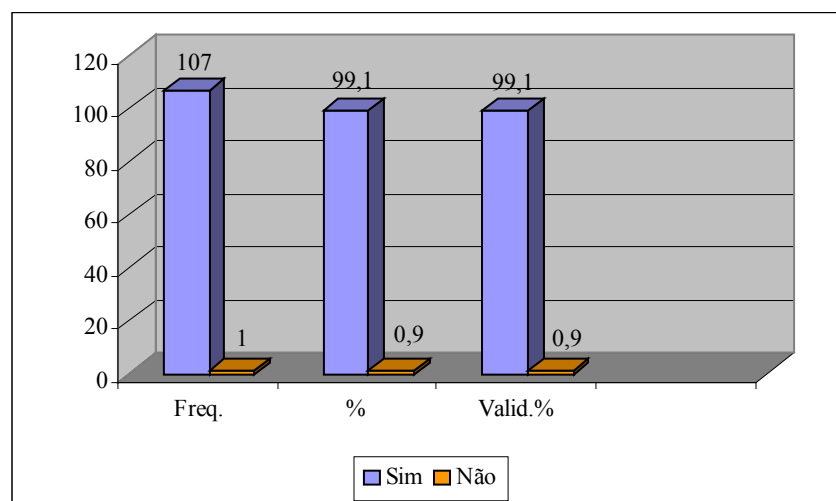
V. Negócios	Visita		Indústria	Comércio	Serviços	ICS	CS	IC	Total
>1.000	Sim	Freq.	2						2
		%	100,0						100,0
	Total	Freq.	2						2
		%	100,0						100,0
<50.000	Sim	Freq.	17	1	1		2		21
		%	70,8	20,0	33,3		66,7		60,0
	Não	Freq.	7	4	2		1		14
		%	29,2	80,0	66,7		33,3		40,0
	Total	Freq.	24	5	3		3		35
		%	100,0	100,0	100,0		100,0		100,0
>50.000	Sim	Freq.	24	11	3	3	1	2	44
		%	58,5	73,3	37,5	100,0	100,0	100,0	62,0
	Não	Freq.	16	4	4	0	0	0	25
		%	39,0	26,7	50,0	0,0	0,0	0,0	35,2
	NR	Freq.	1	0	1	0	0	0	2
		%	2,4	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	2,8
	Total	Freq.	41	15	8	3	1	2	71
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Este indicador de índole comercial influencia a definição dos mercados e produtos, atendendo a que é nestes eventos que se encontram os grandes *designers* e se verificam as novas tendências de mercado. Como é patente na Tabela 4.4, a indústria mostra preocupação em relação a este aspecto, tanto a nível da PME como das GE. De facto, a nível deste sector, 73% (19/26) das primeiras e 58,5% (24/41) das segundas visitam regularmente este tipo de eventos comerciais. O sector do comércio nas GE é, na realidade, aquele onde este efeito mais se faz sentir.

É frequente que, na decisão de novos investimentos ou conquista de clientes e mercados, sejam tidos em conta ponderadores de risco de negócio (Gráfico 4.4).

De acordo com Grant (2002: 54), de entre estes ponderadores, o retorno do capital investido, é desagregado em retorno das vendas e vendas/capital investido, sendo estes dois indicadores decompostos em outros também de índole económico-financeira, verificando o impacto das decisões no ROI.

Gráfico 4.4 – Tomada de decisão sobre novos clientes/mercados



4.2.2.2. Clientes

Nos últimos anos verificou-se uma tendência para a diversificação de negócios, via mercados e clientes, visando o crescimento, a redução do risco, o aumento da rentabilidade interna e dos investidores, o aumento do poder de mercado, mas sobretudo evitar o risco de falência. De salientar que o risco da concentração em clientes pode ser

vista sob três ópticas: a primeira passa pelo facto de que a qualquer momento clientes importantes passem a exigir do fornecedor preços mais baixos, reduzindo as margens, a segunda pelo risco de falência e a terceira decorre de que em qualquer altura os mesmos deixem de adquirir os produtos ou serviços. As Tabelas 4.5 e 4.6 permitem observar o grau de dependência das empresas em relação aos seus melhores clientes.

Tabela 4.5 – Peso dos clientes no negócio da empresa de acordo com a actividade

Nº Reduzido	Peso melhores Clientes		Indústria	Comércio	Serviços	ICS	CS	IC	IS	Total
Sim	>20% e <50%	Freq.	23	0	3			0	1	27
		%	60,5	0,0	37,5			0,0	100,0	50,9
	>50%	Freq.	14	5	4			1	0,0	24
		%	36,8	100,0	50,0			100,0	0,0	45,3
	<20%	Freq.	1	0	0			0	0	1
		%	2,6	0,0	0,0			0,0	0,0	1,9
	NR	Freq.	0	0	1			0	0	1
		%	0,0	0,0	12,5			0,0	0,0	1,9
		Freq.	38	5	8			1	1	53
		%	100,0	100,0	100,0			100,0	100,0	100,0
Não	>20% e <50%	Freq.	22	6	1	3	3	0		35
		%	75,9	40,0	33,3	100,0	75,0	0,0		63,6
	>50%	Freq.	4	0	1	0	0	0		5
		%	13,8	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0		9,1
	<20%	Freq.	3	5	1	0	0	0		9
		%	10,3	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0		16,4
	NR	Freq.	0	4	0	0	1	1		6
		%	0,0	26,7	0,0	0,0	25,0	100,0		10,9
		Freq.	29	15	3	3	4	1		55
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0

As actividades estão divididas em indústria, comércio, serviços, ICS (indústria, comércio e serviços), CS (comércio e serviços), IC (indústria e comércio) e IS (indústria e serviços). Os resultados (Tabelas 4.5 e 4.6) indicam que 49% (53/108) dos respondentes referem existir um número reduzido de clientes com um peso significativo no negócio da empresa.

Constata-se que 52% dos respondentes PME, num intervalo entre 20% e 50%, afirmam existir concentração nos melhores clientes (negócios realizados com estes/volume de negócios total da empresa). Também se verifica que 33,3% dos respondentes nestas circunstâncias preferem não indicar qualquer valor. Em relação às GE (VN > 50 milhões de €), a concentração nos melhores clientes é de 38,5% num intervalo igual ao anterior e de 12,5% para pesos inferiores a 20%.

Na mesma medida, a Tabela 4.5 revela que, na indústria, o peso nos melhores clientes é 60,5% (para concentrações entre 20% e 50%), acompanhada dos serviços com 37,5%.

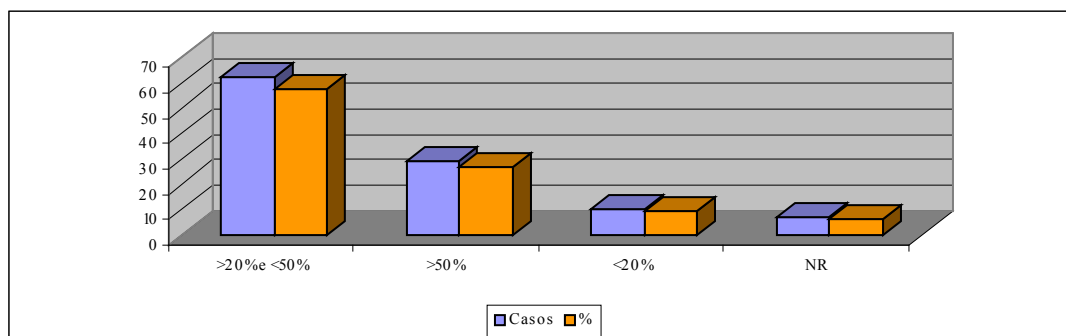
Tabela 4.6 – Peso dos clientes no negócio da empresa de acordo com o VN

N.º reduzido								
VN (mil €)		clientes com peso					Peso dos melhores clientes no volume de negócios	Total
		relevante no V.N.						
			>20% e <50%	>50%	<20%	NR		
>1.000	Sim	Freq.	1				1	
		%	50,0				50,0	
	Não	Freq.	1				1	
		%	50,0				50,0	
	Total	Freq.	2				2	
		%	100,0				100,0	
<50.000	Sim	Freq.	11	6	0	1	18	
		%	52,4	66,7	0,0	33,3	51,4	
	Não	Freq.	10	3	2	2	17	
		%	47,6	33,3	100,0	66,7	48,6	
	Total	Freq.	21	9	2	3	35	
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
>50.000	Sim	Freq.	15	18	1	0	34	
		%	38,5	90,0	12,5	0,0	47,9	
	Não	Freq.	24	2	7	4	37	
		%	61,5	10,0	87,5	100,0	52,1	
	Total	Freq.	39	20	8	4	71	
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Atendendo à importância deste aspecto de índole comercial e de risco, face ao já referido para a diversificação, importa verificar graficamente o nível de concentração nos melhores clientes (Gráfico 4.5). Podemos observar que 57% das empresas

respondentes possui um nível de concentração nos melhores clientes entre 20% e 50%, e 27% um peso acima de 50%. Abaixo de 20% constam apenas 9% dos casos, não existindo respostas em 6,5% dos casos.

Gráfico 4.5 – Peso dos melhores clientes no volume de negócios



4.2.2.3. Produto, concorrência, tecnologia e capacidade de serviço

A Tabela 4.7 permite identificar a existência desenvolvimento de produtos, bem como a realização de análises à matriz de produtos e mercados, como indicadores relevantes de competitividade e de uma adequada gestão comercial.

Como se verifica na Tabela 4.7, 82,6% (38/46) dos respondentes do sector industrial, 57% (38/67) do total do sector, mostram existir desenvolvimento de produtos ou serviços (e.g., com *designers* ou gabinetes de desenvolvimento de novos produtos ou processos), e 79,2% (38/48) referem serem efectuadas análises à matriz de produtos e mercados periodicamente, eliminando produtos em declínio e colocando outros na cadeia de valor. Dos que afirmam não existir desenvolvimento de produtos ou serviços, 52,6% (10/19), equivalente a 14,9% (10/67) do total do sector, 20,8% (10/48) indicam que é efectuada uma análise à matriz de produtos e mercados.

A análise da Tabela 4.7 permite ainda constatar que a maioria das empresas ligadas ao comércio, cerca de 62,5% (10/16), constituindo 50% (10/20) do total do sector, aludem a que não é promovido o desenvolvimento de produtos ou serviços. No entanto, a maioria (das empresas comerciais), 71,4% (10/14), afirma que são efectuadas análises à matriz de produtos e mercados.

Em relação ao sector dos serviços, torna-se difícil proceder a qualquer inferência, face à reduzida dimensão dos respondentes e à dispersão existente nas empresas com actividades complementares aos três sectores.

Tabela 4.7 – Matriz de produtos e mercados/Desenvolvimento de produto

Desenvolvimento de produto			É efectuada periodicamente uma análise à matriz de produtos e mercados			
Actividade			Sim	Não	NR	Total
Indústria	Sim	Freq.	38	7	1	46
		%	79,2	50,0	20,0	68,7
	Não	Freq.	10	7	2	19
		%	20,8	50,0	40,0	28,4
	NR	Freq.	0	0	2	2
		%	0,0	0,0	40,0	3,0
		Freq.	48	14	5	67
		%	100,0	100,0	100,0	100,0
Comércio	Sim	Freq.	4	0		4
		%	28,6	0,0		20,0
	Não	Freq.	10	6		16
		%	71,4	100,0		80,0
		Freq.	14	6		20
		%	100,0	100,0		100,0
Serviços	Sim	Freq.	2	1	1	4
		%	40,0	25,0	50,0	36,4
	Não	Freq.	1	3	0	4
		%	20,0	75,0	0,0	36,4
	NR	Freq.	2	0	1	3
		%	40,0	0,0	50,0	27,3
		Freq.	5	4	2	11
		%	100,0	100,0	100,0	100,0
	Indústria, Comércio e Serviços	Freq.	7	1		3
		Freq.	1	1		2

Em complemento aos comentários efectuados em relação aos dados da Tabela, constata-se que as GE (Gráfico 4.6_A) apresentam uma posição relativa mais consistente na área do desenvolvimento dos produtos e serviços, existindo uma parte significativa que não o faz. A análise gráfica à matriz de produtos e mercados (Gráfico 4.6_B) permite concluir que a preocupação das GE com esta matéria é superior à das PME, estando em

consonância com Freire (2001). Paralelamente, são também as GE que lideram as respostas negativas no que toca à análise da matriz de produtos e mercados.

Gráfico 4.6_A – Desenvolvimento de produto e serviços

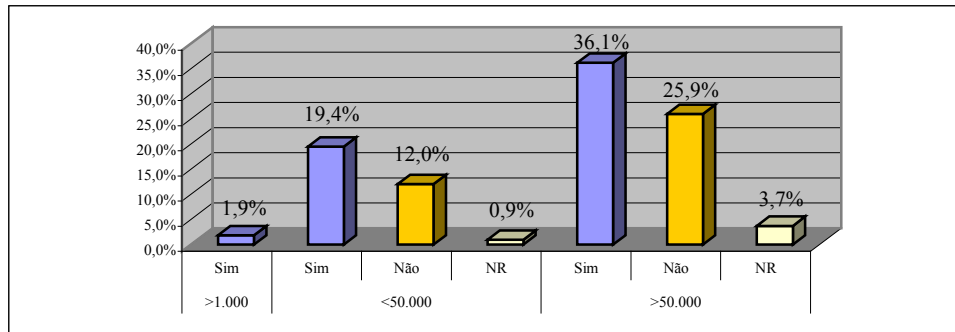
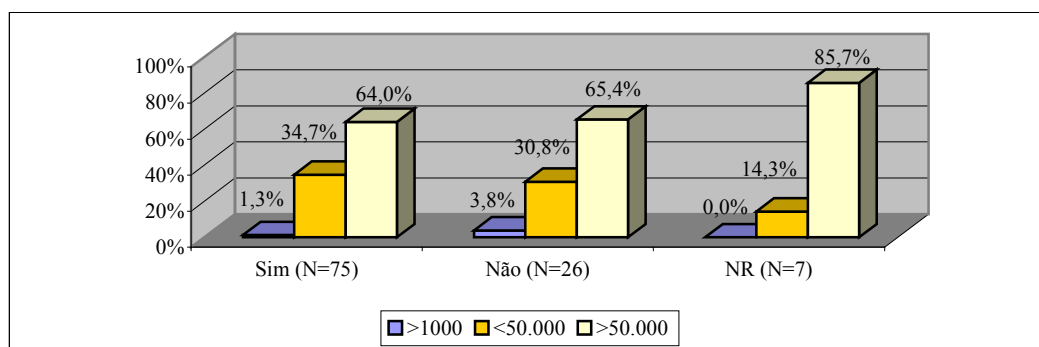


Gráfico 4.6_B – Análise à matriz de produtos e mercados



Adicionalmente, Freire (2001: 212-249) traduz a diferenciação da gama de produtos e serviços numa fonte de vantagem competitiva para superar a concorrência. Este autor refere também que a estratégia de produtos e mercados deve ser gerida de modo a existir uma adaptação permanente à evolução do mercado e à concorrência. No tocante à matriz de produtos e mercados, o mesmo autor, defende que esta visa relacionar os produtos oferecidos pela empresa com os respectivos mercados alvo e facilitar a identificação de novas oportunidades comerciais.

Os gráficos apresentados de seguida permitem-nos obter informação acerca da qualidade dos produtos, bem como do seu grau de exposição à concorrência externa.

Gráfico 4.7 – Produtos respeitam padrões de qualidade internacionais

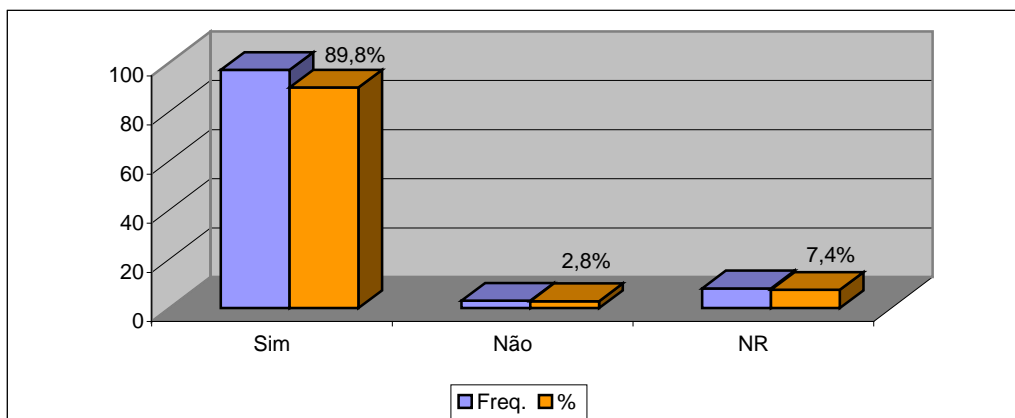
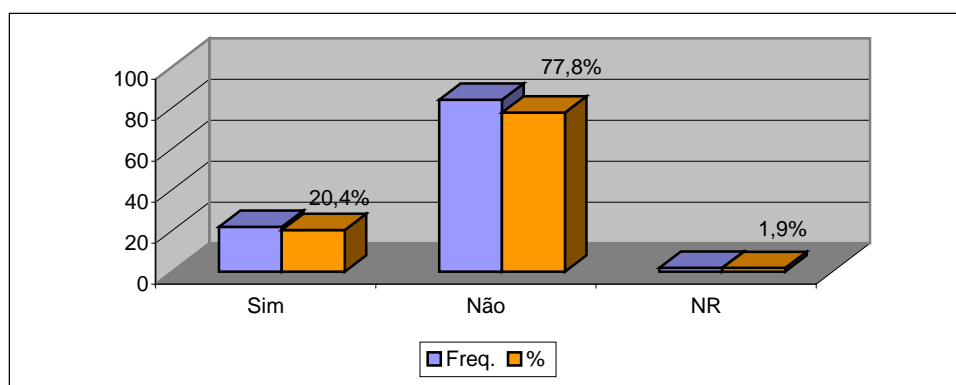


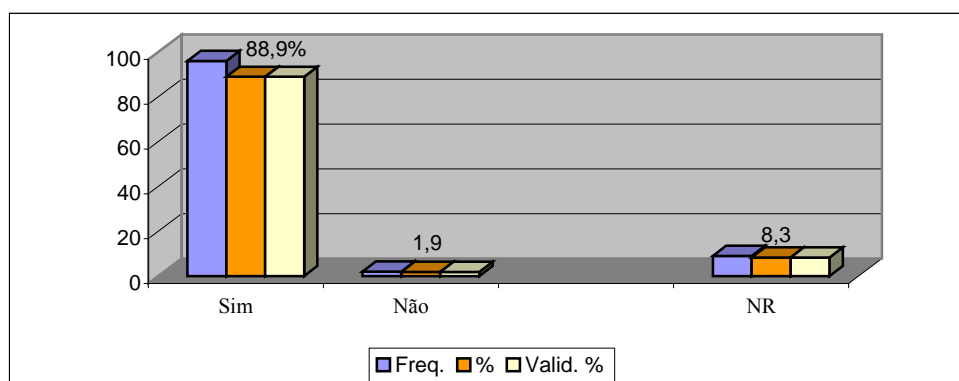
Gráfico 4.8 – Exposição dos produtos à concorrência externa



O Gráfico 4.7 mostra que os produtos respeitam os padrões de qualidade internacionalmente aceites com normas CE. Outra questão tem a ver com a concorrência de países onde o custo dos factores de produção são menores. De facto, nos últimos anos, acentuou-se a concorrência oriunda da China e de países do leste europeu, conduzindo em muitas situações à deslocalização de empresas para esses mercados. Através do Gráfico 4.8 os respondentes referem que os seus produtos não se encontram muito expostos a este tipo de concorrência.

O Gráfico 4.9 resume as respostas às questões relativas à existência de flexibilidade do processo produtivo e à adequabilidade das tecnologias de informação.

Gráfico 4.9 – Flexibilidade do processo produtivo / tecnologia



Como se pode observar da análise do Gráfico 4.9, 88,9% dos respondentes afirmam que os processos de produção são flexíveis e o sistema de tecnologias de informação adequado. Esta situação permite que as empresas procedam mais facilmente a eventuais ajustamentos no produto ou serviço (sempre que as circunstâncias o justifiquem) e, consequentemente, tenham maior capacidade junto do mercado.

4.2.3. Critérios de avaliação dos bancos na concessão de crédito

Além dos considerandos em 4.2.1. e 4.2.2., e conforme já referido em 2.5.4.8., referente à análise qualitativa do *rating*, é fundamental, para garantir uma boa relação entre a empresa e o banco, que aquela conheça: as expectativas do banqueiro em relação ao modo de condução das contas junto deste, bem como o tipo de informação que lhe deve ser facultada (nas fase das propostas de financiamentos e durante a permanência do crédito).

A qualidade dos dados (*inputs*), num contexto de *rating*, condicionará a notação de *rating* obtida. Deste modo, a inadequada preparação da informação relevante por parte da empresa, terá uma penalização reflectida nas condições obtidas (e.g. taxa de juros), caso o crédito seja concedido (Lambrecht, 2005: 29).

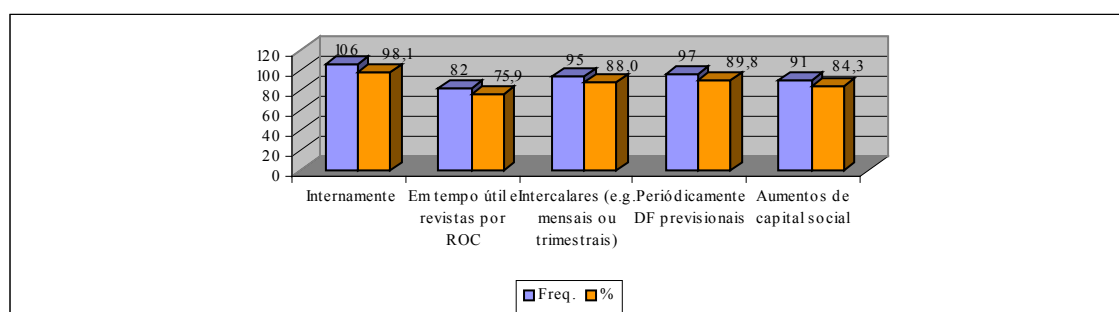
Da análise de resultados apresentada nas subsecções seguintes, pretende-se avaliar a importância dada pelas empresas a aspectos críticos da avaliação dos bancos na apreciação da qualidade dos seus clientes, nomeadamente no que concerne: à

informação económico-financeira, à qualidade da gestão corrente (empresa versus banco), à avaliação da capacidade do negócio (face ao posicionamento da empresa no mercado), e, em síntese, ao conteúdo da proposta de financiamento.

4.2.3.1. Informação económico-financeira

O Gráfico 4.10 apresenta aspectos de índole qualitativa na prestação de informação pelas empresas à banca, e, além disso, decisões a ter em conta face à eventual existência de degradação dos rácios de capital.

Gráfico 4.10 – Apresentação da informação económico-financeira



O Gráfico 4.10 sugere que as demonstrações económico-financeiras são, na sua quase totalidade (98,1%), elaboradas internamente e revistas em tempo útil por ROC ou auditor (75,9%). Existe uma percentagem elevada (88%) de empresas que elaboram informação intercalar (e.g. mensal ou trimestral) e previsional (89,8%). Os negócios apresentam capitalização adequada não existindo, como demonstram os resultados (84,3%), necessidade de proceder a aumentos de capital.

4.2.3.2. Gestão corrente empresa / banco

Na Tabela 4.8 apresenta-se a percepção das empresas relativamente a alguns dos critérios essenciais para um adequado relacionamento entre a banca e as empresas.

Tabela 4.8 – Importância atribuída ao relacionamento corrente com a banca

	Não concordo		Não concordo Nem discordo		Concordo		NR	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Gestão das contas dentro dos limites	3	3,0	4	4,0	99	92,0	2	2,0
Relatórios financeiros actualizados	10	9,0	13	12,0	82	76,0	3	3,0
Alertar o banco para imponderáveis	6	6,0	15	14,0	83	77,0	4	4,0
Facultar a informação solicitada	3	3,0	10	9,0	92	85,0	3	3,0
Contacto permanente com o banco	5	5,0	9	8,0	92	85,0	2	2,0

Os resultados, patentes na Tabela 4.8, sugerem que as empresas, de um modo generalizado, atribuem uma importância relevante em relação a critérios de boa gestão, os quais influenciam de modo indirecto a concessão de crédito, permitindo manter uma relação duradoura com o banqueiro.

O Gráfico 4.11 e as Tabelas 4.9 e 4.10 resumem e relacionam o tipo de garantias prestadas pelas empresas aos bancos com o tipo de financiamento, sector e volume de negócios. A Tabela 4.11 dá a conhecer, de acordo com o volume de negócios, a existência de introdução do risco e de instrumentos de cobertura (derivados, seguros).

Gráfico 4.11 – Garantias de crédito

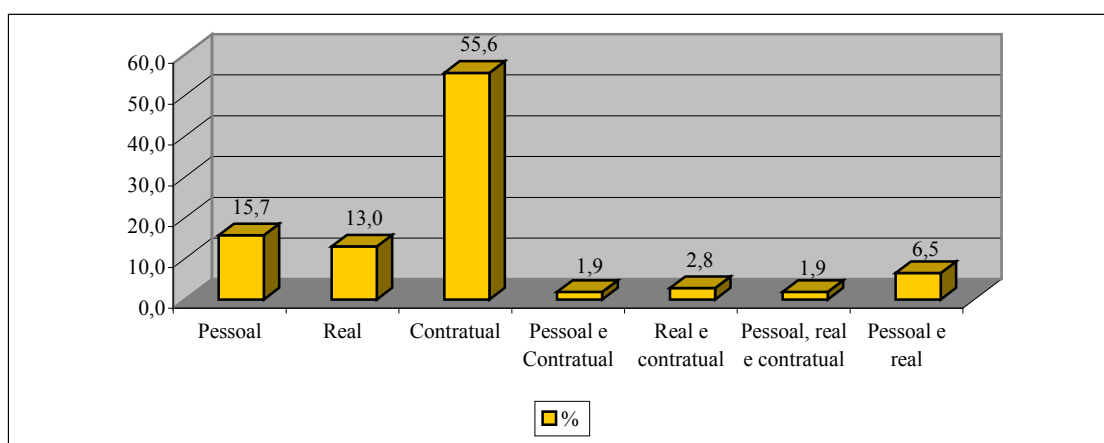


Tabela 4.9 – Garantias solicitadas pelos bancos (1)

Financiamento	Garantias		Indústria	Comércio	Serviços	ICS	CS	IC	Total
	Real	%	7,7	0,0	50,0	0,0	100,0	100,0	19,0
Capitais Próprios	Só contratual	%	69,2	100,0	50,0		0,0	0,0	66,7
	Total da Freq.		13	4	2		1	1	21
Banca + Fornecedores	Ambas	%	100	100					100
	Total da Freq.		4	1					5
CP + Banca + Fornec.	Pessoal	%	18,0	20,0	11,1	0,0	66,7	0,0	18,3
	Real	%	14,0	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2
	Só contratual	%	54,0	60,0	77,8	0,0	33,3	0,0	53,7
	Total da Freq.		50	15	9	3	3	1	82

Tabela 4.10 – Garantias solicitadas pelos bancos (2)

Financiamento			>1.000	<50.000	>50.000	Total
CCC/Outro	Só contratual	Freq.	0	11	16	27
		%	0,0	61,1	55,2	56,3
	Total	Freq.	1	18	29	48
		%	100,0	100,0	100,0	100,0
MLP	Só contratual	Freq.	0	4	15	19
		%	0,0	33,3	62,5	51,4
	Pessoal e Contratual	Freq.	0	2	3	5
		%	0,0	16,7	12,5	13,5
	Total	Freq.	1	12	24	37
		%	100,0	100,0	100,0	100,0
Ambos	Só contratual	Freq.		1	7	8
		%		25,0	58,3	50,0
	Total	Freq.		4	12	16
		%		100,0	100,0	100,0

Das empresas respondentes, a maioria refere que as garantias solicitadas nas operações de crédito, independentemente do tipo e forma de financiamento, são essencialmente de índole contratual (Gráfico 4.11, Tabela 4.9 e Tabela 4.10). Apenas numa reduzida percentagem são atribuídas garantias reais (hipotecas ou penhores). Este facto, constatado predominantemente na indústria, poder-se-á explicar pelo poder negocial das

respondentes, decorrente da sua dimensão, estrutura económico-financeira e presença relevante no sector.

A maioria das empresas afirma ter considerado o parâmetro risco na gestão. Destas, apenas uma parte procede à cobertura do risco de evolução desfavorável da taxa de juros e cambial (e.g. com produtos derivados). Em particular, 27% (10/37) das PME e 31,9% (22/69) das GE estão sensibilizadas para o problema (Tabela 4.11). De referir que neste conceito de risco terá lugar o seguro de crédito.

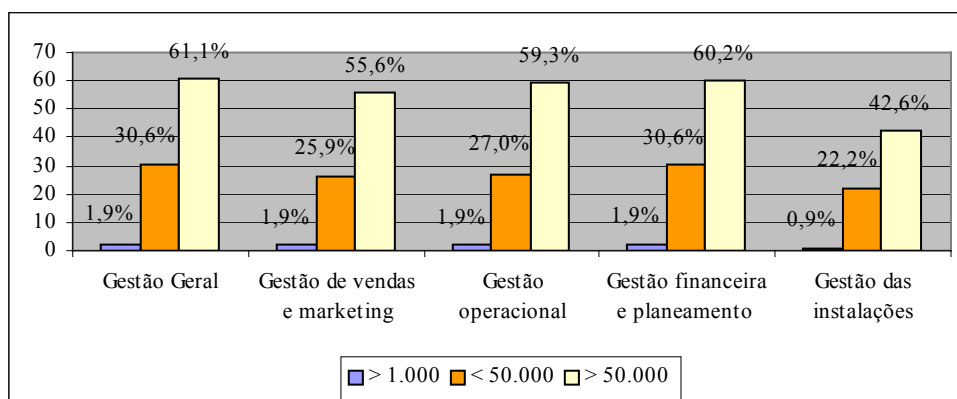
Tabela 4.11 – Introdução do risco e produtos derivados

Volume de Negócios	Introdução do risco		Cobertura de risco			Total
			Sim	Não	NR	
>1.000	Sim	Freq.	1	1		2
		%	100,0	100,0		100,0
	Não	Freq.	1	1		2
		%	100,0	100,0		100,0
<50.000	Sim	Freq.	9	17		26
		%	90,0	68,0		74,3
	Não	Freq.	1	8		9
		%	10,0	32,0		25,7
	Total	Freq.	10	25		35
		%	100,0	100,0		100,0
	Sim	Freq.	22	24	1	47
		%	84,6	57,1	100,0	68,1
>50.000	Não	Freq.	3	14	0	17
		%	11,5	33,3	0,0	24,6
	NR	Freq.	1	4	0	5
		%	3,9	9,5	0,0	7,3
	Total	Freq.	26	42	1	69
		%	100,0	100,0	100,0	100,0

4.2.3.3. Análise da capacidade do negócio

O Gráfico 4.12 espelha as áreas centrais de actividade a que, na óptica da banca, as empresas deverão prestar particular atenção. Não apresentamos a área de gestão de pessoal, face à sua especificidade, e por considerarmos que esta poderá ser tratada ao nível de cada uma das áreas específicas.

Gráfico 4.12 – Áreas centrais da actividade



Conforme se pode observar, a maioria das empresas analisam a capacidade do negócio de acordo com as áreas centrais indicadas no Gráfico 4.12. Esta preocupação é mais visível nas GE do que nas PME.

4.2.3.4. Estratégia de produtos e mercados

Esta subsecção permite-nos observar se as empresas avaliam as suas forças e fraquezas face ao mercado.

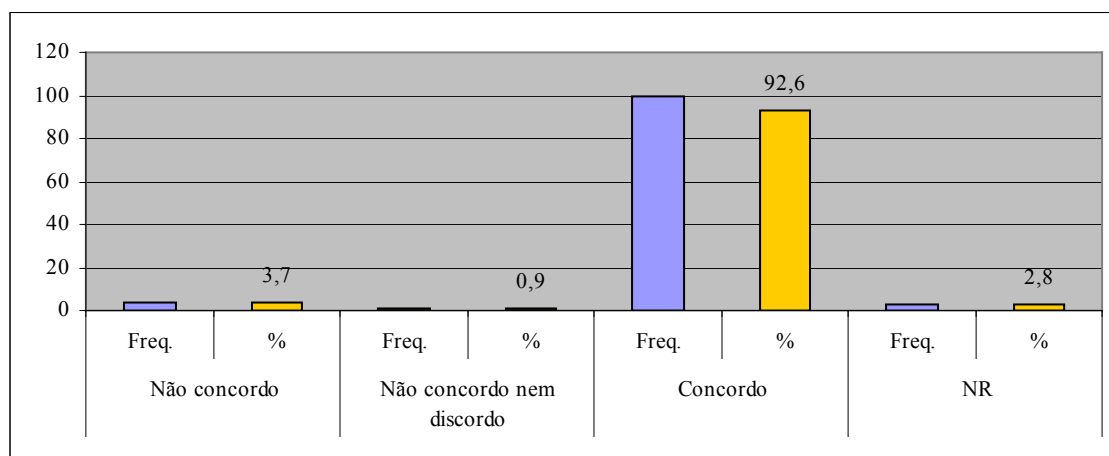
De igual modo, tenta-se analisar se estas procedem a correcções nos objectivos do negócio, decorrentes das alterações no produto e no mercado.

Por fim, tenta-se verificar se são testados os eventuais impactos de cada produto como parte integrante do plano de negócios, no sentido de se decidir ou não pela sua manutenção.

Tabela 4.12 – Avaliação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças

Avaliação das forças, fraquezas, oportunidades, as ameaças e o impacto nos objectivos do negócio			São evidenciados factores controláveis ou não e que podem ter impacto na indústria e no meio envolvente				
			Não concordo	Não concordo nem discordo	Concordo	NR	Total
Indústria	Não concordo	Freq.	1	1	2	0	4
		%	50,0	14,3	3,8	0,0	6,0
	Não concordo nem discordo	Freq.	0	1	2	0	3
		%	0,0	14,3	3,8	0,0	4,5
	Concordo	Freq.	1	5	48	4	58
		%	50,0	71,4	90,6	80,0	86,6
	NR	Freq.	0	0	1	1	2
		%	0,0	0,0	1,9	20,0	3,0
	Total	Freq.	2	7	53	5	67
		%	100	100	100	100	100
Comércio	Não concordo nem discordo	Freq.		3	0		3
		%		37,5	0		15
	Concordo	Freq.		5	12		17
		%		62,5	100,0		85,0
	Total	Freq.		8	12		20
		%		100,0	100,0		100,0
Serviços	Não concordo nem discordo	Freq.			1	0	1
		%			11,1	0,0	9,1
	Concordo	Freq.			8	2	10
		%			88,9	100,0	90,9
	Total	Freq.			9	2	11
		%			100,0	100,0	100,0
Outro	Outro	Freq.		7	3		10
		%		100,0	100,0		100,0

Gráfico 4.13 – Avaliação da empresa no meio envolvente



Os resultados (Tabela 4.12, Tabela 4.13, Tabela 4.14, Gráfico 4.13, Gráfico 4.14 e Gráfico 4.15), sugerem que:

- Na maioria das empresas, e em todos os sectores, são avaliadas de modo significativo as forças e as fraquezas da organização, bem como as oportunidades de mercado, as ameaças do meio envolvente (Gráfico 4.13) e o impacto nos objectivos do negócio. São tidos ainda em conta os factores exteriores (e.g. sociais, tecnológicos, económicos, ambientais, legais e europeus), com repercussão no negócio e no sector;
- Do mesmo modo, são regularmente testados e corrigidos os objectivos do negócio, de modo a se ajustarem às mudanças no mercado (Tabela 4.13). É ainda efectuada uma correspondência entre a atractividade de cada produto ou serviço e o mercado (clientes, fornecedores e concorrentes);
- Se torna imprescindível conhecer o impacto de cada produto no plano de negócios, de modo a poder decidir sobre a sua manutenção ou substituição (Tabela 4.14). A maioria dos respondentes avalia a importância de cada produto ou serviço em termos de contribuição para os proveitos e quantifica a sua importância como parte do plano de negócios.

Esperando estar o banqueiro informado acerca dos pontos fortes (e.g. forças e estratégias) e fracos da organização face aos concorrentes, devem também ser identificados os factores de influência externa com repercussão na atractividade do negócio. Os resultados e esta afirmação parecem estar em linha com o referido por Lambrecht (2005: 57, 58-59, 62-63).

Tabela 4.13 – Correção dos objectivos do negócio face ao produto/mercado

VN	Correcção dos objectivos face ao mercado	Correspondência da atractividade do produto e o mercado					Total	
		Não concordo	Não concordo nem discordo	Concordo	NR			
>1.000	Não Concordo	Freq.	1	1		2		
		%	100,0	100,0		100,0		
	Total	Freq.	1	1		2		
		%	100,0	100,0		100,0		
<50.000	Não concordo	Freq.	0	0	3	0	3	
		%	0,0	0,0	11,1	0,0	8,6	
	Não concordo nem discordo	Freq.	0	1	2	0	3	
		%	0,0	20,0	7,4	0,0	8,6	
	Concordo	Freq.	1,00	4	22	1	28	
		%	100,0	80,0	81,5	50,0	80,0	
	NR	Freq.	0	0	0	1	1	
		%	0,0	0,0	0,0	50,0	2,9	
	Total	Freq.	1,0	5	27	2	35	
		%	100,0	100,	100,0	100,0	100,0	
	>50.000	Não concordo	Freq.	0	1	1	0	2
			%	0,0	5,9	2,1	0,0	2,8
Não concordo nem discordo		Freq.	1	7	5	0	13	
		%	50,0	41,2	10,6	0,0	18,3	
Concordo		Freq.	1,0	9	41	4	55	
		%	50,0	52,9	87,2	80,0	77,5	
NR		Freq.	0	0	0	1	1	
		%	0,0	0,0	0,0	20,0	1,4	
Total		Freq.	2	17	47	5	71	
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Gráfico 4.14 – Atractividade do produto e serviço face ao mercado

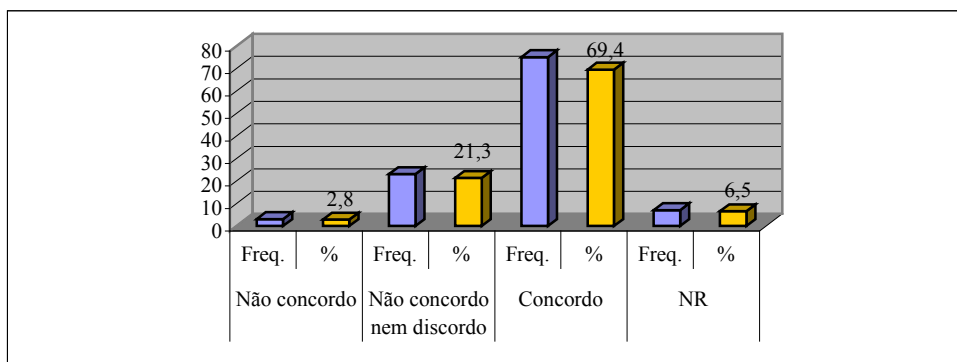
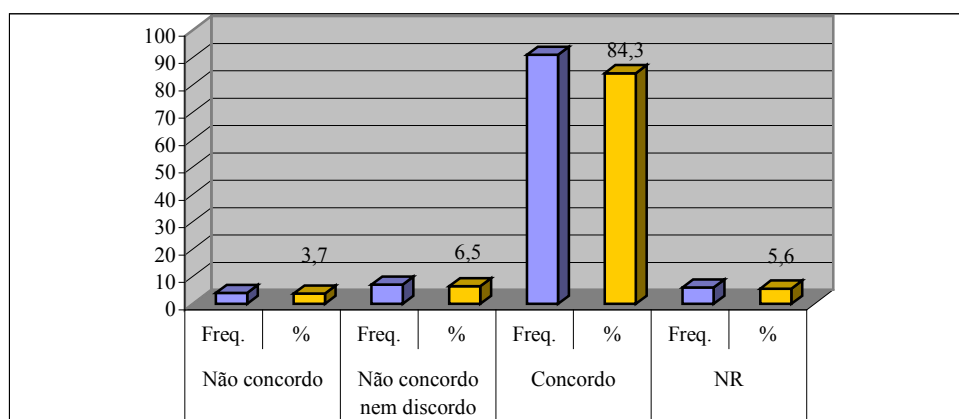


Tabela 4.14 – Produto, proveitos e o plano de negócios

	Avaliação de cada produto ou serviço para os proveitos	É mensurada a importância de cada produto ou serviço como parte do plano de negócios					
VN		Não concordo					
		Não concordo	nem discordo	Concordo	NR	Total	
(NCD)							
>1.000	Concordo	Freq.	1,0	1,0		2,0	
		%	100,0	100,0		100,0	
	Total	Freq.	1	1		2	
		%	100,0	100,0		100,0	
<50.000	(NCD)	Freq.	2	0	0	2	
		%	40,0	0,0	0,0	5,7	
	Concordo	Freq.	3	28	1	32	
		%	60,0	100,0	50,0	91,4	
	NR	Freq.	0	0	1	1	
		%	0,0	0,0	50,0	2,9	
	Total	Freq.	5	28	2	35	
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	
	>50.000	Não concordo	Freq.	2,00	2	0	4
			%	66,7	28,6	0,0	5,6
		(NCD)	Freq.	1	4	0	5
			%	33,3	57,1	0,0	7,0
Concordo		Freq.	0	1	56	57	
		%	0,0	14,3	100,0	80,3	
NR		Freq.	0	0	0	5	
		%	0,0	0,0	0,0	7,0	
Total		Freq.	3	7	56	71	
		%	100,0	100,0	100,0	100,0	

Gráfico 4.15 – Produto e serviço e sua contribuição para os proveitos



Como se pode confirmar pela análise dos Gráficos 4.16 e 4.17, a maioria das empresas apresenta, junto dos seus banqueiros, a forma como as melhorias e mudanças são geridas, justificando também a razão da alocação de recursos para o efeito.

Gráfico 4.16 – Modo como as melhorias introduzidas são geridas

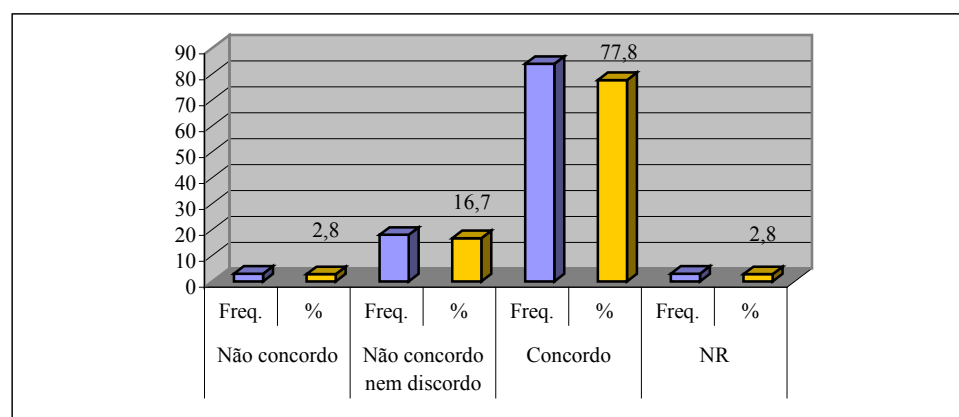
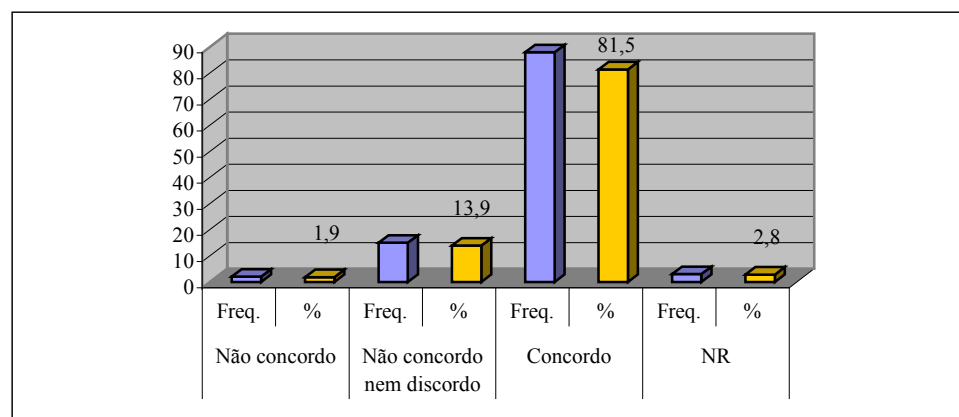


Gráfico 4.17 – Recursos aplicados nas melhorias e mudanças



4.2.3.5. Critérios de avaliação dos bancos

Nesta secção pretende-se apresentar dados quanto aos critérios exigidos no conteúdo das propostas de financiamento das empresas, reforçados com comentários inerentes à capacidade de reembolso (nível de *cash-flow*), assim como à existência de medidas correctivas.

Gráfico 4.18 – Conteúdo da proposta de financiamento

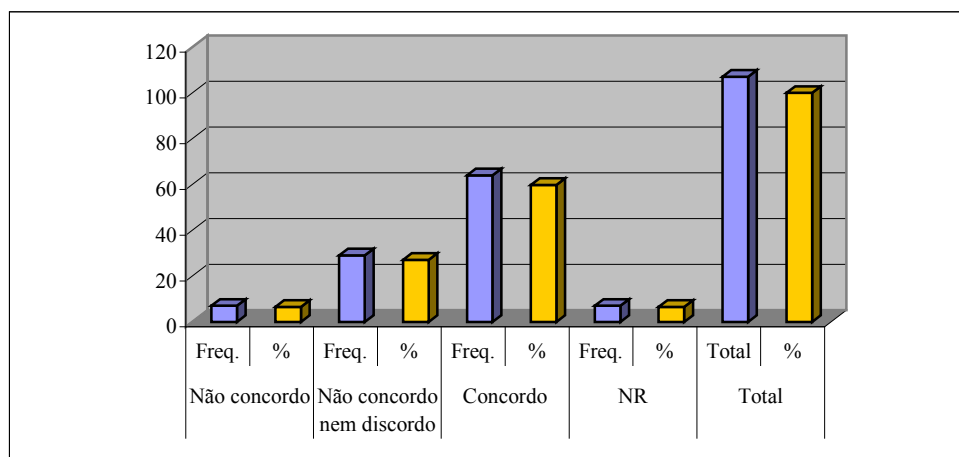


Tabela 4.15 – Conteúdo da proposta por volume de negócios (N=107)

Respeito pelos critérios típicos de avaliação dos bancos						
VN		Não concordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	NR	Total
>1.000	Freq.	0	1	1	0	2
	%	0,0	50,0	50,0	0,0	100,0
	%	0,0	3,5	1,6	0,0	1,9
	% do Total	0,0	0,9	0,9	0,0	1,9
<50.000	Freq.	1	9	22	3	35
	%	2,9	25,7	62,9	8,6	100,0
	%	14,3	31,0	34,4	42,9	32,7
	% do Total	0,9	8,4	20,6	2,8	32,7
>50.000	Freq.	6	19,0	41	4	70
	%	8,6	27,1	58,6	5,7	100,0
	%	85,7	65,5	64,1	57,1	65,4
	% do Total	5,6	17,8	38,3	3,7	65,4
Total		7	29	64	7	107
		%	6,5	27,1	59,8	6,5
		%	100,0	100,0	100,0	100,0
		% do Total	6,5	27,1	59,8	6,5

Os resultados (Gráfico 4.10, Tabela 4.15 e Gráfico 4.18) indicam que, em geral, são respeitados os critérios de apresentação das propostas de financiamento, as quais devem incluir um sumário executivo, um percurso do historial do negócio, os objectivos do negócio, a análise dos produtos e serviços, a análise do mercado, a análise da capacidade do negócio e a análise financeira. Os dados parecem, desta forma, indicar que são respeitadas as indicações de Lambrecht (2005: 191). O Gráfico 4.19 e Tabela 4.16, mostram a existência de meios libertos necessários ao reembolso dos créditos.

Gráfico 4.19 – Adequação do *cash-flow* ao reembolso do crédito

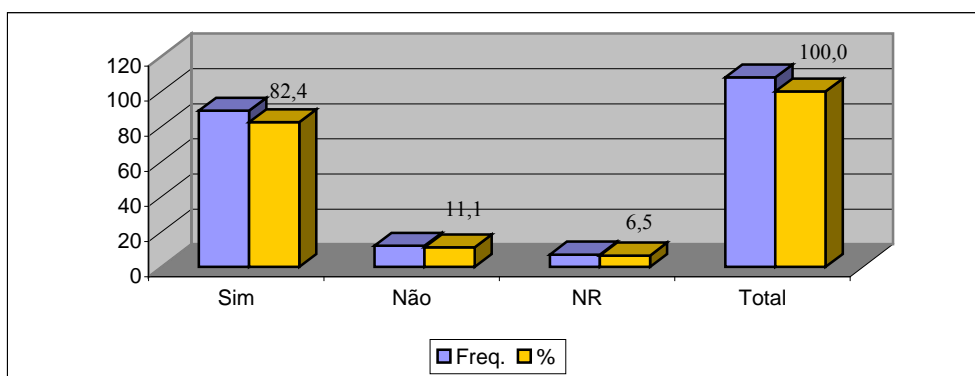


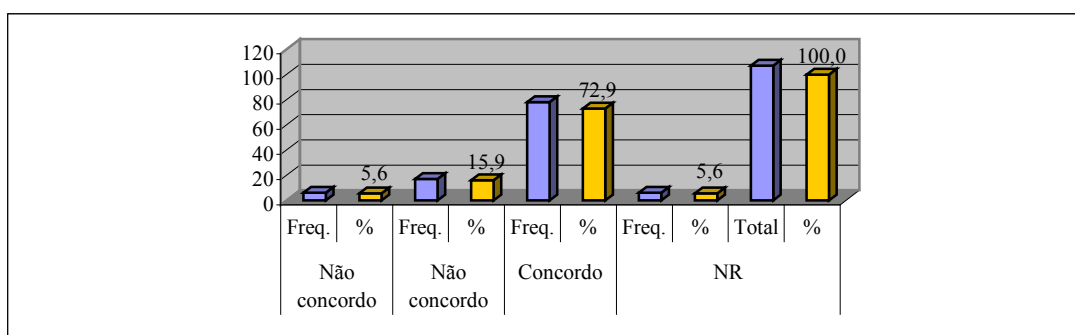
Tabela 4.16 – Aplicação dos recursos financeiros

Aplicação dos recursos financeiros da empresa					
VN		Sim	Não	NR	Total
>1.000	Freq.	1	1	0	2
	% S/VN	50,0	50,0	0,0	100,0
	% S/ aplic.rec.fin.	1,1	11,1	0,0	1,9
	% S/total	0,9	0,9	0,0	1,9
<50.000	Freq.	26	6	3	35
	% S/VN	74,3	17,1	8,6	100,0
	% S/ aplic.rec.fin.	27,7	66,7	60,0	32,4
	% S/total	24,1	5,6	2,8	32,4
>50.000	Freq.	67	2	2	71
	% s/VN	94,4	2,8	2,8	100,0
	% s/ aplic.rec.fin.	71,3	22,2	40,0	65,7
	% s/total	62,0	1,9	1,9	65,7
Total	Freq.	94	9	5	108
	% s/VN	87,0	8,3	4,6	100,0
	% s/ aplic.rec.fin.	100,0	100,0	100,0	100,0
	% s/total	87,0	8,3	4,6	100,0

A adequação dos meios libertos líquidos (*cash-flow* líquido) às operações passivas (Gráfico 4.19) parece ser justificada pela aplicação dos recursos financeiros (Tabela 4.16), os quais, segundo a maioria dos respondentes, são alocados exclusivamente ao negócio das empresas.

As empresas (72,9%) revelam que informam os seus bancos (Gráfico 4.20), caso exista uma evolução negativa nos indicadores de autonomia financeira, do *cash-flow*, do volume de negócios, da margem bruta e dos meios libertos operacionais (EBITDA), sendo usual justificar e apresentar as medidas correctivas.

Gráfico 4.20 – Medidas correctivas face a indicadores negativos



4.2.4. Controlo interno e informação das PME

Procuramos nesta secção conhecer o tipo de estrutura organizacional e concluir sobre a existência de sistemas de tecnologias de informação e de registo de *stocks*.

Tabela 4.17 – Tipo de gestão

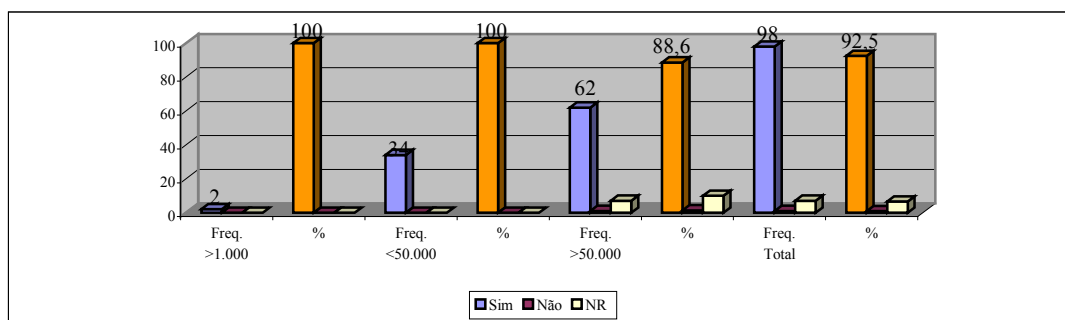
VN		Centralizada	Há definição Centralizada				NR	Total
			Há definição de funções	Delegação da decisão	de funções e Delegação da decisão	e há definição de funções		
>1.000	Freq.	1	0	0	0	1	0	2
	%	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	100,0
<50.000	Freq.	4	18	9	4	0	0	35
	%	11,4	51,4	25,7	11,4	0,0	0,0	100,0
>50.000	Freq.	11	28	15	10	1	5	70
	%	15,7	40,0	21,4	14,3	1,4	7,1	100,0
Total	Freq.	16	46	24	14	2	5	107
	%	15,0	43,0	22,4	13,1	1,9	4,7	100,0

Na Tabela 4.17, observa-se que as maiores frequências referem-se à existência de um grau reduzido de centralização, mediante a definição de funções e delegação das decisões. A este facto não será alheio o número significativo de quadros técnicos, (vd. Tabela 4.1) com formação adequada, inseridos na gestão das empresas. Estes quadros possuem normalmente um grau de autonomia no processo de decisão em áreas chave, assegurando a concretização da estratégia futura e operacional da empresa.

Estando em causa o processo de decisão, esta constatação está em linha com Tachizawa, Júnior e Rocha (2001: 279), os quais referem que, num ambiente voltado para o processo, cada gerente funcional é responsável por atingir resultados, alocar recursos e executar políticas e procedimentos estabelecidos.

O Gráfico 4.21, permite concluir sobre a existência de regras necessárias à boa gestão de stocks, de modo a mantê-los a um nível adequado.

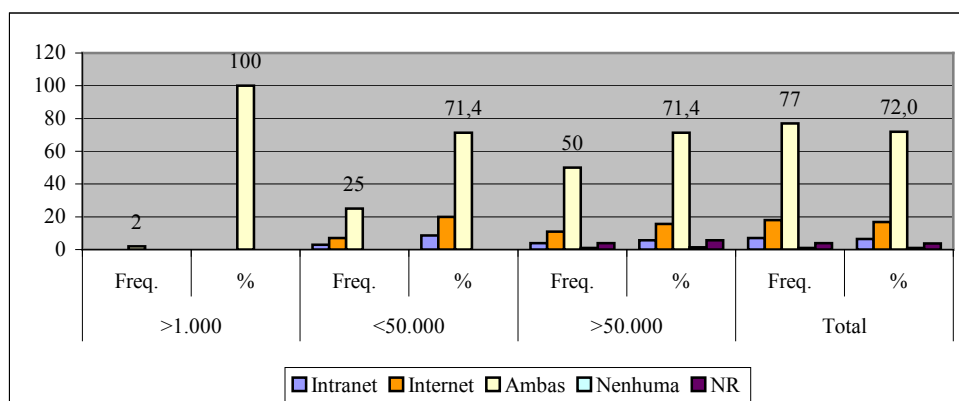
Gráfico 4.21 – Registo de stocks (N=106)



Das 106 respostas válidas (Gráfico 4.21), a maior parte (92,5%) indica a existência de regras e documentação sobre a movimentação e registo de stocks, de modo a manter o inventário disponível para entrega sem atrasos.

Dada a relevância da adequação dos sistemas de tecnologias de informação e gestão às organizações, o Gráfico 4.22, permite identificar a existências destes.

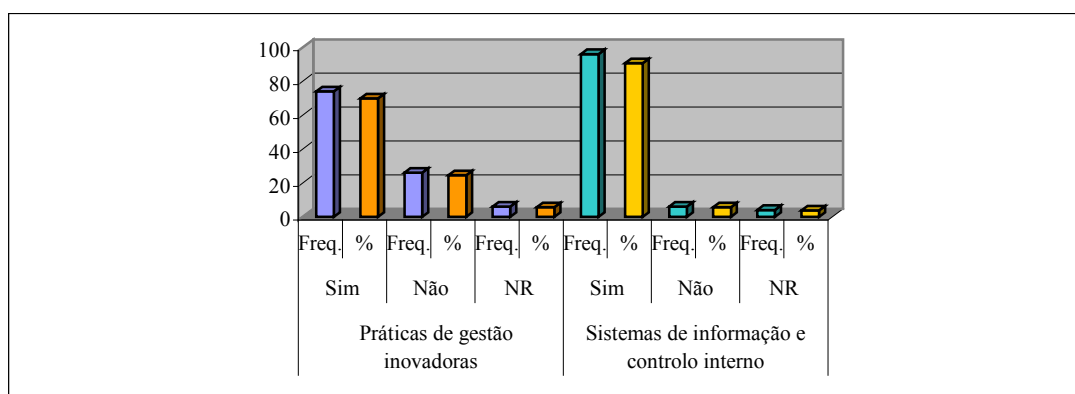
Gráfico 4.22 – Existência de sistemas de informação (N=107)



Como se pode observar (Gráfico 4.22) dos respondentes, 72% refere possuir internet e intranet (esta para utilizar nas operações internas). A sua utilização conjunta visa a relação com o exterior, nomeadamente com os clientes.

O Gráfico 4.23 permite visualizar a existência de práticas de gestão inovadoras, bem como de sistemas de informação e de controlo interno.

Gráfico 4.23 – Existência de práticas de gestão inovadoras e de sistemas de informação e controlo interno (N=106)



A análise do gráfico permite verificar (Gráfico 4.23) que a maioria dos respondentes afirmam ter instituído práticas de gestão inovadoras (e.g., utilização de sistemas de CRM) e possuir sistemas de informação e de controlo interno.

4.3. A banca face a Basileia II

4.3.1. Risco de Crédito

Nesta secção pretendemos essencialmente mostrar o grau de relevância do Acordo de Basileia no seio do processo de crédito. De igual modo, pretende-se analisar o grau de cumprimento das condições tendentes à utilização das metodologias avançadas, bem como o tipo de metodologias utilizadas pela banca portuguesa.

A Tabela 4.18 evidencia a visibilidade do Novo Acordo de Basileia no âmbito do processo creditício.

Tabela 4.18 – Visibilidade do Novo Acordo no processo de crédito

Relevância	Freq.	%	Valid %	Cum. %
Sim	5	50,0	50,0	50,0
Não	5	50,0	50,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

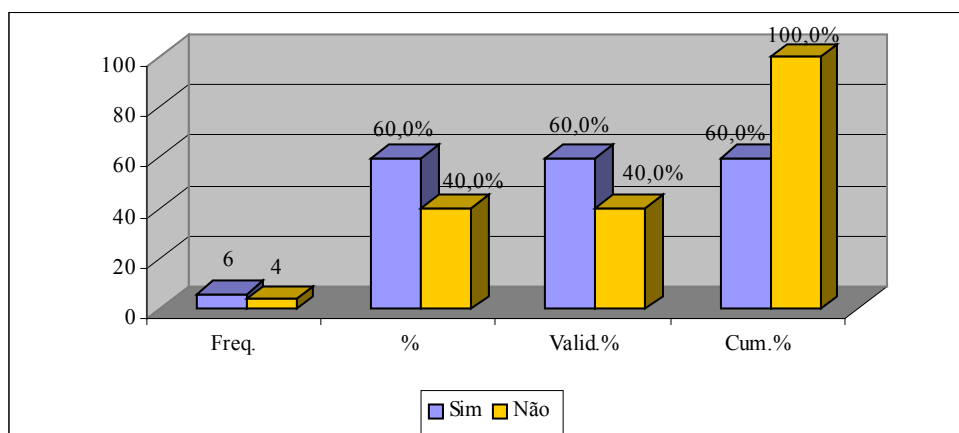
Conforme se pode constatar (Tabela 4.18), apenas 50,0% das pessoas envolvidas no processo de crédito têm consciência da importância do Novo Acordo de Basileia II no processo de crédito.

A Tabela 4.19 permite verificar quais os métodos utilizados pelas instituições financeiras mais representativas da banca em Portugal.

Tabela 4.19 – Método utilizado na ponderação dos activos

	Freq.	%	Valid %	Cum. %
Método <i>Standard</i>	4	40,0	40,0	40,0
IRB	4	40,0	40,0	80,0
Ambos	2	20,0	20,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Gráfico 4.24 – Utilização de *rating* externo



Saliente-se que 40,0% dos bancos irão utilizar o método *standard* (Tabela 4.19). Contudo, manter-se-á uma utilização elevada de *rating* externo (60,0%), o que merece especial atenção, se atendermos a que o recurso ao *rating* externo poderá reduzir as exigências de capital. Atente-se que, como refere Lastra (2004: 235), as empresas de *rating* externo reconhecidas internacionalmente, poderão classificar num banco uma carteira de empréstimos como de elevada qualidade (e.g., *rating* elevado), beneficiando aquele de um correspondente baixo risco ponderado dos activos.

Tabela 4.19_A – A utilização dos métodos e a dimensão dos bancos

Activos (mio€ - milhões de euros)		<i>Standard</i>	IRB	Ambos	Total
< 49.000 (Banco tipo A)	Freq.	2	1	2	5
	% no volume de activos	40,0	20,0	40,0	100,0
	% de utilização do método	50,0	25,0	100,0	50,0
	% do total	20,0	10,0	20,0	50,0
≥50.000 e ≤ 99.000 (Banco tipo B)	Freq.	1	2	0	3
	% no volume de activos	33,3	66,7	0,0	100,0
	% de utilização do método	25,0	50,0	0,0	30,0
	% do total	10,0	20,0	0,0	30,0
> 100.000 (Banco tipo C)	Freq.	1	1	0	2
	% no volume de activos	50,0	50,0	0,0	100,0
	% de utilização do método	25,0	25,0	0,0	20,0
	% do total	10,0	10,0	0,0	20,0
Total	Freq.	4	4	2	10
	% no volume de activos	40,0	40,0	20,0	100,0
	% de utilização do método	100,0	100,0	100,0	100,0
	% do total	40,0	40,0	20,0	100,0

Com base na Tabela 4.19_A pode-se afirmar que a dimensão dos bancos condiciona a utilização de metodologias mais avançadas. Não obstante, constata-se que nem todos os de dimensão inferior utilizam exclusivamente a metodologia *standard*, nem os de dimensão superior se prepararam exclusivamente para utilizar as avançadas. Salienta-se que um dos bancos com volume de activos superior a 100.000 milhões de euros (no caso concreto excedendo os 700.000 milhões de euros) é uma grande instituição internacional com presença activa em Portugal. Esta instituição irá utilizar o método *Standard* no nosso país, não obstante o grupo financeiro utilizar o IRB.

O estudo QIS3 (2003: 15), interpelando quatro bancos nacionais, dos quais um pertencente ao G1 e 3 ao G2, revela que em Portugal os bancos irão adoptar a metodologia *standard*, FIRB ou ambas. O do G1 adoptará a FIRB e em algumas linhas a *standard*, e os do G2 a *standard*, o que parece estar em sintonia com os resultados da Tabela 4.19_A.

As Tabelas 4.20 e 4.21 esclarecem sobre a existência de condições por parte dos bancos para calcular as componentes de risco de crédito.

Tabela 4.20 – Cálculo da PD

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Sim	6	60,0	100,0	100,0
NR	4	40,0		
Total	10	100,0		

Tabela 4.21 – Cálculo da PD, LGD, EAD, M (todos)

		%	Valid. %	Cum. %
Sim	7	70,0	77,8	77,8
Não	2	20,0	22,2	100,0
Total	9	90,0	100,0	
NR	1	10,0		
Total	10	100,0		

Quando questionados sobre a existência de condições para calcular a PD (Tabela 4.20), 60,0% dos bancos confirmam essa condição, ao passo que 40,0% não respondem. No entanto, 22,2% dos inquiridos com respostas válidas afirmam não estar em condições de calcular todas as componentes de risco de crédito, inviabilizando a utilização de

metodologias avançadas (Tabela 4.21). Estes resultados são consistentes com o estudo de Ade, Heimer, Loch, Torsten e Volker (2003: 42).

Sendo exigidas pelo Comité de Basileia diversas condições para a adopção das metodologias avançadas, as tabelas 4.22 e 4.23 procuram identificá-las. Dado o grau de complexidade inerente à implementação dos métodos, a Tabela 4.24 analisa a existência de *outsourcing* junto de consultores externos.

Tabela 4.22 – Cumprimento das condições para a utilização da IRB (N=10)

	Sim			Não			NR		Total
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	
Possui Bases de dados Históricas de PD de pelo menos 5 anos das várias categorias de activos (mutuário a mutuário ou por tipo de ou conjunto de mutuários)	6	60,0	66,7	3	30,0	33,3	1	10,0	100,0
Encontra-se aprovado pelo Banco o Modelo Quantitativo e Qualitativo para a determinação do <i>rating</i>	7	70,0	77,8	2	20,0	22,2	1	10,0	100,0
Os sistemas de <i>rating</i> internos fixados no Acordo de Basileia II estão em funcionamento há pelo menos 3 anos, antes da adopção do método IRB	5	50,0	55,6	4	40,0	44,4	1	10,0	100,0
Existem registos históricos de <i>rating</i> de soberanos, bancos e empresas	7	70,0	77,8	2	20,0	22,2	1	10,0	100,0
Irá implementar procedimentos de simulação da adequação de capital face a situações limite (<i>stress tests</i>), como por exemplo em situação de crise económica ou sectorial	9	100,0	100,0				1	10,0	100,0
Consegue atingir entre 80% a 90% dos requisitos de fundos próprios segundo o Acordo Actual (Basileia I), para cobertura de riscos de crédito, de mercado e operacional entre o ano de 2007 e de 2008	8	80,0	100,0				2	20,0	100,0
Tem condições para a aplicação do método de <i>rating</i> internos em paralelo com o Actual Acordo um ano antes da implementação de Basileia II	6	60,0	66,7	3	30,0	33,3	1	10,0	100,0
O Banco de Portugal (ou autoridade de supervisão nacional) já reconheceu os métodos e sistemas internos de atribuição de <i>rating</i> e de quantificação do risco de crédito	2	20,0	22,2	7	70,0	77,8	1	10,0	100,0
O Banco está preparado para que exista uma avaliação anual independente (mesmo que interna) da atribuição do <i>rating</i>	7	70,0	87,5	1	10,0	12,5	2	20,0	100,0

Tabela 4.23 – Cumprimento das condições para a utilização do método IRB (N=9)

Premissas	< 49.000			≥50.000 e ≤ 99.000			> 100.000			Total Freq.
							Não ou NR			
	Sim	Não	Freq.	Sim	Não	Freq.	Sim	Não	Freq.	
	%	%	S+N	%	%	S+N	%	%	S+N	
Existência de Bases de dados Históricas de PD no mínimo de 5 anos nas várias categorias de activos (mutuário a mutuário ou por tipo de ou conjunto de mutuários)	33,0	67,0	2+3	50,0	0,0	3+0	17,0	33,0	1+0	9
Aprovação pelo Banco do Modelo Quantitativo e Qualitativo para a determinação de <i>rating</i>	43,0	100,0	3+2	43,0	0,0	3+0	14,0	0,0	1+0	9
Funcionamento há pelo menos 3 anos, antes da adopção do método IRB, dos sistemas de <i>rating</i> internos fixados no Acordo de Basileia II	20,0	100,0	1+4	60,0	0,0	3+0	20,0	0,0	1+0	9
Existência de registos históricos de <i>rating</i> de soberanos, bancos e empresas	43,0	100,0	3+2	43,0	0,0	3+0	14,0	0,0	1+0	9
Necessidade de formar recursos humanos para desenvolver as metodologias referidas no Acordo	50,0	0,0	5+0	30,0	0,0	3+0	20,0	0,0	2+0	9

Tabela 4.24 – Recurso a consultores externos para desenvolver metodologias

		Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Valid	Sim	6	60,0	66,7	66,7
	Não	2	20,0	22,2	88,9
	Ambas	1	10,0	11,1	100,0
	Total	9	90,0	100,0	
Total	NR	1	10,0		
		10	100,0		

É dada uma relativa importância à implementação do funcionamento, há pelo menos três anos, dos sistemas de *rating* internos (40,0% do total e 44,4% em relação a respostas negativas válidas). Este aspecto, aliado ao facto do Banco de Portugal não ter ainda reconhecido os métodos e sistemas internos (de atribuição de *rating* e de quantificação do risco de crédito) em 77,8% dos casos, leva a supor que existirá ainda um longo caminho a percorrer até à utilização plena dos métodos (Tabela 4.22). Um aspecto relevante reside na utilização de *stress tests* (100,0% de respostas válidas) com vista a apurar o capital necessário face à existência de eventos adversos (e.g., decorrentes da ciclicidade) imprevistos nas suas carteiras de crédito, de negociação, operações e conta de exploração (Danielsson, 2004: 174-175; Lastra, 2004: 235; Hall, 2006:20).

Das respostas válidas dos gestores inquiridos (Tabela 4.23), conclui-se que existe uma relação directa entre as premissas e as observações. Dos bancos, 66,7% afirmam possuir bases de dados históricas mínimas de cinco anos (Tabela 4.22). Constatase ainda que a necessidade de formar recursos humanos é maior nos bancos de menor dimensão. O recurso a consultores externos (Tabela 4.24) apresenta um nível elevado de ocorrência. Podemos ainda verificar (Tabela 4.25), que 77,8% dos inquiridos afirmam ter escolhido o fornecedor de específico do *software* de Basileia.

Tabela 4.25 – Escolha do fornecedor certificado de *software* de Basileia

		Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Valid.	Sim	7	70,0	77,8	77,8
	Não	2	20,0	22,2	100,0
	Total	9	90,0	100,0	
	NR	1	10,0		
Total		10	100,0		

Ao analisar a estratégia de gestão de clientes (Tabela 4.26), de acordo com as respostas válidas, podemos concluir que, na perspectiva da banca, a mesma não se resumirá à atribuição de *rating* e inerente atribuição de crédito (88,9%). Como afirmam 71,4% dos gestores, estando definido adequadamente o risco, é possível alargar a base de clientes, promovendo-se a especialização determinados tipos de negócio (vd. Ade, Heimer, Loch, Torsten e Volker, 2003: 42). De salientar que as direcções de risco, na fase de decisão de crédito, e sempre que se justifique, poderão alterar o *rating* obtido dos modelos,

(e.g., mediante a existência de informação qualitativa sobre o negócio ou perspectivas de evolução do sector).

Tabela 4.26 – Estratégia de gestão de clientes / direcções de risco de crédito

	Sim			Não			NR		Total	
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Freq.	%
A Estratégia de Gestão de Clientes (EGC) resume-se à utilização de <i>rating</i> e consequente atribuição do crédito	1	10,0	11,1	8	80,0	88,9	1	10,0	10	100
A EGC é baseada na existência de informação interna sobre o risco e (PD), o que permitirá atribuir crédito a uma base mais alargada de clientes, de diferentes tipos, mesmo que de risco mais elevado	5	50,0	71,4	2	20,0	28,6	3	30,0	10	100
As Direcções de Risco de Crédito poderão alterar o <i>rating</i> calculado internamente	10	100	100							100

4.3.2. Vertentes: estratégica, rendibilidade, operacional

4.3.2.1. Estratégia e rendibilidade

Nesta secção é possível, entre outros, inferir sobre as implicações de Basileia II em termos da relação risco *versus* rendibilidade, bem como das alterações na forma de financiamento das empresas.

É analisada também a temática dos custos de implementação, das eventuais poupanças de fundos próprios e da ciclicidade.

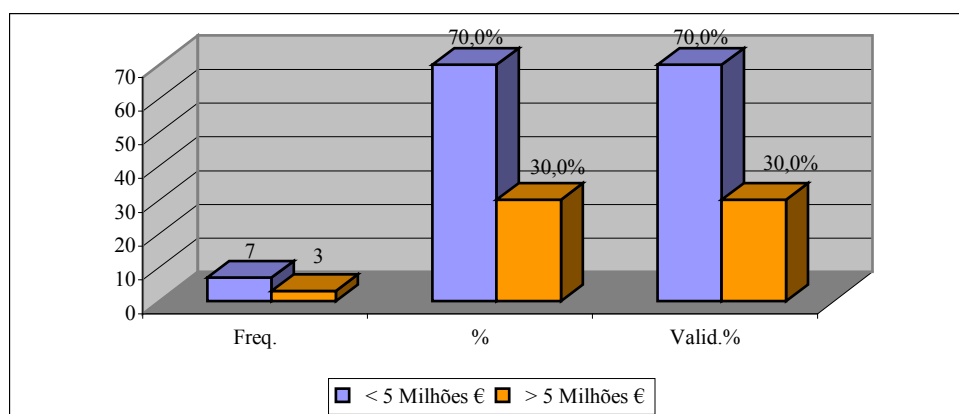
Tabela 4.27 – Implicações de Basileia II

	Sim			Não			NR		Total	
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Freq.	% Total
Basileia II implicará a seguinte sequência; Nível de Risco ==> Preço do Crédito ==> ROE	8	80,0	88,9	1	10,0	11,1	1	10,0	10	100
Existirá um aumento da importância e das responsabilidades das agências de <i>rating</i>	9	90,0	90,0	1	10,0	10,0			10	100
Existirão mudanças nas formas de financiamento das empresas com notação de <i>rating</i> baixo	9	90,0	90,0	1	10,0	10,0			10	100

De acordo com a Tabela 4.27, 88,9% dos bancos portugueses consideram que existirá uma acentuada ênfase na relação *rating*, *pricing* e ROE. Tal motivação é reforçada por Blount (2004: 52), Hartl (2002) e Hasan e Zazzara (2006: 3,5). De igual modo, 90,0% entendem que as agências de *rating* passarão a ter uma importância acrescida, na linha de argumentação de Lastra (2004: 234).

Será ainda de prever, como afirmam 90,0% dos bancos, que empresas com um nível de risco mais elevado ver-se-ão forçadas a tentar formas de financiamento alternativas (e.g., *factoring*, capital de risco, *leasing*, financiamentos com alocação de garantia mútua, ou programas com financiamento público ou subsidiado).

Gráfico 4.25 – Custo de implementação do Acordo de Basileia II



De acordo com o Gráfico 4.25, 70,0% dos bancos não terá de suportar custos superiores a cinco milhões de euros. De destacar que os custos incorridos são de natureza diversa,

destacando-se os custos decorrentes da implementação dos novos métodos de gestão de risco de crédito e operacional. Deste modo, as instituições de crédito deverão ponderar se as poupanças em fundos próprios compensam ou não os gastos em metodologias mais sofisticadas. Não obstante estas permitirem menor consumo de capital, também implicam maiores custos de implementação, nomeadamente a AIRB, que requer significativos investimentos em sistemas e gestão de dados.

Cartwright (2005), responsável global pela área de *Finance & Performance Management* do grupo operacional de serviços financeiros da *Accenture*, refere que 82% dos bancos europeus já atingiram a fase de “construir e testar”, ao contrário dos norte-americanos, onde essa percentagem é de apenas 39%. No documento dirigido a bancos europeus, verifica-se que a maior parte da despesa é alocada aos sistemas de tecnologia de informação e de risco de crédito, exigindo o risco operacional uma parte da despesa bastante menor. Cerca de 45% dos executivos afirma esperar gastar mais de 50 milhões de euros em 2007, percentagem esta superior em 23% à do inquérito efectuado em 2004. O valor referido (45%), constitui ainda uma percentagem muito superior à patente no Gráfico 4.25 (30%) relativo aos inquiridos que pensam gastar mais de 5 milhões de euros. Apenas 10% dos gestores estão inseguros acerca do custo total. De salientar ainda que a percentagem dos inquiridos que esperavam gastar menos de 50 milhões de euros (entre 26 e 50 milhões de euros), se reduziu de 22% em 2004 para 9% em 2005, o que indicia um agravamento dos custos. Cartwright (2005) refere que os bancos norte-americanos estão mais atrasados no ciclo e provavelmente estão a subestimar as despesas, sendo que apenas 39% afirma gastar até 25 milhões de euros.

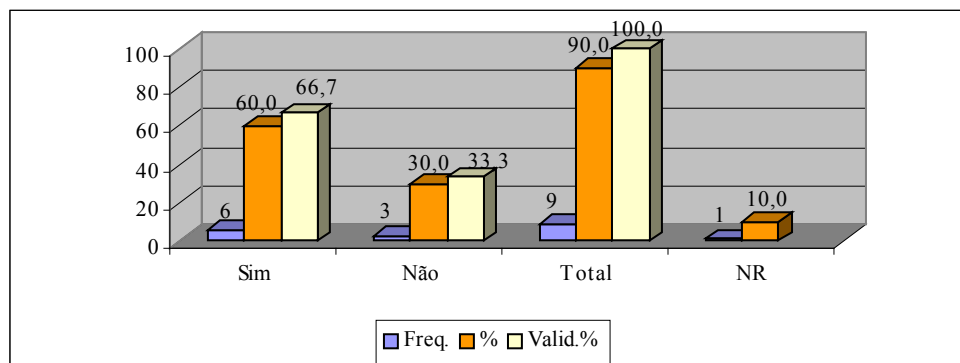
Na Tabela 4.28 procuramos relacionar a dimensão das instituições com o custo global previsto para a banca portuguesa com a implementação do Acordo de Basileia II.

No âmbito do mesmo Acordo, no Gráfico 4.26 é indicada a percentagem de inquiridos que afirma existir ou não poupança de fundos próprios.

Tabela 4.28 – Custo / Dimensão das instituições

			< 5 Milhões €	> 5 Milhões €	
Activos	< 49.000	Freq.	4	1	5
		% Activos	80,0	20,0	100,0
		% Custo Global Previsto	57,1	33,3	50,0
		% Total	40,0	10,0	50,0
	≥50.000 e ≤ 99.000	Freq.	2	1	3
		% Activos	66,7	33,3	100,0
		% Custo Global Previsto	28,6	33,3	30,0
		% Total	20,0	10,0	30,0
	> 100.000	Freq.	1	1	2
		% Activos	50,0	50,0	100,0
		% Custo Global Previsto	14,3	33,3	20,0
		% Total	10,0	10,0	20,0
Total		Freq.	7	3	10
		% Activos	70,0	30,0	100,0
		% Custo Global Previsto	100,0	100,0	100,0
		% Total	70,0	30,0	100,0

Gráfico 4.26 – Existência de poupança de fundos próprios



Da Tabela 4.28 conclui-se que existe uma relação entre a dimensão das instituições, o inerente nível de sofisticação dos métodos de gestão de riscos (vd. Tabela 4.19_A), e o respectivo custo de implementação. A maioria dos bancos (66,7%) parece indicar (Gráfico 4.26) que Basileia II trará poupança de fundos próprios. Resta saber a magnitude desta poupança, dado que os inquiridos não a revelaram. Estes resultados demonstram um alinhamento com os estudos da PricewaterhouseCoopers, citados em Barfield (2004) e de Schwaiger (2002).

Da Tabela 4.29 a seguir apresentada, deduz-se que: a) as poupanças de capital a nível do risco de crédito não parecem ser afectadas pela alocação de capital para o risco

operacional. Esta constatação não é consistente com as alusões de Huemer (2004) e de Barfield (2004: 84); b) as reduções de capital (vd. Gráfico 4.26), segundo os inquiridos, motivarão uma redução do *pricing*, pela aproximação do capital económico ao capital regulamentar. Tal confirma, deste modo, o referido por Barfield (2004: 84-85), adiantando que a redução do capital aumenta a rendibilidade, efeito que poderá ser transferido para o cliente mediante a redução dos preços do crédito ou incremento do *market share* (quota de crédito na empresa). No entanto, estes resultados contrariam o estudo de Freitas (2005) que, exceptuando as PME (retalho) evidencia um agravamento das margens (vd. 2.5.4.7. alínea c)) aplicadas no crédito a PME e GE; c) dos respondentes, 57,1% refere que o impacto da redução dos preços não terá um efeito macroeconómico relevante em outras variáveis, não confirmando abertamente as premissas de Barfield (2004: 85); d) finalmente, 85,7% dos inquiridos referem que, a confirmar-se o efeito do estímulo do lado da oferta, o preço não será afectado.

Tabela 4.29 – Poupanças de capital e *pricing*

	Sim			Não			NR	Total
	Freq.	%	Valid %	Freq.	%	Valid %	Freq %	Freq. %
A existência de poupança de capital (Pilar I) a nível do risco de crédito, é compensada pelo aumento de alocação de capital para a cobertura do risco operacional?	4	40,0	44,4	5	50,0	55,6	1 10,0	10 100
A poupança de capital implicará uma redução do <i>pricing</i> aplicado no crédito às empresas?	6	60,0	66,7	3	30,0	33,3	1 10,0	10 100
Existindo uma redução do <i>pricing</i> aplicado no crédito às empresas, tal implicará um estímulo ao investimento e uma expansão do consumo via aumento da procura, conduzindo a um efeito duradouro na oferta?	3	30,0	42,9	4	40,0	57,1	3 30,0	10 100
Constatando-se o efeito de estímulo do lado da oferta, o mesmo induzirá a tensões inflacionistas, levando as autoridades monetárias a intervir aumentando as taxas de juros anulando o efeito da redução do preço?	1	10,0	14,3	6	60,0	85,7	3 30,0	10 100
Ou pelo contrário prevê-se uma despesa adicional em termos de consumo de fundos próprios?							10 100	10 100

A Tabela 4.30 revela a atitude dos banqueiros face à temática da prociclicidade.

Tabela 4.30 – Ciclos económicos

	Sim			Não			NR	Total
	Freq.	%	Valid.%	Freq.	%	Valid.%	Freq.%	Freq %
Existência de uma tendência para restringir excessivamente o crédito em fases de abrandamento económico	2	20,0	20,0	8	80,0	80,0		10 100
Existência de uma tendência para expandir o crédito excessivamente nas fases altas do ciclo	1	10,0	10,0	9	90,0	90,0		10 100
Será mais útil utilizar modelos de risco de crédito que considerem informação das contrapartes no momento em que os créditos são concedidos e não a mais recente	3	30,0	30,0	7	70,0	70,0		10 100

Em relação à prociclicidade (Tabela 4.30), 80% dos respondentes, contrariando os argumentos de Zicchino (2005) e Tanaka (2003: 225), afirmam que a mera ligação da PD e da LGD ao estado da economia, por si só, não levará a uma restrição excessiva do crédito em fases de abrandamento económico. Parece-nos que existe aqui a percepção de que a defesa do *market share* é um factor relevante. No entanto, os bancos, mais do que crescer, devem procurar a rentabilidade, criando valor para o accionista, satisfazendo com excelência os clientes, articulando o *shareholder value* com o *customer value*, devendo, para o efeito especializar-se. Por outro lado, 90,0% dos inquiridos referem que não existirá uma tendência para expandir excessivamente o crédito nas fases altas do ciclo. Os gestores parecem contrariar as ideias de Zicchino (2005), sendo consistentes com Gleizer (2004: 1), segundo o qual não é possível sustentar que a aproximação entre capital regulamentar e económico aumente a prociclicidade, ou seja, que as reservas exigidas pelas instituições tenderiam a aumentar em períodos de retracção económica. Em complemento, 70,0% dos gestores afirma que, para contrariar os efeitos dos ciclos económicos sobre a análise do risco aquando da decisão de concessão de crédito, será mais adequado utilizar modelos que considerem a informação mais recente e não a das contrapartes no momento em que os créditos são concedidos. Este aspecto tem implicações no risco do crédito e consequentemente no *pricing* das operações, e está condicionado pelo tipo de crédito proposto pela contraparte.

4.3.2.2. Risco operacional

De acordo com o nível de respostas válidas (70,0% a 90,0%), são cumpridos os requisitos para uma adequada gestão de risco operacional (Tabela 4.31).

Tabela 4.31 – Requisitos de Risco Operacional (N=10)

	Sim			Não		
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %
Foi criada uma função autónoma de (RO), para a sua medição e controlo	9	90,0	90,0	1	10,0	10,0
Está implementado um Sistema de Controlo que permita identificar, avaliar, monitorizar, controlar e mitigar o (RO)	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0
A existência de (RO) é verificada periodicamente por áreas de negócio	7	70,0	70,0	3	30,0	30,0
A administração aprovou a realização de uma revisão periódica da estratégia relativa ao (RO), que inclui a sua definição institucional e a documentação e divulgação interna	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0
A estratégia de gestão de (RO) desenvolvida é submetida a uma auditoria interna independente e habilitada para o efeito	7	70,0	70,0	3	30,0	30,0

Como se pode observar no Gráfico 4.27, não se privilegiará a utilização do método do indicador básico em relação ao *standard*, sendo que apenas 20% dos bancos respondentes utilizarão metodologias avançadas.

O Gráfico 4.28 mostra que, escolhendo o método avançado (AMA), e não obstante o número significativo de “não respostas”, 50% dos respondentes afirmam utilizar informação gerada internamente. Igual percentagem fará uso da informação interna e externa.

Gráfico 4.27 – Método de cálculo dos requisitos de capital

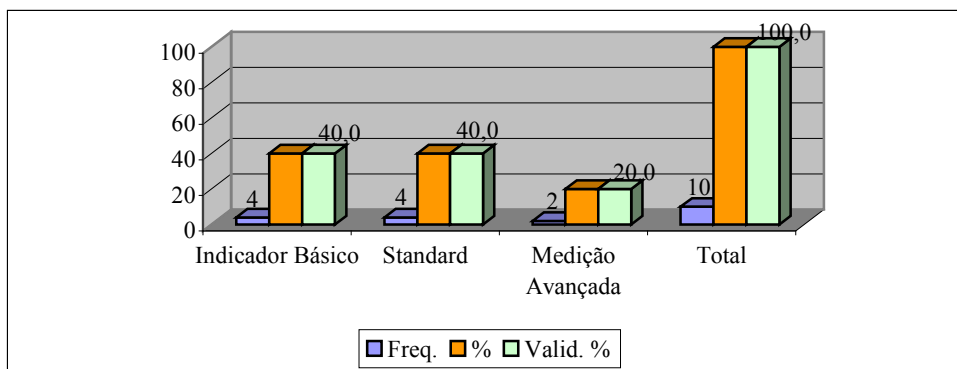
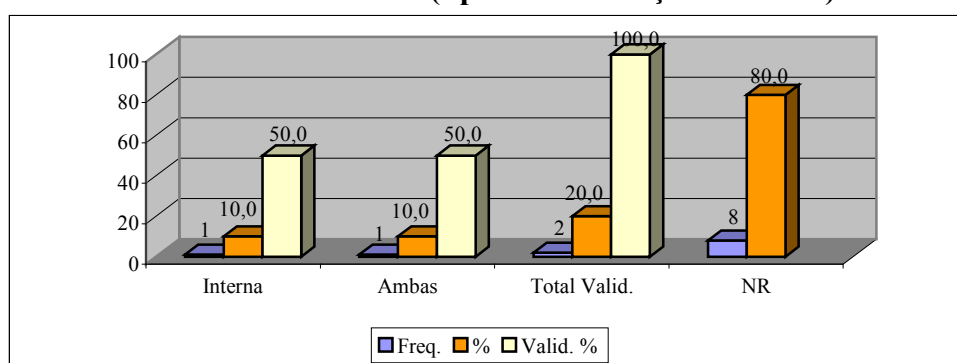


Gráfico 4.28 – AMA (tipo de informação utilizada)



Como informação relevante (Tabela 4.32), note-se que os gestores (66,7%) consideram que os bancos se encontram expostos a perdas não frequentes (UL) mas que, a ocorrerem, poderão gerar perdas avultadas (vd. 2.5.4.11 alínea c)).

Os respondentes entendem ainda que o RO penalizará áreas de negócio como a banca de investimento e a gestão de activos.

A informação disponibilizada permite clarificar a razão da supremacia na utilização do método básico em detrimento do AMA, verificando-se que 90,0% dos inquiridos preferiram não responder em relação à existência de dados históricos de perdas de pelo menos 5 anos, condição essencial para a plataforma AMA.

Tabela 4.32 – AMA e o Risco Operacional

	Sim			Não			NR		Total	
	Valid.			Valid.						
	Freq.	%	%	Freq.	%	%	Freq.	%	Freq.	%
É a primeira vez que escolhe o método de mediação avançada (AMA)	2	20,0	100,0				8	80,0	10	100,0
Tendo sido escolhido o método de mediação avançada (AMA), utilizando informação interna, e não sendo a primeira vez que utiliza este método (AMA), o banco possui dados históricos de perdas (data, montante da perda, valor recuperado), de pelo menos 5 anos	1	10,0	100,0				9	90,0	10	100,0
A instituição encontra-se exposta a perdas não frequentes mas potencialmente de montante elevado	6	60,0	66,7	3	30,0	33,3	1	10,0	10	100,0
O (RO) irá penalizar actividades não tradicionalmente relacionadas com a concessão de crédito e pouco consumidoras de capital, como a banca de investimento e a gestão de activos	6	60,0	66,7	3	30,0	33,3	1	10,0	10	100,0

4.3.3. Bases de dados na área de crédito

Das respostas obtidas (Tabela 4.33) conclui-se que as instituições (70% a 80%) se encontram apetrechadas com os sistemas de informação e as ferramentas necessárias ao funcionamento adequado da área de crédito.

Tabela 4.33 – Bases de dados associadas ao crédito

O banco possui:	Sim			Não			Total	
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%
Bases de dados sobre transacções	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0	10	100,0
Bases de dados históricas	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0	10	100,0
Bases de dados sobre cálculos	7	70,0	70,0	3	30,0	30,0	10	100,0

Ao compararmos a metodologia básica e avançada, prevalece uma relação próxima (vd. Tabela 4.33_A, Tabela 4.33_B e Tabela 4.33_C) entre o nível sofisticação dos métodos de gestão de risco e a existência dos referidos sistemas e ferramentas. A título de exemplo, no caso das bases de dados sobre transacções, a maioria dos bancos que utiliza o

método *standard* (50%) apresenta uma baixa percentagem de bases de dados sobre transacções (25%). O mesmo não se passa com o método IRB, onde a relação entre a existência de bases de dados (50%) e a utilização dos métodos é elevada (100%). No caso concreto das bases de dados sobre cálculos (Tabela 4.33_C), 75% dos respondentes utiliza o método *standard* e possui bases de dados sobre cálculos.

Tabela 4.33_A – Bases de dados sobre transacções

O Banco possui Bases de dados sobre transacções		Prevê utilizar o Método <i>Standard</i> ou IRB			Total
		Método <i>Standard</i>	IRB	Ambos	
Sim	Freq.	2	4	2	8
	% existência bases de dados sobre transacções	25,0	50,0	25,0	100
	% utilização do método	50,0	100,0	100,0	80,0
	% do Total	20,0	40,0	20,0	80,0
Não	Freq.	2	0	0	2
	% existência bases de dados sobre transacções	100,0	0	0	100,0
	% utilização do método	50,0	0	0	20,0
	% do Total	20,0	0	0	20,0
Total	Freq.	4	4	2	10
	% existência bases de dados sobre transacções	40,0	40,0	20,0	100,0
	% utilização do método	100,0	100,0	100,0	100,0
	% do Total	40,0	40,0	20,0	100,0

Tabela 4.33_B – Bases de dados históricas

O Banco possui Bases de dados históricas		Prevê utilizar o Método <i>Standard</i> ou IRB			Total
		Método <i>Standard</i>	IRB	Ambos	
Sim	Freq.	2	4	2	8
	% existência bases de dados históricas	25,0	50,0	30,0	100,0
	% utilização do método	50,0	100,0	100,0	80,0
	% do Total	20,0	40,0	20,0	80,0
Não	Freq.	20	-	-	20
	% existência bases de dados históricas	100,0	-	-	100,0
	% utilização do método	50,0	-	-	20,0
	% do Total	20,0	-	-	20,0
Total	Freq.	40	40	20	10
	% existência bases de dados históricas	40,0	40,0	20,0	100,0
	% utilização do método	100,0	100,0	100,0	100,0
	% do Total	40,0	40,0	20,0	100,0

Tabela 4.33_C – Bases de dados sobre cálculos

O Banco possui Bases de dados históricas		Prevê utilizar o Método <i>Standard</i> ou IRB			Total
		Método <i>Standard</i>	IRB	Ambos	
Sim	Freq.	1	4	2	7
	% existência bases de dados sobre cálculos	14,3	57,1	28,6	1,0
	% utilização do método	25,0	100,0	100,0	70,0
	% do Total	0,1	0,4	0,2	0,7
Não	Freq.	3	0	0	3
	% existência bases de dados sobre cálculos	100,0	0,0	0,0	100,0
	% utilização do método	75,0	0,0	0,0	30,0
	% do Total	30,0	0,0	0,0	30,0
Total	Freq.	4	4	2	10
	% existência bases de dados sobre cálculos	40,0	40,0	20,0	100,0
	% utilização do método	100,0	100,0	100,0	100,0
	% do Total	40,0	40,0	40,0	100,0

Podemos constatar que, em relação ao reporte externo (Tabela 4.33_D), nem todos os bancos produzem informação adequada sobre as perdas (37,5%). Tal não sucede no que concerne ao reporte interno e ao processo de revisão de supervisão, onde as respostas afirmativas oscilam entre 75% e 85,7%.

Tabela 4.33_D – Bases de dados sobre divulgação e reporte

Fornecendo informação sobre:	Sim			Não			NR		Total	
	Valid.			Valid.						
	Freq.	%	%	Freq.	%	%	Freq.	%	Freq.	%
Reporte Externo - Pilar 3: ordenação das características das exposições, dados relevantes sobre as perdas, técnicas de mitigação do risco e crédito hipotecário comercial	5	50,0	62,5	3	30,0	37,5	2	20,0	10	100,0
Reporte Interno: reportes sobre as diversas fontes de risco, exercícios e testes internos de validação	7	70,0	85,7	1	10,0	12,5	2	20,0	10	100,0
Processo de Revisão de Supervisão: inclui documentação, desagregação, simulações, <i>stress tests</i> e reportes sobre os diferentes riscos	6	60,0	75,0	2	20,0	25,0	2	20,0	10	100,0

Os resultados mostram que não parece merecer atenção relevante a introdução do método *standard* ou dos modelos internos (Tabela 4.34) para medição dos requisitos de capital para riscos de mercado, exceptuando 40% dos respondentes, que afirmam tê-los já introduzidos.

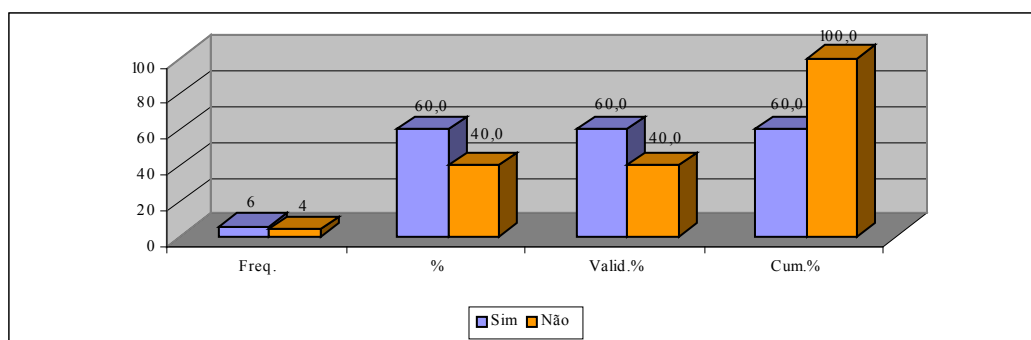
Tabela 4.34 – Introdução dos métodos de medição do Risco de Mercado

	Freq.	%	Valid. %	Cum.%
Sim	4	40,0	57,1	57,1
Não	3	30,0	42,9	100,00
Total	7	70,0	100,00	
NR	3	30,0		
Total	10	100,00		

4.3.4. Processo de Revisão de Supervisão

Constata-se, pela análise do Gráfico 4.29, que os órgãos de gestão (60,0%), visando o cumprimento das exigências dos supervisores, desenvolveram processos internos de avaliação dos fundos próprios (FP) e de fixação de objectivos de capital adequados aos perfis de risco e ao comportamento do mercado. Uma boa parte das instituições (40,0%) não procedeu deste modo.

Gráfico 4.29 – Existência de processo de avaliação de FP/Objectivos de Capital



Foi possível verificar que os bancos têm instituído o reporte de informação à administração de informação regular sobre o perfil de risco do banco e o seu nível de capitalização (Tabela 4.35), visando avaliar as necessidades actuais ou potenciais face à tendência dos riscos, avaliando a implementação das medidas e ajustando o plano estratégico.

Tabela 4.35 – Reporte à administração sobre perfis de risco e necessidades de FP

Avaliando:	Sim			Não			NR		Total	
	Valid.			Valid.						
	Freq.	%	%	Freq.	%	%	Freq.	%	Freq.	%
O nível e a tendência dos riscos relevantes e o seu impacto nos níveis de capital	9	90,0	100,0				1	10,0	10	100,0
Se o banco possui capital compatível com os diversos riscos e cumpre os objectivos de adequação de capital definidos	10	100,0	100,0						10	100,0
Os requisitos de capital futuros, com base no perfil de risco analisado, de modo a realizar os ajustamentos no plano estratégico	10	100,0	100,0						10	100,0
As medidas implementadas em resposta a riscos emergentes ou em alteração	10	100,0	100,0						10	100,0

Conforme patente na Tabela 4.36, a maioria dos respondentes, refere que é efectuada uma revisão do processo de controlo interno, que inclui a identificação dos maiores clientes de crédito e respectivos sectores, a veracidade dos dados necessários à avaliação do capital, bem como a necessidade de efectuar *stress tests*. Em relação a estes, confirmam-se as indicações patentes na revisão da literatura (2.5.5.1), segundo as quais deverão ser implementados procedimentos de simulação da adequação de capital (*stress tests*) face a situações como cenários de crise económica ou sectorial.

A Tabela 4.36 apresenta os critérios incluídos na revisão do processo de controlo interno.

Tabela 4.36 – Revisão do processo de controlo interno

	Sim			Não			NR		Total	
	Valid.			Valid.						
	Freq.	%	%	Freq.	%	%	Freq.	%	Freq.	%
Identificação dos grandes riscos e respectivas concentrações	8	80,0	88,9	1	10,0	11,1	1	10,0	10	100,0
Fiabilidade dos dados utilizados no processo de avaliação do capital	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0			10	100,0
Condução de <i>stress tests</i> e análise das hipóteses e dos <i>inputs</i>	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0			10	100,0

De acordo com os dados obtidos, de modo a conferir credibilidade ao processo de avaliação dos fundos próprios, para além dos supervisores será essencial a intervenção de auditores externos independentes, ou mesmo de empresas de notação de *rating* que avaliarão o banco. Esta realidade colocará sobre as administrações a preocupação permanente em relação à notação do banco no mercado.

Os respondentes confirmam o recurso a auditores externos, e estão confiantes na capacidade dos bancos para superar os níveis mínimos de capital e proceder ao reforço dos fundos próprios caso os níveis de risco o imponham (Tabela 4.37).

Tabela 4.37 – A auditoria externa e o nível de capital

	Sim		Não		Total	
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Freq. %
O Banco recorre a auditores externos	10	100,0	100,0			10 100,0
Os níveis de fundos próprios serão superiores aos mínimos regulamentares	10	100,0	100,0			10 100,0
O banco está preparado para reforçar os capitais sempre que os riscos incorridos assim o exijam	9	90,0	100,0	1 10,0		10 100,0

4.3.5. Disciplina de mercado e divulgação da informação

A adopção de metodologias de gestão de riscos mais sofisticadas (e.g., geradas internamente), tem como contrapartida regras de divulgação mais exigentes.

A Tabela 4.38 revela, essencialmente, o cumprimento destas exigências.

Tabela 4.38 – Divulgação da informação

	Sim			Não			Ambas			Cum.	NR	Total		
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %			Freq.	%	
O banco fornece informação ao mercado sobre as suas actividades e controlos	10	100,0	100,0							100,0		10	100,0	
A divulgação de informação ao mercado é fornecida semestralmente	4	40,0	40,0	5	50,0	50,0	1	10,0	10,0	100,0		10	100,0	
A divulgação de informação ao mercado sobre as políticas de gestão do risco é facultada anualmente	8	80,0	88,9	1	10,0	11,1				100,0	1	10,0	10	100,0
Se o banco é uma entidade (com presença internacional em diversos mercados), a divulgação de informação sobre os fundos próprios de base, o rácio de solvabilidade e as suas componentes é fornecida no mínimo trimestralmente	3	30,0	42,9	4	40,0	57,1					3	30,0	10	100,0

Tabela 4.39 – Âmbito da informação

Divulgação de informação ao mercado que permita:	Sim			Não			Cum. %	Total	
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %		Freq.	%
Verificar a aplicação do Novo Acordo de Basileia	8	80,0	80,0	2	20,0	20,0	100,0	10	100,0
Constatar o nível de adequação de fundos próprios	10	100,0	100,0				100,0	10	100,0
Demonstrar a composição dos fundos próprios	10	100,0	100,0				100,0	10	100,0
Resumir os riscos a que se encontra exposto	9	90,0	90,0	1	10,0	10,0	100,0	10	100,0
Clarificar os processos de avaliação e controlo de riscos	9	90,0	90,0	1	10,0	10,0	100,0	10	100,0

A informação constante da Tabela 4.38 mostra que os bancos fornecem a informação ao mercado sobre as suas actividades e controlos, e a divulgação sobre as políticas de gestão de risco é efectuada adequadamente. Contudo, nem todos fornecem informação com periodicidade semestral ou trimestral, constatando-se em relação a esta última o não cumprimento das regras em relação a uma boa parte dos bancos internacionalmente

activos. Analisando a importância dada pelos gestores em relação aos temas centrais da informação a divulgar ao mercado (Tabela 4.39), regista-se uma ênfase acentuada (80% a 100%) dada a esta questão.

Tabela 4.40 – Composição da informação sobre políticas de gestão de risco

Inclui:	Sim			Não			NR		Total	
	Freq.	%	Valid. %	Freq.	%	Valid. %	Cum. %	Freq.	%	Freq. %
Limites de exposição às principais fontes de risco	6	60,0	66,7	3	30,0	33,3	100,0	1	10,0	10 100,0
O modo como estes limites foram calculados	4	40,0	44,4	5	50,0	55,6	100,0	1,0	10,0	10 100,0
O nível hierárquico responsável, o modo e a periodicidade com que são revistos	4	40,0	50,0	4	40,0	50,0	100,0	2	20,0	10 100,0

A sensibilidade dos gestores em relação à informação a prestar ao mercado (Tabela 4.40), revela que 66,7% dos mesmos o faz no tocante aos limites de exposição por tipo de crédito. Contudo, no tocante ao modo como os limites foram calculados, a maioria (55,6%) não o indica. De igual modo, apenas 50% apresenta o nível hierárquico responsável pelas políticas de gestão de risco e a periodicidade da sua revisão.

Tabela 4.41 – Nível de capitalização e riscos / prémios de risco

	Freq.	%	Valid. %	Cum. %
Sim	4	40,0	80,0	80,0
Não	1	10,0	20,0	100,0
Total	5	50,0	100,0	
NR	5	50,0		
Total	10	100,0		

Do total de respostas válidas, 80% dos gestores afirmam que as suas instituições têm sido contempladas com prémios de risco mais reduzidos, face ao nível de capitalização dos bancos e ao nível de exposição de risco assumido (Tabela 4.41). Poderemos inferir que esta constatação é extensível ao mercado, não obstante 50% dos respondentes não terem emitido opinião.

4.4. Estudo de caso

No seguimento dos comentários à Tabela 3.3, e face à perspectiva indicada em 4.3.2.1. no que concerne à relação nível de risco *versus* preço do crédito e ROE (Tabela 4.27), torna-se oportuno analisar em que medida as alterações nas PD originam variações de *pricing* (taxa de juros). Para tal servimo-nos de uma relação de 10 empresas clientes de um grande banco nacional que passaremos a designar de Banco X.

4.4.1. Cálculo do consumo de capital (PME)

Mediante a aplicação (em *Excel*) do modelo da fórmula de cálculo dos ponderadores de risco dos activos (RWA), nas suas três fases (vd. 2.5.4.5. alínea d)), procedeu-se ao cálculo dos níveis de capital a alocar a 100 euros de capital mutuado (Tabela 4.42 e Tabela 4.43). O exemplo tem subjacente o segmento *corporate* (PME) com o ajustamento no modelo referido pelo BIS, excluindo o retalho. No caso em apreço, efectuou-se a comparação entre o método de Basileia I e o *standard* e IRB de Basileia II. Em relação a este último, calculou-se o RWA tendo em conta que existe um ajustamento adequado de forma a reduzir o nível de risco, consubstanciado numa escala degressiva de PD, de 0,03% até 20%, cujos ponderadores assumem valores entre 5 e 50 milhões de euros (vd. BIS 2004: Anexo 3). Constata-se que, introduzindo aumentos sucessivos de volume de negócios, para a mesma PD, a fórmula produz aumentos de RWA, resultado que parece corresponder ao referido por Wlaschitz e Partsch (2002). Não poderemos, no entanto, com esta afirmação, inferir que o Comité criou uma ligação exacta entre a dimensão e o nível de risco, na medida em que uma empresa com um volume de negócios superior poderá, naturalmente, possuir uma PD inferior. Verifica-se que a adequação de capital no IRB é consequência do nível de risco apresentado pela contraparte, cuja UL (*unexpected loss*) está reflectida em cada nível de PD.

Tabela 4.42 – Consumo de capital (VN = 5 milhões de euros)

	PD = 0,03%	PD = 20%
R	0,198	0,08
B	0,316	0,043
K	0,9%	15,1%
RWA	11,29%	188,42%
Consumo por cada 100€	$11,29\% \times 100 \times 8\% = \mathbf{0,9€}$	$188,42\% \times 100 \times 8\% = \mathbf{15,07€}$

Tabela 4.43 – Consumo de capital (VN = 50 milhões de euros)

	PD = 0,03%	PD = 20%
R	0,238	0,12
B	0,317	0,043
K	1,15%	19,6%
RWA	14,43%	238,23%
Consumo por cada 100€	$14,43\% \times 100 \times 8\% = \mathbf{1,15€}$	$238,23\% \times 100 \times 8\% = \mathbf{19,06€}$

Tabela 4.44 – Basileia I e o método Standard

Basileia I	100€	100%	8%	8€
<i>Standard</i>	100€ x	20%	x 8%	1,6€
		50%		4,0€
		100%		8,0€
		150%		12€

4.4.2. As variações das PD e o impacto no nível de preços

Na instituição financeira (adiante designada de Banco X) a que tivemos acesso, e não sendo objecto deste trabalho descrever o modo como o modelo de *rating* foi desenvolvido, é relevante conhecer as variáveis fundamentais do modelo (Tabela 4.45).

Tabela 4.45 – Variáveis de modelo de *rating* do Banco X

Variável	Designação	Definição
Estrutura de Capital	Rácio de Capitais Próprios	Capital Próprio / Dívida Total
Rendibilidade	ROA (Rendibilidade do Activo)	Resultados líquidos / Activo Total
Cobertura da Dívida	Cobertura do Passivo	(Resultados Correntes do Exercício+Amortizações+Provisões) / Passivo Total
	Cobertura do Serviço da Dívida	(Resultados Correntes do Exercício+Amortizações) / Despesas Financeiras
Liquidez	Liquidez do Activo	Activo Circulante / Passivo de Curto Prazo
Custos Financeiros	Peso nas Vendas	Despesas Financeiras /(Vendas Totais + Serviços Prestados)

Com base na amostra de empresas referida em 3.4 (Tabela 3.3), procedeu-se à análise do impacto no nível de preços a aplicar no crédito, face a variações de *rating* quando influenciados por alterações na PD. Considera-se que o ROE mínimo definido pela administração do banco é apresentado da seguinte forma:

$$(I - Co - Cf \times Fa) \times (1 - t) / K \geq ROE$$

Onde: I = taxa de juro aplicada no crédito; Co = custos operacionais; Cf = custo dos capitais alheios (2,7%); Fa = capitais alheios (unidades de crédito obtidas no mercado); t = impostos (27,5%); K = capital afecto.

Partindo dos dados facultados pela instituição financeira, a nível da PD (5 anos) e *rating* da amostra das 10 empresas, procedeu-se ao cálculo das variáveis necessárias ao cálculo do K, no pressuposto de que: a) este varia de acordo com a PD; b) não é possível manipular os Co, na medida em que os indicadores rácio de eficiência (67%) e *cost-to-income* (58%)²⁵ são já assinaláveis; c) se fixa o custo do *funding* CfxFa, que ascendia na instituição a 2,7%; d) o banco pretende um ROE de 13,9% (média do triénio 2001 –

²⁵ Rácio de eficiência: Custos com o pessoal e FSE e amortizações em percentagem do produto bancário, excluindo os lucros das operações financeiras; e o *Cost-to-income*: Custos com o pessoal e FSE em percentagem do produto bancário.

2003) como exigência mínima de rendibilidade. Calculando o K de acordo com a fórmula referida em 2.5.4.5. alínea d), constata-se que se este aumenta, a taxa de juro I terá obrigatoriamente que aumentar, justificando-se deste modo a ligação entre a PD, o *rating*, o ROE e o nível de preços aplicados às empresas.

A Tabela 4.46 apresenta, para as empresas indicadas em 3.4, Tabela 3.3, as variações nos preços e no K.

Tomando como exemplo as empresas assinaladas em A, E e H, como termo de comparação, mas analisando especificamente a A, verifica-se que na empresa A, o *rating* passou de A3 em 2004 para Baa1 em 2005, o que representa um agravamento de 65,13% no *pricing* (vd. 2.5.4.8. alínea a) e Tabela 2.22). Tal situação está reflectida no nível de PD que aumenta de 1,27% para 1,86%, bem como no requisito de capital K que passa de 5,45% para 9%. O ponderador de risco do activo RWA, passa também de 68,4% em 2004 para 112,5% em 2005. Ou seja, mantendo-se os pressupostos já referidos em 4.4.2., e para um determinado nível de rendibilidade (ROE) exigida pela instituição financeira, a taxa de juros aplicada a esta empresa aumentará em linha com o aumento do risco. Idêntico raciocínio se fará para a empresa E, cujo nível de risco (patente no indicador de *rating*) melhora, originando uma redução do *pricing*.

Naturalmente que estas reduções não serão automáticas, estando dependentes de eventuais negociações. No entanto, o banqueiro consegue, deste modo, definir uma margem mínima a aplicar à empresa, podendo negociar de acordo com uma banda mais alargada.

Tabela 4.46 – Variáveis explicativas da variação da taxa de juro

Empresas	Ano	Rating	VN	PD 5 anos	R	B	K	RWA	Taxa de Juro (i)	Variação (i)
A	2005	Baa1	156	1,86%	0,167	0,113	9,00%	112,50%	1,3%	65,13%
	2004	A3		1,27%	0,184	0,128	5,45%	68,14%	0,8%	
B	2005	Baa3	10	4,20%	0,085	0,099	8,84%	110,40%	1,23%	0%
	2004	Baa3		4,20%	0,085	0,099	8,84%	110,40%	1,23%	
C	2005	A3	10	1,27%	0,148	0,128	6,45%	80,60%	0,90%	0%
	2004	A3		1,27%	0,148	0,128	6,45%	80,60%	0,90%	
D	2005	A3	17	1,27%	0,154	0,128	6,72%	83,97%	0,93%	0%
	2004	A3		1,27%	0,154	0,128	6,72%	83,97%	0,93%	
E	2005	Baa3	9	4,20%	0,098	0,085	8,77%	109,65%	1,22%	-11,80%
	2004	Ba1		6,16%	0,089	0,074	9,95%	124,33%	1,38%	
F	2005	Baa2	7	2,66%	0,114	0,101	7,69%	96,12%	1,07%	-11,06%
	2004	Baa3		4,20%	0,096	0,085	8,65%	108,70%	1,20%	
G	2005	Baa1	9	1,86%	0,115	0,101	7,79%	97,42%	1,08%	-11,16%
	2004	Baa1		1,86%	0,098	0,085	8,77%	109,65%	1,22%	
H	2005	Baa3	16	4,20%	0,104	0,085	9,21%	115,16%	1,28%	-22,16%
	2004	Ba2		8,46%	0,092	0,064	11,84%	147,96%	1,65%	
I	2005	A3	29	1,27%	0,165	0,128	7,18%	89,79%	1,00%	0,00%
	2004	A3		1,27%	0,165	0,128	7,18%	89,79%	1,00%	
J	2005	Baa2	36	2,66%	0,139	0,101	9,20%	115,05%	9,20%	0,00%
	2004	Baa2		2,66%	0,139	0,101	9,20%	115,05%	9,20%	

4.5. Conclusões

Iniciámos este capítulo com a análise dos factores privilegiados pela banca no relacionamento com o tecido empresarial. Deste modo, e tendo como enfoque as empresas portuguesas, centrámo-nos na sua forma de organização, no tipo de gestão, no seu posicionamento no mercado, bem como nos aspectos a considerar na relação corrente com o banqueiro. Tentou-se confirmar se o tecido empresarial nacional avalia adequadamente as suas forças e fraquezas face aos principais concorrentes e se efectua uma adequada gestão comercial. No âmbito desta, procurou-se observar a qualidade da

gestão da carteira de clientes, dos produtos, e ainda se as empresas analisam a matriz de produtos e mercados. Este tipo de processo, poderá conduzir à retirada de produtos não rentáveis introduzindo outros nos circuitos de distribuição, ajustando o plano de negócios face à contribuição do *mix* de produtos para os proveitos. Foi ainda avaliada a componente exportação, constatando-se que se trata de uma área claramente a melhorar. Por último, tentou-se verificar o modo como as empresas abordam os diferentes critérios típicos de avaliação dos bancos, os quais deverão ser incluídos nas suas propostas de financiamento, visto terem impacto na forma de concessão de crédito.

No que concerne aos bancos, procurou-se analisar as condições para o cumprimento do Novo Acordo de Basileia II, começando pela importância que lhe é atribuída no seio das estruturas de decisão de crédito. Consoante a dimensão das instituições, foram postos em evidência os métodos utilizados na ponderação de activos, bem como da existência das condições para a utilização de metodologias avançadas. Tentou-se concluir sobre a existência ou não de poupanças de fundos próprios decorrentes de Basileia II e, em caso afirmativo, se tal trará benefícios financeiros para as empresas. Procurou-se perceber ainda a repercussão em termos de custos com a implementação do Acordo, procurando trazer para discussão a existência de um *trade off* entre os custos de implementação e as poupanças obtidas com os novos métodos. Adicionalmente, foi ainda abordada a relação entre o risco, o *pricing* e a rentabilidade. A este respeito, foi realizado um estudo de caso, concluindo-se que o banqueiro obtém, com Basileia II, um instrumento de negociação que se poderá tornar poderoso. Esta assunção reside no facto de que, uma vez definidas as margens mínimas a aplicar nas operações de crédito consoante o *rating* apurado, tal permite obter uma banda negocial mais alargada de níveis de preços a aplicar nos financiamentos e, consequentemente, maior capacidade negocial junto do mercado. Abordou-se ainda a temática da ciclicidade, do risco operacional e do processo de revisão de supervisão e da disciplina de mercado. Esta última é perspectivada como medida impulsionadora da transparência, proporcionando benefícios aos bancos bem geridos, investidores, depositantes e sistema financeiro em geral. Terminou-se este capítulo com a abordagem ao estudo de caso, onde ficou evidenciado que com as novas metodologias de cálculo dos requisitos de capital, é observada uma relação entre os níveis de PD e o *pricing* aplicado nas operações de crédito.

CAPÍTULO V

5. DISCUSSÃO, CONCLUSÕES, E SUGESTÕES PARA FUTURA INVESTIGAÇÃO

5.1. Síntese dos principais resultados

5.1.1. Empresas

A revisão dos estudos realizados em Portugal e no estrangeiro, em particular na UE, EUA e Reino Unido, orientou-nos para a pesquisa desenvolvida neste trabalho. O envio dos questionários a 560 empresas disponíveis para os receber, numa amostra de 600 empresas portuguesas, permitiu a obtenção de 108 respostas válidas, representando uma taxa de resposta de 18%. Tendo em conta a dimensão do questionário e a condição do mestrando de quadro bancário, podemos considerar o número de respostas satisfatório, quando comparado com inquéritos realizados nos últimos anos a amostras de empresas, nomeadamente as constantes das edições da revista Exame.

O desenho da realidade que os resultados procuram evidenciar, deve ser interpretado à luz do corpo do questionário. Ao serem solicitados dados no que concerne à situação de negócio e às preocupações na apresentação das propostas de financiamento junto das instituições de crédito, com as vantagens de que cada inquirido tenha respondido de modo específico em relação à sua empresa, tal resulta numa representação da realidade extrapolável para os diferentes sectores.

Trata-se, na sua maioria de grupos empresariais (maioria das grandes empresas e parte das PME).

Em relação à gestão e organização, os resultados sugerem que, tanto nas PME como nas GE, a figura do sócio ou accionista é relevante. A gestão é por este condicionada, não obstante se verificar a presença de quadros superiores integrados em áreas chave (os quais justificam existência de uma adequada qualidade de gestão), mas reportando sempre o controlo à administração/gerência.

No tocante à **situação de mercado**, a evidência permite tirar várias conclusões:

Mercado e procura

- Um mau sintoma inerente às exportações, apenas mitigado pelo facto do sector industrial ser aquele que revela melhor desempenho;
- A preocupação na visita a feiras internacionais está patente no sector da indústria e, em termos secundários, no do comércio;
- Constata-se que apenas uma percentagem reduzida de empresas implementaram medidas tendentes à retoma do volume de negócios, pelo que poderemos equacionar que na maioria das entidades não ocorreu uma redução neste indicador;
- Na conquista de novos mercados, as empresas têm em conta aspectos inerentes ao risco, o que é factor relevante, evitando deste modo a realização de investimentos sem a adequada ponderação. Neste âmbito, são realizadas análises de sensibilidade, de rendibilidade, verificando o impacto na situação financeira. Não são também descurados os factores concentração de clientes e segurança dos créditos;
- No critério segmentação de clientes e, em termos ideais, esta deveria ser acentuada. Os resultados parecem indicar que a concentração de clientes não é excessiva (49% dos casos), o que é um sintoma positivo (e.g., empresas excessivamente ligadas ao cliente Estado ou a grandes empresas nacionais e multinacionais, relativamente às quais, pese embora o risco de *default* possa ser reduzido, existe o risco de substituição e de perda de poder negocial). Dentro do critério referido em 4.2.2.2., em relação ao peso dos melhores clientes no volume de negócios, os valores apresentados (cerca de 51,4% para as PME e de 47,9% para as GE) não são desprezíveis, revelando que se deverá actuar no sentido de alargar a base de bons clientes, reduzindo a quota relativa de cada um. É também na indústria que os níveis de concentração são mais acentuados.

Produto/serviço e concorrência

- Da análise dos resultados constatamos que é efectuada uma gestão comercial adequada, centrada no desenvolvimento de produtos, na existência de *designers*, analisando a matriz de produtos (e.g., analisando o ciclo de vida) e de mercados;

- Destacamos o facto dos produtos/serviços respeitarem os padrões de qualidade internacionais, não existindo uma exposição relevante à concorrência externa o que, aliado ao ponto anterior e à flexibilidade do processo produtivo, indicia a existência de “espaço” para o desenvolvimento de novos negócios;

Numa óptica de **apresentação de propostas de financiamento** (e.g., concessão de crédito propriamente dita), infere-se dos resultados o seguinte:

Informação económico-financeira

- Este aspecto destaca-se positivamente pelo cumprimento dos requisitos perante os bancos, donde estamos em crer que os respondentes, pela sua dimensão, são entidades com um adequado grau de organização.

Gestão corrente com o banco

- Os resultados, consistentes, parecem confirmar a preocupação existente, por parte das empresas, no cumprimento das variáveis explicativas (entre 76% e 92%) de um relacionamento adequado com o banqueiro (vd. *rating* - 2.5.4.8. e 4.2.3.2.);
- As garantias atribuídas (vd. 2.5.4.5. alínea e), 2.5.4.8. alínea b), e 4.2.3.2.) são, na sua maioria, de índole contratual (55,6%) e estas verificadas maioritariamente a nível das GE. Trata-se de uma situação de excepção e só possível, como já referido, em empresas com uma reconhecida boa situação financeira, adequada capacidade de libertação de fundos (*cash-flow*) e situação de mercado. Nestes casos, os bancos prescindem de garantias reais e/ou pessoais, podendo-se inferir da utilização de convénios. Estes permitem, por exemplo, assegurar que o desempenho do negócio, reflectido nas demonstrações financeiras, possa responder perante as peças contratuais, assegurando-se deste modo a monitorização dos créditos;
- Não obstante a maioria das empresas afirmar ter considerado o parâmetro risco na gestão, constata-se que a utilização de produtos derivados para a protecção cambial e da taxa de juros não é generalizada.

Análise da capacidade do negócio e estratégia de produtos e mercados

- Pelos resultados, e não fazendo referência à área de pessoal como órgão fulcral de uma organização, as cinco áreas centrais de actividade (vd. 4.2.3.3.) são o centro da análise da capacidade do negócio;

- Poderemos inferir pelos resultados que as empresas, divulgam ao seu banqueiro a estratégia do negócio, referente a produtos e mercados, avaliando as respectivas forças, fraquezas e ameaças do meio envolvente (e.g., caso o sector esteja em declínio, demonstrando a razão porque não é afectada). É ainda verificada a contribuição dos produtos/serviços para os resultados, sendo corrigidos os objectivos de negócio face à evolução do mercado (e.g., depreendendo-se daqui da existência de planeamento) e revelada a alocação de recursos para as melhorias a introduzir.

Critérios de avaliação dos bancos

- Os resultados sugerem que as GE privilegiam, mais que as PME, os critérios de apreciação dos bancos, que contemplam a informação sobre as várias áreas da organização;
- O facto do *cash-flow* gerado ser alocado, segundo a maioria dos inquiridos, ao negócio das empresas, parece justificar também o tipo de garantias prestadas (vd. 4.2.3.2. e 4.2.3.5.). Estes revelam ainda ao banqueiro que o nível dos meios libertos líquidos (*cash-flow* líquido) é adequado ao reembolso do crédito – aspecto fundamental na decisão creditícia. As GE parecem privilegiar mais estes aspectos do que as PME;
- Destacamos ainda o facto de as organizações justificarem, perante o banqueiro, as evoluções negativas, nos principais indicadores económico-financeiros;
- Em relação ao controlo interno, aspecto relevante em termos de visibilidade organizacional da empresa perante o banco, poderemos considerar que existe, segundo a maioria das empresas, uma definição de funções acompanhada de delegação de poderes. O controlo interno é extensivo à gestão de *stocks* na perspectiva da satisfação do cliente. Estas afirmações são consubstanciadas na existência de sistemas de informação (e.g., internet e/ou intranet).

Vários autores sustentam que as melhores empresas (e.g. com adequada situação económica e financeira) terão acesso a crédito em condições vantajosas, atendendo a factores qualitativos que as distinguem de outras. De acordo com o nosso estudo, teremos de considerar que a maioria dos respondentes, mesmo empresas de menor dimensão (PME), possuem, face à situação aparente de negócio, a qualidade necessária e suficiente para um normal relacionamento creditício que lhes permita manter um

adequado poder negocial perante o seu banco. No entanto, aspectos como a internacionalização, a introdução de produtos associados à gestão de risco (e.g. derivados e seguros de crédito), a contínua alocação exclusiva dos fundos próprios ao negócio, a atribuição acrescida de garantias reais bem como a intervenção acrescida de sociedades de garantia mútua (SGM), como forma de mitigação do risco, redução de *pricing*, e, indirectamente, de redução da alocação de capital dos bancos, são aspectos a ter em conta.

De destacar que, com Basileia II, os bancos, face à expectativa de obtenção de reduções de capital, privilegiarão os melhores riscos, bem como a qualidade das empresas. Esta consideração passará, como já vimos, pelo cumprimento dos critérios patentes nos questionários enviados às mesmas. As respostas a estes questionários, baseadas na informação abrangente neles contida, permitem a compreensão da pergunta de partida relativa à percepção do impacto do Acordo de Basileia no financiamento das empresas, face ao grau de qualidade percebido em relação a estas. Como vimos, em termos de informação agregada, nem todos os inquiridos cumprem a totalidade dos requisitos redigidos nos questionários. Daí que, e como refere Hartl (2002), é importante tomar desde já medidas para que a situação inerente à estrutura económico-financeira e políticas das empresas correspondam às futuras exigências dos bancos derivadas de Basileia II.

5.1.2. Bancos

A revisão de estudos de carácter empírico realizados em especial na última década, em Portugal e essencialmente no estrangeiro, em particular no Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha, não esquecendo a contribuição decisiva do Comité de Basileia, motivaram a criação da estrutura de pesquisa proposta. Confirma-se, em relação à realidade nacional, e sem prejuízo das lacunas ou divergências verificadas, boa parte das hipóteses e evidências revistas. A gestão dos questionários enviados a 28 instituições bancárias relevantes a actuar no mercado português permitiu a obtenção de 10 respostas válidas e representativas das maiores instituições.

De seguida, discutem-se e apresentam-se os principais resultados e conclusões nesta vertente do estudo. Podemos subdividir as principais conclusões em dois níveis: ao nível microeconómico e ao nível macroeconómico.

5.1.2.1. Implicações de carácter microeconómico

Níveis de eficiência superiores

- Após a avaliação dos resultados, constatamos que não existe ainda a percepção desejável da parte de todos os órgãos envolvidos (e.g. Direcções Comerciais, Direcções de Riscos de Crédito e Direcções de Análise e Controlo de Riscos) no processo de crédito em relação à importância do Novo Acordo (vd. 4.3.1.). Incluir-se-ão nesta percepção os benefícios que as metodologias desenvolvidas poderão proporcionar ao nível da eficiência e da rentabilidade para o accionista.

Aumento dos níveis de supervisão

- Os resultados colocam em evidência que, pese embora a maioria dos bancos tenha desenvolvido processos de avaliação dos fundos próprios, nem todos os implementaram, pelo que urge desenvolver este aspecto. Está instituído o reporte de informação às administrações, que avaliarão as necessidades de capitalização dos bancos, contando os órgãos da administração, para além dos supervisores, com a intervenção de consultores externos.

Trata-se de aspectos relevantes, que vêm de encontro aos alertas de Luís (2003: 12) em relação à necessidade de se evitar que o cálculo dos fundos próprios seja dominado pela gestão bancária, ou que venha a existir uma interpretação demasiado conservadora das novas regras, levando a uma sobrecapitalização e consequente perda de competitividade das instituições.

Aumento das barreiras à entrada pela complexidade

- Quanto mais sofisticados forem os bancos na gestão dos riscos de crédito, menos capital consumirão. Este efeito reforçará as suas vantagens competitivas em relação aos bancos menos sofisticados, aumentando as barreiras à entrada neste sector de negócio a potenciais operadores, na medida em que o seu nível de sofisticação e credibilidade não será comparável ao dos já instalados.

Potencia o reforço da posição de mercado dos grandes bancos

- Os bancos de maior dimensão gradualmente utilizarão as estimativas internas de risco de crédito, o que para além de conduzir a uma menor alocação de capital, traz vantagens na gestão global de riscos, minimizando as perdas. Estes bancos, tenderão a centrar-se em áreas específicas de negócio, confirmando o estudo de Ade, Heimer, Loch, Torsten e Volker (2003: 42). Esta segmentação permitir-lhes-á reforçar as economias de escala mediante a utilização dos canais de distribuição existentes, criando barreiras ao desenvolvimento dos negócios aos mais pequenos.

Tal consubstancia-se no facto de as grandes instituições possuírem meios financeiros e recursos humanos para a introdução de métodos avançados de gestão de riscos. Estes, exigindo menores requisitos de fundos próprios, levarão a que os grandes bancos possam conceder mais crédito, praticar um *pricing* mais competitivo e conseguir conquistar quota de mercado a médio e longo prazo. A perda de competitividade dos pequenos bancos torná-los-á mais expostos a operações de aquisição.

A nível global, incremento das diferenças entre países

- Dos resultados verifica-se que existe uma opinião generalizada de que Basileia II trará poupanças de fundos próprios (vd. 4.3.2.1.). Esta afirmação permite concluir que os bancos de países onde forem implementados métodos avançados sairão beneficiados na medida em que libertarão capital (pela redução dos requisitos de fundos próprios) para poder realizar um número acrescido de operações financeiras promovendo a actividade económica.

Fonte de vantagem competitiva

Os resultados referentes aos critérios que influenciam ou são influenciados pela gestão de risco estão, genericamente, em linha com a tendência observada noutros estudos sobre o Acordo de Basileia:

- Um cálculo mais apurado dos requisitos de capital permitirá definir adequadamente o *pricing*, tornando-se fonte de vantagem competitiva e comparativa. Ou seja, conhecido o nível de risco efectivo (*rating*) da contraparte, poder-se-á estabelecer a margem mínima a aplicar no crédito,

permitindo negociar com os clientes dentro de uma banda mais alargada de níveis de preços. Tal permitirá otimizar a gestão comercial, melhorar a quota de mercado pela conquista de operações que, embora de pricing eventualmente mais reduzido, se encontra a um nível igual ou superior à margem mínima definida para o nível de risco conhecido.

- Constatase que a dimensão dos bancos condiciona a utilização de métodos mais sofisticados de gestão de risco de crédito (vd. 4.3.1.). Daí que os possuidores de maior volume de activos utilizam e tenderão a utilizar as metodologias mais avançadas, sendo estes também os que apresentam o maior índice de cumprimento das condições para a utilização dessas mesmas metodologias. A evidência mostra ainda que, pese embora o exposto anteriormente, existe muito trabalho a fazer para a adopção plena dos métodos avançados em relação a 44,4% dos bancos respondentes nacionais. Os resultados são consistentes com o estudo referido por Blount (2002a). O autor afirma que, no caso Enron, o facto de um grande banco como o Citigroup possuir um adequado sistema de *rating* interno reconhecido pelos investidores e contrapartes, conferiu-lhe vantagem competitiva neste caso.
- Os pequenos bancos, incluindo na sua estrutura de crédito exposições de riscos menos complexas, utilizarão na sua maioria a abordagem *standard*, ao contrário das maiores e mais sofisticadas instituições, expostas a complexas estruturas de risco e ao mercado externo, que aplicarão na gestão os métodos avançados.
- Os respondentes utilizarão essencialmente para cálculo dos requisitos de capital para risco operacional o método do Indicador Básico e *Standard*.
- O Acordo de Basileia II contribuirá para a segmentação de *spreads* e do tipo de operações de crédito em função dos níveis de risco. Atendendo às exigências em termos de ROE, os dirigentes das instituições de crédito afirmam que existirá uma relação entre o nível de risco e os *spreads* de taxa de juro. Pensamos que esta diferenciação irá acentuar as opções e os tipos de financiamento que mais se ajustem a um determinado perfil de risco do cliente (vd. 4.3.2.1. e 4.4). Os maiores riscos (*rating* mais baixo) tenderão a procurar formas de financiamento alternativas.
- Para além das operações de titularização, as agências de *rating* terão uma importância acrescida. Em nosso entender a intervenção destas agências

centrar-se-á nas grandes operações ou nos financiamentos a empresas de dimensão elevada. Tal desiderato consubstancia-se no facto de que as empresas de elevada dimensão possuem por norma uma notação reconhecida internacionalmente. Este motivo permite-lhes ver facilitado o acesso ao crédito, e reduzido o tempo de decisão creditícia no seio das instituições financeiras.

- Constata-se, através de estudos internacionais, que a maior parte das despesas com Basileia II é referente à implementação dos sistemas de tecnologia de informação e de risco de crédito, devendo o operacional ser menos dispendioso. O presente estudo indica que 70% dos bancos portugueses, em termos individuais, não gastará mais de 5 milhões de €, valor bastante menor que o indicado em estudos internacionais referentes a bancos estrangeiros, resultado da menor dimensão comparativa.
- À semelhança do que apontam os estudos internacionais, espera-se que exista, na banca portuguesa, poupança de fundos próprios. No entanto, não parece que esta poupança seja mitigada pelo previsível aumento de alocação de fundos próprios para risco operacional. Estamos em crer que os responsáveis pelas instituições têm a convicção de que os seus bancos possuem níveis acentuados de controlo operacional, pelo que o efeito do risco operacional não será relevante.
- É de esperar que as poupanças de fundos próprios tragam reduções de *pricing* às empresas portuguesas (vd. 4.3.2.1.).

Outras conclusões obtidas a partir dos respondentes, que importa realçar, são:

- Os resultados relativos ao critério estratégia de gestão de clientes, permitem concluir que a atribuição do *rating*, por si só, não define a estratégia, mas condicionará a especialização na medida em que influenciará a segmentação risco/cliente e alargará a base de atribuição de crédito a clientes mesmo que de *rating* mais baixo.
- Os resultados indicam que o risco operacional irá penalizar actividades não tradicionalmente relacionadas com a concessão de crédito e pouco consumidoras de capital, como a banca de investimento e a gestão de activos, na linha do sustentado por Amaral (2003: 9).

Importância da titularização para os bancos

- É nossa opinião que uma das áreas de intervenção acrescida das agências de *rating* será precisamente neste tipo de operações. Atendendo a que se trata de operações financeiras redutoras de fundos próprios, continuarão a ser procuradas pela banca. No entanto, para serem negociadas, carecem de notação de *rating* externa.

Disciplina de mercado

- Os resultados relativos à divulgação da informação ao mercado apontam no sentido de que existe um cumprimento adequado. Face à sua insuficiência, sugere-se o incremento da divulgação semestral ao mercado, bem como da trimestral em relação a bancos com actividade internacional. No tocante aos requisitos de divulgação (âmbito), constata-se que estes são cumpridos. Por fim, e no que respeita às políticas de gestão de risco, propõe-se uma melhoria do desempenho informativo nesta vertente.

5.1.2.2. Implicações de carácter macroeconómico

Implicações positivas em termos de eficiência inerentes às exigências na selectividade do crédito

- Decorrente do Processo de Revisão de Supervisão, a evidência revela que são identificados a um nível elevado os grandes riscos e respectivas concentrações, criando-se deste modo a adequada selectividade. Através de uma grande fiabilidade dos dados introduzidos nos modelos, obtém-se um cálculo rigoroso dos riscos (notação de *rating*), de modo a que por esta via os níveis de fundos próprios se encontrem acima dos regulamentares, como é afirmado pelos respondentes.
- Os resultados revelam ainda que os bancos portugueses estão preparados para reforçar os capitais sempre que os riscos incorridos assim o exijam. Trata-se de um aspecto relevante na medida em que se minimiza o risco sistémico, justificado pela atribuição de prémios de risco mais baixos face ao nível de capitalização.

Consequências alusivas ao carácter pró-cíclico do Novo Acordo, face à segurança das instituições de crédito

- Os resultados sugerem que Portugal não estará sujeito ao *trade-off* da ciclicidade referido por Zicchino (2005) e Tanaka (2003), restringindo-se o crédito nas fases baixas do ciclo e expandindo-o nos períodos altos. O efeito experiência na banca portuguesa, o seu desenvolvimento e adaptabilidade a situações adversas estará porventura a definir as linhas de pensamento dos respondentes a esta questão (vd. 4.3.2.1.). Para otimizar esta relação, concordamos que: no caso de operações *revolving* e de médio e longo prazo, serão mais úteis modelos que associem a informação da contraparte no momento em que os créditos são concedidos e não a mais recente; ao invés, o mesmo raciocínio se aplicará a créditos com carácter de curto prazo. A utilização de *stress tests* e a constituição de provisões em momentos altos do ciclo poderão contribuir favoravelmente para contrariar os efeitos do ciclo.

Efeitos no investimento

- Não será de prever que a redução do *pricing* aplicado no crédito venha a estimular de modo significativo o investimento, o qual seria acompanhado de uma expansão do consumo via aumento da procura, originando um efeito duradouro na oferta. Verificando-se algum estímulo nesta última, também não será de esperar que venham a existir tensões inflacionistas, conduzindo a uma intervenção das autoridades no sentido do aumento das taxas de juros. No entanto, pensamos que um efeito sustentado de redução de preços quando transferido para o mercado influencia as componentes macroeconómicas.

5.2. Contribuições e implicações

Num contexto de globalização dos mercados financeiros, e da crescente diversificação das operações financeiras, a existência de um sector bancário forte tem sido uma das principais preocupações dos reguladores. Daí que a modernização e sofisticação das técnicas de gestão de riscos, em particular de crédito, seja um dos aspectos mais relevantes a ter em conta por parte do Comité de Basileia.

Por outro lado, sendo um dos principais activos dos bancos o crédito concedido ao tecido empresarial, este não deve ficar alheio às exigências colocadas no âmbito de Basileia II ao sector bancário. Estas exigências implicam que as empresas passem a dedicar uma atenção acrescida à sua estrutura organizativa e de negócio. Isto, sob pena de que, mediante os níveis de competição a que se encontram expostas, possam ver reduzida a sua performance económico-financeira e, consequentemente, um agravamento do seu *rating*. Deste modo, constatamos que as empresas participantes nesta investigação têm, na generalidade, consciência de que o conteúdo da proposta de crédito deverá evidenciar, de forma comprovada, os aspectos de índole qualitativa e quantitativa referidos nos questionários. Sugerem-se, no entanto, melhorias a nível dos negócios com o mercado externo, bem como da segmentação de clientes, de modo a reduzir os níveis de concentração.

No que concerne ao sector bancário, constatou-se a existência de algum desconhecimento da importância deste Acordo por parte dos órgãos directamente envolvidos na concessão de crédito. De salientar que os grandes bancos utilizarão, na sua maioria, metodologias avançadas, o que lhes trará benefícios face ao menor consumo de fundos próprios, e consequente libertação de capitais para aplicar em outros negócios. Contudo, interessará saber se as poupanças obtidas compensarão o custo de implementação das mesmas. Por outro lado, de referir que o Acordo contribuirá para a segmentação dos *spreads* de taxa de juros de acordo com os níveis de risco, passando a existir agora uma grande ligação entre estes dois elementos. Um aspecto positivo a realçar passa pelos custos previstos de implementação, que para 70% dos inquiridos não excederá os 5 milhões de euros. Resta saber se este valor, inferior ao mencionado em outros estudos internacionais, será efectivo, ou se não estão a ser tidos em linha de conta os custos já incorridos anteriormente com a preparação das estruturas para Basileia II. Saliente-se ainda o facto de que o Novo Acordo penalizará actividades até aqui pouco consumidoras de capital como a banca de investimento e a gestão de activos. Será de prever que segmentos como os de retalho, tradicionalmente menos consumidores de capital face às elevadas taxas de recuperação de crédito, serão menos penalizados. Daí que, face às características do nosso tecido empresarial (na sua maioria constituído por empresas de pequena e média dimensão), poder-se prever que a banca portuguesa, como afirmam os inquiridos, possa evidenciar reduções nos requisitos de fundos próprios. Por fim, observamos que a segmentação de clientes baseada no nível de risco (*rating*), acentuará os níveis de especialização na banca. Ainda no que respeita ao sector

bancário, as orientações transmitidas têm em linha de conta os benefícios que as novas metodologias de gestão de riscos poderão proporcionar ao nível da eficiência e numa óptica de rendibilidade para o accionista.

5.3. Limitações do estudo e sugestões para investigação futura

Em termos gerais procuramos no nosso estudo analisar as implicações do Acordo de Basileia II na gestão de riscos do sector bancário, com ênfase no risco de crédito. De igual modo, pretende-se avaliar a capacidade de adaptação das empresas nacionais face às exigências acrescidas inerentes ao Acordo, e que decorrem do facto dos próprios bancos estarem sujeitos a novas regras, as quais lhes poderão trazer poupanças de capital caso os seus activos (crédito às empresas) sejam de qualidade (verificada pela notação de *rating* obtida dos modelos com base na informação económico-financeira das empresas).

Cientes de que o presente estudo tem as suas limitações, compete-nos apresentar algumas indicações para futuras investigações nesta área. Estas decorrem, naturalmente, do facto de se tratar de um tema ligado a um sector de actividade muito restritivo em termos de informação, detectadas algumas após a arquitectura de todo o trabalho de investigação e outras decorrentes dos próprios resultados obtidos.

As principais limitações poderão estar ligadas ao método adoptado para a recolha dos dados, o questionário, que enviado via postal, fax e correio electrónico, e não obstante resultar numa amostra representativa da população alvo, obriga a cuidados especiais na análise, face à dificuldade de se garantir uma interpretação uniforme das questões.

Tendo respondido um número significativo de empresas e estando representados os diversos sectores da actividade económica, poderemos inferir dos resultados conclusões extensivas ao tecido empresarial.

Em relação aos bancos, e não obstante estarem representadas as maiores instituições, detentoras de uma quota de mercado substancial, deve notar-se que alguns respondentes não se pronunciaram sobre diversas questões, reduzindo a qualidade das respostas.

Embora se considere que a média de respostas obtidas permite retratar a situação inerente ao objecto de estudo, poder-se-ia eventualmente ter obtido, no caso das empresas, um número acrescido de respostas caso o questionário elaborado fosse de menor dimensão. No entanto o estudo seria nesse caso, menos abrangente, quando o que está em causa é a situação global do negócio do tecido empresarial. No caso dos bancos, a par da dimensão dos questionários, deveremos considerar que se trata de uma actividade onde a gestão da informação é vital para a sobrevivência das organizações e, sendo o mestrando quadro de uma instituição activa no mercado, maiores dificuldades seriam de esperar em termos da quantidade e qualidade das respostas.

Tratando-se de um estudo exploratório alusivo a um tema cada vez mais presente na realidade financeira dos bancos, com implicações nas empresas, a atenção centrou-se em obter informação empírica sobre a situação de negócio destas e da preparação dos bancos para Basileia II, extraindo/inferindo daí as necessárias conclusões.

Em complemento, seria profícuo levar a efeito a realização de inquéritos por entrevista, no sentido de tentar colmatar algumas questões que os questionários não permitem evidenciar.

Os estudos a que fizemos alusão, ao longo do trabalho, permitiram cimentar o nosso conhecimento sobre o tema, que tentámos explorar. Tratando-se de um trabalho exploratório, sugerir-se-ia que decorrido o biénio 2007-2008, fossem desenvolvidos estudos concretos no sector financeiro em relação aos níveis de PD/LGD e o seu impacto nos requisitos de capital, de modo a apurar as implicações ao nível das margens a aplicar nas operações de crédito, face aos níveis de ROE individuais exigidos pelas administrações de cada uma das instituições analisadas. Deste modo, decorridos dois anos após a implementação, e com o *rating* em funcionamento incorporando a situação das empresas (qualitativa e quantitativa), traduzida em níveis de PD e de LGD (por norma de 45%), tal permitirá verificar o nível de requisitos de capital e, mediante a fórmula já conhecida, determinar os *spreads* correspondentes, traduzindo estes o impacto (*pricing*) nas empresas.

Cumulativamente poder-se-á verificar a existência ou não de planos de redução de crédito em algumas contrapartes face a eventuais agravamentos dos *rating* no âmbito da utilização das novas metodologias. Será muito interessante comparar estes resultados com os de outros estudos internacionais (e.g., Espanha e França, dadas as fortes ligações existentes em termos das suas participações na banca portuguesa e nas empresas).

5.4. Considerações finais

O presente trabalho de investigação procurou observar as implicações do Novo Acordo de Basileia nas organizações bancárias e empresariais. Mostrou-se que a introdução de novas metodologias de gestão de riscos representa um papel inovador e diferenciador nas organizações referidas, podendo apresentar oportunidades mas também ameaças para aqueles que não se adaptarem.

A estratégia passa, no caso da banca, por uma eficiente gestão do risco e, nas empresas, por uma adequada orientação estratégica e organizacional. No caso da banca, a referida eficiência, depende da adaptação das estruturas de gestão do risco e dos investimentos necessários. No tocante às empresas, é fruto da sua cultura organizacional, e da introdução de melhores práticas de gestão, de modo a criar níveis de excelência superando a concorrência.

Estamos convictos de que os objectivos propostos definidos inicialmente foram, na sua maior parte, atingidos.

Para finalizar, de relevar que a presente dissertação contribui para a investigação nesta área ainda pouco abordada, e, como estudo exploratório, a sua motivação será também a de incutir, tanto nas estruturas das empresas como dos bancos, a generalização da ideia que Basileia II poderá impulsionar, através da gestão de riscos, a diferenciação no mercado.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário – Bancos

Impacto de Basileia II na Gestão de Riscos na Banca

«As respostas serão efectuadas conforme indicado: tipo fechadas ou abertas assinalando com uma (x) no campo respectivo o grau de concordância; nos casos de resposta quantitativa, indicar os valores»

GRUPO I

Sobre a Organização

1. O seu Banco faz parte de um grupo empresarial?

Sim

Não

☐☐

2. A sua função na Instituição?

Administrador

Director

Outra (especificar)

☐☐☐

3. Qual é o nível das suas habilitações literárias?

☐

Secundário

☐

Licenciatura

☐

Pós-graduação, Mestrado ou Doutoramento

4. Qual o volume de Activos do seu Grupo Financeiro?

Milhões de €:

PILAR I

GRUPO II

Sobre o Risco de Crédito

5. Todas as pessoas envolvidas no processo de crédito se apercebem da importância do Novo Acordo de Basileia II?

Sim

☐

Não

☐

6. Prevê utilizar o Método Standard ou IRB (*Foundation* ou *Advanced*)?

Método Standard

☐

IRB

☐

7. Irá utilizar Ratings Externos?

Sim

☐

Não

☐

8. O Banco tem condições de calcular:

PD (apenas)

Sim

☐

Não

☐

PD, LGD, EAD, M (todos)

☐☐

(PD-probabilidade de incumprimento; LGD-perda em caso de incumprimento, EAD-exposição em incumprimento, M-maturidade)

9. Pretendendo utilizar o método IRB

O banco cumpre os seguintes pressupostos:

Sim

Não

Possui **Bases de dados Históricas de PD** (Probability *Default*) de pelo menos **5 anos** das várias categorias de activos (mutuário a mutuário ou por tipo de ou conjunto de mutuários)?

☐
☐

Está aprovado pelo Banco o Modelo Quantitativo e Qualitativo para a determinação do Rating?

☐
☐

Os sistemas de **rating** internos fixados no Acordo de Basileia II estão em funcionamento há **pelo menos 3 anos**, antes da adopção do método IRB?

☐
☐

Existem **registos históricos dos ratings** de soberanos, bancos e empresas?

☐
☐

Irá implementar **procedimentos de simulação da adequação de capital** face a situações limite (*stress tests*), como por exemplo em situação de crise económica ou sectorial?

☐
☐

Consegue **atingir entre 80% a 90% dos requisitos** de fundos próprios segundo o Acordo Actual (Basileia I), para cobertura de riscos de crédito, de mercado e operacional entre o ano de 2007 e de 2008?

☐
☐

Tem condições para a **aplicação do método dos ratings internos** em paralelo com o Actual Acordo um ano antes da implementação de Basileia II?

☐
☐

O Banco de Portugal (ou **autoridade de supervisão nacional**) já reconheceu os métodos e sistemas internos de atribuição de *rating* e de quantificação do risco de crédito?

☐
☐

O Banco está preparado para que exista uma **avaliação anual**, independente (mesmo que interna) da atribuição do *rating*?

☐
☐

10. Necessita de formar Recursos Humanos para desenvolver as metodologias exigidas no Acordo?

Sim

Não

☐
☐

ou

11. Irá recorrer a Consultores Externos para desenvolver essas metodologias?

Sim

☐

Não

☐

12. Já escolheu o Fornecedor Certificado do Software específico de **Basileia – necessário para proceder ao cálculo dos Fundos Próprios do Banco?**

Sim

☐

Não

☐

13. A Estratégia de Gestão de Clientes (EGC) resume-se à utilização dos *Rating's* e consequente atribuição do crédito?

Sim

☐

Não

☐

ou

14. A (EGC) é baseada na existência de Informação Interna sobre o **Risco e (PD), o que permitirá atribuir crédito a uma base mais alargada de clientes, de diferentes tipos, mesmo que de risco mais elevado (*Rating* mais baixo)?**

Sim

☐

Não

☐

15. As Direcções de Risco de Crédito poderão alterar o *rating* calculado internamente (justificando tal procedimento sempre que solicitado pela Administração ou pelo Supervisor)?

Sim

☐

Não

☐

GRUPO III

Nível Estratégico, de Rendibilidade, Macroeconómico e Operacional

16. Entende que Basileia II implicará:

	Sim	Não
A seguinte sequência; Nível de Risco \Rightarrow Preço do Crédito \Rightarrow ROE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O aumento da importância e das responsabilidades das agências de <i>rating</i> ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças nas formas de financiamento a empresas com <i>rating</i> baixo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Qual o Custo global previsto para a implementação do Acordo?

< 5 Milhões €	> 5 Milhões €
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. O Novo Acordo de Basileia trará Poupanças de Fundos Próprios?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Qual a Poupança de Capital (Fundos Próprios) prevista com o Novo Acordo?

Milhões €

20. A existir Poupança de Capital (Pilar I) a nível do risco de crédito, esta é compensada com o aumento de alocação de capital para a cobertura do risco operacional?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Existindo efectiva poupança de capital considera que esse efeito implicará uma **redução do pricing** aplicado no crédito às empresas?

Sim

☐

Não

☐

22. Existindo uma redução do pricing aplicado no crédito às empresas, tal implicará um **estímulo ao investimento** e uma **expansão do consumo** via aumento da procura, conduzindo a um efeito duradouro na oferta?

Sim

☐

Não

☐

23. Ou existindo o efeito de estímulo do lado da oferta tal induzirá as **tensões inflacionistas**, levando as autoridades monetárias a intervir aumentando as taxas de juros anulando o efeito da redução do preço?

Sim

☐

Não

☐

24. Ou pelo contrário prevê uma despesa adicional em termos de Consumo de Capital (Fundos Próprios) com o Novo Acordo, se sim em quanto (%) ?

Standard

☐

IRB

☐

25. Prociclicidade: entende que pelo facto de existir uma ligação da PD e LGD ao estado geral da economia, poderá existir:

Uma tendência para restringir excessivamente o crédito em fases de abrandamento económico?

ou

De o expandir também em excesso nas fases altas do ciclo?

Sim

☐

Não

☐☐☐

26. Prociclicidade: para contrariar o efeito dos ciclos económicos sobre a análise de risco na concessão de crédito, será mais útil para o cálculo do capital económico utilizar:

Modelos de risco de crédito que considerem informação das contrapartes no momento em que os créditos são concedidos e não a mais recente?

Sim

☐

Não

☐

27. Foi criada uma **função autónoma** de **Risco Operacional (RO)**, para a sua medição e controlo?

Sim

☐

Não

☐

28. Está implementado um **Sistema de Controlo** que permita identificar, avaliar, monitorizar, controlar e mitigar o **(RO)**?

Sim

☐

Não

☐

29. A existência de **(RO)** é verificada periodicamente por **Áreas de Negócio**?

Sim

☐

Não

☐

30. A administração aprovou a realização de uma revisão periódica da estratégia relativa ao **(RO)**, que inclui a sua definição institucional e a documentação e divulgação interna?

Sim

☐

Não

☐

31. A estratégia de gestão do **(RO) desenvolvida** é submetida a uma auditoria interna independente e habilitada para o efeito?

Sim

☐

Não

☐

32. Qual o método (BIA, TSA, AMA) que a instituição irá implementar para o cálculo dos requisitos de Fundos Próprios para a cobertura do (RO)?

Indicador
Básico

☐

Standard

☐

Medição
Avançada

☐

33. Tendo escolhido o método de mediação avançada (AMA), irá utilizar informação gerada interna ou externamente?

Interna

☐

Externa

☐

34. É a primeira vez que escolhe o método de mediação avançada (AMA)?

Sim

☐

Não

☐

35. Tendo escolhido o método de mediação avançada (AMA), e utilizando informação interna, e não sendo a primeira vez que utiliza este método (AMA), a instituição possui dados históricos de perdas (data, montante da perda, valor recuperado), de pelo menos 5 anos?

Sim

☐

Não

☐

36. A instituição encontra-se exposta a perdas não frequentes mas potencialmente de montante elevado?

Sim

☐

Não

☐

37. Entende que o (RO) irá penalizar actividades não tradicionalmente relacionadas com a concessão de crédito e pouco consumidoras de capital, como a banca de investimento e a gestão de activos?

Sim

☐

Não

☐

GRUPO IV

Principais Bases de dados a constituir e a reforçar na área do crédito

38. O Banco possui Bases de dados sobre transacções? (servem de base ao reporte e divulgação, às cauções de crédito, às notações de *rating*, perdas e taxas de recuperação)

Sim

☐

Não

☐

39. O Banco possui Bases de dados históricas? (essenciais à utilização dos métodos avançados, no que respeita à validação da PD, LGD e EAD; incluem informação sobre incumprimentos, matrizes de transição de notações de *rating*, taxas de recuperação, perdas esperadas, perdas não esperadas, maturidades, *pricing*, provisionamento, notações de *rating* internas e externas, exposições, níveis de capital afectos às exposições, eficácia das cauções e das garantias). (PD-Probabilidade de incumprimento; LGD-Perda em caso de incumprimento; EAD-Exposição no momento do incumprimento).

Sim

☐

Não

☐

40. O Banco possui Bases de dados sobre cálculos? (fornecem informação sobre: a selecção de dados, o cálculo de PD, LGD e EAD; *haircuts*, a estimação de funções, o cálculo dos requisitos de capital, os activos ponderados pelo risco).

Sim

☐

Não

☐

41. O Banco possui bases de dados sobre divulgação e reporte?

Fornecem informação sobre:

Sim

Não

Reporte Externo – Pilar 3: ordenação de características das exposições, dados relevantes sobre as perdas, técnicas de mitigação do risco e crédito hipotecário comercial;

☐
☐

Reporte Interno: reportes sobre as diversas fontes de risco, e exercícios e testes internos de validação;

☐
☐

Processo de Revisão de supervisão: que incluirá documentação, desagregação, simulações, *stress tests* e reportes sobre os diferentes riscos.”

☐
☐

42. O banco possui introduzidos o método standard ou dos modelos internos para a medição dos **Riscos de Mercado**?

Sim

☐

Não

☐

PILAR II

GRUPO V

Processo de Revisão de Supervisão

43. Visando o **cumprimento das exigências dos supervisores**, os órgãos de gestão desenvolveram um processo interno de avaliação dos fundos próprios e de fixação de objectivos de capital adequados aos perfis de risco e ao comportamento do mercado?

Sim

☐

Não

☐

44. Prevê-se que a **administração seja informada** regularmente **sobre o perfil de risco da instituição e sobre as necessidades de capital**, de modo a que seja possível avaliar:

Sim

☐

Não

☐

O nível e a tendência dos riscos relevantes e o seu impacto nos níveis de capital;

Se o banco possui capital compatível com os diversos riscos e cumpre os objectivos de adequação de capital definidos;

Os requisitos de capital futuros, com base no perfil de risco analisado, de modo a realizar os ajustamentos no plano estratégico;

Medidas implementadas em resposta a riscos emergentes ou em alteração.

☐☐☐☐☐☐

45. É efectuada uma revisão periódica do processo de controlo interno que incluirá:

	Sim	Não
Identificação dos grandes riscos e das concentrações de risco;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fiabilidade dos dados utilizados no processo de avaliação do capital;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condução de <i>stress tests</i> e análise das hipóteses e dos <i>inputs</i> .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

46. O Banco recorre a auditores externos ?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

47. Espera que os níveis de fundos próprios sejam superiores aos mínimos regulamentares?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

48. O Banco está preparado para reforçar os capitais sempre que os riscos incorridos assim o exijam?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PILAR III

GRUPO VI

Disciplina de Mercado e Divulgação da informação

49. O banco fornece **informação ao mercado** sobre as suas actividades e controlos?

Sim

☐

Não

☐

50. O banco **divulga informação** ao mercado que permita:

Sim

☐

Não

☐

Verificar a aplicação do Novo Acordo de Basileia;

Constatar o nível de adequação de fundos próprios;

☐☐

Demonstrar a composição dos fundos próprios;

☐☐

Resumir os riscos a que se encontra exposto;

☐☐

Clarificar os processos de avaliação e controlo de riscos.

☐☐

51. A divulgação de **informação ao mercado** é fornecida semestralmente?

Sim

☐

Não

☐

52. A divulgação de **informação ao mercado** sobre as políticas de gestão do risco é fornecida anualmente?

Sim

☐

Não

☐

53. A **informação** sobre as políticas de gestão do risco inclui dados sobre:

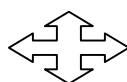
	Sim	Não
Limites de exposição às principais fontes de risco;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A forma como estes limites foram calculados;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O nível hierárquico responsável e o modo e periodicidade com que são revistos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

54. Se o seu banco é uma entidade (com presença internacional em diversos mercados), a divulgação de **informação ao mercado** sobre os fundos próprios de base, o rácio de solvabilidade e as suas componentes é fornecida no mínimo trimestralmente?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

55. A sua instituição tem sido premiada pelo mercado com **prémios de risco** mais reduzidos, face ao nível de capitalização do banco e ao nível de exposição de risco assumida?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



ANEXO 2 – Questionário – Empresas

Consequências de Basileia II para as empresas Portuguesas

«As respostas serão efectuadas conforme indicado: tipo fechadas ou abertas assinalando com uma (x) no campo respectivo o grau de concordância»

GRUPO I

Sobre a gestão do negócio

1. A sua empresa faz parte de um grupo empresarial?

Sim

Não

☐☐

2. A sua função na empresa?

Gerente

Administrador

Outra (especificar)

☐☐☐

3. Qual é o nível das suas habilitações académicas?

☐

Secundário

☐

Licenciatura

☐

Pós-graduação, Mestrado ou Doutoramento

4. Qual a actividade?

Indústria

Comércio

Serviços

☐☐☐

5. Qual o Volume de Negócios (mil €)?

>1.000

☐

<50.000

☐

>50.000

☐

6. Mais de 50% do volume de negócios (V.N.) é canalizado para o mercado externo?

Sim

☐

Não

☐

7. Existe um número reduzido de clientes com um peso significativo no negócio da empresa?

Sim

☐

Não

☐

8. O produto produzido/comercializado está muito exposto à concorrência oriunda da China ou de países do leste europeu?

Sim

☐

Não

☐

9. Caso tenha existido redução do V.N. nos últimos anos, está previsto algum plano de recuperação (por ex. – a entrada em novos mercados)?

Sim

☐

Não

☐

10. Visita com regularidade Feiras Internacionais?

Sim

☐

Não

☐

11. A gestão do negócio está concentrada na figura do sócio ou accionista?

Sócio

☐

Accionista

☐

12. A empresa possui sistemas de controlo interno que reportam informação à administração / gerência?

Sim

☐

Não

☐

13. Na tomada de decisão sobre investimentos ou conquista de novos clientes/mercados são tidos por norma em conta ponderadores de risco de negócio?

Sim

☐

Não

☐

14. Os recursos financeiros são aplicados exclusivamente no negócio da empresa, ou para outros negócios do grupo ou dos sócios?

Sim

☐

Não

☐

15. É efectuada periodicamente uma análise à matriz de produtos e mercados (eliminando produtos em declínio e colocando outros na cadeia de valor)?

Sim

☐

Não

☐

16. Possui designers ou gabinetes de desenvolvimento de novos produtos ou processos?

Sim

☐

Não

☐

17. Qual o peso dos melhores clientes no volume de negócios?

>20% e <50%

☐

>50%

☐

18. Os produtos respeitam os padrões de qualidade internacionais – validados com as normas CE ?

Sim

☐

Não

☐

19. O processo de produção é flexível e o sistema de tecnologias de informação adequado?

Sim

☐

Não

☐

20. As demonstrações financeiras (balanços) são elaboradas internamente ou em gabinete de contabilidade exterior à empresa?

Internamente

☐

Externamente

☐

21. As demonstrações financeiras são elaboradas:

☐

Em tempo útil

☐

Revistas por ROC ou Auditor

22. São elaboradas demonstrações financeiras intercalares (exemplo mensais ou trimestrais) para análise da evolução dos negócios, ou esta baseia-se apenas nos balancetes apresentados pela contabilidade?

Intercalares

☐

Balancete

☐

23. São elaboradas periodicamente (ex. bianual) demonstrações financeiras previsionais (com base em pressupostos reais) ?

Sim

☐

Não

☐

24. Da análise às demonstrações financeiras actuais verifica-se a necessidade de proceder a aumentos de capital social?

Sim

☐

Não

☐

GRUPO II

Aspectos a salientar no relacionamento entre as empresas e os bancos

25. Na relação com o banco cumpre com os requisitos abaixo referidos:

	Não Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo
Manter as contas bancárias dentro dos limites (<i>plafonds</i>) de crédito acordados;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apresentar relatórios financeiros actualizados permanentemente;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avisar o banco de quaisquer alterações na empresa, de modo a que este não se sinta surpreendido;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fornecer a informação solicitada e solucionar quaisquer dificuldades em acordo com a IC;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter-se em contacto permanente com o banco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

26. As garantias solicitadas pelos seus bancos são apenas de índole pessoal ou real?

Pessoal	Real	Só contratual
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. Efectua cobertura do risco de subida taxa de juro, ou de risco cambial?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28. A empresa financia-se só com capitais próprios, ou possui uma acentuada dependência de crédito bancário e de fornecedores?

Capitais Próprios	Banca Fornecedor	Capitais Próprios+ Banca+Fornecedor
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

GRUPO III

Aspectos a considerar na apresentação das propostas de financiamento aos bancos

29. Objectivos do negócio (1): São regularmente testados e corrigidos, de modo a reflectirem as mudanças do mercado.

Não Concordo

Não concordo
nem discordo

Concordo

☐
☐
☐

30. Objectivos do negócio (2): São avaliadas as forças, as fraquezas, as oportunidades, as ameaças e o impacto nos objectivos de negócio.

Não Concordo

Não concordo
nem discordo

Concordo

☐
☐
☐

31. Mercado e Concorrência (1):

Não Concordo

Não concordo
nem discordo

Concordo

É verificada a situação da empresa no meio envolvente.

☐
☐
☐

É avaliada a importância de cada produto ou serviço em termos de contribuição para os proveitos.

☐
☐
☐

É efectuada uma correspondência em termos de atractividade de cada produto ou serviço e os clientes, concorrência e fornecedores.

☐
☐
☐

É mensurada a importância de cada produto ou serviço como parte do plano de negócios.

☐
☐
☐

32. Mercado e Concorrência (2):

Não Concordo

Não concordo
nem discordo

Concordo

É evidenciada a forma como as melhorias e mudanças introduzidas na empresa são geridas.

☐
☐
☐

É identificada a razão da exigência de novos recursos para fazer face àquelas melhorias/mudanças.

☐
☐
☐

33. Mercado e Concorrência (3):

	Não Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo
São evidenciados factores (sociais, tecnológicos, económicos, ambientais, legais e europeus) - controláveis ou não – e que podem ter impacto na indústria/meio envolvente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Análise da Capacidade de Negócio: a avaliação da empresa é efectuada de acordo com as secções seguintes:

	Não Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo
Gestão geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão de vendas e marketing	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão operacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão financeira, do planeamento e informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão das instalações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Vide Anexo 1: análise da capacidade do negócio)

35. O tipo de financiamento mais usual é o crédito de curto prazo, crédito em conta corrente/outro ou de médio e longo prazo?

CCC/Outro	MLP
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. Apresentação da Proposta de Financiamento (1): é claramente justificado que o nível de cash-flow gerado pela empresa (actual e previsional) é suficiente para fazer face ao reembolso do Financiamento solicitado?

Sim

☐

Não

☐

37. Apresentação da Proposta de Financiamento (2):

Não Concordo

Não concordo
nem discordo

Concordo

No caso de existir uma evolução negativa nos indicadores de Autonomia-Financeira, *Cash-Flow*, Volume de Negócios, Margem Bruta, Meios Libertos Operacionais, Resultados Líquidos, é usual justificar e evidenciar o conjunto de medidas correctivas.

☐
☐
☐

São respeitados os Critérios Típicos de Avaliação dos bancos, cujo conteúdo deve incluir: um sumário executivo; um percurso e historial do negócio; os objectivos do negócio; a análise dos produtos e serviços; a análise do mercado; a análise da capacidade do negócio; a análise financeira.

☐
☐
☐

(Vide Anexo 2: critérios típicos de avaliação dos bancos)

GRUPO IV

O papel dos sistemas de controlo interno e informação das PME face a Basileia II

38. A Gestão é totalmente centralizada, estão definidas funções, ou existe delegação de poderes em quadros com poderes de decisão sobre algumas áreas chave (exemplo a comercial)?

Centralizada

☐

Há definição de
funções

☐

Delegação de
decisão

☐

39. Há regras e documentação sobre a movimentação e registo de stocks, de modo a manter o inventário disponível para entrega sem atrasos?

Sim

☐

Não

☐

40. Possui internet e intranet de forma integrada como meios de comunicação interna e externa (viradas para o cliente)?

Intranet

☐

Internet

☐

Ambas

☐

Nenhuma

☐

41. A empresa tem implementado:

Sim

☐

Não

☐

Práticas de gestão inovadoras

Introdução do risco (identificação, medição e avaliação), no processo de tomada de decisão

☐
☐

Sistemas de informação e de controlo interno

☐
☐

ANEXO ao questionário empresas

Anexo 1: análise da capacidade do negócio

A avaliação é dividida em sete secções:

A Gestão Geral consiste em:

- ✓ Determinação da estratégia do negócio, planos e alvos;
- ✓ Coordenação e equilíbrio dos recursos;
- ✓ Tomadas de decisão e delegação de tarefas;
- ✓ Boa comunicação com pessoal-chave externo.

A Gestão de Vendas e Marketing consiste em:

- ✓ Gestão do relacionamento com o cliente;
- ✓ Desenvolvimento do produto e serviço;
- ✓ Pesquisa de mercado;
- ✓ Planeamento de vendas e concretização.

A Gestão Operacional consiste em:

- ✓ Processos de produção;

- ✓ Controlo de stocks;
- ✓ Aquisição e gestão de fornecedores;
- ✓ Gestão da qualidade.

A Gestão das Instalações consiste em:

- ✓ Instalações, fábrica e equipamentos;
- ✓ Transporte e distribuição;
- ✓ Sistemas informáticos e comunicação;
- ✓ Saúde, prevenção e segurança.

A Gestão Financeira inclui:

- ✓ Gestão do *cash-flow*;
- ✓ Controlo da qualidade do crédito;
- ✓ Controlo dos custos;
- ✓ Análise financeira.

Gestão do planeamento e informação consiste em:

- ✓ Definição e medição dos objectivos e alvos;
- ✓ Projectões do negócio;
- ✓ Gestão da informação e relatórios;
- ✓ Gestão da continuidade do negócio.

A Gestão de pessoal consiste em:

- ✓ Ter a percepção de que a organização é um trabalho de equipa;
- ✓ Colocar as pessoas certas com as competências certas nas funções adequadas;
- ✓ Formação e desenvolvimento de pessoal;
- ✓ Estabelecer exigências de conduta e objectivos de desempenho;
- ✓ Apreciar, recompensar e motivar as pessoas baseado no seu desempenho e contribuição.

Anexo 2: critérios típicos de avaliação dos bancos

O Sumário Executivo deverá conter:

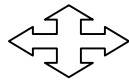
- ✓ O propósito do plano;
- ✓ A descrição sumária do negócio;
- ✓ A visão geral dos aspectos-chave do mercado e análise da concorrência;
- ✓ Os objectivos-chave do negócio e alvos;
- ✓ Os factores críticos de sucesso e risco;
- ✓ A análise financeira e resultados do plano.

A Análise Financeira deve incluir:

- ✓ A explanação dos requisitos do financiamento e a capacidade do seu respectivo reembolso;
- ✓ Sumário histórico das contas auditadas;
- ✓ Projectão do balanço e da demonstração de resultados;
- ✓ Projectão do *cash-flow* com hipóteses de negócio;
- ✓ Rácios-chave financeiros, incluindo o *break even* do negócio e análise de sensibilidade.

Poderá ser ainda destacado:

- ✓ O valor dos benefícios adicionais do financiamento solicitado para o negócio;
- ✓ A avaliação do negócio em relação a quaisquer garantias a serem facultadas;
- ✓ Qualquer registo histórico de manutenção de empréstimos anteriores.



ANEXO 3 - Carta – Bancos

(Símbolo da Universidade)

Exmo. Sr. ou Sr.^a:
Nome: Instituição
Morada:

Caro Participante:

Na qualidade de mestrando em Contabilidade e Administração, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, e sob orientação da Prof. Doutora Maria do Céu Cortez, estou a realizar uma pesquisa sobre o impacto do novo Acordo de Basileia II na gestão de riscos na banca, com ênfase nos riscos de crédito e operacional e no grau de adaptabilidade das instituições de crédito (IC) face às exigências do Acordo.

De facto, trata-se de um tema cada vez mais actual, sendo a avaliação do risco dos clientes com a consequente determinação do *rating* e o método de Basileia adoptado (*Standard* ou *IRB – Foundation* ou *Advanced*), essenciais na determinação do nível de capital alocado ou “consumido” nas operações creditícias. Terá indirectamente efeitos na selectividade dos clientes das IC.

Pretendo com este inquérito verificar o grau de adaptatividade da instituição de crédito que representa face às exigências do Acordo, e à relação custos v.s. benefícios.

A sua participação nesta investigação é fundamental pelo que ficaria extremamente grato com a sua resposta ao questionário em anexo, cujo preenchimento não deverá demorar mais do que quinze minutos.

Chamo a atenção para o facto de que, nas suas respostas, deverá responder como sendo um representante da organização onde colabora. Por favor, complete todos os itens deste questionário.

Gostaria de realçar que todas as informações que fornecer são estritamente confidenciais e utilizadas apenas para fins académicos. As respostas são apresentadas em dados agregados e nenhuns dados individuais das instituições de crédito serão apresentados.

Os resultados ficarão disponíveis para o caso de pretender acompanhar o desenvolvimento deste trabalho.

Agradecendo mais uma vez a sua colaboração, coloco-me inteiramente à disposição para que me contacte directamente (**Irménio@sapo.pt** ou **932732417**) no caso de surgir qualquer dúvida.

Com os melhores cumprimentos,

Irménio Ferreira da Silva

ANEXO 4 - Carta – Empresas

(Símbolo da Universidade)

Exmo. Sr. ou Sr^a
Empresa:
Endereço
Código Postal

Caro Participante:

Na qualidade de mestrando em Contabilidade e Administração, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, e sob orientação da Prof. Doutora Maria do Céu Cortez, estou a realizar uma pesquisa sobre o impacto do novo Acordo de Basileia II na gestão de riscos na banca, com ênfase no risco de crédito, e o seu impacto no financiamento das empresas.

De facto, trata-se de um tema cada vez mais actual, sendo a avaliação do risco dos negócios das empresas e o seu *rating* um aspecto absolutamente essencial neste novo Acordo e na concessão de crédito por parte dos bancos.

Pretendo com este estudo evidenciar que uma adequada gestão dos negócios, as boas práticas, a visão estratégica, a organização, a gestão do risco, o planeamento, entre outros, são absolutamente essenciais para ir de encontro ao âmbito do novo acordo, permitindo aos bancos manter ou mesmo incrementar os negócios com as empresas.

A sua participação nesta investigação é fundamental pelo que ficaria extremamente grato com a sua resposta ao questionário em anexo, cujo preenchimento não deverá demorar mais do que vinte minutos.

Chamo a atenção para o facto de que, nas suas respostas, deverá responder como sendo um representante da organização onde colabora. Por favor, complete todos os itens deste questionário.

Gostaria de realçar que todas as informações que fornecer são estritamente confidenciais e utilizadas apenas para fins académicos. As respostas são apresentadas em dados agregados e nenhuns dados individuais das empresas serão apresentados.

Os resultados ficarão disponíveis para o caso de pretender acompanhar o desenvolvimento deste trabalho.

Agradecendo mais uma vez a sua colaboração, coloco-me inteiramente à disposição para que me contacte directamente (**Irménio@sapo.pt** ou **932732417**) no caso de surgir qualquer dúvida.

Com os melhores cumprimentos,

Irménio Ferreira da Silva

BIBLIOGRAFIA

Ade, Benjamim; Heimer, Thomas; Loch, Friedman; Lehman, Torsten; Steele, Volker (2003) “The New Framework for Capital Adequacy (Basel II): Consequences for Small and Medium Sized Enterprises (SME) and Presentation of Political Options for the Implementation (Julho de 2003)”, Background paper conducted for the European Parliament consultado em 12 de Abril de 2006 através de http://www.cgd.pt/empresas/eic/Basileia2/hfb_backgroundpaper.pdf.

Amaral, Mira (2003). “O Novo Acordo de Basileia II”, Inforbanca, (Outubro – Dezembro), N.º 59, pp.5-10.

Anonymous (2003). “Technology Innovation You Can Bank On”, American Bankers Association, ABA Banking Journal, vol. 95, n.º 11, (Novembro), pp. 58-179.

Banco Itaú (2003). “As principais Categorias de Riscos”. Consultado em 17.05.2006 através de <http://www.italu.com.br/novori/port/infofinan/demon/DCC>.

Barfield, Richard (2004). “Basel II Promises cheaper banking”, PricewaterhouseCoopers LLP, London, n.º 19, (Outono), pp. 83-85.

Barroso, M. (2003) “Banca britânica e norte-americana contestam acordo; Basileia II em risco de voltar a ser adiado”, Semanário Económico, (29 de Agosto).

Barroso, M. (2005) “Custos com o novo acordo de Basileia superam o esperado”, Semanário Económico, (12 de Agosto), pp.16.

Barroso, M. (2006) “Bancos pequenos vão poupar o dobro com Basileia II”, Jornal de Negócios, (28 de Junho), pp.8.

Bielski, Lauren (2003a). “On the eve of Basel II, banks get a “move on” ops risk” , American Bankers Association. ABA Banking Journal, vol. 95, n.º 10, (Outubro), pp. 59-62.

Bielski, Lauren (2003b). “Basel II – A guide to operational risk implications” American Bankers Association. ABA Banking Journal, vol. 95, n.º 11, (Novembro), pp. 48-51.

BIS - Bank for International Settlements (2004), Basel Committee on Banking Supervision, International Convergence of Capital Measurement and Capital *Standards* – A Revised Framework, (June), pp. 1-239.

Blount, Ed (2002a). “Can you still know your counterparty in the age of Enron”, American Bankers Association. ABA Banking Journal, vol. 94, n.º 4, (Abril), pp. 41-44.

Blount, Ed (2002b). “Coping with counterparty risk”, American Bankers Association. ABA Banking Journal, vol. 94, n.º 12, (Dezembro), pp. 33-41.

Blount, Ed (2003). “New Basel Accord sound regulation on crushing complexity?”, American Bankers Association. ABA Banking Journal, vol. 95, n.º 4, (Abril), pp. 7-8.

Blount, Ed (2004). “Bad rap on Russian banking?”, American Bankers Association. ABA Banking Journal, vol. 96, n.º 12, (Dezembro), pp. 47-52.

Boechat, Dalton; Bertolossi, Flávio Mota (2001). “Basileia II – uma avaliação do impacto das novas regras nas regulações vigentes e captações externas”. Consultado em 17.05.2006 através de http://www.andima.com.br/publicacoes/arqs/2001_basileia.pdf.

Bouhours, Jean-Michel; Bourdin, Michaël (2003). “Risque Prudentiel – Bale: vers une «ALM Crédit»”, *BANQUEmagazine*, n.º 643 (Janeiro), pp. 46-49.

Bruggink, Bert; Buck, Eugen (2002). “Practical aspects of implementing a Basel II-compliant economic capital framework”, *Journal of Financial Regulation and Compliance*, vol. 10, n.º 3, (Setembro), pp. 219-223.

Carneiro, Fábio; Vivan, Gilneu; Krause, Kathleen (2005). “O novo Acordo da Basileia – Um Estudo de Caso para o contexto Brasileiro”. Consultado em 15-08-2005 através de [www.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/O Novo Acordo de Basileia](http://www.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/O%20Novo%20Acordo%20de%20Basileia).

Cartwright (2005) “Despesas com Basileia II ficam acima do previsto pelos bancos”, Computerworld, (08 de Setembro), pp.15.

Caruana, Jaime (2003). “Basel II: The road ahead”, Journal of Financial Regulation and Compliance, vol. 11, n.º 4, (Setembro), pp. 297-302; ABI/INFORM Global.

Conrad, Bahlke (2003) “ US regulators respond to Basel II”, International Law Review, vol. 22, n.º 12, (Dezembro), pp. 42-44; consultado em 14.11.2005 através de [www.http://secure.b-on.pt](http://secure.b-on.pt).

Cornford, Andrew (2004). “Basel II: Vintage 2003”, Journal of Financial Regulation and Compliance, vol. 12, n.º 1, (Fevereiro), pp. 22-35.

CP3 - Third Consultation Paper – EC (2003). “Review of Capital Requirements for Banks and Investment Firms – Commission Services Third Consultation Paper – Working Paper.

Danielsson, Jón (2003). “On the Feasibility of Risk Based Regulation”, CESifo Economic Studies, vol. 49, n.º 2, (Fevereiro), pp. 157-179.

Derrien, Yann; Goldenberg, Joël (2003). “Risque Prudentiel – Risque opérationnel – Bâle 2 : premier bilan de la mise en place des bases incidents à la Caisse des d’pôts”, BANQUEmagazine, n.º 647 (Maio), pp. 58-61.

Duebel, Hans-Joaquim (2002). “ Mortgage credit risk, regulatory *standards* and the Basel II banking supervis...”, Housing Finance International, vol. 17, n.º 1, (Setembro), pp. 3-12.

Engelen, Klauss (2002). “Basel II under siege”, The International Economy, vol. 16, n.º 49, (Winter), pp. 18-61.

Esteves, P. (2003) “Bancos britânicos querem adiar regras do Basileia II para 2010”, Diário Económico – Investimento, (08 de Agosto).

Feghali (2005). “Gestion des Risques, à quoi sert le capital économique?”, *Revue Banq*, n.º 672, (Setembro), pp. 56-58.

Ferreira, Luís (2004) “ O risco na indústria financeira”, consultado em 28.10.2005 através de http://www.ifb.pt/publicacoes/info_61/artigo02_61.htm.

Freire, Adriano (2001). “Estratégia – Sucesso em Portugal”, edição 2412, Editorial Verbo, Lisboa.

Freitas, Edmund Christian (2005). Mestrado em Economia Monetária e Financeira no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Fevereiro).

Garcia, Lucio; Duarte, Rodrigo (2004). “Adequações finais ao Acordo de Basileia II”. Consultado em 15.08.2005 através de [bcb.gov.br.../trabalhos/Apresentação_Basileia II Bacen_Deloitte.pdf](http://www.bcb.gov.br/trabalhos/Apresentacao_Basileia_II_Bacen_Deloitte.pdf).

Gil, António (1999). “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, 5ª edição, Editora Atlas, São Paulo.

Gleizer, Daniel (2004). “Seminário de implementação de Basileia II no Brasil”, Federação Brasileira de Bancos, consultado em <http://www.eumed.net/ce/2005/jmp-risco/10.htm>.

González, Altina; Pascual, Joaquín (2001). “Gestión Bancaria – Los nuevos retos en un entorno global”, 2ª Edição, Serie McGRAW-HILL DE MANAGEMENT, Madrid.

Goodhart, Charles; Hofman, Boris; Segoviano, Miguel (2004). “Bank Regulation and Macroeconomic Fluctuations”, *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 20, n.º 4, pp. 591-608.

Graça, Emanuel (2006) “Internacionalização - PME critica falta de apoio à exportação”, *Diário de Notícias – Economia, Empresas e Negócios*, (12 de Abril).

Grant, Robert (2002). “Contemporary Strategy Analysis – Concepts, Techniques”, 4ª Edição, Blackwell_Publishing, United Kingdom.

Hagen, Louis; Holter, Rebecca (2002). “Implications of Basel II for the risk management of German mortgage banks”, Housing Finance International, vol. 17, n.º 1, (Setembro), pp. 33-42.

Hall, Maximilian J.B. (2006). “Basel II: Panacea or a missed opportunity?”, Journal of Banking Regulation, vol. 7, n.ºs ½, pp. 106-132.

Handorf, William C.; Suriray, Morgane (2006). “Business Plans, Portfolio Management and Basel II”, Bank Accounting & Finance, pp.1-11.

Hansen, Erik (2005). “Asian Banks face Basel II catch-up”, International Financial Law Review, (Maio), pp.1, London. Consultado em <http://proquest.umi.com>.

Hartl, Franz (2002). “Basel II – neue Spielregeln für die Unternehmensfinanzierung », Tourimus Journal, vol. 6, n.º 3, pp. 321-333.

Hasan, Iftekhar; Zazzara, Cristiano (2006). “Pricing risky bank loans in the new Basel 2 environment”, Journal of Banking Regulation, vol. 7, 243-267, Palgrave Macmian, Ltd.

Hill, Manuela; Hill, Andrew (2002). “Investigação por Questionário”, 2ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.

Huemer, Gerard (2004). O futuro do acesso ao financiamento para PME (Seminário no Centro de Congressos de Lisboa: O futuro acesso ao financiamento para PME), (10 de Dezembro).

Kevin, Buehler (2004). “The business case for Basel II”. McKinsey Quarterly 2004, n.º 1, pp.82-91.

Klopfer, Eric (2002). “A mortgage insurer’s look at Basel II and residential mortgage credit risk”, *Housing Finance International*, vol. 17, n.º 1, (Setembro), pp. 22-32.

Lambrecht, Marc B. (2005). “The Basel II Rating – Ensuring Access to Finance for Your Business”, Gower Publishing Company, England.

Larenty, Céline-Roy; Rivière, Olivier (2003). “Risque Prudentiel – Risques opérationnels: les derniers enseignements du Comité de Bâle, *BANQUEmagazine*, n.º 643 (Janeiro), pp. 52-53.

Larsen, Kai; Bjerkeland, Kristin (2005). “Are unexpected loan losses lower for small enterprises than for large enterprises?”, *Norges Bank. Economic Bulletin*; vol. 76, n.º 3, (Outubro), pp. 126-132; .

Lastra, Maria (2004). “Risk-based capital requirements and their impact upon the banking industry” *Journal of Financial Regulation and Compliance*, vol. 12, n.º 3, (Agosto), pp. 225-239.

Luís, J.Barros (2003). “Basileia II, uma realidade irreversível”, *Inforbanca*, Edição n.º 57 (Abril a Junho), pp.10-12.

(M & C) - McKinsey & Company, Inc., e Consulting Network S.r.l. (Comissão Europeia; “Como lidar com a nova cultura de notação de rating”), consultado em http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/financing/docs/basel_2_guide/basel_guide_pt.pdf, em 30 de Julho de 2006.

Milligan, Jack (2004). “American Bankers Association” *ABA Banking Journal*, vol. 96, n.º 11, (Novembro), pp. 61-66.

Miranda, Elisabete; Esteves, Manuel (2003)” *Basileia II vai obrigar a especialização na banca*”, *Diário Económico – Empresas e Mercados*, (07 de Fevereiro).

Odenbach, Mark (2002). “What are the drivers and constraints from an originator’s perspective (Basel I / Basel II)?”, *Housing Finance International*, vol. 17, n.º 1, (Setembro), pp. 52-62; ABI/INFORM Global.

Oliveira, Teresa D’ (2005). “Teses e Dissertações”, 2ª Edição, Editora RH, Lda (Lisboa).

Pereira, José Matias (2005). “Gestão do Risco Operacional: Uma Avaliação do Novo Acordo de Capitais- Basiléia II - Contribuciones a la Economia, Universidade de Brasília (Federação Brasileira de Bancos – pesquisa sobre gestão de risco operacional)”. Consultado em 15 Agosto de 2005 através de <http://www.eumed.net/ce/2005/jmp-risco>.

Prescott, Edward (2004). “Auditing and Bank Capital Regulation”, *Economic Quarterly – Federal Reserve Bank of Richmond*, vol. 90, n.º 4, pp. 47-63.

Pritchard, Jeffrey (2004). “Implementing Basel II in the Norwich and Peterborough Building Society”, *Journal of Financial Regulation and Compliance*, vol. 12, n.º 3 (Agosto), pp. 240-247.

PwC (2006) “42 Kms para Basileia”, *Prémio*, (17 de Fevereiro), pp. 32.

QIS 3 - Third Quantitative Impact Study (2003). “Review of the Capital Requirements for Credit Institutions and Investments Firms”. Consultado em Europe Commission, através de http://www.c.europa.eu/internal_market/bank/docs/regcapital/qis3/2003-05-quis3results_en.pdf, em 11 de Julho de 2006.

Quivy, Raymond; Campenhoudt, LucVan (2003). “Manual de investigação em ciências sociais”, 3ª Edição (Outubro), Editora Gradiva, Lisboa.

Reisen, Helmut (2000). “A Risky Strategy”, *Organisation for Economic Cooperation and Development-The OCDE Observer*, n.º 220 (Abril), pp. 54-56.

Ripault, Marc; Look, Isaac (2003). “Risque & Prudentiel, Bâle II – Les enjeux du risque opérationnel pour les brokers”, *BANQUEmagazine*, n.º 646 (Abril), pp. 62-64.

Roldán, José Mariá (2006). “Basel II – an opportunity for convergence in the EU“, *Journal of Financial Regulation and Compliance*, n.º 1, pp.24-28.

Rodríguez, L. Jacobo (2003). “Banking Stability and the Basel Capital *Standards*”, *Cato Journal*, vol. 23, n.º 1 (Spring/Summer), pp. 115-126.

Saunders, Anthony (2002), *Financial Institutions Management - A Modern Perspective*, 3ª Edição, McGraw-Hill Higher Education, Singapura.

Schwaiger, Walter (2002). “Basel II: Was die Banken für Tourismus-Kmu Kredit an Eigenmittel halten müssen”, *Tourismus Journal*, vol. 6, n.º 3, pp. 353-366.

Tachizawa, Júnior, Rocha (2001), *Gestão de Negócios – Visões e Dimensões Empresariais da Organização*, Editora Atlas (São Paulo).

Tanaka, Misa (2003). “The Macroeconomic Implications of the New Basel Accord”, *CESifo Economic Studies*, vol. 49, n.º 2; pp. 217-232.

Whalen, Christopher (2004). “Gunfight at the Basel II Corral”, *The International Economy*; Winter 2004; vol. 18, n.º 1; pp. 72-79.

Wlaschitz, Birgit; Partsch, Franz (2002). “Mögliche Auswirkungen von Basel II auf die Kreditfinanzierung von Unternehmen aus Sicht der Bankenaufsicht”, vol. 6, n.º 3; pp. 335-352.

Zicchino, Lea (2005). “A model of bank capital, lending and the macroeconomy: Basel I versus Basel II”, *Bank of England, Quarterly Bulletin*, vol. 45, n.º 3, (Outono), pp. 377.